

O Algarve NA PRIMEIRA GLOBALIZAÇÃO

Coletânea de Estudos

Coordenação de Rui Manuel Loureiro



Um projecto

PRÓ-
JE-
TO **MAGALLANES** INICIATIVA
CULTURAL
E CRIATIVA **ICC**

 **REPÚBLICA
PORTUGUESA**
CULTURA

**cult
alg**
Direção Regional de
Cultura do Algarve

Co-financiado por

 **Interreg**
Espanha - Portugal
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
Plano de 2000-2006 Algarve ICC 2.1

 **MAGALLANES ICC**
INICIATIVA
CULTURAL
E CRIATIVA

O Algarve na Primeira Globalização

Coletânea de Estudos

Coordenação de Rui Manuel Loureiro

Faro – Direção Regional de Cultura do Algarve – 2023

Projeto Magallanes_ICC



Interreg
España - Portugal

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional



UNIÓN EUROPEA
UNIÃO EUROPEIA



MAGALLANES_ICC

INDÚSTRIAS
CULTURAIS
& CRIATIVAS

Ficha Técnica

Título:	O Algarve na Primeira Globalização – Coletânea de Estudos
Coordenação:	Rui Manuel Loureiro
Autores:	Carla Vieira; Catarina Almeida Marado; Edite Alberto; Fernando Pessanha; Jorge Fonseca; Luís Costa e Sousa; Luísa Fernanda Guerreiro Martins; Maria da Graça A. Mateus Ventura; Rui Manuel Loureiro
Edição:	Direção Regional de Cultura do Algarve Projeto Magallanes_ICC
Design da capa:	Alexandra Santos
Data:	Setembro 2023
ISBN (edição digital):	978-989-35136-3-7

O projeto 0752_Magallanes_ICC_5_E é Cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional FEDER, através do Programa Interreg V-A Espanha-Portugal (POCTEP) 2014-2020

ÍNDICE

PREFÁCIO	5
NOTA DE ABERTURA	9
ESTUDOS	19
JORGE FONSECA	
Africanos e afrodescendentes no Algarve (Séculos XV-XVI)	21
CARLA VIEIRA	
Cristãos-novos e a perseguição inquisitorial no Algarve no século XVI	43
LUÍSA FERNANDA GUERREIRO MARTINS	
Para uma leitura dos estudos sobre a história da alimentação na região do Algarve (Séculos XV a XVII)	61
CATARINA ALMEIDA MARADO	
As casas religiosas do Algarve nos séculos XV e XVI	83
FERNANDO PESSANHA	
Os algarvios em Marrocos nos séculos XV e XVI (Uma breve sondagem)	103
LUÍS COSTA E SOUSA	
“E logo foram chamar o Capitão Isidoro de Almeida”: Um algarvio, entre a arquitectura e a guerra	141
EDITE ALBERTO	
Prisioneiros no Norte de África: Contributos para o estudo dos cativos algarvios (séculos XVI-XVIII)	155
MARIA DA GRAÇA A. MATEUS VENTURA	
O Algarve na rota das Índias de Castela: Balanço historiográfico	197
RUI MANUEL LOUREIRO	
Algarvios no Oriente no século XVI: Uma breve sondagem	217

PREFÁCIO

Prefácio

ADRIANA FREIRE NOGUEIRA *

A Direção Regional de Cultura do Algarve entrou como parceira do INTERREG «Magallanes_ICC», um projeto cofinanciado pelo FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional), liderado por Espanha. Este projeto envolveu, para além de outros parceiros do Algarve, também do Alentejo e Andaluzia, nesta chamada região AAA.

Partindo da motivação provocada pela comemoração do V centenário da circum-navegação de Fernão de Magalhães, a maioria do investimento dos parceiros foi aplicado na criação de centros Magalhães/ Magallanes_ICC e no desenvolvimento de projetos no âmbito das Indústrias Culturais e Criativas (ICC), relacionando-os com o evento que nos unia.

Na sequência de um anterior envolvimento na promoção dos Lugares de Globalização do Barlavento algarvio, que englobou os municípios de Aljezur, Lagos, Monchique, Silves e Vila do Bispo e teve como parceira a Vicentina – Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste, mantivemos esta delimitação

R. M. Loureiro (ed.), *O Algarve na Primeira Globalização – Coletânea de Estudos* (Faro: Direção Regional de Cultura do Algarve, 2023), pp. 7-8.

* Diretora Regional de Cultura do Algarve.

geográfica para incentivar o conhecimento histórico da época de Magalhães, naquela que pode ser chamada de Primeira Globalização. A função que nos atribuímos foi a de promover a investigação e fazer com que os seus resultados pudessem ser divulgado, não só junto de outros investigadores, através de publicações (como esta), mas também junto dos agentes culturais e profissionais, ou daqueles que estivessem interessados em desenvolver uma atividade, no âmbito das ICC, sustentada neste conhecimento produzido, provando a fecundidade da investigação histórica e as vantagens da comunicação entre áreas de trabalho distintas.

Para isso, socorremo-nos dos inestimáveis préstimos do Prof. Doutor Rui Manuel Loureiro, respeitado historiador dedicado ao estudo desta janela temporal, que, apesar da pandemia e das limitações daí advindas, promoveu os encontros de que este volume – por si organizado – dá conta, no qual estiveram envolvidos reconhecidos investigadores e investigadoras, de diversas universidades e centros de investigação, que puderam apresentar o resultado dos seus trabalhos sobre a época que nos aproxima.

A qualidade dos estudos fala por si e, com o conhecimento produzido e aqui difundido, o Algarve fica, sem dúvida, mais rico.

PALAVRAS DE ABERTURA

Palavras de Abertura

RUI MANUEL LOUREIRO *

O presente volume de estudos encontra a sua origem no projeto *Magallanes_ICC*, um projeto INTERREG cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional FEDER, através do Programa Interreg V-A Espanha-Portugal (POCTEP) 2014-2020. Este projeto transfronteiriço, desenvolvido em 2021-2023, tem a Direção Regional de Cultura do Algarve como parceira, em articulação com várias outras entidades das referidas regiões ibéricas. O projeto *Magallanes_ICC* toma inspiração na histórica expedição marítima comandada por Fernão de Magalhães, que em 1519 largou de Sevilha ao serviço de Espanha (ou antes, de Castela), com o objetivo de alcançar as ilhas de Maluco, na extremidade oriental a atual Indonésia, seguindo uma rota ocidental. Após a morte do navegador português numa das ilhas do arquipélago mais tarde designado como Filipinas, a viagem de circum-navegação seria concluída em 1522 pelo navegador de origem basca Juan Sebastián Elcano, originalmente embarcado como mestre de um dos navios da expedição.

R. M. Loureiro (ed.), *O Algarve na Primeira Globalização – Coletânea de Estudos* (Faro: Direção Regional de Cultura do Algarve, 2023), pp. 11-17.

* Professor do Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes; Investigador do Centro de Humanidades da Universidade Nova de Lisboa; Coordenador no Algarve da componente de investigação histórica do Projeto *Magallanes_ICC*.

A passagem do quinto centenário da primeira circum-navegação do globo serviu de pretexto para um projeto – designado como *Magallanes_ICC* – que tem como objetivo dinamizar a temática das Indústrias Culturais e Criativas nas regiões do Algarve, Alentejo e Andaluzia, fazendo a ponte com a investigação histórica mais recente que tem por objeto de estudo a época de Fernão de Magalhães. No âmbito deste projeto, e no domínio da investigação histórica, uma das atividades desde logo programadas foi a realização de dois *workshops* dedicados à participação do Algarve e dos algarvios na expansão marítima portuguesa dos séculos XV e XVI, e o seu enquadramento nos chamados Lugares de Globalização do Barlavento algarvio (que englobam os municípios de Aljezur, Lagos, Monchique, Silves e Vila do Bispo). Tratou-se de proceder a um urgente balanço e atualização do conhecimento histórico relativo ao período da primeira modernidade no Algarve, e em especial no Barlavento algarvio, tendo particularmente em atenção a participação no processo da chamada ‘primeira globalização’ de entidades coletivas e de atores singulares de alguma forma ligados ao território algarvio.

O primeiro *workshop* sobre «A história do Algarve e a primeira globalização», que teve lugar *on-line* em 17 de novembro de 2021, reuniu investigadores de várias universidades e centros de investigação portugueses, especialistas em diversas áreas historiográficas que abrangem os séculos XIV a XVII, e todos com relevantes publicações académicas no âmbito da história do Algarve. Estiveram presentes, para além do organizador, Rui Manuel Loureiro (ISMAT & CHAM/NOVA): João Paulo Oliveira e Costa (FSCH/NOVA & CHAM/NOVA), Maria Augusta Lima Cruz (UMinho & CHAM/NOVA), Gonçalo Melo e Silva (IEM/NOVA), Daniela Nunes Pereira (CIDEHUS-UÉvora), Marco Sousa Santos (CEAACP, UC & UAlg), Catarina de Almeida Marado (CES-UC & UAlg), Luís Filipe Oliveira (IEM-NOVA & UAlg), Nuno Vila-Santa (CIUHCT), Fernando Pessanha (CMVRS), e Luís Costa e Sousa (CHAM/NOVA).

A intervenção de abertura esteve a cargo de João Paulo Oliveira e Costa, que, destacando desde logo a especificidade histórica do «Reino do Algarve», justificadora de uma análise historiográfica específica, traçou um informado balanço dos trabalhos de investigação e também das ações de divulgação que têm sido desenvolvidos nas últimas três décadas, no âmbito da temática

«Algarve / Descobrimientos». De seguida, durante duas sessões de trabalho, oito investigadores que têm trabalhado a história do Algarve apresentaram um balanço das suas próprias contribuições para a investigação e a divulgação do tema escolhido, «A história do Algarve e a primeira globalização», avançando também com propostas concretas de áreas e temas que ainda carecem de investigação, e que deveriam ser desenvolvidos futuramente. A concluir o *workshop*, Maria Augusta Lima Cruz fez um balanço de todas as intervenções, no qual não só sistematizou as áreas de investigação que têm merecido mais desenvolvimento, mas também traçou as mais importantes lacunas que importará colmatar em investigações futuras.

O *workshop* permitiu fazer um primeiro balanço crítico do «estado da questão», no que toca às investigações sobre a história do Algarve e as suas conexões com o período da primeira globalização (basicamente, séculos XV e XVI). Valerá a pena lembrar algumas das conclusões que ficaram expressas no relatório do primeiro *workshop*, bem como algumas das linhas de rumo que foram visíveis na generalidade das comunicações apresentadas:

- A existência de uma especificidade ‘algarvia’ na história de Portugal, que faz do *reino do Algarve* talvez a única região nacional onde faz sentido pensar numa ‘história regional’ (com exceção dos arquipélagos atlânticos, evidentemente).
- O caráter de fronteira do Algarve, simultaneamente ligado ao ‘reino’ de Portugal, a Marrocos, aos arquipélagos atlânticos e ao mundo mediterrânico, o que faz dele uma região extremamente cosmopolita.
- A importância das viagens de descobrimento e da expansão além-mar, nos séculos XV e XVI, na configuração desse Algarve cosmopolita, com importantes reflexos na vida quotidiana, nas atividades económicas, na formação das elites, na própria evolução urbana.

Em várias apresentações foi igualmente destacado o papel fundamental dos trabalhos de investigação de Joaquim Romero Magalhães, que lançaram as bases de um conhecimento rigoroso e documentado do passado algarvio no período da primeira globalização, e nomeadamente com duas obras maiores:

- *Para o estudo do Algarve económico durante o século XVI*, originalmente impresso em Lisboa, nas Edições Cosmos, em 1970, e que há pouco foi reimpressa pela editora Sol, Sul e Sal, em Loulé, em 2019 (veja-se a recensão de Luís Filipe Oliveira, «Também para o estudo do Algarve», *Al-ulya: Revista do Arquivo Municipal de Loulé*, n. 21, 2019, pp. 97-102);
- *O Algarve económico: 1600-1773*, publicado em Lisboa, pela Editorial Estampa, em 1993 (veja-se a recensão crítica de Jean-Frédéric Schaub, publicada em «La péninsule Ibérique: Comptes rendus», *Annales: Histoire, Sciences Sociales*, vol. 46, n. 5, 1991, pp. 1155-1157).

Enfim, foram avançadas numerosas pistas de investigação a desenvolver no futuro, e foram sugeridas possíveis atividades de aprofundamento, que incluem, por exemplo, a criação de uma revista periódica sobre História do Algarve e a realização de encontros regulares de História do Algarve. Algumas comunicações chamaram a atenção para a experiência já existente a este nível em diversos municípios algarvios, como Lagos (com as atividades da extinta Comissão Municipal dos Descobrimentos), Portimão (com as atividades do Instituto de Cultura Ibero-Atlântica) e Loulé (com a publicação da revista *Al-ulya* e a realização de regulares jornadas de investigação).

De entre as várias sugestões apresentadas no decorrer do *workshop*, caberá destacar a importância da publicação (ou republicação) de fontes históricas, e nomeadamente duas delas, repetidamente mencionadas por vários intervenientes, a saber:

- A publicação de uma nova edição da «Corografia do reino do Algarve» de Frei João de São José, de 1577, a mais exaustiva descrição do Algarve quinhentista, cujos manuscritos se encontram na Biblioteca Nacional de Portugal e na biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa. Esta fonte narrativa foi incluída na obra *Duas Descrições do Algarve do Século XVI: Frei João de S. José, Corografia do Reino de Algarve (1577) e Henrique Fernandes Sarrão, História do Reino do Algarve (circa 1600)*, publicada em Lisboa pelas Edições Sá da Costa em 1983, sob a responsabilidade de Joaquim Romero Magalhães e de Manuel Viegas Guerreiro.

- A publicação de uma nova edição do relato da «Jornada de D. Sebastião ao Alentejo e ao Algarve», datado de 1573, da autoria do cronista João Cascão, cujos manuscritos se conservam no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e na biblioteca da Casa de Cadaval, e que foi incluído na obra *Uma Jornada ao Alentejo e Algarve*, de Francisco Sales de Loureiro, editada em Lisboa pelos Livros Horizonte, em 1984.

Um segundo *workshop* sobre «A História do Algarve e a Primeira Globalização – Estado da Questão» teve lugar *on-line*, no dia 31 de março de 2022. O encontro contou com a participação de oito especialistas em História do Algarve / Primeira Globalização, ou seja, historiadores que têm centrado as suas investigações no período compreendido entre os séculos XV e XVI, mas que simultaneamente têm prestado especial atenção ao Algarve no âmbito deste contexto histórico: Filipe Castro (CEF/UCoimbra), Luísa Martins (na altura ligada à Câmara Municipal de Loulé & CIDEHUS/UÉvora), Manuel F. Fernández Chaves (Universidad de Sevilla), Maria da Graça A. Mateus Ventura (ICIA & CH/ULisboa), Fernando Pessanha (Câmara Municipal de Vila Real de Santo António), Edite Alberto (CHAM/NOVA), Carla Vieira (CHAM/NOVA & Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste), Rui Manuel Loureiro (ISMAT & CHAM/NOVA).

A cada especialista foi solicitado que centrasse a sua intervenção numa dada temática, procurando fazer um balanço historiográfico, através duma análise do ‘estado da questão’: por um lado, analisar o que tem sido investigado em determinada área ou temática, depois, sistematizar os principais resultados alcançados, e finalmente, avançar com hipóteses de pesquisa ainda em aberto, que poderão propiciar futuros desenvolvimentos. Este segundo *workshop* permitiu aprofundar os resultados já alcançados na primeira reunião de especialistas, que ocorreu em novembro de 2021, concluindo um primeiro balanço crítico do «estado da questão», no que toca às investigações sobre a História do Algarve e as suas conexões com o período da chamada Primeira Globalização

O conjunto das apresentações traçou um panorama muito abrangente e muito rigoroso da sociedade algarvia nos séculos XV e XVI, todas elas destacando o

impacto decisivo das viagens de descobrimento e exploração que deram lugar à chamada Primeira Globalização. De entre as linhas de rumo destacadas por vários intervenientes, podem sublinhar-se o desenvolvimento da rede de investigadores que ficou esboçada nos dois *workshops*, o investimento na publicação de fontes documentais e narrativas, e a realização de encontros regulares de investigadores. Foi igualmente destacada a importância de investir em atividades e programas de divulgação pelo grande público do conhecimento produzido pelos investigadores.

Na sequência da realização dos dois *workshops*, foi pensada a publicação de um volume de estudos que reunisse as principais contribuições dos especialistas neles presentes. É o volume que agora se publica, embora, como sempre sucede nestes casos, nem todos os investigadores tenham tido possibilidade de se comprometerem com a entrega de um texto em tempo útil. Os afazeres no mundo académico e da investigação são sempre numerosos, e nem sempre existe a capacidade de responder a todos os desafios.

De qualquer forma, foi possível reunir no presente volume oito estudos de participantes dos *workshops*, a saber: Carla Vieira, que tratou da questão da Inquisição no Algarve; Catarina de Almeida Marado, que abordou a história dos conventos algarvios na época da primeira globalização; Edite Alberto, que estudou o problema do resgate de cativos em terras norte-africanas; Fernando Pessanha, que se debruçou sobre a presença dos algarvios em Marrocos nos séculos XV e XVI; Luís Costa e Sousa, que abordou um pouco estudado tratadista algarvio de questões militares; Luísa Martins, que estudou as questões da alimentação; Maria da Graça Ventura, que trabalhou a diáspora algarvia no Novo Mundo; e Rui Manuel Loureiro, que seguiu o percurso de alguns algarvios em terras do Oriente no século XVI. Um texto mais foi recebido, de Jorge Fonseca, abordando a problemática da escravatura, o qual, apesar de não ter podido estar presente nos *workshops*, não quis deixar de responder positivamente ao desafio que lhe havia sido lançado.

Em nome da organização destes eventos, aqui ficam os mais sinceros agradecimentos a todos os que graciosamente acederam participar neste volume, assim contribuindo para aprofundar os nossos conhecimentos sobre a história do Algarve na época da primeira globalização. Embora tratando-se de

trabalhos de investigação histórica, diversos autores conferiram aos seus textos um carácter mais divulgativo, contribuído assim decisivamente para um dos grandes objetivos do projeto *Magallanes_ICC*, o de fazer chegar a todos aqueles que desenvolvem atividades no âmbito das Indústrias Culturais e Criativas matérias de estudo que lhes permitam abordar de forma mais acessível, mas sempre rigorosa, as temáticas historiográficas em análise. Agradecimentos são também devidos à Câmara Municipal de Loulé, pelas facilidades concedidas à participação de Luísa Martins num dos encontros de investigadores, e à Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, por ter também concedido facilidades relativamente à participação de Fernando Pessanha em ambos os encontros.

O volume de estudos que agora se apresenta, resultado visível da componente de investigação histórica do projeto *Magallanes_ICC*, pretende facultar a todos aqueles que se interessam pela História do Algarve elementos de estudo e de consulta que possibilitem um mais amplo conhecimento do passado histórico do Algarve na época da Primeira Globalização.

ESTUDOS

Africanos e afrodescendentes no Algarve (Séculos XV-XVI)

JORGE FONSECA *

Pensar em africanos e seus descendentes no território português, durante os séculos XV e XVI é, obviamente pensar, quase exclusivamente, em escravos negros e na população livre deles descendente. E isso se passa no Algarve. Mas, se em relação a locais como Lisboa, Évora e outros centros urbanos, são conhecidas personalidades africanas sem origem cativa, normalmente de elevado estatuto social, como embaixadores, príncipes e cortesãos dos estados africanos com que a coroa lusitana mantinha boas relações, quanto ao território algarvio essas presenças são pouco evidentes. Por isso, é a escravos que iremos referir-nos, considerando tratar-se de pessoas submetidas ao mais extremo regime de exploração, que as tinha convertido em propriedade dos respetivos senhores. As formas de entrada nesse ínfimo estatuto social, quanto a Portugal, eram a captura em ações de violência em África, normalmente por africanos, e a sua posterior venda a traficantes portugueses, assim como o nascimento de mãe

R. M. Loureiro (ed.), *O Algarve na Primeira Globalização – Coletânea de Estudos* (Faro: Direção Regional de Cultura do Algarve, 2023), pp. 21-41.

* Doutor em Estudos Portugueses pela Universidade Nova de Lisboa. Investigador.

cativa. As designações com que surgem mencionados nas fontes documentais algarvias são as de *servo*, *escravo*, *cativo* e *sujeito*.

A origem histórica da presença maciça de cativos negros em Portugal foram as viagens de exploração, comércio e conquista empreendidas, pela coroa e particulares, ao longo da costa africana desde o século XV. Antes disso, a mão-de-obra escrava era formada sobretudo por brancos islâmicos do Norte de África ou da Península Ibérica, vítimas da guerra santa que opôs, durante séculos, cristãos e muçulmanos, e também por brancos de origem oriental, como tártaros e russos, traficados, desde as costas do Mar Negro, por genoveses, venezianos e catalães, para o Ocidente.¹ Os cativos negros eram já conhecidos de há longo tempo no país, mas em número reduzido, trazidos por caravanas através do Sara, para as costas magrebina.²

A partir da conquista de Ceuta, em 1415, a supressão desse núcleo de pirataria muçulmana sobre os navios cristãos e a sua conversão em base de apoio do curso lusitano às embarcações islâmicas nas imediações do Estreito de Gibraltar, favoreceram o alargamento para sul das navegações na costa marroquina. Essa atividade, desenvolvida sob a égide do infante D. Henrique e da Ordem de Cristo, acabou por pôr os Portugueses em contacto com territórios habitados por populações negras, e com a escravidão e o tráfico existentes nessas regiões.³ Se até à década de 1440 os navegantes lusos se entregavam ao assalto das povoações da costa, para captura dos respetivos habitantes, trazidos para o reino como escravos, a partir daí a atividade predadora deu lugar à compra de cativos em mercados já organizados para o efeito. Luís de Cadamosto deu-se conta da transformação operada nesse processo pela criação da feitoria de Arguim:

«este tráfico de Arguim foi ordenado há pouco tempo para cá,
porque antes as caravelas de Portugal costumavam vir a este golfo
... armadas ... prendiam destes árabes ... e traziam-nos a

¹ Jacques Heers, *Escravos e servidão doméstica na Idade Média*, Lisboa, Dom Quixote, 1983, pp. 71-75.

² Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a economia mundial*, v. IV, 2ª. Edição, Lisboa, Presença, 1983, p. 155.

³ Rui Loureiro, *Lagos e os Descobrimentos (até 1460)*, Lagos, Câmara Municipal, 1991, p. 45 e 48.

Portugal para vender. Mas ... há um certo tempo para cá tudo se reduziu à paz e trato de mercadoria e não consente o dito senhor Infante que seja feito mais dano a nenhum».⁴

Embora a causa principal dessa alteração estivesse ligada a razões práticas de maior rentabilidade e segurança das expedições, a razão assinalada pelo italiano foi a maior facilidade de conversão ao Cristianismo das populações africanas. De 1445 a 1464 foi capitão e governador da feitoria o antigo almoxarife de Lagos Soeiro Mendes de Évora, a quem foi dada licença para adquirir escravos na costa sariana, de que pagava uma parte ao rei, negócio que manteve até 1471.⁵

Da primeira fase de obtenção de cativos, de carácter medieval e guerreiro, é expressivo testemunho a conhecida descrição de Gomes Eanes de Zurara do desembarque em Lagos, em 1444, de uma carga de 235 «mouros» capturados na costa de Arguim por uma expedição organizada, para esse efeito, por Lançarote de Freitas, almoxarife daquela vila algarvia. O relato do cronista não deixou de referir o diferente aspeto físico (resultado, talvez, dos diversos locais de captura) dos homens, mulheres e crianças assim trazidos à força das suas terras de origem e repartidos, junto aos muros da povoação, em cinco lotes, para que o infante, que assistia à operação, pudesse cobrar o respetivo quinto:

«os quais ... era uma maravilhosa cousa de ver, que entre eles havia alguns de razoada brancura, fermosos e apostos; outros menos brancos, que queriam semelhar pardos; outros tão negros como etíopes, tão desafeiçoados assim nas caras como nos corpos, que quase parecia, aos homens que os esguardavam, que viam as imagens do hemisfério mais baixo».⁶

A associação dos Negros ao Inferno foi recorrente nas referências a africanos feitas por europeus, como a do flamengo Nicolau Clenardo, já no século XVI,

⁴ Luís de Cadamosto, *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1988, pp. 104-105.

⁵ António Almeida Mendes, «Traite des maures – traite des noirs, ou les visages de l'esclavage au Portugal (XV-XVI. e siècles)», *Trabalho forçado africano. Experiências coloniais comparadas*, Porto, Campo das Letras, 2006, p. 20.

⁶ Gomes Eanes de Zurara, *Crónica de Guiné*, Porto, Civilização, 1973, p. 122.

quando, chegado a Évora em 1533, se imaginou numa cidade do Inferno, tantos eram os negros que via.⁷ Tal conotação negativa foi evidenciada pela literatura quinhentista, em que a cor negra evocava a velhice,⁸ a doença e o pecado.⁹

Lagos começou por ser o principal porto de entrada de escravos no país, por constituir a sede das navegações henriquinas¹⁰ e terem sido elas a desencadear a procura de cativos e o tráfico negreiro. Aí foi estabelecida a Feitoria dos Tratos da Guiné. Mas nas últimas décadas do século XV Lisboa adquiriu a primazia no comércio dessa mão-de-obra e a dispor, nos anos 80 desta centúria, do Almoarifado dos Escravos.¹¹ A partir de 1512 D. Manuel I, por motivos de controlo fiscal, determinou o exclusivo do respetivo porto no desembarque de cativos, ficando reservada a outros destinos a arribada por razões de força maior, como as adversas condições do tempo.¹² Por isso a cidade do Tejo se viria a transformar, no século XVI, no maior centro de tráfico e de utilização de escravos do reino e um dos maiores da Península Ibérica, em paralelo com Sevilha.

Em Lagos e outros portos do Algarve, no entanto, continuariam a dar entrada numerosas cargas humanas, por conta da coroa e de traficantes, do que foi exemplo, em 1490 e entre 1493 e 1496, a receção de 739 peças de cativos pelo almoxarife da vila.¹³ E tal sucedeu mesmo depois de 1512, como ocorreu em 1518, quando, por ordem real, foram vendidas em Tavira 140 peças vindas de Arguim,¹⁴ outras vezes ao abrigo das exceções previstas na lei, outras ainda ilegalmente, com escravos vindos de Cabo Verde, Rios da Guiné e São Tomé, comprados no Algarve por castelhanos e levados, sem pagar a dízima, à Andaluzia, frequentemente reencaminhados para as Índias de Castela.¹⁵ Em

⁷ Alphonse Roersch, *Correspondance de Nicolas Clénard*, Tomo I, Bruxelles, Palais des Académies, 1940, p. 54.

⁸ Gil Vicente, *As obras de Gil Vicente*, v. II, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2002, p. 303.

⁹ António Ribeiro Chiado, *Teatro*, Porto, Lello e Irmão, 1994, pp. 131 e 141.

¹⁰ Rui Manuel Loureiro, *Lagos e os Descobrimentos (até 1460)*, p. 56 e 59-61.

¹¹ Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a economia mundial*, v. IV, p. 169.

¹² António Brásio, *Monumenta Missionaria Africana. África Ocidental (1550-1569)*, 2ª. Série, v. II, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1963, p. 51.

¹³ Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a economia mundial*, v. IV, p. 169.

¹⁴ *Arquivo Histórico Português*, v. IX, Lisboa, 1914, p. 434.

¹⁵ Joaquim A. Romero Magalhães, *Para o estudo do Algarve económico durante o século XVI*, Lisboa, Cosmos, 1970, pp.198-199.

agosto de 1569 desembarcaram no termo de Loulé (provavelmente no porto de Farroilhas¹⁶) 21 cativos, trazidos de Lisboa por Simão de Madril, certamente para serem vendidos na região. Tendo os escravos sido encontrados no lugar de Gondra, as autoridades locais obrigaram-nos a ficar 30 dias de quarentena no local, por virem de uma cidade onde, ao tempo, grassava um surto de peste e poderem vir a ser fonte de contágio.¹⁷

Um aspeto relevante da existência de população submetida à escravidão é o do seu peso numérico no conjunto da população, quer em termos absolutos quer percentuais. A referência mais exata dessa realidade, por se basear numa estimativa a tal destinada, foi a de Cristóvão Rodrigues de Oliveira, guarda-roupa do arcebispo de Lisboa, que em 1551 calculou o número de escravos da cidade em 9.950, correspondentes a 9,95% dos 100.000 habitantes.¹⁸ Se àquele número acrescentarmos 18% de crianças menores de 7 anos (que não eram incluídas nos róis de confessados, fonte em que Oliveira se baseou), chegaremos a 11.741 indivíduos numa população de 118.000 pessoas, e a mesma percentagem.¹⁹ É a única contagem de cativos de todo o país.

Para colmatar a falta de informações do mesmo tipo para outras terras e épocas é forçoso recorrer-se a outras fontes, como as paroquiais, nomeadamente os registos de batismos, os quais só nos permitem uma aproximação ao número de escravos, devido sobretudo à deficiência que se verificava no cumprimento da obrigação de batizar os cativos, imposta tanto pela Coroa²⁰ como pela Igreja.²¹ A mesma podia dever-se à incúria e desinteresse dos donos, ao desleixo do clero e à falta de motivação dos próprios destinatários desse ato e dos seus progenitores. Frei Francisco da Conceição, religioso carmelita presente no

¹⁶ Leal de Oliveira, «Subsídios para a localização de Farroilhas, antigo porto do termo de Loulé», *Anais do Município de Faro*, Faro, Câmara Municipal, 1977, pp.244-245.

¹⁷ Arquivo Municipal de Loulé, Livro de Atas de Vereações de 1568-1570, f. 159; Eugénio Leal de Oliveira, «Subsídios para a localização de Farroilhas, antigo porto do termo de Loulé», *Anais do Município de Faro*, n.º. 7, Faro, Câmara Municipal, 1977, p. 244.

¹⁸ Cristóvão Rodrigues de Oliveira, *Sumário em que brevemente se contém algumas cousas (assi eclesiásticas como seculares) que há na cidade de Lisboa (1551)* (Publicado com o título *Lisboa em 1551*), Lisboa, Horizonte, 1987, p. 101; A. C. de C. M. Saunders, *História social dos escravos e libertos negros em Portugal (1441-1555)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994, p. 84.

¹⁹ Jorge Fonseca, *Escravos e senhores na Lisboa quincentista*, Lisboa, Colibri, 2010, p. 89.

²⁰ *Ordenações manuelinas*, Liv. 5, Tít. 99, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 300-301.

²¹ *Constituições do arcebispado de Lisboa*, Lisboa, 1537.

concílio de Trento, defendeu que os maus tratos infligidos pelos senhores aos escravos levavam a que eles recusassem o batismo ou o dos filhos, que em nada os beneficiaria.²²

Por tudo isso, teremos que considerar os valores fornecidos pelos registos de batismos como incompletos e meramente tendenciais, úteis sobretudo em termos comparativos entre regiões e localidades, por as causas daquelas limitações terem sido, provavelmente, constantes ao longo do país.

Outro recurso disponível são os registos de óbitos. Relativamente ao mesmo pode-se colocar a reserva de que os cativos que iam sendo libertos ao longo da vida, prática muito comum, mas em percentagem que é desconhecida, não eram registados nessa condição quando faleciam. Para este fim pode-se recorrer, além dos registos paroquiais de óbitos, aos sepultados pelas misericórdias.²³ O principal obstáculo à utilização dos róis de confessados, outra possibilidade, parece-nos ser a sua existência em número limitado. Pode, no entanto, fornecer pistas sobre o peso dos escravos na população maior de sete anos, obrigada à confissão e à comunhão.²⁴

Tendo em consideração estes pressupostos, conclui-se que, no século XVI, época em que se iniciaram os registos paroquiais, as informações facultadas permitem incluir o Algarve nas regiões com mais trabalhadores cativos, com 8,4% de escravos batizados em relação ao total de batizados, quando o Vale do Tejo contava 7,81%, a «Península» de Setúbal 5,82% e o Baixo Alentejo 6,4%. Nos territórios mais a norte e do interior estes números eram progressivamente menores, com o atual Alentejo Central a mostrar 5% de batismos de escravos no total de batismos e o Alto Alentejo 3%.²⁵

²² Alessandro Dell'Aira, «Schiavitù: il silenzio del Concilio di Trento», *Nuove Effemeridi*, n.º 54, Palermo, Edizioni Guida, 2001, pp. 60-61.

²³ A. C. de C. M. Saunders, *História social dos escravos e libertos negros em Portugal (1441-1555)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994, p. 93, notas 54 e 55; Joaquim A. Romero Magalhães, *Para o estudo do Algarve económico durante o século XVI*, pp. 230-231.

²⁴ A. C. de C. M. Saunders, *História social dos escravos e libertos negros em Portugal*, p. 88; J. Fernandes Mascarenhas, *A população de Moncarapacho no século XVI, livre e escrava, através de róis de confessados inéditos*, Olhão, A Voz de Olhão, 1985.

²⁵ Jorge Fonseca, *Escravos no sul de Portugal. Séculos XVI-XVII*, Lisboa, Vulgata, 2002, p. 25.

No entanto, dentro da região algarvia verificavam-se diferenças significativas, atribuíveis não só à localização geográfica (maior ou menor proximidade do litoral e dos portos de entrada de cativos) mas também ao maior ou menor dinamismo económico. Vilas como Lagos e Portimão, dotadas de comércio e indústria ativos e portos de chegada esporádica de carregamentos de cativos, mostravam números acima da média, de 11,53% e 15,84% respetivamente. Freguesias rurais de Alcoutim, como Martim Longo e Vaqueiros, povoações interiores, caracterizadas por uma economia agropecuária, apresentavam uma percentagem de 3,15%, em média.²⁶ Estudos recentes confirmam tais diversidades. Enquanto Loulé, sede de município e próspero centro económico, entre 1575 e 1600 tinha um valor percentual de 8,47% de batismos de escravos,²⁷ o lugar de Lagoa, pertencente ao termo de Silves e que, embora localizado num território fértil, dependia da cerealicultura e produção de fruta, entre 1591 e 1625 contou apenas com 2,57%.²⁸

A posse de mão-de-obra cativa dependia do interesse dos potenciais senhores em dispor dela e da capacidade económica para os comprar e manter, dado que, mesmo os que nasciam em casa, de servas dos donos, precisavam de ser alimentados, calçados, vestidos e tratados em caso de doença. Por isso, quem dispunha de escravos eram aquelas pessoas a quem a utilidade destes compensava os custos de os possuir. Tratava-se de uma minoria social abastada, que na sua maior parte geria e vivia das atividades mais importantes da região, ou seja, da agricultura e da criação de gado, mas também, em menor escala, do comércio e de alguns ofícios. A estes juntavam-se clérigos em serviço nas paróquias algarvias e detentores de cargos públicos, na sua maioria membros da nobreza regional.

Frei João de São José, autor da *Corografia do reino do Algarve* (1577), referindo-se à fertilidade do território algarvio e às suas produções mais destacadas, os cereais, o gado, o azeite e o figo, não deixou de mencionar a intervenção dos escravos na agricultura ao afirmar que existiam proprietários que faziam «nas suas

²⁶ Jorge Fonseca, *Escravos no sul de Portugal*, p. 25.

²⁷ Jorge Fonseca, «Escravos em Loulé no século XVI», *Al-Ulya*, n.º. 26, Loulé, Arquivo Municipal, 2022 (Em Publicação).

²⁸ Jorge Fonseca, «Escravos e donos de escravos em Lagoa (1591-1700)», *Arade. Revista do Arquivo Municipal de Lagoa*, n.º. 1, Lagoa, Câmara Municipal, 2022, p. 32.

quintas quinhentos, seiscentos alqueires de azeite, com seus negros e pessoas de casa». ²⁹ Joaquim Romero Magalhães divulgou uma fonte que referia um dos maiores proprietários de Loulé, João Neto de Contreiras, que em 1574 «era uma das pessoas poderosas da terra e que tinha muitos bois e bestas e escravos». ³⁰

Entre os artesãos donos de cativos os registos paroquiais destacam ferradores e ferreiros. Os mercadores eram também um grupo com relevo nos que tinham escravos ao seu serviço. Médicos, escritvães e tabeliães, membros do setor dos serviços com profissões rendosas, surgem esporadicamente referidos entre os senhores. O mesmo se passava com militares, como Tomé Gonçalves, capitão da fortaleza de Porches ³¹ e Lourenço de Távora, governador de Lagos. ³² Os padres constituíam também um grupo assinalável de proprietários de cativos.

A condição dos donos permite deduzir o trabalho dos escravos. Os que estavam ao serviço de proprietários e arrendatários de terras eram, como foi comprovado, empregados no labor das terras e no pastoreio do gado. Os que eram detidos por comerciantes e artesãos, se eram do sexo masculino, podiam também ser utilizados por estes nas respetivas oficinas, lojas e transporte de produtos. Mas podiam e eram certamente, sobretudo os do sexo feminino, usados nos serviços domésticos dos donos, como limpezas, preparação das refeições, amassar o pão, buscar água às fontes, acompanhamento dos respetivos filhos e fazer compras e recados. O mesmo se passava com os que pertenciam a proprietários agrícolas. Mas havia igualmente cativas empregues no transporte de cereais para os moinhos, como sucedia em Loulé. ³³

Os servos do sexo masculino pertencentes a membros destacados da nobreza, como Jorge Furtado de Mendonça, comendador de Loulé ³⁴ e D. Afonso de Meneses, em Portimão, ³⁵ eram provavelmente ocupados como moços de estrebaria, a exemplo do que acontecia por todo o país.

²⁹ Manuel Viegas Guerreiro e Joaquim Romero Magalhães (Ed.), *Dois descrições do Algarve do século XVI*, Lisboa, Sá da Costa, 1983, p. 117.

³⁰ Joaquim Romero Magalhães, *Para o estudo do Algarve económico durante o século XVI*, p. 108.

³¹ Torre do Tombo, Registos Paroquiais de Lagoa, Liv. 1 de Mistos, f. 5.

³² Jorge Fonseca, *Escravos no sul de Portugal*, p. 42.

³³ Arquivo Municipal de Loulé, Livro de Atas de Vereações de 1578-1579, f. 82.

³⁴ Torre do Tombo, Registos Paroquiais de Loulé, Liv. 4 de Mistos, f. 33 v.

³⁵ Jorge Fonseca, *Escravos no sul de Portugal*, p. 41.

Outro modo de empregar os escravos, a que muitos donos recorriam como forma de os rentabilizar, era permitir que trabalhassem por sua conta, cobrando esses senhores parte do que auferiam. João Brandão de Buarcos afirmou que em Lisboa, em 1552, as negras do pote, que vendiam água pela cidade, davam aos senhores metade do que ganhavam.³⁶ Tratava-se do regime dos «negros de ganho», que levava muitos indivíduos a comprar escravos com esse fim, como forma de investimento. Para os cativos nele inseridos era um meio de, ao fim de alguns anos de labuta, reunirem a importância em dinheiro necessária para comprarem ao senhor a sua liberdade. O facto de laborarem autonomamente, introduzindo a noção de salário na relação dono-escravo,³⁷ permitia-lhes adquirir hábitos de gestão, o que os habilitaria, mais tarde, a exercer com êxito uma profissão.

A esse regime estava, frequentemente, associada a permissão de esses cativos viverem em casa própria, obviamente arrendada. As câmaras, no entanto, opuseram-se quase sempre a essa prática, por recearem que eles albergassem escravos fugidos aos donos, assim como o que lhes tivessem roubado. Isso fez a câmara de Loulé em 1569, obrigando quem já lhes tivesse alugado casas a despejá-los, com pena de multa a quem o não fizesse.³⁸ Também em Ayamonte (Andaluzia) as autoridades proibiram, em 1590, que os cativos tivessem casas próprias, sob a pena de 2.000 maravedis aos donos que os autorizassem e de 50 açoites e 20 dias de cadeia a eles mesmos.³⁹

No Algarve encontram-se também reflexos desse modelo de relações laborais com lucros partilhados, como na venda de pescado, tendo as autoridades louletanas regulamentado a sua atividade.⁴⁰

As condições materiais de vida que eram dadas aos cativos eram as que garantiam a sua sobrevivência e esforço ao serviço dos donos. Viviam, quase

³⁶ João Brandão de Buarcos, «Majestade e grandezas de Lisboa em 1552», *Arquivo Histórico Português*, v. IX, Lisboa, 1916, p. 76.

³⁷ Bernard Vincent, «La schiavitù nella Penisola Iberica», *Nuove Effemeridi*, n.º. 54, p. 67.

³⁸ Arquivo Municipal de Loulé, Livro de Atas de Vereações de 1568-1570, f. 8 v. e 154 v.

³⁹ Antonio Manuel González Díaz, *La esclavitud en Ayamonte durante el Antiguo Régimen (Siglos XVI, XVII y XVIII)*, Huelva, Diputación Provincial, 1996, p. 98.

⁴⁰ Arquivo Municipal de Loulé, Livro de Atas de Vereações de 1578-1579, f. 9 v.

sempre (com a exceção, já mencionada, dos «negros de ganho») em casa dos senhores, dormiam em camas simples (formadas por colchão ou enxergão, lençóis e mantas) colocadas sobre estrados, esteiras ou arcas, tal como sucedia com os criados e filhos da casa. Os leitos, na época moderna, eram raros, normalmente um só em cada domicílio, destinado ao casal que aí morava. As peças de vestuário eram comuns à restante população, não existindo, naturalmente, roupas próprias de escravos. Conhecem-se quer através dos legados que lhes eram feitos em testamentos e cartas de alforria, quer nas procurações destinadas à sua recuperação, nos casos de fuga. A alimentação era também igual, por eles confeccionada, embora se suponha que não partilhavam dos melhores pratos. Quando adoeciam era do interesse dos donos tratá-los ou entregá-los a cuidados médicos. Existem bastantes exemplos desta realidade, embora outros fossem vítimas da incúria dos senhores, sobretudo quando já eram idosos e pouco podiam trabalhar.

Em termos afetivos a sua vida decorria ao sabor do carácter e humor dos proprietários e do seu próprio comportamento e capacidade para atrair a respetiva benevolência. Por isso, as reações dos escravos ao relacionamento com os senhores variavam bastante, desde as tentativas de fuga, principalmente dos mais jovens do sexo masculino, coroadas de êxito ou fracassadas, até tornarem-se, no caso das cativas, suas amantes.

O destino mais procurado pelos escravos algarvios que se evadiam do poder dos donos era alcançar a Andaluzia, onde poderiam «desaparecer» entre a numerosa população afrodescendente de cidades como Sevilha, Córdova e outras, ou chegar ao território africano, através do estreito de Gibraltar. No entanto, muitos deles não passavam de Ayamonte, sendo aí aprisionados poucos dias depois de abandonarem as casas dos proprietários, como sucedeu em 1593 com Barnabé, de 23 anos, fugido a Manuel Neto da Costa, de Loulé, por este o maltratar e castigar com pauladas, e que acabou por ser vendido na vila raiana.⁴¹ Os que regressavam ao domínio dos senhores podiam ter como certo o respetivo castigo em açoites e, muitas vezes, a imposição de cadeias e a marcação no rosto, a ferro em brasa, da letra *f* (fujão), que lhes dificultaria reincidirem nesse ato.

⁴¹ Antonio Manuel González Díaz, *La esclavitud en Ayamonte durante el Antiguo Régimen (Siglos XVI, XVII y XVIII)*, Huelva, Diputación Provincial, 1996, p. 85.

Há também indícios de boas relações entre cativos e seus donos, que se manifestam nas cartas de alforria e nos testamentos destes. Alguns desempenhavam tarefas de responsabilidade, como tratar de negócios e entregar importâncias em dinheiro por conta dos amos. Outros provavelmente afeiçoaram-se às crianças dos lares a que pertenciam, as quais tinham criado, assim como aos senhores, quando foram bem tratados por estes. Em muitos casos, como as fontes da época comprovam, as cativas converteram-se em concubinas dos senhores. Mas isto nem sempre era sinónimo de uma forte ligação afetiva entre ambos, pois a dependência em que as escravas estavam dos respetivos amos dificilmente lhes permitiria furtarem-se à sua vontade. Alessandro Stella considerou-as como «escravas para a liberdade sexual dos seus senhores».⁴² Esse facto levou a que muitos pequenos cativos nascidos em lares algarvios fossem filhos das escravas e dos seus donos. Ou então, de outros homens livres, familiares, criados ou vizinhos dos mesmos. Alguns desses progenitores viriam a libertá-los do cativo.

A grande maioria dos registos de batismo de cativos só incluía o nome da respetiva mãe (essencial para caracterizar os recém-nascidos como escravos). Em relação ao pai usavam-se expressões como: «pater incertus», «pater ignoratur», «o pai Deus o sabe», «filho dos vapores da terra» ou, simplesmente, incógnito. Este facto devia-se também às dificuldades que a sociedade colocava ao casamento dos cativos. Embora a Igreja defendesse o seu matrimónio, como forma de os integrar na Cristandade, na prática esse ato restringia os direitos dos senhores em relação aos escravos. Se um amo tivesse dado consentimento a uma união, os deveres do cativo para com o cônjuge (a prática do matrimónio) teriam prioridade sobre o serviço do senhor, quando não fossem conciliáveis.⁴³ Isso ocorria se o senhor necessitasse de deslocar o escravo para um local afastado ou o quisesse vender para uma localidade em que a vida do casal ficasse impedida. Por isso, a maioria dos senhores criava dificuldades ao matrimónio dos cativos.

⁴² Alessandro Stella, «Des esclaves pour la liberté sexuelle de leurs maîtres», *Clio. Histoire, femmes et société*, n.º. 5, 1997, pp. 191-209.

⁴³ *Compêndio e sumário de confesores*, Viseu, 1569, pp. 265-266; *Manual de confesores e penitentes* (Prefácio de Martin de Azpilcueta Navarro), Coimbra, 1549, p. 348.

Em relação aos escravos predominava na sociedade uma atitude preconceituosa, que os considerava pouco dignos de confiança, com tendência para o furto e para infringir as normas. É provável que a mesma se baseasse na realidade (embora exagerando-a), devido à sua pobreza. O escravo, em princípio, nada possuía, nem a si próprio. Apenas dispunha do que os donos lhe dessem para seu uso, como vestuário e calçado, assim como do parco pecúlio que fosse amealhando com algumas dádivas. Só os que laborassem por conta própria podiam juntar importâncias mais significativas. As fontes municipais de Loulé referem inúmeras multas a cativos por invasão de terrenos privados para roubo de fruta e outros produtos.⁴⁴ As câmaras tentavam também impedir que se lhes comprasse alguma coisa, por poder ter sido roubado, e que alguém lhes alugasse casas, para evitar que acolhessem outros escravos e o produto dos furtos que tivessem praticado, para cuja compra não faltavam recetadores. Medidas como essas tomou a câmara de Loulé em 1569 e 1595.⁴⁵ Aos cativos culpados de furto eram aplicados 20 açoites junto do pelourinho, em vez da pena de multa, que sofreria um indivíduo livre que cometesse os mesmos roubos.⁴⁶ Se fossem multados, o castigo seria para os donos, que teriam que pagar a mesma.

Também não eram autorizados a transportar produtos alimentares sensíveis, como cereais para os moinhos e farinha resultante da moagem, por receio de que os adulterassem. Isso aconteceu em Loulé em 1591 e 1595.⁴⁷

O preconceito social e racial que impedia sobre eles chegou ao extremo de o seu batismo não ser registado nos respetivos livros paroquiais, apesar de se ter certamente efetivado, pois era obrigatório,⁴⁸ neste caso por opção dos párocos, que devem ter considerado que crianças de tão baixa condição não justificavam essa breve referência escrita. Tal facto é significativo, dado que a conversão dos «ínfiéis» ao Cristianismo (cuja porta de entrada era o batismo) sempre fora apontado pela Coroa e pela Igreja como a justificação da sua escravização. Tal

⁴⁴ Luís Miguel Duarte, «As atas da Câmara de Loulé do século XV», *Al-Ujya*, n.º. 14, Loulé, Arquivo Municipal, 2014, pp. 20-21.

⁴⁵ Arquivo Municipal de Loulé, Livro de Atas de Vereações de 1568-1570, f. 8 v. e 154 v.; Livro de Atas de Vereações de 1595, f. 121.

⁴⁶ Arquivo Municipal de Loulé, Livro de Atas de Vereações de 1568-1570, f. 253-254.

⁴⁷ Arquivo Municipal de Loulé, Livro de Atas de Vereações de 1595-1596, f. 155 v.

⁴⁸ *Ordenações Manuelinas*, Liv. 5, pp. 300-301.

ocorreu em Loulé de 1540 a 1575, facto muito raro nas numerosas fontes do mesmo tipo estudadas até agora ao longo do país e que terminou neste último ano, provavelmente por imposição do episcopado algarvio. Igual lacuna ocorreu relativamente aos óbitos, mas neste caso em todo o período de 1540 a 1600.⁴⁹

A única possibilidade de um cativo deixar de o ser era através da alforria, concedida pelo senhor, a título gratuito, considerada como um ato de generosidade deste, ou oneroso, quando era obtida mediante a entrega, pelo escravo, do seu valor em dinheiro. Daí em diante o «escravo cativo» tornava-se «escravo forro» ou «liberto», na prática já livre, embora mantivesse alguns laços com o antigo senhor. Esta condição era teoricamente reversível, por ingratidão do cativo, embora se conheçam poucos casos em que tenha ocorrido.

Os descendentes dos libertos passariam a ser considerados, simplesmente, «homens pretos», «mulheres pretas», «homens pardos», «homens mulatos» e designações semelhantes, podendo movimentar-se livremente e desempenhar quaisquer profissões, exceto cargos oficiais, no exército ou na administração. Eram também vítimas dos juízos negativos associados à sua cor, feições e origem, como o de serem turbulentos, abusarem do álcool e serem ladrões. Entre as ocupações mais frequentemente exercidas no Algarve por estes homens e mulheres livres afrodescendentes encontravam-se as de criados, vendedores, acarretadores de cereais para os moinhos e da farinha neles moída, trabalhadores de lagares de azeite,⁵⁰ recolectores e vendedores de esparto (usado no fabrico de cordas, alcofas e seiras, necessárias na embalagem do figo e sua exportação)⁵¹ e muitas outras. Viviam geralmente em condições modestas. A avaliação dos rendimentos dos moradores, para efeito da contribuição extraordinária de 1564, incluiu-os no grupo de mais baixos rendimentos (38% da população abrangida), correspondente ao trabalho braçal, que pagava 16 reais (braçagem).⁵²

⁴⁹ Jorge Fonseca, «Escravos em Loulé no século XVI», n.º. 26, *Al-Ulya* (em publicação).

⁵⁰ Manuel Viegas Guerreiro e Joaquim Romero Magalhães, *Dois descrições do Algarve do século XVI*, p. 116.

⁵¹ Manuel Viegas Guerreiro e Joaquim Romero Magalhães, *Dois descrições do Algarve do século XVI*, p. 126.

⁵² Joaquim Romero Magalhães, «O livro das avaliações das fazendas de 1564», *Al-Ulya*, n.º. 19, Loulé, Arquivo Municipal, 2018, p. 13.

O percurso futuro destes homens e mulheres seria a sua integração socioeconómica, através do trabalho, na restante comunidade e a miscigenação física com a maioria branca, num processo de paulatino apagamento, ao longo de gerações, das características originais africanas.

Nas cidades e vilas portuguesas com comunidades negras numerosas constituíram-se irmandades e confrarias próprias de afrodescendentes, frequentemente com a designação «dos Homens Pretos» e, na sua maioria, sob a invocação do Rosário de Nossa Senhora. Foram da iniciativa de negros livres e eram por eles dirigidas, mas os escravos também nelas encontravam acolhimento e beneficiavam da sua proteção. Manifestação do dinamismo destas comunidades, destinavam-se, além da afirmação e visibilidade dos Negros na sociedade, à convivialidade e piedade religiosa, e à proteção mútua entre os respetivos membros. Nesta última integrava-se a ajuda à alforria dos escravos seus confrades, emprestando-lhes as importâncias monetárias que lhes faltavam para pagarem aos donos o seu valor, conseguindo assim a liberdade. Tais valores teriam que ser posteriormente devolvidos. Houve também confrarias mistas de negros e brancos. Muitas delas surgiram do facto de os compromissos do Rosário admitirem todos os tipos de pessoas (daí a opção dos Negros por elas). Algumas, formadas inicialmente por negros, acabaram por admitir também brancos, os quais, numa sociedade maioritariamente branca, acabaram por predominar. Daí surgiram conflitos entre os dois grupos, motivados principalmente pelo apoio dado à alforria dos escravos. Estes eclodiram na irmandade lisboeta do Rosário de São Domingos, a mais antiga do país,⁵³ assim como noutras.

Conhecem-se várias destas associações religiosas no território algarvio na época moderna, três das quais do século XVI: em Faro, Lagos e Tavira.⁵⁴

Em 1544 a Irmandade e Confraria de N^a. S^a. do Rosário estava constituída num dos altares da Sé de Faro e tinha 500 confrades. Este elevado número mostra que se tratava de uma confraria mista, de negros e brancos. Conhecem-se os

⁵³ Didier Lahon, *Esclavage et confréries noires au Portugal durant l'Ancien Régime (1441-1830)*, Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2001, v. II, pp. 356-363.

⁵⁴ Jorge Fonseca, *Religião e liberdade. Os Negros nas irmandades e confrarias portuguesas (Séculos XV a XIX)*, Vila Nova de Famalicão, Húmus, 2016, pp. 62-63.

seus Estatutos, confirmados pelo bispo do Algarve em 1600.⁵⁵ O auto da visitação realizada à Sé pela Ordem de Santiago, em 1554, referia-se à imagem de N^a. S^a. do Rosário, «a que têm os Pretos sua confraria», esclarecendo: «A dita confraria é governada por homens brancos, porque ao princípio os Pretos faziam o que não deviam».⁵⁶ Esta observação mostra que, também aqui, os conflitos entre brancos e negros deflagraram. Os Estatutos de 1600⁵⁷ revelam que nesse ano os negros e escravos continuavam a ter peso na associação, realidade que ainda vigorava nos finais de Seiscentos ou inícios de Setecentos, quando foram colocadas duas esculturas com representação de negros, com a função de lampadários, de ambos os lados da capela de N^a. S^a. do Rosário, e que ainda aí permanecem. Do mesmo modo, uma pintura setecentista atualmente exposta na igreja de São Pedro, mostrando um conjunto de negros a venerarem N^a. S^a. do Rosário, deve ser proveniente também da Sé e ter estado ligada à Irmandade dos Pretos que aí funcionou.

Em 1555 os Homens Pretos da Confraria de N^a. S^a. do Rosário de Lagos obtiveram da Coroa o privilégio de que todos os cativos deixados forros à morte dos seus amos, fossem libertos de imediato, depois de darem fiança, para poderem defender judicialmente a sua nova condição.⁵⁸ Essa regalia já tinha sido atribuída à Irmandade dos Homens Pretos de Lisboa, em 1508.⁵⁹

Uma «confraria dos Pretos» foi referida, em 1554, na igreja de N^a. S^a. da Assunção de Tavira, durante a visita realizada pela Ordem de Santiago,⁶⁰ o que atesta que também nessa vila estava ereta uma agremiação de negros.

De outras associações semelhantes se comprova a existência noutras localidades algarvias, como Aljezur e Portimão, nos séculos XVII e XVIII. É possível que

⁵⁵ Arquivo da Diocese do Algarve, Cx. 46, Doc. 254.

⁵⁶ Francisco I. C. Lameira e Maria Helena Rodrigues dos Santos, *Visitação de igrejas algarvias. Ordem de São Tiago*, Faro, Associação de Defesa do Património Cultural e Natural dos Concelhos de Faro, Olhão, São Brás de Alportel e Tavira, 1988, pp. 47 e 50.

⁵⁷ Jorge Fonseca e João Sabóia, «Os Negros de Faro e a Confraria de Nossa Senhora do Rosário», *Anais do Município de Faro*, v. 31-32, Faro, Câmara Municipal, 2001-2002, pp. 113-131.

⁵⁸ Torre do Tombo, Chancelaria de D. João III, Privilégios, Liv. 3, f. 308 v.

⁵⁹ Isaías da Rosa Pereira, «Dois compromissos de irmandades de homens pretos», *Arqueologia e História*, 9^a. Série, V. IV, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1972, p. 21.

⁶⁰ - Torre do Tombo, Ordem de Santiago, Convento de Palmela, Liv. 197, f. 96.

já funcionassem no século XVI. E o mesmo poderá ter ocorrido em vilas economicamente dinâmicas e com significativa população negra, como Loulé, em cuja igreja Matriz estava constituída uma irmandade dedicada ao Rosário.

As associações de afrodescendentes promoviam festejos próprios, quer nas datas comemorativas do culto do Rosário quer noutras ocasiões, caracterizadas pela exibição de músicas e danças de origem africana. Os peditórios para reunião de fundos destinados a custear os mesmos eram, quase sempre, presididos por um «rei» e uma «rainha» pretos, escolhidos pela comunidade. Os Estatutos da confraria de Faro permitem supor que também nesta cidade essa prática esteve em vigor.⁶¹ Em Lagos, na transição de Seiscentos para Setecentos, o bispo do Algarve D. Simão da Gama proibiu, a pedido dos moradores, «o batuque que os Pretos ali faziam na sua festa do Rosário».⁶²

Fora dessas datas, as manifestações musicais dos Negros, forros e escravos, ocorriam com frequência, nos momentos de pausa dos respetivos afazeres. Mas nem sempre foram bem entendidas pela maioria branca e pelas autoridades, como momentos de evasão das tarefas quotidianas, apaziguadores de tensões e promotores da paz social.

Os estudos sobre a escravidão e os Negros no Algarve têm sido muitíssimo raros. Só por isso os poucos trabalhos que dedicámos ao assunto, uns mais antigos, outros mais recentes, aparecem tão isolados. No entanto, não escasseiam as fontes disponíveis para investigar este tema. As notas que se seguem poderão, esperamos, contribuir para abrir algumas perspectivas a quem, daqui em diante, se interessar pela matéria.

⁶¹ - Arquivo Diocesano do Algarve, Faro, Cx. 254, f. 6.

⁶² - Padre Gonçalves Vieira, *Memória monográfica de Vila Nova de Portimão*, Porto, 1911, p. 103.

Publicações que, sem terem por objeto principal os escravos do Algarve e respetivos descendentes, contêm dados que podem interessar ao seu conhecimento

- Vitorino Magalhães GODINHO, *Os Descobrimentos e a economia mundial*, v. IV, 2ª. Edição, Lisboa, Presença, 1983 (Capítulo «O mercado da mão-de-obra e os escravos», pp. 151-206);
- Manuel Viegas GUERREIRO e Joaquim Romero MAGALHÃES (Ed.), *Dois descrições do Algarve do século XVI*, Lisboa, Sá da Costa, 1983;
- Alberto IRIA, *O Algarve e os Descobrimentos*, tomos I e II, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988;
- Francisco LAMEIRA e Maria Helena Rodrigues dos SANTOS, *Visitação de igrejas algarvias. Ordem de Santiago*, Faro, Associação de Defesa do Património Cultural e Natural dos Concelhos de Faro, Olhão, São Brás de Alportel e Tavira, 1988 (Referência, em algumas igrejas, a confrarias de Homens Pretos);
- Rui Manuel LOUREIRO, *Lagos e os Descobrimentos (até 1460)*, Lagos, Câmara Municipal, 1991;
- Joaquim Romero MAGALHÃES, «O livro das avaliações das fazendas de 1564», *Al-Ulya*, n.º. 19, Loulé, Arquivo Municipal, 2018, p. 13 (Informações sobre negros livres e seu rendimento);
- Joaquim Romero MAGALHÃES, *Para o estudo do Algarve económico durante o século XVI*, Lisboa, Cosmos, 1970;
- Maria da Graça Maia MARQUES (Coord.), *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias*, Lisboa, Colibri, 1999 (Sobretudo os capítulos «Na rota do atlântico», de José Manuel Garcia, pp. 147-150, «No povoamento de Cabo Verde», de António Correia e Silva, pp. 171-172 e «No povoamento de São Tomé», de Maria Benedita Araújo, pp. 173-177);
- Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica de Guiné*, Porto, Civilização, 1973 (Desembarque de 235 cativos vindos da costa africana, em 1444), pp. 119-128.

Publicações sobre escravos e negros no Algarve ou com informações sobre eles

- António BRÁSIO, *Os Pretos em Portugal*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1946;
- Jorge FONSECA, «Escravos e donos de escravos em Lagoa (1591-1700)», *Arade. Revista do Arquivo Municipal de Lagoa*, n.º. 1, Lagoa, Câmara Municipal, 2022, pp. 27-41;
- Jorge FONSECA, «Escravos em Loulé no século XVI», *Al-Ulya*, n.º. 26, Loulé, Arquivo Municipal, 2022 (Para publicação);
- Jorge FONSECA, *Escravos no sul de Portugal. Séculos XVI-XVII*, Lisboa, Vulgata, 2002;
- Jorge FONSECA, *Religião e liberdade. Os Negros nas irmandades e confrarias portuguesas (Séculos XV a XIX)*, V.ª. N.ª. de Famalicão, Húmus, 2016;
- Jorge FONSECA, «Senhores e escravos no Algarve (1580-1700)», *Anais do Município de Faro*, V. 26, Faro, Câmara Municipal, 1996, pp. 151-176;
- Jorge FONSECA e João SABÓIA, «Os Negros de Faro e a Confraria de N.ª. S.ª. do Rosário», *Anais do Município de Faro*, n.º. 31-32, Faro, Câmara Municipal, 2001-2002, pp. 113-131;
- Antonio Manuel GONZÁLEZ DÍAZ, *La esclavitud en Ayamonte durante el Antiguo Régimen (Siglos XVI, XVII y XVIII)*, Huelva, Diputación Provincial, 1996 (Contém informações sobre a compra e fuga de escravos do Algarve). Outros estudos sobre cidades da Extremadura e Andaluzia podem também ter dados de interesse;
- J. Fernandes MASCARENHAS, *A população de Moncarapacho no século XVI, livre e escrava, através de róis de confessados inéditos*, Olhão, A Voz de Olhão, 1985.

Fontes de arquivo para o estudo dos escravos no Algarve

Torre do Tombo: Livros de Registos Paroquiais (de batismos, de casamentos, de óbitos e mistos) de todas as freguesias algarvias (Estão disponíveis online); Processos do Tribunal da Inquisição de Évora e, eventualmente, da de Lisboa; Arquivos de mosteiros e conventos algarvios; Ordem Militar de Santiago, Livros de visitas às igrejas da Ordem no Algarve;

Arquivo Distrital de Faro: Livros de Registos Notariais dos concelhos do Algarve. São das fontes mais relevantes para o conhecimento dos escravos, dos seus donos e da escravidão (Cartas de alforria; Compras e vendas de escravos; Procurações para recuperação de escravos fugidos; Cartas de perdão; Testamentos com referência a escravos legados ou alforriados; Escrituras diversas em que figurem pretos e mulatos forros como outorgantes e procuradores, etc.); Inventários de bens elaborados pelos juizes dos órfãos (muitos incluem escravos, com o seu nome e valor). Frequentemente os inventários estão nos Arquivos Municipais, por não terem chegado a ser incorporados nos Distritais, o que pode suceder no Algarve; Processos judiciais com inclusão de escravos; Mosteiros e conventos do Algarve;

Arquivos Municipais: Forais manuelinos; Livros de atas de Vereações, Livros de Posturas, de Coimas, de Licenças para o exercício de certas atividades e outros documentos (o Arquivo Municipal de Loulé disponibiliza online grande número de documentos);

Arquivo Diocesano do Algarve: Fontes provenientes de igrejas e casas monásticas da região;

Arquivos de Paróquias: podem existir Róis de confessados, Livros de atas de visitas do Episcopado do Algarve (com recomendações sobre escravos) e Livros relativos a irmandades e confrarias. As de N.ª. S.ª. do Rosário, mesmo sem se chamarem de Homens Pretos, podem incluir escravos e negros entre os confrades, o que se pode saber através dos livros de entrada de irmãos. Os respetivos compromissos também podem aludir aos Negros. O mesmo se pode concluir pelos livros de Receita e Despesa (podem ter verbas para libertação de escravos). A existência numa igreja de imagens de Santos Pretos (São Benedito, Santo Elesbão, Santa Efigénia, Santo António de Noto ou outros) pode ser indício de ter aí funcionado uma confraria de negros e poderem ter-se conservado livros dela provenientes;

Arquivos de Misericórdias: Livros de defuntos sepultados por estas irmandades; Testamentos e outros.

Novas investigações

O tema da escravidão no Algarve oferece aos investigadores interessados um vasto horizonte de possíveis pesquisas, que muito podem vir a acrescentar ao pouco que existe. A abrangência temporal dos mesmos pode situar-se entre a Idade Média e o Século XIX. Algumas vertentes são as seguintes.

Estudos por concelho

População escrava (através dos Registos Paroquiais de Batismos, Casamentos e Óbitos; Registos de Defuntos nos arquivos de Misericórdias; Róis de Confessados, eventualmente conservados em igrejas); será importante estudar com maior rigor a população cativa de localidades como Faro, Lagos, Portimão e Tavira, assim como o não registo dos seus batismos em alguns períodos, assim como dos respetivos óbitos;

Senhores dos cativos (através dos Registos Paroquiais atrás mencionados e das Misericórdias, dos Registos Notariais, dos arquivos de Mosteiros e Conventos e de todas as fontes com referência a escravos);

Dinâmicas económicas e sociais associadas aos escravos, como as atividades em que se inseriam, relações com os donos, fugas do cativo, alforrias, participação em atos violentos e outras (através dos Registos Notariais respeitantes a esses concelhos, onde surgem Escrituras de compra e venda, Cartas de alforria, Cartas de perdão, Procurações dos donos para recuperação de escravos fugidos, Testamentos, Escrituras outorgadas por negros livres e outros, nos arquivos conventuais e outros), o valor dos cativos (através de Inventários «orfanológicos»); será de interesse conhecer a participação de escravos nas atividades marítimas, como na pesca, pouco conhecida;

Irmandades e confrarias de negros, incluindo os respetivos Compromissos, Livros de Entrada de irmãos e Livros da receita e despesa das mesmas; importante saber da intervenção destas associações na alforria de escravos (podem surgir em cartas de alforria, contidas nos Livros

notariais, ou nos Livros da Receita e despesa das irmandades); aspetos culturais da sua ação, como existência de «reis» e «rainhas» pretos, procissões e festejos por elas promovidos (podem aparecer nos Livros de Receita e despesa); podem também ser mencionadas em relatos da época, de natureza não arquivística, quer de portugueses quer de estrangeiros, frequentemente críticos; referências em monografias locais (nomeadamente oitocentistas); existência, nas igrejas e respetivas sacristias, de obras de arte provenientes da atividade destas associações religiosas (esculturas de Santos Pretos, ligadas ou não ao altar de N.ª. S.ª. do Rosário, pinturas alusivas ao mesmo tema, ou outras).

Estudos de âmbito regional

Todos os aspetos referidos podem ser analisados para o conjunto do Algarve, privilegiando, ou não, alguns temas específicos. As fontes para esta abordagem são as mesmas atrás sugeridas.

Cristãos-novos e a perseguição inquisitorial no Algarve no século XVI

CARLA VIEIRA *

E assim se abriu judaísmo no Algarve... – o bem conhecido e muito citado artigo que Joaquim Romero Magalhães publicou, em 1981, na *Revista da Universidade de Coimbra* constituiu, durante décadas, o único estudo académico exclusivamente dedicado à actuação inquisitorial no extremo sul de Portugal.¹ As 74 páginas de análise plenamente documentada da vaga de prisões encetada pelo tribunal da Inquisição de Évora em Faro na década de 30 do século XVII definiram a imagem guardada pela historiografia sobre a intervenção do Santo Ofício no Algarve. Este estudo, porém, não fechou o tema, o qual voltaria a ser retomado, embora sempre subsidiário a outras problemáticas e enquadrado em abordagens de âmbito mais alargado. O próprio Professor Romero Magalhães recuperou-o na sua obra maior, *O Algarve Económico*, identificando na perseguição inquisitorial direccionada contra os cristãos-novos, grupo determinante da

R. M. Loureiro (ed.), *O Algarve na Primeira Globalização – Coletânea de Estudos* (Faro: Direção Regional de Cultura do Algarve, 2023), pp. 43-60.

* CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa, 1060-061 Lisboa; Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste, FLUL.

¹ Joaquim Romero Magalhães, *E assim se abriu judaísmo no Algarve*. Separata de *Revista da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1981.

dinâmica comercial e da vitalidade das economias urbanas, um dos factores que conduziram à tendência ruralizante da região a partir de meados do século XVII.² Sublinhe-se também a importância da historiografia local e de outros estudos focados em episódios, personagens e geografias específicas da actuação inquisitorial que têm vindo a ser publicados ao longo dos anos.³ Para uma cronologia mais avançada, a questão da actuação inquisitorial no Algarve beneficiou de um estudo de maior fôlego – a tese de doutoramento de Nuno Vaquinhas sobre as redes de oficiais do Santo Ofício no Algarve e os sistemas de comunicação com o tribunal de Évora no século XVIII.⁴

A ideia de uma entrada tardia da Inquisição no Algarve criou raízes e cresceu, bem como a noção de uma menor relevância do grupo cristão-novo na região quando comparado com outros espaços tradicionalmente vinculados à dita herança judaica. Na historiografia, o silêncio cria engano. Assim, quando, em 2009, decidi focar a minha investigação de doutoramento nos cristãos-novos no Algarve Moderno, a procura de uma nova abordagem sobre a actuação inquisitorial na região surgiu naturalmente. Deparei-me então com um terreno que, embora não virgem, ainda tinha muito por lavar.

² Joaquim Romero Magalhães, *O Algarve Económico, 1600-1773*, Lisboa, Estampa, 1993, pp. 372-376, 363-389.

³ Vejam-se, por exemplo, Fernando Calapez Corrêa, «O advogado fareense Fernão Gonçalves de Tovar e a Inquisição: 1633-1635», *Anais do Município de Faro*, v. XX, Faro, Câmara Municipal, 1990, pp. 89-98; Idem, «Diogo de Tovar – Mercador fareense do século XVII», *Anais do Município de Faro*, v. XXII, Faro, Câmara Municipal, 1992, pp. 73-81; Idem, *A cidade e o termo de Lagos no período dos reis Filipes*, Lisboa, Centro de Estudos Gil Eanes, 1994; António Baião, *Um deão da Sé de Faro, nos fins do século XVI, a contas com a Inquisição*. Separata de *Correio do Sul*, Faro, 1949; Daniel Giebels, «Loulé em processos da Inquisição (sécs. XVI-XVIII)», *Atas I Encontro de História de Loulé*, Loulé, Arquivo Municipal de Loulé, 2017, pp. 169-187; Idem, «Tavira sob a vigilância da Igreja e da Inquisição (1541-1567)», in *Catálogo da Exposição "A Principal do Reino do Algarve - Tavira nos séculos XV e XVI"*, Tavira, Câmara Municipal de Tavira, 2020, pp. 137-144. Os percursos e vidas de cristãos-novos algarvios notáveis também há muito que chamam a atenção da historiografia internacional: Cecil Roth, «The strange case of Hector Mendes Bravo», *Hebrew Union College Annual*, vol. 18, 1943-44, pp. 221-245; I.-S. Révah, «Introduction. La famille Pinto Delgado de l'Algarve à Rouen», in João Pinto Delgado, *Poema de la Reina Ester. Lamentaciones del Profeta Jeremías. Historia de Rut y varias poesias*, Lisboa, Institut Français au Portugal, 1954; Idem, *Autobiographie d'un marrane. Édition partielle d'un manuscrit de João (Moseb) Pinto Delgado*. Separata de *Revue des Études Juives*, The Hague, 1961.

⁴ Nélson Vaquinhas, *Da comunicação ao sistema de informação: o Santo Ofício e o Algarve (1700-1750)*, Lisboa / Évora, Colibri / CIDEHUS, 2010.

Quando se “abriu Judaísmo” no Algarve?

O título do artigo pioneiro de Joaquim Romero Magalhães cita uma expressão usada pelos inquisidores de Évora em 1632 para justificar a concentração de esforços em Faro, “[...] terra que se descobre de novo e em que há tanta gente de nação [...]”. Após as denúncias proferidas por uma cristã-nova da cidade, Branca Dias, perante o bispo D. Francisco de Meneses e as subsequentes prisões de alguns parentes próximos, os inquisidores ficaram expectantes de que essas novas confissões poderiam “[...] abrir judaísmo no Algarve, donde cada dia temos denúncias e se entende que anda mui viva a crença na Lei de Moisés [...]”.⁵ Nas primeiras décadas de Seiscentos, a documentação inquisitorial transmitia a imagem de um Algarve repleto de cristãos-novos e onde o Santo Ofício ainda não havia entrado – o mesmo se dizia de Vila Nova de Portimão e de Lagos em 1619, por exemplo.⁶

É verdade que a maior vaga de prisões na região se registou na década de 30 do século XVII, com a cidade de Faro no epicentro de um movimento repressivo que conduziu mais de 330 cristãos-novos aos cárceres de Évora em sete anos (1633-1639) e desencadeou incursões de menor expressão em Loulé e Albufeira.⁷ Contudo, as afirmações de que, em 1619 ou 1632, o Santo Ofício ainda não havia penetrado em Faro, Vila Nova de Portimão ou Lagos eram enganadoras, embora justificáveis face ao período de quase interregno de prisões na região que se prolongava desde finais da centúria anterior.⁸

De facto, recuando até às últimas duas décadas do século XVI, encontramos um Algarve acossado por uma onda de detenções. A maior incidência registou-se em Vila Nova de Portimão e Faro – as mesmas cidades onde, décadas depois, se dizia que a Inquisição ainda não havia entrado. Esta vaga não passou

⁵ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Tribunal do Santo Ofício (TSO), Inquisição de Évora (IE), proc. 2324, fls. 6v-7. Transcrito em Romero Magalhães, *E assim se abriu judaísmo no Algarve*, pp. 39-40.

⁶ ANTT, IE, proc. 3276, fl. 6; proc. 5908, fl. 5v. Veja-se também Romero Magalhães, *E assim se abriu judaísmo no Algarve*, p. 9.

⁷ Entre 1636 e 1640, foram presos 68 cristãos-novos residentes em Loulé. A entrada em Albufeira foi mais modesta e tardia, mas directamente relacionada com as prisões ocorridas em Faro e Loulé nos anos anteriores. Em 1646, 10 cristãos-novos foram presos em Albufeira.

⁸ Sobre este período, veja-se Carla Vieira, *Uma amarra ao mar e outra à terra. Cristãos-novos no Algarve (1558-1650)*, Olhão, Sul, Sol e Sal, 2018, pp. 101-127.

despercebida à historiografia. No último capítulo de *O Algarve Económico*, Romero Magalhães aborda-a, contabilizando 165 penitenciados entre 1584 e 1604, 99 dos quais residentes em Vila Nova de Portimão. “A Inquisição não feriu ao acaso. Nunca. Foi atacar Vila Nova de Portimão, um dos pontos mais activos da costa algarvia. E fez um bom estrago”, concluiu o autor.⁹

As prisões empreendidas pela Inquisição de Évora no Algarve a partir da segunda metade da década de 80 de Quinhentos constituem o resultado final de um esforço planificado do Santo Ofício para actuar na região. Este surgiu em resposta a um apelo da hierarquia eclesiástica local. A 12 de Novembro de 1584, o inquisidor António de Mendonça informava o Conselho Geral de que “o Algarve pede visitação. Bispo, frades e priores desse reino nos incitam com suas cartas”.¹⁰ No mês de Março do ano seguinte, Manuel Álvares Tavares, inquisidor do tribunal de Évora, já se encontrava em Faro, a recolher confissões e denúncias entre a gente da cidade. Pela mesma altura, um deão cristão-novo escandalizava a sé patriarcal e toda a urbe. Diogo Lopes, na homilia da missa da primeira oitava da Páscoa de 1585, ousara questionar o período em que Jesus Cristo permanecera no sepulcro: segundo o deão, não poderiam ser os três dias contados nas Escrituras, pois Jesus morrera na sexta-feira à tarde e ressuscitara na madrugada de domingo. Uma reprimenda do bispo e uma retractação pública não foram suficientes para calar as vozes, nem sequer a do próprio deão que prosseguiu com as suas homilias polémicas. O caso chegou à Inquisição, embora sem demais consequências do que a consciencialização do tribunal do lugar cimeiro a que um cristão-novo conseguira ascender na hierarquia da patriarcal de Faro. Em 1949, António Baião dedicou um pequeno estudo a este episódio, mas não estendeu o seu enfoque à visita inquisitorial que, pela mesma altura, percorria a região em busca de potenciais desvios à ortodoxia católica.¹¹ O visitador Manuel Álvares Tavares tomara conhecimento do caso através de uma carta endereçada pelo próprio deão e da audição de testemunhas sobre o ocorrido. Mas não foi em Diogo Lopes que o visitador concentrou as suas diligências.

Quando hoje tentamos reconstituir o que aconteceu naquela Primavera e Verão de 1585 em que Manuel Álvares Tavares correu o Algarve de barlavento a

⁹ Romero Magalhães, *O Algarve Económico*, pp. 364-365.

¹⁰ ANTT, TSO, Conselho Geral do Santo Ofício (CGSO), liv. 97, fl. 4.

¹¹ Baião, *Um deão da Sé de Faro*.

sotavento, apenas nos restam fragmentos trasladados em processos inquisitoriais e nos Cadernos do Promotor. Infelizmente, não contamos com um registo sistemático dos testemunhos recolhidos pelo visitador e isso impede-nos de formar uma ideia precisa sobre o período exacto em que Álvares Tavares esteve no Algarve e as localidades visitadas. Talvez o carácter fragmentário das fontes justifique o silêncio sobre a ocorrência desta visita inquisitorial. Mesmo assim, estes fragmentos permitem-nos situar o visitador no Algarve entre Março e Julho de 1585, tendo passado por Faro, Lagos, Aljezur, Silves, Vila Nova de Portimão, Albufeira e Loulé. Ter-se-ia demorado mais tempo em Vila Nova de Portimão. Há registos de testemunhos entre 13 de Maio e 17 de Junho, embora não seja seguro que o visitador tenha permanecido na vila durante todo este período. Causa ou consequência, também foi esta vila litorânea o campo mais fértil que a Inquisição encontrou para encetar uma entrada na região nos anos seguintes.¹²

Logo a 15 de Março de 1586, 19 cristãos-novos de Faro, Vila Nova de Portimão e Lagos entraram nos cárceres de Évora. As prisões continuaram nos dois anos seguintes ao ritmo de pouco mais de 20 detenções por ano – o suficiente para criar alarme na região e suscitar fugas de potenciais suspeitos. Uma parte substancial dos testemunhos ouvidos durante a visita inquisitorial e das confissões proferidas já no cárcere de Évora reportavam-se a um outro momento dramático para a população algarvia. Em 1580, a peste alastrara pelo Algarve, suscitando alterações radicais no dia-a-dia das suas populações.¹³ Nas localidades mais atingidas, foram muitos os que decidiram sair da cidade e mudar-se temporariamente para ares mais saudáveis. A ruptura na vida quotidiana, o medo e o desespero, a quebra dos vínculos sociais cimentados pelo tempo e o estabelecimento de novos relacionamentos conduziram a um relaxamento da vigilância sobre comportamentos e práticas que, durante muito tempo, se tentaram manter em segredo. Anos passados, as circunstâncias extraordinárias então vividas ganharam expressão no testemunho de vizinhos, criados e conhecidos que partilharam a estranheza sentida face a certos hábitos alimentares, às roupas novas e lavadas vestidas aos sábados, à forma como os corpos dos entes falecidos eram amortalhados e a sua perda chorada “com diteiras cantando”

¹² Vieira, *Uma amarra ao mar*, p. 77.

¹³ Veja-se Carla da Costa Vieira, «Peste e heresia. A repressão inquisitorial no Algarve em final de Quinhentos e o surto epidémico de 1580», *Cadernos de Estudos Sefarditas*, n.º 9, 2009, pp. 149-180.

– tal como rezava o monitório geral de 1536, escutado por essas mesmas testemunhas à entrada do visitador nas respectivas cidades e vilas.¹⁴

No início da década de 90, as prisões intensificaram-se em Vila Nova de Portimão. Duas famílias foram particularmente atingidas nesta vaga: os Gramaxo e os Barros, proles de mercadores envolvidos no comércio com Castela e a América Castelhana. Era o caso de Álvaro Gramaxo, que se havia estabelecido em Maracaibo (Venezuela) por volta de 1583 e ali construído fortuna no comércio negreiro.¹⁵ Ele escapara a esta vaga de prisões, ao contrário de parte substancial da sua família ainda a residir em Vila Nova de Portimão, mas também noutras localidades do Algarve e do Alentejo. Anos depois, em 1613, as consequências indirectas desta investida sobre os Gramaxo e os Barros ganharia expressão num rol dos cristãos-novos ausentes de Vila Nova de Portimão. Esta lista era uma de muitas resultantes de um inquérito que o Santo Ofício fizera circular pelas paróquias do reino com o objectivo de inventariar todos os cristãos-novos que haviam abandonado Portugal nos anos anteriores. No caso de Vila Nova de Portimão, são vários os elementos das famílias Gramaxo e Barros nomeados. Viviam, então, em Cartagena das Índias Jorge Fernandes Gramaxo,¹⁶ Mor Álvares e António de Barros. Um irmão deste último, Manuel de Barros, encontrava-se no Panamá, e um primo, António de Barros, em Pobla dos Anjos ou na cidade do México. Um outro António de Barros, também de Vila Nova de Portimão, havia partido de Portugal cerca de 20 anos antes e se fixado em Santo Domingo.¹⁷

¹⁴ «Monitorio do Inquisidor Geral per que manda a todas as pessoas que souberem doutras que forem culpadas no crime de heresia e apostasia o venham denunciar em termo de trinta dias», in *Collectorio de diversas letras apostolicas, provisões reaes, e outros papeis, em que se contém a Instituição, e primeiro progresso do Sancto Officio em Portugal, e varios Privilegios que os Summos Pontifices, e Reis destes Reynos lhe concederão...*, Lisboa, 1596, fl. 5.

¹⁵ Maria da Graça Ventura, *Portugueses no Peru ao Tempo da União Ibérica: Mobilidade, Cumplicidades e Vivências*, v. I, t. II, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005, p. 397.

¹⁶ Sobre Jorge Fernandes Gramaxo, veja-se, além da obra acima citada de Maria da Graça Ventura, também «Os Gramaxo. Um caso paradigmático de redes de influência em Cartagena das Índias», *Cadernos de Estudos Sefarditas*, n.º1, 2001, pp. 65-81; «Los judeoconversos portugueses en el Perú del siglo XVII», *Familia, Religión y Negocio. El sefarditismo en las relaciones entre el mundo ibérico y los Países Bajos en la Edad Moderna*, ed. Jaime Contreras Contreras, Bernardo José García García e Juan Ignacio Pulido Serrano, Madrid, Fundación Carlos de Amberes y Ministerio de Assuntos Exteriores, 2002.

¹⁷ ANTT, TSO, CGSO, mc. 7, doc. 2618. A mesma lista refere também os seguintes cristãos-novos ausentes de Vila Nova de Portimão: Manuel Rodrigues, na Guatemala; o irmão

Portanto, embora a vaga de prisões tenha terminado por volta de 1596, as suas consequências estenderam-se no tempo. Talvez a mais evidente tenha sido o impacto da perseguição inquisitorial na mobilidade das gentes da região, quer a uma escala regional, quer para fora do reino e, inclusivamente, para lá do Atlântico. Aliás, a lista de 1613 é reveladora de como as Índias Castelhanas se haviam tornado num dos destinos de eleição dos cristãos-novos emigrados do Algarve, aproveitando as dinâmicas comerciais e políticas da Monarquia Dual.¹⁸

A vaga “escondida”

A visita inquisitorial de 1585 e as consequentes prisões não constituíram, porém, a primeira incursão do Santo Ofício no Algarve. Vinte e cinco anos antes, os cristãos-novos residentes no extremo sul do reino já haviam sentido o braço da Inquisição a interromper as suas vidas e negócios. Porém, esta vaga passou quase despercebida à historiografia. Digo quase porque, em 1951, António Baião publicava um pequeno texto no periódico regional *Correio do Sul*, aludindo a uma série de processos inquisitoriais envolvendo cristãos-novos do Algarve em finais da década de 50.¹⁹ Baião deparara-se com este facto através da análise das listas de autos-da-fé celebrados em Lisboa entre os finais da década de 50 e o início do decénio seguinte. No auto ocorrido na Igreja de Todos-os-Santos, em Lisboa, a 1 de Outubro de 1559, encontrou, entre os numerosos penitenciados, uma cristã-nova residente em Vila Nova de Portimão: Isabel Gonçalves. Na Ribeira, a 16 de Março de 1561, o número de sentenciados oriundos do Algarve foi mais elevado. Baião reconstruiu a rede de denúncias e prisões envolvendo um grupo de cristãos-novos de Portimão, a qual teve expressão nos róis de sentenciados em Lisboa. Porém, apesar desta série de processos, Vila Nova de Portimão não foi o principal alvo da primeira

Francisco Rodrigues, no Peru e entretanto falecido; Francisco da Gama, em Cartagena das Índias; Francisco Luís, na Guatemala; e o irmão deste último, Manuel de Sousa, em Havana.

¹⁸ Veja-se, entre outros, Fernando Serrano Mangas, *La Encrucijada Portuguesa. Esplendor y Quiebra de la Unión Ibérica en las Indias de Castilla (1600-1668)*, 2ª ed., Badajoz, Diputación de Badajoz Departamento de publicaciones, 2001; Pilar Huerga Criado, *En la raya de Portugal: solidaridad y tensiones en la comunidad judeoconversa*, Salamanca, Ediciones Universidad Salamanca, 1993.

¹⁹ António Baião, «Ainda a Inquisição no Algarve: apontamentos de processos desconhecidos de cristãos novos de Portimão», *Correio do Sul*, ano XXXII, n.º 1752, 14 de Junho de 1951.

entrada do Santo Ofício na região. Tal lugar seria reservado a Tavira. E sobre esta vaga naquela que era então a principal metrópole do Algarve o silêncio manteve-se completo.

As razões para este silêncio residem provavelmente numa circunstância algo inesperada: embora o Algarve estivesse sob a jurisdição do tribunal de Évora, os processos contra cristãos-novos residentes na região movidos entre 1558 e meados da década seguinte decorreram todos na Inquisição de Lisboa. É natural que o historiador, ao tentar traçar os ritmos da actuação inquisitorial no Algarve, procurasse evidências nos registos do tribunal eborense. Assim, ao se encontrarem em Lisboa os testemunhos que reportam a primeira grande vaga de prisões na região, é explicável por que a mesma escapou à indagação dos investigadores. Naturalmente, a informatização do fundo do Tribunal do Santo Ofício e a disponibilização dos dados relativos ao seu acervo no portal da *Digitalrq* permitem hoje ao historiador um acesso facilitado à informação que não existia para quem, há 40 ou 30 anos atrás, apenas contava com os rosários da sala de referência para conseguir explorar o universo documental inestimável da Inquisição Portuguesa.

Mas regressemos ao cerne da nossa questão. Na realidade, “abriu-se Judaísmo” no Algarve logo no final da década de 50, pouco mais de vinte anos passados do estabelecimento da Inquisição em Portugal. Considerando a condição geográfica do Algarve, distante em vários dias de viagem de Évora e Lisboa e com uma serra íngreme a dificultar a jornada, pode-se afirmar que a entrada do Santo Ofício na região não foi em nada tardia. Aliás, praticamente desde os primeiros anos de funcionamento do tribunal que encontramos casos pontuais de cristãos-novos algarvios processados pela Inquisição, como Manuel Rodrigues, barbeiro de Tavira, preso em 1541,²⁰ ou Mestre Francisco, cirurgião de Faro, que entrou nos cárceres de Évora em 1543.²¹ Porém, os números são residuais, algo que não destoia do que acontece em grande parte do território português, com excepção dos grandes núcleos urbanos e determinadas localidades para onde o foco da Inquisição se voltou desde o primeiro momento. Paradigmáticos são os números apresentados por António Borges Coelho: 284 prisões efectuadas pela Inquisição de Évora durante toda a década

²⁰ ANTT, TSO, Inquisição de Lisboa (II), proc. 12503.

²¹ ANTT, TSO, IE, proc. 7914.

de 40 e 248 nos anos 50 do século XVI.²² Tais números são muito baixos se comparados com os registados nas décadas seguintes. Afinal, o Santo Ofício português vivia então um momento de estruturação, em que a criação da sua rede de agentes (familiares e comissários) era ainda muito embrionária e incapaz de alicerçar uma projecção territorial suficientemente ampla. A própria forma como a Inquisição entrou no Algarve exprime a carência dessa malha institucional de oficiais no terreno.

As denúncias que desencadearam a primeira vaga repressiva na região não resultaram de uma iniciativa directa do Santo Ofício, mas sim de testemunhos recolhidos em visitas pastorais. Em Dezembro de 1558, o vigário-geral do Algarve, Dr. Luís de Albuquerque, escutava uma cristã-nova de Vila Nova de Portimão: Grácia Mendes apresentara-se voluntariamente para confessar como havia guardado jejuns judaicos, rezados os salmos de David sem o Gloria Patri e preparado a sua casa às sextas-feiras à noite para guardar o sábado como ditava a Lei de Moisés. Da confissão, Grácia passou à denúncia daqueles com quem havia partilhado tais práticas e crenças e assim gerou numa série de prisões em Vila Nova de Portimão – a mesma que António Baião identificou e descreveu no *Correio do Sul*.

A 13 de Janeiro de 1559, o Cardeal D. Henrique, inquisidor-geral, dava ordem de prisão a 17 cristãos-novos de Vila Nova de Portimão e Lagos denunciados por Grácia Mendes e pelo seu irmão Mem Rodrigues. Ao mesmo tempo, acrescentava que estes processos deveriam ser conduzidos na Inquisição de Lisboa, não obstante o facto dos réus residirem no Algarve e, por conseguinte, fora da jurisdição deste tribunal.²³ As razões para tal decisão não surgem expressas na ordem do Cardeal D. Henrique. Porém, o papel desempenhado pela hierarquia episcopal no desencadear desta vaga de prisões terá contribuído para a circunstância destes processos e outros posteriores envolvendo réus residentes no Algarve decorrerem sob a alçada do tribunal de Lisboa e não em Évora. Daniel Giebels, na sua tese de doutoramento, explora esta hipótese, alertando para quem ocupava a cadeira episcopal no Algarve naqueles anos: D. João de Melo, antigo deputado do Conselho Geral e inquisidor nos tribunais de

²² António Borges Coelho, *Inquisição de Évora. 1533-1668*, Lisboa, Caminho, 2002, p. 178.

²³ ANTT, TSO, IL, proc. 10964, fl. 14.

Évora e Lisboa nos primórdios do Santo Ofício português.²⁴ A partir de Lisboa, tornou-se numa figura central na hierarquia da Inquisição portuguesa. Alexandre Herculano refere-o como “o chefe verdadeiro dos inquisidores”.²⁵ Ao ser designado bispo de Silves em 1549, a influência de D. João de Melo nas estruturas do Santo Ofício português não cessou. Em 1554, chegou mesmo a presidir à Mesa do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa por nomeação do inquisidor-geral.²⁶ Assim, a investida inquisitorial na região durante o seu episcopado deve ser interpretada à luz desta colaboração harmoniosa entre as autoridades inquisitoriais e episcopais no Algarve.²⁷

As visitas do vigário-geral pela região resultaram num alargamento geográfico da acção do Santo Ofício. Em Março de 1559, Albuquerque recolheu testemunhos em Faro. No ano seguinte, no mês de Julho, Lagos e Silves também receberam a sua visita. Embora as expectativas nutridas em relação aos resultados das inquirições em Silves tenham saído algo goradas – Albuquerque esperava que a prisão de dois cristãos-novos, Tomás Gomes e Maria Rodrigues, viesse a “descobrir boa parte doutros que se diz haver nesta terra”,²⁸ porém, as detenções foram modestas –, Lagos revelou-se um terreno bem mais fértil à acção do Santo Ofício. Entre os alvos, encontramos a elite mercantil da vila que, segundo os indícios chegados aos ouvidos do vigário-geral, além de mercadorias, também trocavam novas sobre a vinda próxima do Messias.

A entrada em Lagos aconteceu na sequência de uma disputa familiar. A 13 de Julho de 1560, os irmãos João Álvares e Diogo Lopes apresentavam-se perante

²⁴ Daniel Giebels, «A Inquisição de Lisboa. No epicentro da dinâmica inquisitorial (1537-1579)». Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2016, pp. 299-302. Esta tese deu origem a um livro: *A Inquisição de Lisboa (1537-1579)*, Lisboa, Gradiva, 2018. Sobre D. João de Melo, veja-se também: Ana Cristina Cardoso da Costa Gomes, «Subsídios para o estudo da vida e obra do arcebispo de Évora, D. João de Melo», *Clio*, 2.^a série, v. 9, 2003, pp. 107-126.

²⁵ Alexandre Herculano, *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*, v. III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859, p. 6.

²⁶ Isaiás da Rosa Pereira, *Documentos para a História da Inquisição em Portugal (Século XVI)*, v. I, Lisboa, [s.n.], 1987, pp. 83-84.

²⁷ Sobre a colaboração entre a Inquisição e as hierarquias diocesanas, veja-se os estudos de José Pedro Paiva, «Os Bispos e a Inquisição Portuguesa (1536-1613)», *Lusitania Sacra*, 2.^a série, n.º 15, 2003, pp. 43-76; *Baluartes da fé e da disciplina. O enlace entre a Inquisição e os bispos em Portugal (1536-1750)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2011.

²⁸ ANTT, TSO, II., proc. 10964, fl. 95.

o vigário-geral para denunciar o próprio pai, Duarte Álvares.²⁹ Vinte anos antes, o pai tê-los-ia tentado iniciar na fé judaica, incutindo-lhes que “não há outra lei nem verdade senão a dos judeus e sua lei que Deus deu a Moisés em o Monte Sinai”. Segundo os dois irmãos, o pai não se privava de demonstrar o seu desprezo pelos ensinamentos da Igreja Católica sempre que possível, dizendo que os cristãos eram gentios porque criam “em deuses de pedras e paus” e blasfemando perante cruzeiros e imagens. Mas Duarte Álvares não era um simples cristão-novo de Lagos. Cavaleiro da Casa Real por carta régia confirmada a 1 de Setembro de 1552, ele estivera ao serviço de D. João de Meneses, capitão e governador de Tânger e, em 1545, participara de um ataque militar junto a Alcácer Quibir que lhe valera o título.³⁰ Contudo, pairava sobre si a sombra do passado: Duarte era um “baptizado em pé”, tendo recebido as águas do baptismo em criança, durante a conversão geral. Segundo os próprios filhos, essa herança nunca o teria abandonado e, no seu íntimo, o pai continuava a crer na “Lei Velha”. Apesar das suspeitas de que as confissões de João Álvares e Diogo Lopes teriam sido motivadas por razões alheias ao mero zelo cristão – anos antes, uma disputa sobre a herança materna instigara a divisão na família³¹ –, Duarte Álvares acabou por ser preso a 5 de Setembro de 1560. A partir daí, as detenções alastraram-se em Lagos.

Para compreender a evolução da vaga repressiva em Lagos é preciso ter em conta uma outra vaga que se alastrava pelo Algarve e toda a Península Ibérica desde a década de 40 – a do messianismo. A expectativa da chegada próxima do Messias para unir judeus e cristãos-novos no regresso a uma Jerusalém reconstruída e a esperança na destruição da Cristandade ateadada pelo ataque turco e pelas divisões no seu próprio interior eram ideias que proliferavam num Algarve constantemente ameaçado por ataques corsários, com fortes ligações ao Norte de África e tornado um eixo de redes mercantis que ligavam o Mediterrâneo e o Atlântico. O périplo de gentes e notícias faziam da região um terreno fértil à proliferação de teorias messiânicas. Em Lagos, falava-se do “Messias de Setúbal”, liam-se em segredo as trovas do Bandarra e de Santo Isidro, interpretavam-se as

²⁹ ANTT, TSO, II, proc. 10960, fls. 15-20.

³⁰ ANTT, Chancelaria de D. João III. Privilégios, liv. 1, fls. 8-8v.

³¹ Álvaro Rodrigues, também alvo das denúncias dos irmãos João Álvares e Diogo Lopes e, por isso, preso a 13 de Novembro de 1560, alegou que, devido à demanda levantada pelo pai, estes chegaram a ameaçar denunciá-lo à Inquisição. ANTT, TSO, II, proc. 1583, fl. 1.

profecias de Isaías e Jeremias à luz da esperança na redenção próxima do povo de Israel.³² Duarte Álvares até havia comprado uns borzeguins novos na Madeira para calçar no grande dia da vinda do Messias, segundo testemunhou o filho João Álvares.³³ As suas expectativas eram partilhadas por outros cristãos-novos de Lagos e comunicadas entre em si em reuniões secretas que, à entrada da Inquisição na vila, deixaram de ser tão secretas assim. O mercador Garcia Ribeiro – outro dos alvos das denúncias dos filhos de Duarte Álvares – era um dos anfitriões destes autênticos colóquios sobre a vinda próxima do Messias. Preso em Outubro de 1560, acabou por revelar, na sua confissão, o nome dos outros participantes nestas reuniões onde ele próprio lia em voz alta passagens seleccionadas da Bíblia e as interpretava com os seus convidados.³⁴

O resultado foi uma série de prisões entre mercadores e mestres de Lagos, a maioria ocorrida durante o mês de Dezembro de 1560. Já nos cárceres da Inquisição de Lisboa, as confissões dos réus revelaram a circulação clandestina no Algarve de Bíblias em castelhano (possivelmente, exemplares da Bíblia de Ferrara), livros de orações judaicas e outros textos cuja posse, só por si, era suficiente para suscitar a suspeita da Inquisição. Além do texto escrito, também o que era transmitido de boca em boca se tornou matéria de acusação. A Lagos chegavam novas do avanço dos movimentos protestantes no Norte da Europa e das divisões no seio do mundo cristão, interpretadas como sinais de decadência da Cristandade e auspícios de uma nova era. Estes processos evidenciam, assim, o retrato perfeito de uma vila com uma vida assaz cosmopolita, frequentada por mareantes e mercadores oriundos de diversas paragens, inclusivamente de locais onde a fé judaica ainda podia ser professada e praticada abertamente.

³² Vieira, *Uma amarra ao mar*, pp. 58-64. As ditas “trovas de Santo Isidro” correspondiam às *Coplas de frei Pedro de Frias* (1520), que consistiam na explicação, em verso, das alegadas profecias de Santo Isidoro de Sevilha, nas quais era profetizada a vinda de um Rei Encoberto que venceria o Império Otomano e estabeleceria uma Monarquia Universal. Esta obra viria a popularizar-se em toda a Península Ibérica e a influenciar Gonçalo Eanes, o Bandarra. Veja-se José van den Besselaar, «As Trovas do Bandarra», *Revista ICALP*, v. 4, Março 1986, p. 15; J. Lúcio de Azevedo, *A evolução do Sebastianismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1984, pp. 17-19. Sobre esta vaga de messianismo em Portugal, veja-se também Maria José Ferro Tavares, «Características do messianismo judaico em Portugal», *Estudos Orientais*, v. II, 1991, pp. 245-266; Elias Lipiner, *O Sapateiro de Trancoso e o Alfaiate de Setúbal*, Rio de Janeiro, Imago Editora, 1993; Idem, *Gonçalo Anes Bandarra e os Cristãos-Novos*, Trancoso / Lisboa, Câmara Municipal de Trancoso / Associação Portuguesa de Estudos Judaicos, 1996.

³³ ANTT, TSO, II., proc. 10960, fls. 17v-18.

³⁴ ANTT, TSO, II., proc. 8489, fls. 22-22v, 43-43v.

O mesmo se pode dizer de uma outra cidade a leste, onde a Inquisição lançou a sua rede e pescou de arrasto dezenas de cristãos-novos para os seus cárceres. Em Tavira, a grande vaga de prisões resultou de um rastilho ateadado no Verão de 1562, na sequência de um testemunho apresentado perante o novo vigário-geral do Algarve, o Licenciado António de Gouveia. Isabel de Orta, cristã-nova e esposa do feitor da alfândega de Tavira, recordou as palavras que ouvira da amiga Beatriz Fernandes quatro anos antes, quando falavam sobre o jubileu: “Calai-vos, senhora, não vos agasteis que o Papa, homem de carne, não pode dar estes jubileus”.³⁵ Beatriz era irmã de Gaspar Fernandes, ferreiro de Tavira que, com a sua confissão tardia e incapaz de o salvar da pena máxima – acabou relaxado à justiça secular no auto de 11 de Junho de 1564 –, se tornou no responsável involuntário por se “abrir Judaísmo” em Tavira.³⁶ Gaspar frequentava reuniões em casas de cristãos-novos de Tavira, nas quais, à semelhança das organizadas em Lagos, também se escutavam leituras de passagens da Bíblia e se comentavam profecias ainda por cumprir e um Messias ainda por chegar.³⁷ Muitos dos participantes nestes ajuntamentos acabariam por ser presos ao longo de 1563 e 1564. Só a 28 de Junho de 1563, 14 cristãos-novos de Tavira entraram nos cárceres de Lisboa. No ano seguinte, o número de prisões ascendeu às quatro dezenas. Outros suspeitos, porém, conseguiram fugir antes da Inquisição lhes bater à porta, como Simão Lopes e Salvador Nunes que, quando o tribunal deu ordem para a sua prisão, a 19 de Abril de 1564, já não se encontravam na cidade: Simão partira para Cabo Verde e Salvador para destino incerto.³⁸ Conclusão: entre 1563 e 1566, cerca de 90 cristãos-novos residentes em Tavira foram presos pela Inquisição de Lisboa; outros tantos teriam abandonado a cidade e até o reino, embora este seja um número bem mais difícil de apurar.

A entrada da Inquisição na cidade provoca outras consequências indirectas. A partir de finais do século XVI, Tavira tende a perder a importância geo-política e a vitalidade económica gozadas no início da centúria. Naturalmente, a investida inquisitorial junto do grupo cristão-novo não terá sido a única (e, possivelmente,

³⁵ ANTT, TSO, II, proc. 8981, fl. 4.

³⁶ ANTT, TSO, II, proc. 2486.

³⁷ Vieira, *Uma amarra ao mar*, pp. 64-67.

³⁸ ANTT, TSO, II, proc. 10742, fls. 2-2v. Segundo a mãe, Salvador Nunes teria ido para o Peru. ANTT, TSO, II, proc. 7751, fl. 13.

nem a principal) razão para a gradual decadência da cidade. Em 1577, Frei João de São José, na sua “Corografia do Reino do Algarve”, atribuí-a a uma série de circunstâncias: o abandono das praças marroquinas, o assoreamento do Gilão e a instabilidade da barra, os direitos excessivos cobrados aos mercadores estrangeiros e a mudança de muitos homens ricos para Sevilha e outras cidades de Castela, atraídos pelo lucrativo comércio com as Índias de Castela³⁹ – e afugentados pela Inquisição, acrescentaríamos nós. Afinal, não podemos ignorar o impacto de uma vaga persecutória dirigida a um grupo tendencialmente envolvido em sectores determinantes da economia urbana. Ao se “abrir Judaísmo” em Tavira, fecharam-se as oportunidades suscitadas pelos capitais e pelo ímpeto empreendedor de negociantes cristãos-novos integrados em redes mercantis que ligavam a região aos mercados fornecedores e consumidores do Mediterrâneo e do Norte Europeu.

Estêvão Dias, de Tavira a Marraquexe (passando pela Flandres)?

Em 2014, Carsten L. Wilke publicou a edição crítica do manuscrito espanhol anónimo “Diálogos de dos hermanos, Obadía Ben Israel y Andrés Antonio, compuestos en Marruecos”, culminando assim um trabalho de anos dedicado à análise deste texto e à busca de indícios sobre a identidade do seu autor e o contexto da sua produção.⁴⁰ O enredo deste texto seiscentista de controvérsia anti-cristã centra-se na personagem de um mercador flamengo oriundo de Arnemuiden, Andrés Antonio, que, sabendo da conversão do irmão Bernardo Antonio ao Judaísmo em Marrocos, decide viajar até Marraquexe para o resgatar à fé cristã. Contudo, a interpretação dos Evangelhos apresentada pelo irmão (que, entretanto, adoptara o nome judaico Obadía Ben Israel) revela tamanha força que acaba por semear a dúvida em Andrés e encorajá-lo a pedir esclarecimentos junto de um eremita agostinho, Frei Tomé. A identificação desta última personagem com Frei Tomé de Jesus, capelão da embaixada portuguesa em Marraquexe em finais do século XVI, tornou-se na primeira pista seguida por Wilke na sua

³⁹ Frei João de São José, «Corografia do Reino do Algarve (1577)», in *Duas descrições do Algarve do século XVI*. Apresentação, leitura, notas e glossário de Manuel Viegas Guerreiro e Joaquim Romero Magalhães, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1983, pp. 50-51.

⁴⁰ Carsten L. Wilke, *The Marrakesh Dialogues: A Gospel Critique and Jewish Apology from the Spanish Renaissance*, Leiden, Brill, 2014.

tentativa de descobrir a identidade do autor dos “Diálogos”. Em “Vida do Veneravel Padre Fr. Thome de Jesus, Religioso da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho da Provincia de Portugal”,⁴¹ Frei Aleixo de Menezes alude a um cristão-novo português chamado Estêvão Dias que, ao chegar a Marraquexe, entrara em disputa teológica com Frei Tomé de Jesus, a qual veio a resultar na composição de um tratado sobre as razões que o haviam levado a abandonar o Cristianismo e a abraçar a fé judaica. Wilke apontou a hipótese deste tratado corresponder aos “Diálogos” e do seu autor tratar-se, portanto, do dito Estêvão Dias.⁴² Só restava, então, saber quem seria este cristão-novo. E é aqui que chegamos ao Algarve.

Segundo Wilke, o autor do tratado referido por Frei Aleixo de Menezes seria possivelmente o mesmo Estêvão Dias que, em 1571, surgia referido numa lista de mercadores portugueses a operar em Antuérpia. Além disso, Wilke propõe a identificação deste com o jovem Estêvão Dias que, a 17 de Março de 1564, fora preso em Tavira por ordem da Inquisição de Lisboa.⁴³ Estêvão era filho de Rui Dias, mercador e um dos anfitriões dos convênios messiânicos ocorridos em Tavira. O próprio jovem Estêvão recorda esses encontros na casa do pai, onde se reuniam vários cristãos-novos da cidade para escutarem leituras da Bíblia.⁴⁴ Era o irmão Vasco Rodrigues quem fazia as honras da casa, lendo excertos de uma Bíblia em latim que Gaspar Lopes, borracheiro, achara perdida numa horta e lhe entregara em mãos, sabendo-o versado na língua latina. Na confissão do seu processo inquisitorial, Vasco Rodrigues conta como, ao ler em voz alta, traduzindo do latim, as profecias de Esdras e de outros profetas do Antigo Testamento, ele e os ouvintes tinham concluído que o Messias não havia ainda chegado.⁴⁵ Vasco Rodrigues foi preso, junto com o pai, a 28 de Junho de 1563, ou seja, alguns meses antes do irmão mais novo. Estêvão Dias tinha 19 anos de idade quando entrou nos cárceres mas, segundo revela na sua confissão, desde os 14 que trabalhava no negócio da família. Ele recorda como, cinco anos antes,

⁴¹ In Tomé de Jesus, *Trabalhos de Jesus compostos pelo Veneravel Padre Fr. Thome de Jesus da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho*, v. 1, Lisboa Oriental, Officina Augustiniana, 1733.

⁴² Wilke, *The Marrakesh Dialogues*, p. 49.

⁴³ *Ibidem*, p. 57.

⁴⁴ ANTI, TSO, II, proc. 364, fl. 10.

⁴⁵ ANTI, TSO, II, proc. 5932, fls. 15-16.

havia ido com o cunhado Fernão Nunes vender figo a Mazagão, onde celebraram uma Páscoa ao modo judaico.⁴⁶

Na confissão de Estêvão, bem como na do pai e dos irmãos, multiplicam-se as referências à forte ligação dos cristãos-novos de Tavira com as praças norte-africanas⁴⁷ e ao seu envolvimento no comércio de frutos secos que conectava o Algarve ao Magrebe e ao Norte da Europa (incluindo Arnemuïden, a cidade de origem dos fictícios irmãos Antonio). Estes vínculos comerciais reforçam a hipótese levantada por Carsten Wilke sobre a identidade do autor dos “Diálogos de Marraquexe” e surgem exploradas num artigo publicado nos *Cadernos de Estudos Sefarditas* em 2018.⁴⁸ Neste, o autor esboça outras conjecturas baseadas nos processos inquisitoriais de Tavira dos anos 60 e, em especial, no grupo de “ouvintes” da Bíblia que se reunia na casa dos Dias e de outros cristãos-novos. Seriam estes ajuntamentos inspirados nas leituras colectivas da Bíblia, comuns entre os movimentos protestantes clandestinos no Norte da Europa? Recordemos as notícias que circulavam no Algarve sobre os levantamentos “luteranos”, supostos prenúncios da crise da Cristandade e do advento de uma nova era. O caso coetâneo de Frei Valentim da Luz, estudado por José Sebastião da Silva Dias, constitui mais uma outra prova da difusão do ideário protestante em Tavira.⁴⁹ O prior do mosteiro dos Agostinhos fora preso pela Inquisição na sequência dos seus inflamados sermões com laivos erasmianos, um episódio que culminou com a sua execução, após relaxado à justiça secular no auto de 10 de Maio de 1562. Contudo, o impacto deste episódio teria ido para lá da sua morte e além do Algarve. Wilke encontra semelhanças entre o criticismo de Valentim da Luz e o argumentário anti-católico dos “Diálogos de Marraquexe”.⁵⁰

⁴⁶ ANTT, TSO, II, proc. 364, fls. 14v-15.

⁴⁷ Veja-se a referência a judeus portugueses com origens em Tavira estabelecidos em Fez em José Alberto Rodrigues da Silva Tavim, *Os judeus na expansão portuguesa em Marrocos durante o século XVI. Origens e actividades duma comunidade*, Braga, APPACDM, 1997, pp. 573-574.

⁴⁸ “[...] one would be hard pressed to deny that Tavira, which was located on the other end of the ‘fig route’ to Arnemuïden and which was also the center of Portuguese trade with Morocco, is without a doubt the most likely place of origin for an anti-Christian New Christian in Marrakesh in the sixteenth century.” Carsten L. Wilke, «The New Christians of Tavira in the Sixteenth Century: Trade, Diaspora and Religious Heterodoxy between Morocco and the Low Countries», *Cadernos de Estudos Sefarditas*, v. 19, 2018, p. 15.

⁴⁹ José Sebastião da Silva Dias, *O Erasmismo e a Inquisição em Portugal: O Processo de Frei Valentim da Luz*, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, 1975.

⁵⁰ Wilke, «The New Christians of Tavira», p. 24.

Independentemente da identificação do taviense Estêvão Dias com o autor deste texto de polémica ainda carecer de maior fundamentação documental para ser validada, a hipótese levantada por Wilke sustenta-se numa realidade concreta: três pólos – o Algarve, o Norte de África e o Norte Europeu (em particular, as cidades neerlandesas) – ligados pelo comércio de frutos secos e, por conseguinte, pela circulação de indivíduos e de informação capaz de potenciar a emergência de movimentos que desafiavam a ortodoxia católica, do protestantismo ao messianismo judaico. A documentação produzida no âmbito da vaga persecutória da Inquisição no Algarve na década de 60 de Quinhentos é reveladora do lugar ocupado por Tavira, mas também por Lagos, nestas redes mercantis internacionais e da forma como as mesmas impactaram a sociedade local.

Conclusão, ou porque interessa olhar para a documentação inquisitorial para se conhecer melhor o Algarve seiscentista

A progressiva digitalização dos processos da Inquisição de Lisboa levada a cabo nos últimos anos pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo tem contribuído para que mais investigadores tenham acesso ao tesouro documental que este sub-fundo do Tribunal do Santo Ofício encerra. Por outro lado, o acesso cada vez mais problemático às fontes produzidas pelos outros tribunais da Inquisição portuguesa, fruto da degradação dos suportes físicos e das políticas de preservação e acessibilidade adoptadas pelo arquivo, tem constituído um obstáculo difícil de contornar por quem deseja desenvolver pesquisa na documentação de Évora e Coimbra – um obstáculo que está a ser gradualmente solucionado com a digitalização destes fundos.

A disponibilização em linha de cópias digitais da documentação preservada em Lisboa já hoje contribui para uma descentralização do acesso à fonte arquivística. Tal possibilita, por exemplo, a um investigador a viver em Tavira a leitura dos processos resultantes da primeira entrada da Inquisição na sua cidade sem ter de fazer perto de 300 quilómetros. Através destes registos, pode aceder a dados inestimáveis não só para o conhecimento da actuação inquisitorial no território, como também para uma compreensão mais plena sobre o dia-a-dia de uma cidade algarvia em meados de Seiscentos. Aliás, esta é uma das maiores potencialidades da fonte inquisitorial: oferecer ao investigador autênticos *frames*

do quotidiano, difíceis de encontrar noutros registos documentais. Informações sobre as unidades familiares, a ocupação urbana, as actividades económicas, as tensões sociais e solidariedades, os hábitos e costumes, as mobilidades e migrações, a escrita e as oralidades pontuam os processos e demais documentação inquisitorial. O sapateiro, o alfaiate, a viúva, a donzela e o escravo, por exemplo, ganham aqui um protagonismo que lhes escapa noutras fontes históricas cujo foco tendencialmente recai sobre as elites. Analisada criticamente, desbravando as bastas camadas de discurso ideologicamente comprometido e submisso a uma agenda própria, é possível extrair da documentação inquisitorial dados únicos para o estudo das localidades e das suas populações. No caso do Algarve seiscentista, como tentei demonstrar ao longo deste texto, contamos com um volume significativo de registos decorrentes das duas vagas repressivas do Santo Ofício na região ao longo do século. Aqui fica o desafio para se abordar esta massa documental com outras problemáticas em mente. Certamente, a pesca será farta.

Para uma leitura dos estudos sobre a história da alimentação na região do Algarve (Séculos XV a XVII)

LUÍSA FERNANDA GUERREIRO MARTINS *

Os estudos sobre a história da alimentação na região do Algarve encontram-se atualmente em fase de expansão, verificando-se a existência de investigadores de áreas multidisciplinares que têm vindo a contribuir para a compreensão dos processos alimentares no seu devir cultural, político, cultural e económico.

Pode-se considerar que o conhecimento sobre a alimentação no território algarvio se deve a estudos de carácter historiográfico que, em formato de monografia ou apenas em introitos a livros de receitas, permitiram despertar a comunidade científica para a necessidade do alargamento do seu conhecimento sobre esta matéria. Esses estudos precursores datam desde a década de noventa do século passado até aos nossos dias. É a partir de alguns deles que se

R. M. Loureiro (ed.), *O Algarve na Primeira Globalização – Coletânea de Estudos* (Faro: Direção Regional de Cultura do Algarve, 2023), pp. 61-81.

* Investigadora doutorada integrada e membro conselheiro do Cidehus – Universidade de Évora; Investigadora colaboradora no Diáita-Patrimónios da Lusofonia da Universidade de Coimbra; Técnica superior na Câmara Municipal de Lisboa – Arquivo Municipal.

pretende fazer uma revisão do estado da arte relativamente às pesquisas realizadas.

De entre os investigadores que se podem considerar pioneiros, tendo em conta o seu contributo para a historiografia da alimentação no Algarve, constam: o pedagogo, investigador e gastrónomo Renato Costa (1960-2011); o pintor, gastrónomo, *chef* de cozinha e empresário José Vila (1944-2021); o antropólogo e gastrónomo Alfredo Saramago (1938-2008).

No seu trabalho de pesquisa e registo de receitas dos espaços rurais, em que as ervas aromáticas aprofundam o sabor das receitas mais simples, Renato Costa, através das suas publicações,¹ organização de eventos gastronómicos, recolha e registo de receitas em aldeias do interior da região algarvia, conseguiu retomar e “patrimonializar” um saber que se encontrava em risco de desaparecer, engolido pela fatalidade do *fast-food* e *fried chips* que a globalização e o turismo em massa vulgarizaram. Nas suas publicações constam as receitas com notas introdutórias que constituem estudos consolidados sobre as memórias recolhidas junto das populações.

José Vila² projetou internacionalmente a cozinha tradicional algarvia na sua fusão marítima e terrena, preservando um conhecimento intemporal que resistiu à globalização contemporânea na Cozinha. Nos seus livros, para além das receitas, que constituem excelentes fontes de estudo sobre os produtos utilizados na alimentação algarvia ao longo dos séculos, as notas introdutórias

-
- ¹ Costa, R. (2003). *Dito e Feito*, Casal de Cambra: Caleidoscópio.
» (2006a). *Em Lume Brando*, Casal de Cambra: Caleidoscópio.
» (2006b). *Sabores Intemporais*, Casal de Cambra: Caleidoscópio.
» (2006c). *Cozinha Intemporal*, Lisboa: Caleidoscópio.
» (2008). *Imaginários: A nova cozinha de Renato Costa*, Casal de Cambra: Caleidoscópio.
» (2009). *Cozinha Intemporal – Cooking at the market*, Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- ² De seu nome, José Duarte Martins da Silva (1944-2021), em sociedade com o profissional de hotelaria e seu amigo, Joaquim José Nunes Lisa, abriram o restaurante Vilalisa, na Mexilhoeira Grande, em 1981. Este restaurante persiste em manter a cozinha algarvia serrana e marítima nas suas ementas.
Vila, J. (c.1981-1990). *Sabores da Cozinha Algarvia*. Edição de autor.
» (s. d.). *Sabores da Cozinha Algarvia*. 2ª ed. Lisboa: Edição Clube do Autor; ISBN: 9789898452092.
» (2019). *Coisas da Terra e do Mar: sabores da cozinha algarvia*. 2ª ed. Lisboa: Edição Oficina do Livro; ISBN 972-95465-3-3.

dão também informação sobre os procedimentos para a preparação dos alimentos, baseado numa estrutura alimentar simples, pobre, mas criativa, cingida às condições climáticas e económicas que se impunham anual e sazonalmente às populações. Pela autenticidade do seu trabalho, Vila fica a constar nos tratados de história da alimentação, a par de outros grandes gastrónomos e cozinheiros europeus.

Alfredo Saramago publicou livros sobre gastronomia, história e tradição, aliando fontes escritas e recolha oral. Os seus estudos abrangeram praticamente todo o território português, o que o torna talvez no precursor da história da alimentação portuguesa, não só pelas receitas recolhidas e registadas, como também pelos textos introdutórios, de consulta obrigatória para o estudo da Dieta Mediterrânica, sublinhando-se, para o presente estudo, a obra *Cozinha Algarvia: enquadramento histórico e receitas* (2001)³ ou o artigo “O legado árabe na Cozinha entre Tejo e Guadiana”, publicado na obra *O Mediterrâneo Ocidental, Identidades e Fronteiras* (2002).⁴

Outras publicações mais vocacionadas para a divulgação de receitas tradicionais do Algarve, do que propriamente para a historiografia, são as publicações de Luís Santiago,⁵ Hernâni Ermida,⁶ Conceição Amador,⁷ entre outros.

Estas experiências editoriais contribuíram, no seu todo, para a reformulação de uma gastronomia local, que corria riscos de ser engolida pela voragem da globalização, demarcando uma identidade e um património de características próprias. Um conjunto de estudos que, de forma direta ou indireta, contribuiu para a assunção de uma integração da alimentação do território português no conceito da Dieta Mediterrânica, culminando com a sua classificação como Património Cultural da Humanidade, pela UNESCO, em 4 de dezembro de 2013.

³ Saramago, A. (2001). *Cozinha Algarvia: enquadramento histórico e receitas*. Lisboa: Assírio e Alvim; ISBN: 972-37-0645-8.

⁴ Saramago, A. (2002). “O legado árabe na Cozinha entre Tejo e Guadiana”. In *O Mediterrâneo Ocidental, Identidades e Fronteiras*. (pp. 223-239). Lisboa: Edições Colibri.

⁵ Santiago, L. (1994). *Cozinha Regional do Algarve*. Lisboa: Publicações Europa-América; ISBN: 9789721035737.

⁶ Ermida, H. (2015). *Cozinha Algarvia*. Lisboa: Everest Editora; ISBN: 9789895003013.

⁷ Amador, C. (2008). *Doçaria Tradicional do Algarve*. Sintra: Colares Editora; ISBN 972-782-120-4.

Para esta revisão ao estado da arte merecem destaque as publicações cujo objeto de estudo é a alimentação, numa perspetiva historiográfica que, por via da contextualização, referem quadros culturais, económicos e comerciais que nos fornecem dados interessantes para a compreensão sobre os processos de produção e gestão dos alimentos no território algarvio.

Não se pretende apresentar uma bibliografia exaustiva. No entanto, parece pertinente uma revisão ao que tem vindo a ser editado por alguns autores portugueses, mesmo que tais publicações não assumam carácter historiográfico. Pelas novidades que trazem para o contexto português, elas ajudam a analisar a evolução do consumo alimentar pelas populações do antigo reino.

Os estudos publicados por Ana Isabel Buescu,⁸ António José Marques da Silva,⁹ Isabel Drummond Braga,¹⁰ Inês de Ornellas e Castro,¹¹ Maria José Azevedo Santos¹² têm trazido contributos valiosos para a compreensão dos usos e

⁸ Algumas publicações fundamentais para os estudos de História da Alimentação:

Buescu, A. I. (2010). "Aspectos da mesa do rei entre a Idade Média e a Época Moderna". Em Soares, C.; Macedo, I. (Coords.) *Ensaio Sobre Património Alimentar Luso-Brasileiro*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

» (2011). "À Mesa do Rei - cultura alimentar e consumo no século XVI". In *A Mesa dos Reis de Portugal. Ofícios, Consumos, Práticas e Representações (séculos XIII-XVIII)* (pp.304-317). Lisboa: Círculo de Leitores.

Buescu, A. I.; Felismino, D. (2011). "Sobre a construção de um campo historiográfico". In *A Mesa dos Reis de Portugal. Ofícios, Consumos, Práticas e Representações (séculos XIII-XVIII)* (pp.14-24). Lisboa: Círculo de Leitores.

⁹ Silva, A. (2016). *Diaïta Nostra. Patrimoines alimentaires, identité et gouvernementalité en Méditerranée*. UNESCO Chair in Intangible Heritage and Traditional Know-How: Linking Heritage. Évora: Universidade de Évora. In: https://www.academia.edu/30007288/DIAITA_NOSTRA_fo_od_heritage_identity_and_governmentality_in_the_Mediterranean

» (2013). *Un ingrédient du discours, Discours et pratiques alimentaires en Méditerranée*, vol. I. Saint-Denis: Edilivre Universitaire Colletion. In : file:///C:/Users/luisa.g.martins/Downloads/Un_ingredient_du_discours_Discours_et_pr.pdf

¹⁰ Braga, I. D. (2021). "Na torna – viagem: a dieta dos cativos portugueses resgatados no Magrebe". In *Investigaciones Históricas, época moderna y contemporánea*, 41 (pp. 347-376). In: <https://doi.org/10.24197/ihemc.41.2021.347-376>

¹¹ Para se conhecer a influência romana nos usos e costumes alimentares nos territórios de influência mediterrânica:

Castro, I. (2015). *O Livro de Cozinha de Apício*. Lisboa: Relógio d'Água.

¹² Santos, M. J. A. (1993). "O mais antigo livro de cozinha português – receitas e sabores". In *Revista Portuguesa de História*, XXVII (pp. 63-101). Coimbra: Universidade de Coimbra.

costumes alimentares, assim como dos procedimentos de gestão pública e económica do alimento. Publicações de Aurélia Fernandes, Carmen Soares,¹³ Fátima Botão,¹⁴ Iria Gonçalves,¹⁵ João Pedro Bernardes e Luís Filipe Oliveira,¹⁶

» (2002). *Jantar e ceiar na corte de D. João III – Leituras, transcrição e estudo de dois livros da cozinha do Rei (1524 e 1532)*. Vila do Conde, Coimbra, Portugal: Centro de História da Sociedade e da Cultura e Câmara Municipal de Vila do Conde.

» (2020). “O mais suave cheiro do mundo”. In *Visão História – Fernão de Magalhães: a primeira volta ao mundo*. Nº 57 (pp.22-23).

¹³ Soares, C. (2015). "Odisseia de sabores: integrações luso-brasileiras". In *Odisseia de Sabores da Lusofonia* (pp.109-168). Curitiba e Coimbra, Brasil: Imprensa da Universidade de Coimbra e PUC Press. In: https://www.academia.edu/24954954/Odisseia_de_sabores_integra%C3%A7%C3%B5es_luso_brasileiras

» (2016). "Gastronomia". In *Dicionário da Expansão Portuguesa*. 1415-1600. Volume I: de A a H, 1. Lisboa: Círculo de Leitores. In: https://www.academia.edu/20392418/_Gastronomia_in_Dicion%C3%A1rio_da_Expans%C3%A3o_Portuguesa_1415_1600_Volume_1_de_A_a_H_Dire%C3%A7%C3%A3o_de_Francisco_Contente_Domingues_Lisboa_C%C3%ADrculo_de_Leitores_2016_pp_430_436

» (2020). "Paisagens alimentares mediterrânicas de Portugal: natureza, cultura e sagrado". In: *Revista do Centro de Competências para a Dieta Mediterrânica*, 1. Faro: Centro de Competências para a Dieta Mediterrânica. In: https://www.drapc.gov.pt/servicos/agricultura/files/DM_revista_1.pdf

¹⁴ Botão, F. (2009). *A construção de uma identidade urbana no Algarve medieval*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

¹⁵ Gonçalves, I. (1987). “Despesas da Câmara Municipal de Loulé em meados do século XV”. In *Actas das I Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*. (pp. 185-197) Loulé: Câmara Municipal de Loulé.

» (2000). «Alimentação medieval: conceitos, recursos, práticas». In *Actas dos VI Cursos Internacionais de Verão de Cascais (5-10 de Junho de 1999)*, vol. II (pp. 29-48). Cascais: Câmara Municipal de Cascais.

» (2007a). «Regateiras, padeiras e outras mais na Lisboa Medieval». In *Lisboa Medieval. Os rostos da Cidade*. (pp. 11-29). Coords. Luís Krus, Luís Filipe Oliveira e João Luís Fontes. Lisboa: Livros Horizonte.

» (2007b). «A propósito do pão da cidade na Baixa Idade Média». In *Turres Veteras, IX. História da Alimentação*. (pp. 49-72). Coord. Carlos Guardado da Silva. Torres Vedras: Câmara Municipal de Torres Vedras – Universidade de Lisboa – Ed. Colibri.

» (2010). “A alimentação”. In *História da Vida Privada em Portugal*, dir. José Mattoso, vol. I – A Idade Média. (pp. 226-259). Coord. Bernardo Vasconcelos e Sousa. Lisboa: Temas e Debates – Círculo de Leitores.

» (2019). «A cozinha e a mesa em Loulé medieval nos seus utensílios de uso comum: o testemunho dos Inventários de Órfãos». In *Medievalista* [Online], 25 | 2019, posto online no dia 17 março 2019, consultado no dia 18 março 2019. URL: <http://journals.openedition.org/medievalista/1729>

» (s.d.), “À mesa, com o rei de Portugal (séculos XII-XIII)”. In *Revista da Faculdade de Letras*. (pp. 15-32). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova.

¹⁶ Bernardes, J; Oliveira, L. (2006). *A Vinha e o Vinho no Algarve. O renascer de uma velha tradição*. Faro: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve.

Joaquim Romero Magalhães,¹⁷ Luísa Martins,¹⁸ Maria Helena Cruz Coelho,¹⁹ Maria José Palla,²⁰ Maria Manuel Valagão²¹ e Nídia Brás,²² Maria Valentina

- ¹⁷ Romero Magalhães, J. (1970). *Para o estudo do Algarve económico durante o século XVI*. Lisboa: Edição Cosmos.
 » (2012). *O Algarve na Época Moderna*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra e Universidade do Algarve.
 » (2018). *O Algarve Económico durante o século XVI*. Olhão: Editora Sul, Sol, Sal.
- ¹⁸ Martins, L. (2010a). “O azeite no quotidiano do concelho de Loulé nos séculos XIV e XV”. In *Cadernos do Arquivo* – n.º 3. Loulé: Câmara Municipal de Loulé.
 » (2010b). “Arte e Gastronomia em *Na Cozinha dos Artistas*: um projeto do Centro Cultural S. Lourenço de Almancil, concelho de Loulé”. In *Revista Studia*, n.º13, tomo I (pp.31). Loulé: Instituto Universitário D. Afonso III. (publicado em suporte digital dvd).
 » (2016). “Memória do quotidiano alimentar de uma vila do barrocal algarvio no início do século XX. O caso de Loulé”. In *Actas do III Seminário Alimentos e Manifestações Culturais Tradicionais e II Simpósio Internacional Alimentação e Cultura: Tradição e Inovação na Produção e Consumo de Alimentos*. (pp. 475-482). Org. Manuel Luís Tibério; Ana Alexandra Marta-Costa; Xerardo Pereiro; Ana Barros; Sônia Menezes. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. ISBN: 978-989-704-094-8.
 » (2016a). *Contributos para a História da Alimentação Algarvia – a partir das atas de vereação do concelho de Loulé (1384-1488)*. Faro: Dir. Regional de Cultura do Algarve.
 » (2016b). “O alimento e a sobrevivência em viagens de exploração territorial africana”. In *Patrimónios alimentares de aquém e além-mar*. (pp. 677-698). Ed. lit. Carmen Soares e Joaquim Pinheiro. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume. ISSN: 2183-6523. In: <https://ucdigitalis.uc.pt/pombalina/item/69149>; http://doi.org/10.14195/978-989-26-1191-4_1
 » (2018a). “A terra tremeu e a vida continuou. Quadro da vida quotidiana do concelho de Loulé em meados do século XVIII”. In *Atas do I Encontro de História de Loulé - 8 e 9 de Setembro de 2017*. (pp.189-206). Loulé: Câmara Municipal de Loulé.
 » (2018b). “History of nourishment in southern Europe: the case of prisoners in Loulé (19th century)”. In: *Historical Contexts and Identities of the Mediterranean Countries*. Vol 6. No 2.
 » (2019). “How to ensure food supply to the population of the medieval village of Loulé (1384-1488)”. In <https://docslib.org/doc/1317026/java-based-distributed-learning-platform> Doi: 10.17265/2159-5828/2019.07.001
 » (2021). “A Mesa e o Altar em Gil Vicente”. In *Mesa dos Sentidos e Sentidos da Mesa*. Vol.II (p.97). Org. Carmen Soares, Anny Jackeline Torres Silveira, Bruno Lauriou. Col. Diaita: Scripta e Realia. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra University Press.
- ¹⁹ Coelho, M. H. C. (2013). “A festa – a convivialidade”. In *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média*. Dir. de José Mattoso e coord. de Bernardo Vasconcelos e Sousa, 2ª edição. Lisboa: Círculo de Leitores.
 » (1990). “Apontamentos sobre a comida e a bebida do campesinato coimbrão em tempos medievos. In *Homens, Espaços e Poderes. Séculos XI-XVI. I – Notas do Viver Social*. (pp. 9-22). Lisboa: Livros Horizonte.
- ²⁰ A autora publicou sobre a alimentação, tendo por base as obras de Gil Vicente. Este é apenas um exemplo entre as várias publicações.
 Palla, M. J. (s.d.). *Trilogia Vicentina – Comida e Literatura – Encenação dos alimentos na obra de Gil Vicente – Breves apontamentos*. In: https://www.academia.edu/12014862/comida_e_literatura
- ²¹ Valagão, M. M. (2015). *Algarve Mediterrânico – Tradição, Produtos e Cozinhãs*. Lisboa: Edições Tinta-da-china.

Ferreira,²³ Patrícia Batista,²⁴ Soraia Martins,²⁵ entre outros, centram-se também em conteúdos focados na região algarvia, permitindo uma linha condutora para a construção da história da alimentação no Algarve, desde a pré-história.

Para além da revisão às publicações sobre a temática em estudo, que tendem a aumentar, há que alargar o horizonte de pesquisas para uma construção poliédrica da historiografia sobre a Alimentação no território algarvio, considerando uma vasta tipologia de fontes enquanto recurso para o registo da informação. Vejamos algumas:

As entrevistas a pessoas mais idosas residentes no litoral, no barrocal e na serra, porquanto são guardiãs de saberes em vias de extinção, permitem uma reconstituição aproximativa do que se consumia, como e em que quantidades.

Releia-se documentação de carácter administrativo existente em arquivos municipais que, contribuindo para o conhecimento da economia e da administração locais, fornecem dados reveladores do tipo de abastecimento alimentar assegurado pelos municípios.

²² Brás, N. (2015). Et al. *Dimensões da dieta mediterrânica: património cultural imaterial da humanidade*. Portugal: Universidade do Algarve. Acedido a 21 de agosto de 2022 em: file:///C:/Users/ASUS/Downloads/DietaMediterranica_port.pdf

» (2016a). "Das memórias à inovação: produção, pesca e consumos de peixe no Algarve". In: https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/12299/2/Das%20mem%20c3%b3rias%20%20a%20inova%20a7%20a3o_%20texto%20de%20apoio%20final%20-%20c%20b3pia.pdf

» (2016b). "Alimentos e produtos da Dieta Mediterrânica". Acedido a 21 de agosto de 2022 em: <file:///C:/Users/ASUS/Downloads/Alimentos%20da%20DM%208%20set%202016%20ENEDN.pdf>

» (2018). *Vidas e Vozes do Mar e do Peixe*. Coord. Maria Manuel Valagão. Textos de Maria Manuel Valagão e Nídia Brás. Lisboa: Edições Tinta-da-china.

» (2021). Et al. *Plano de Atividades para a salvaguarda da Dieta Mediterrânica (2020-2023) - Rede de Instituições de Ensino Superior para a Salvaguarda da Dieta Mediterrânica*. Universidade do Algarve. In: <http://hdl.handle.net/10400.1/16695>; <https://sapientia.ualg.pt/handle/10400.1/16695>

²³ Ferreira, M. V. (2003). "A fruta de Loulé na Europa medieval – análise de manuscritos do século XV". In *Revista Al-Ujya*. N^o9 (pp. 215-239). Loulé: Câmara Municipal de Loulé.

²⁴ Baptista, P. (2006). "A alimentação em Loulé nos séculos XIV e XV". In *Revista Al-Ujya*. N^o11 (pp. 69-81). In: file:///C:/Users/ASUS/Downloads/A_alimentacao_no_concelho_de_Loule_nos_s.pdf; https://www.academia.edu/2236443/A_alimenta%C3%A7%C3%A3o_no_concelho_de_Loul%C3%A9_nos_s%C3%A9c_XIV_e_XV

²⁵ Martins, S. (2013). *Estudo Arqueofaunístico do Castelo de Salir (Loulé). Contribuição para o conhecimento da Dieta Alimentar Islâmica*. In: <https://sapientia.ualg.pt/handle/10400.1/10631>; <http://hdl.handle.net/10400.1/10631>

Coleções documentais de atas de vereação, requerimentos, autos de arrematação, processos de celeiros municipais, tabelamentos dos ofícios e serviços, livros de receitas e despesas (Silva, 2022: 150), registos dos manifestos do gado, fundos dos órfãos, constituem documentos que, a existir em arquivos municipais, permitem desenvolver estudos mais completos sobre a historiografia em apreço. Ao nível dos arquivos nacionais pesquise-se a documentação das chancelarias Reais, os livros das ucharias Reais (Santos, 2002), as contas das Casas Reais, para além dos relatórios, correspondência, memórias.

Outra documentação que, por comparação, ajuda a redesenhar quadros alimentares para o arco temporal entre o século XIV e o XVII, considerando influências culturais, distinções sociais e económicas são, por exemplo, as obras quinhentistas de Gil Vicente,²⁶ o *Livro de Cozinha de D. Maria (1565)*²⁷ e de 1680, o *Tratado Descritivo do Brasil em 1587* de Gabriel Soares de Sousa,²⁸ a *Arte de Cozinha* de Domingos Rodrigues (1680). Neste último verifica-se que as receitas recorrem com frequência às especiarias, nomeadamente cravo ou cravinho,²⁹ pimenta, gengibre, entre outras. Estas já se viam em Portugal, nas mesas e boticas de reis, príncipes e alta nobreza, desde a Idade Média, depois de longas viagens de carga e descarga nas rotas da Índia e do Mediterrâneo.

É neste contexto que, segundo Maria José Azevedo Santos (2020: 22) surge o designado cravinho-da-Índia descrito como mezinha em 1436-1438, para tratamento da peste de que padecia D. Duarte, ganhando paulatinamente lugar nos temperos “e assume um óbvio sinal de poder socioeconómico e cultural” (Santos, 2020: 23). Ao cravinho juntou-se o açafraão, a pimenta, o gengibre, a canela, entre outras ervas aromáticas. Produtos que no século XVI-XVII geraram contendias (veja-se a questão das Molucas) e grande especulação,

²⁶ Em todas as suas obras é possível recolher dados relativos à alimentação associada aos grupos sociais e económicos da sociedade portuguesa quinhentista.

²⁷ *Livro de Cozinha de D. Maria (1565): O livro de cozinha da Infanta D. Maria de Portugal*; primeira edição integral do códice português I.E. 33. da Biblioteca nacional de Nápoles / leitura de Giacinto Manuppella e Salvador Dias Arnaut; 1967.

²⁸ Varhagen, F. A. (Coord.). (1971). *Gabriel Soares de Sousa: Tratado Descritivo do Brasil em 1587*.

²⁹ Veja-se logo nos fólhos 5 e 6 a receita da sopa à italiana, no fólho 21 a receita do carneiro com arroz, no fólho 23 o carneiro estufado, entre outras receitas.

difícilmente marcaram presença nas mesas algarvias, deixando apenas o seu odor à passagem nos portos e ao longo das navegações até ao porto de Lisboa e outros lugares da Europa.

Há ainda um longo trabalho de recolha de dados a ser feito, a partir de livros e registos de relatórios, de memórias de viajantes, de navegadores e de exploradores. Alguns documentos de carácter oficial e administrativo, como o caso das atas de vereação camarárias, podem fornecer dados relevantes para se compor um quadro dos regimes alimentares das populações de uma região, nem que seja pela importância dada a determinado alimento, não só para a economia da região como também para o provimento junto das populações, para já não falar das despesas e receitas registadas nos cofres dos municípios. Na esteira destes procedimentos, assinalam-se os livros de receitas e despesas, entre outros, pródigos em informações sobre usos e costumes alimentares. Outro documento oficial, as *Memórias Paroquiais de 1758* (publicadas em 1832), permitem vislumbrar o que produziam os agricultores e criadores de gado do barrocal e da serra ou os pescadores que viviam junto ao mar e aos rios, que também tinham as suas hortas e os seus animais. Para um alargamento dos estudos sobre a tipologia de peixe que se pescava nos mares do Algarve, veja-se a *Memoria sobre algu[m]as observações, dos peixes do mar, e rios do Algarve*, da autoria de Constantino Botelho de Lacerda Lobo,³⁰ datada de 1754 e 1790.

Procurar referências a alimentos exóticos das terras de além-mar no procedimento culinário e alimentar quotidiano das populações algarvias entre os séculos XV e XVII torna-se tarefa pouco profícua. Nas terras algarvias ou em terras de além-mar, homens e mulheres encontraram-se e confrontaram-se, ou acabaram por partilhar espaços e saberes culinários, para gáudio de mesas faustosas ou para sobrevivência no limiar da fome. Esta realidade seria o fator predominante junto da maioria da população do território algarvio.

O exótico apareceria pontualmente nas mesas das casas de nobres, cavaleiros e burgueses, sem que o seu consumo constituísse prática corrente e este quadro

³⁰ Constantino Botelho de Lacerda Lobo. (1754-1790). *Memoria sobre algu[m]as observações, dos peixes do mar, e rios do Algarve*. PURL: 27068; escrito e publicado depois de 1754. In: <https://bndigital.bnportugal.gov.pt/indexer/index/livro/aut/PT/161784.html>

não se consegue inferir da documentação da gestão autárquica. Esta revela a preocupação quotidiana de combate à doença (as pestes), a preparação para a guerra e a prevenção contra qualquer invasão, o medo da fome geralmente consequente de situações de doença e de lutas ou provocadas por maus anos climáticos. Por isso havia o cuidado de não faltar com o alimento na praça pública, assim como havia que se vigiar os preços e quantidades aplicados e a qualidade dos produtos colocados à venda.

Raros são, repita-se, os documentos cuja informação sobre ementas, receitas e despesas facilitem um conhecimento sobre os hábitos alimentares das populações. Só a reunião dos dados dispersos pode permitir conhecer os alimentos que integravam as refeições diárias, inseridas em contextos socioprofissionais, familiares, económicos e culturais, sem, contudo, oferecer ementas ou receitas.

A ideia de que a alimentação é um procedimento que garante a sobrevivência deve estar aliada ao pressuposto de que também é um ato político, cultural e social assente em quatro pilares: produção, consumo, paladar ou gosto, procedimentos ou condutas. Há ainda que considerar que, se as minorias favorecidas tinham acesso a uma maior diversidade de alimentos, a maioria da população, mais remediada e pobre, desde o litoral à serra, recorreria ao que o mar, os rios e as terras agrícolas davam, ao ritmo dos ciclos sazonais da natureza.

Na documentação geral da administração local não se verifica uma entrada imediata dos produtos vindos da Ásia, da África e da América na culinária algarvia. Isso aconteceria pontualmente nas mesas mais ou menos ricas, a título de curiosidade, mas, dificilmente, ou muito lentamente, entraram no quotidiano da cozinha. E nem sequer terá havido curiosidade imediata na sua plantação e produção, a não ser que estrangeiros ou portugueses que regressavam das suas experiências nos diversos continentes arriscassem experimentar novas culturas. Exemplo disso aconteceu, mesmo antes do início da expansão marítima. No ano de 1404, João da Palma, mercador de Lisboa teve privilégio de D. João I³¹ para explorar a cana-de-açúcar no concelho de Loulé, na quinta de Quarteira e,

³¹ In: <http://www.catedra-alberto-benveniste.org/proj-dic-italianos.asp?id=114&lang=en>

em 1409 esse privilégio alargou-se a uma terra junto às muralhas da antiga vila. Tudo isto se terá desvanecido depois da expansão da plantação da cana-de-açúcar na ilha da Madeira e outras partes dos continentes onde os portugueses foram chegando.

Tal como aconteceu em todo o país, a adesão dos algarvios aos novos sabores levou muito tempo, porque a cozinha, para além de seguir os ciclos económicos mais ou menos favoráveis às famílias, foi-se harmonizando com fatores culturais e com a forma como os poderes políticos geriam o fornecimento dos alimentos. Em diversos documentos municipais³² regista-se em reuniões camarárias a preocupação com o fornecimento da carne de bovinos, porcinos e ovinos através de contratos com os carneiros, que ficavam obrigados a cortar as rezes e a vender nos açougues do povo miúdo, dos oficiais mecânicos ou dos cavaleiros ou nobres, a preços de tabela, os quais se deveriam ajustar ao prazo de validade e qualidade (Duarte, 2022: 128-129).

A carne preferida pelas populações seria a de ovelha e de cabra, apetência que se compreende numa população maioritariamente de origens muçulmanas e judaicas, mas que, por decisão política, por interesses pessoais de benefício apenas de alguns ou por motivos económicos, se vê pressionada a consumir a carne de boi e de vaca uma vez que o senado municipal decidira que esta carne era melhor para o consumo (Martins, 2016: 78). Joaquim Romero Magalhães (2018: 87-111) ajuda a corroborar um quadro de abundante criação de gado em todo o Algarve, desde o século XIV, não só para venda a uma população em crescimento, mas também para exportação para Lisboa, Andaluzia e outras partes do Mediterrâneo e Europa.

Situação semelhante se encontra para a venda e consumo do peixe (Duarte, 2014: 28)³³ e para a produção, distribuição e venda do trigo, do pão, do vinho, da fava seca, das favas verdes e da alface (Duarte, 2022: 149). Ou podemos encontrar, na praça do peixe da vila, por decisão camarária, o cuidado em

³² Como é o caso das atas de vereação do município de Loulé dos anos de 1585 e 1586.

³³ Nas atas de vereação do município de Loulé dos séculos XV e XVI que foram, até agora, transcritas e publicadas, não encontramos referência específica à tipologia de peixe. Surge com frequência a designação de “peixe” ou “pescado”, grado ou miúdo, que era vendido à unidade (peixe de conto) ou ao peso.

colocar-se os peixes separados, segundo a sua tipologia, de modo a que o peixe de escama não se misturasse com o “peixe de couro”, respeitando-se a vontade da comunidade judaica (Martins, 2016: 83). Os registos, em sede de reuniões do senado municipal, sobre a pesca e fornecimento do atum surgem ao longo do século XVI, século em que a pesca e comércio sistematizado de atum e outro pescado se instalaram no território algarvio (Romero, 2018: 131).

A lenta integração dos novos produtos de além-mar no quotidiano alimentar das populações da Península Ibérica

Pelo carácter conservador e tradicional dos processos alimentares em virtude de uma panóplia de fatores sociais, culturais, políticos e económicos, muito tardiamente vamos encontrar novos produtos à mesa da população algarvia.

O cacau, à semelhança do que aconteceu no município de Lisboa, do Porto e outros, terá sido um dos primeiros produtos a conquistar o paladar e o gosto dos portugueses, associado ao açúcar. Cedo passou a integrar a mesa das elites e, por questões de moda e de exemplo, facilmente se propagou à mesa das camadas menos favorecidas. E também porque, para além de ser consumido pelos mais ricos, o cacau começou a chegar em maiores quantidades a Portugal, conforme certifica Isabel Drumond Braga (2011: 340-341): “entre os grupos abastados, a moda de beber chocolate tornou-se uma realidade um pouco por toda a Europa, o mesmo aconteceu no Portugal setecentista, contando com antecedentes documentados para a segunda metade do século XVII. Veja-se o caso de D. Afonso VI, que em 1670 foi sangrado cinco vezes, segundo os médicos, devido a três tipos de excessos «comer, tabacos e chocolate».”

As novidades que chegavam de todos os continentes só terão começado a fazer parte do quotidiano alimentar a partir do século XVII. Se se pesquisar informação sobre os ofícios relacionados com cozinha encontra-se, já para períodos mais tardios – século XIX –, a referência a pasteleiros e/ou chocolateiros no Algarve. Em Lisboa, no século XVIII, os chocolateiros aparecem já com alguma frequência na documentação, quer da Chancelaria da Cidade, quer da Chancelaria Régia, como se pode verificar pela aprovação régia

à entrada do ofício de chocolateiro na Casa dos Vinte e Quatro,³⁴ conforme já vinha sendo requerido.

Se muitos alimentos permaneceram na preferência gastronómica das populações algarvias, outros foram desaparecendo, como terá sido o caso das rosas, que deixaram de ser usadas na culinária, nomeadamente a água de rosas ou as pétalas, do “garum” dos romanos, do adael, uma ave semelhante ao pato e, das camarinhas, de que tanto fala Gil Vicente. A título de curiosidade sublinhe-se a referência ao cultivo de rosas (Botão, 2009: 221) que seriam utilizadas na culinária (Martins, 2016: 74) na esteira do que também propôs Alfredo Saramago (2002: 223-239). A preocupação com o cultivo destas flores permanece no século XVI. Não obstante ser claro que a plantação das roseiras se destinava à decoração dos espaços públicos, religiosos ou outros, Saramago propôs a sua utilização culinária, no seguimento do que já os romanos e árabes faziam.

Alguns condimentos, como o sumagre – utilizado para acidular e colorir os cozinhados – ou a mostarda – provavelmente mais usada nos períodos medieval e moderno no território algarvio – terão sido substituídos por outros, trazidos do oriente, mais atrativos e apetecidos. A facilidade de acesso, os preços, os gostos, a religião e a moda foram decerto influenciadores na adesão aos alimentos que chegavam ao território por meio das embarcações que, vindas de partes longínquas traziam novidades.

Os frutos que os documentos permitem conhecer como fazendo parte do quotidiano das populações são o figo,³⁵ a uva, a ameixa. A ata de vereação de 21 de junho de 1522 dá-nos conta da acusação de roubo que foi feita à mulher de André Vasques, que foi apanhar ameixas das árvores de Diogo Gil (Duarte, 2014: 35). Nova suspeita volta a surgir sobre esta mulher, agora viúva, que terá

³⁴ Aviso ao Senado para que os juizes do ofício de chocolateiro possam fazer parte da Casa dos Vinte e Quatro, cuja admissão tinha sido impedida até essa data, por venderem aguardente nas suas lojas, que entretanto, se comprometeram a não tornar a fazer. Aviso assinado pelo secretário de estado, visconde de Vila Nova da Cerveira e dirigido ao presidente do senado, conde de Povolide. AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 11.º de consultas e decretos de Dona Maria I, f. 513, CHR 236. PT/AMLSB/CMLSBAH/CHR/0228/006. 1785-12-20 - 1786-12-23.

³⁵ O figo era usado também como forma de pagamento e a sua produção e comercialização nacional e internacional constituiu a base da economia da região algarvia desde muito cedo.

dado à escrava de “mestre Fernando fisyquo” um cesto com ameixas como forma de pagamento (Duarte, 2014: 45). Mais adiante, em 2 de agosto do mesmo ano, surge outra situação de cumprimento de multa ou pena pelo roubo de ameixas, desta feita por Vasco Afonso Boracho (Duarte, 2014: 51).

Outro fruto que a documentação permite conhecer é a maçã, que terá sido levada pelos europeus para as colónias das Américas, integrando, de forma inversa, os circuitos da globalização na alimentação. No “Livro de Receita e Despesa” datado de 1450-1451, as maçãs, as peras e os pepinos foram alguns dos itens que fizeram parte do almoço que o concelho de Loulé pagou aos homens que trabalharam para “armar a gajolla” do “touro do concelho” (Silva, 2022: 150).

Os utensílios existentes nas cozinhas permitem também conhecer os alimentos que eram cozinhados, como é o caso das chocolateiras, os molinetes ou paus para bater o chocolate (Braga, 2015: 68).

As novas carreiras marítimas comerciais com a América, África e Ásia vão permitir a circulação global de novos alimentos e a proliferação de outros que anteriormente ficavam em curtos circuitos de consumo, inclusive porque duravam apenas o tempo desde o embarque até ao seu consumo a bordo das naus de “torna-viagem”, como era o caso do ananás, que tinha também qualidades medicinais (Soares, 2016: 433).

Carmen Soares sublinha um aspeto interessante dos processos de interferência dos alimentos nas diversas tipologias culinárias ao referir que as mulheres que trabalhavam nas cozinhas dos senhores, em Portugal, no Brasil ou nas outras colónias portuguesas, procuravam ajustar os alimentos existentes no território aos paladares dos seus senhores: “Mais ainda, são essas mulheres as transmissoras da culinária portuguesa a uma população local feminina, a servir na casa dos conquistadores, facilitando, por esta via da formação, a transferência de conhecimentos e saber-fazer nos dois sentidos” (Soares, 2016: 433).

Nestes quadros está-se perante um processo de globalização em sentido inverso, em que os produtos chegaram ao território ibérico séculos antes de os

portugueses partirem para as terras de onde esses frutos eram originários. Irónicos movimentos estes, cuja circulação de pessoas traz com ela saberes e produtos que se integraram em diversas épocas e sentidos vetoriais.

Em síntese

Não se pretendendo deixar uma imagem tenebrosa do quotidiano alimentar das populações algarvias desde a alta Idade Média à Idade Moderna, é certo que a ausência do alimento, a fome e a procura constante de qualquer coisa que ajudasse a matar a fome seria a preocupação constante da maioria da população. Há estudos sobre esta epidemia da fome em toda a Europa (Jacob, 2003).

Esta fase negra de fome derivada de guerras e de epidemias só terá começado a desvanecer-se no século XVII, quando a batata e o milho começaram a ser produzidos em solo europeu de forma mais intensiva, garantindo a alimentação de um leque mais vasto da população (Martins, 2015: 48-51). Não havendo relatos destas situações extremas no território algarvio, não se pode abandonar o pressuposto de que as pessoas lutariam constantemente por um pedaço de pão, porquanto a maior parte da terra que trabalhavam e dos frutos que dela obtinham pertenciam a um senhor, ao município ou ao rei, ficando para si uma ínfima ou nenhuma parte. As constantes coimas e acusações de roubo que se encontram em atas de vereação podem consubstanciar situações em que os acusados se viram obrigados a subtrair alguns frutos de árvores alheias para matarem a fome.

A informação que se reúne para um quadro difuso da realidade de antanho refere-se a uma minoria da população que consegue ter acesso a meios de produção, consumo e aquisição. É a partir dessa pouca informação e dessa estreita parte da sociedade algarvia que se consegue elaborar o presente discurso historiográfico.

Encontrar no quotidiano das populações algarvias, desde a serra até ao mar, a produção e/ou o consumo de alimentos originários das terras de outros continentes, a partir da análise às fontes históricas dos séculos XV a XVII, não é tarefa fácil. A documentação escasseia. Algumas fontes permitem vislumbrar

o recurso a produtos trazidos de outros continentes pelos povos que desde cedo aportaram às praias do Algarve e que paulatinamente passaram a fazer parte do quotidiano alimentar, mas dificilmente se encontram referências documentais aos novos alimentos que foram trazidos pelas embarcações de torna viagem.

A exceção irá para as mesas mais ricas, onde constariam, por curiosidade, por novidade, capricho, moda, e sumptuosidade, produtos que, trazidos das terras de além-mar, conseguiram sobreviver e ajustar-se aos solos e clima do Algarve. E só depois de fazerem parte dos paladares dos mais abonados, e quando a sua produção se começa a expandir, passaram para as mesas mais pobres da região algarvia.

Esta perspetiva é também suportada por Brian Cowan (2009: 197-230).³⁶ Segundo este autor, se a Europa conseguiu, através do seu poder militar, político e económico atingir e dominar lugares de onde trouxeram novidades para a culinária, pode-se dizer que, culturalmente, os europeus não estavam recetivos à incorporação imediata dos novos produtos no seu quotidiano alimentar, especialmente a grande maioria da população. A esta realidade acresce a dificuldade na adaptação agrícola das espécies, não só relativamente ao clima europeu como à tipologia de terrenos.

As bebidas que mais depressa integraram as mesas nobres e que paulatinamente entraram nos paladares das populações foram o chá, o cacau, o café e o chocolate. Segundo Jean-Louis Flandrin (2014: 550-575) as especiarias ficaram em segundo plano face ao sucesso que o chocolate³⁷ teve a partir da segunda metade do século XVI, quando os europeus lhe juntaram açúcar. O café da Etiópia e do Iémen foi trazido pelos turcos para a França, também nos finais do século XVI e, a partir daí, expandiu-se pela Europa. O chá, trazido da China, impôs-se na Inglaterra, em França e na Holanda desde o século XVII. Como corolário destas bebidas, o açúcar impôs-se, alterando paulatinamente as preferências gustativas dos europeus, para sempre.

³⁶ O autor cita John Hill na obra *Eden* (1756-1757), onde diz que os ingleses denominavam o tomate por “maçã do amor”.

³⁷ Que os índios comiam condimentado com sabores picantes.

O peru foi facilmente aceite nas cozinhas, pela sua semelhança com a carne das aves de capoeira e pela sumptuosidade e arte que poderia permitir na decoração das mesas nobres. Na *Arte de Cozinha* (Rodrigues, 1680) o peru surge em vinte e quatro receitas, numas, referido, à laia de nota de rodapé, como substituto da galinha em algumas receitas, sendo depois destacado desde o fólho 43 ao fólho 47, com suas receitas próprias. No livro *Cozinheiro Moderno ou a Nova Arte da Cozinha* (Rigaud, 1780) o peru tem destaque em trinta e uma receitas, tendo rapidamente passado os espaços de criação rurais, ajudando na melhoria da alimentação das populações.

O pavão, trazido por gregos e romanos, originário do continente asiático, entrou cedo nas mesas europeias pela sua similitude com a carne de galináceos, mas também pela ostentação e beleza que permitia na encenação de uma refeição faustosa numa casa nobre ou na mesa do rei. Jan Brueghel, o Velho, no quadro alusivo ao “Gosto” da trilogia dos quadros “Alegoria do Gosto, Audição e Toque” (1618), representou uma mesa farta, onde se pode ver um pavão cozinhado e reconstituído, decorando a mesa com forte representação simbólica.

O milho, tal como a batata e o tomate, entrou no território europeu em meados da centúria de quinhentos, mas só no seu final irá integrar as refeições e ajudar a reduzir a taxa de mortalidade na Europa. E apenas no século XVIII passaram a ser alimentos essenciais para a alimentação e sobrevivência da população europeia. O próprio tomate passou a fazer parte das refeições, a exemplo dos judeus portugueses, sefarditas, que o comiam sob a forma de sopa (Cowan, 2009: 197-230). Segundo Brian Cowan, só no século XIX é que as pastas e outras formas de utilização do tomate se normalizarão nas cozinhas europeias. O milho foi cultivado logo no século XVI na Península Ibérica, limitando-se ao consumo familiar e trocas em pequenos apontamentos geográficos e comerciais, integrando o circuito comercial global em meados deste século, para a Madeira, Açores, Cabo Verde e outros territórios africanos, embora o trigo continuasse a ser o produto de eleição nas praças e mercados internos e externos (Cowan, 2009: 197-230).

A integração de novos produtos na culinária portuguesa está também registada no *Receituário de Francisco Borges Henriques* (Braga, 2017: 67-88), que atesta que, no

século XVIII, o coco, já faziam parte da confeitaria, tal como já se utilizava recorrentemente o tomate, a batata, o cacau e outros.

Jean-Louis Flandrin (2014: 550-575) concorda com a lentidão da integração de alguns dos alimentos trazidos da Índia, da América e de África, mas alerta para que não se considere apenas os fatores comportamental e cultural como as principais causas desse processo. De facto, sublinha este autor, as bebidas já acima mencionadas – chá, chocolate, café –, o peru e o pimento foram muito rapidamente introduzidos nas refeições e degustações das populações europeias, constituindo-se, este último, como substituto da pimenta, muito mais cara. Porquê? Porque havia em bastante quantidade, o preço seria mais baixo, a produção local era possível e profícua. Flandrin acrescenta ainda que, só a partir do século XVII, com a posse de terras por parte da burguesia mercantil e consequente proletarianização dos camponeses, é que a produção dos novos alimentos começa a ser feita em quantidades destinadas ao mercado. A passagem de uma economia rural para uma economia de mercado facilitou a entrada dos alimentos exóticos, quer porque os preços baixaram, quer por necessidade, como forma imediata de matar a fome, como veio a acontecer com a batata que, a partir do século XIX permitiu alimentar uma população europeia cada vez mais numerosa (Flandrin, 2014: 555). O mesmo terá acontecido com o arroz, cuja produção aumentou significativamente no século XVIII, embora já fosse consumido durante os séculos da presença árabe no território português.

O milho,³⁸ trazido por Cristóvão Colombo em 1493, depressa se adaptou ao clima de Portugal desde 1520 (Flandrin, 2014: 556). O tomate e várias espécies de feijão (que se juntaram às já existentes no período medieval) também começaram a ser frequentes nos mercados, a partir da centúria de setecentos, não obstante já serem consumidos anteriormente, em contextos de pequena produção familiar, o que dificilmente terá ficado registado em documentação arquivística. A batata-doce, originária do Brasil, passará a ser produzida e consumida em meados do século XVI (Braga, 2015: 69-70). No entanto, a documentação que foi analisada para este estudo não revela a existência destes alimentos no circuito comercial local.

³⁸ Não se trata aqui do milho sarraceno, trazido pelos árabes.

O tema da globalização na alimentação da região algarvia ou de toda a Europa é merecedora de um estudo mais alargado e de uma profunda análise e reflexão. Tenha-se em consideração que essa globalização terá começado com os primeiros povos que atingiram o território português, pela sua localização geográfica enquanto ponto de chegada e de partida entre os mares Mediterrâneo e Atlântico. Fenícios, Romanos, Árabes, entre outros, trouxeram novidades junto com as suas armas e ambições. A estas acrescem os fatores cultural e religioso.

Para o Algarve, numa primeira fase verifica-se a influência de judeus, cristãos e árabes nos usos e costumes alimentares, através da tipologia alimentar e da sua forma de venda e de consumo. Na fase que se assinala a partir da expansão marítima verifica-se a lenta integração de novos alimentos, à medida que algumas camadas sociais deram o exemplo e que a produção agrícola foi possível e se expandiu, permitindo o seu acesso à maioria da população. Estas influências perduraram nas cozinhas e preferências gastronómicas, sintetizando-se e classificando-se como *Dieta Mediterrânica*.

Bibliografia utilizada neste artigo

- Azevedo Santos, M. J. (2020). “O mais suave cheiro do mundo”. *Visão História – Fernão de Magalhães: a primeira volta ao mundo*, 57, 22-23.
- Cowan, B. (2009). “Nuevos mundos, nuevos paladares – Modas culinárias tras el Renacimiento”. In *Gastronomía, La historia del paladar*. (pp. 197-230). Coord. Paul Freedman, València: Publicacions de la Universitat de València / PUV.
- Duarte, L. (Coord.). (2022). *Al-‘ulya’ Revista do Arquivo Municipal de Loulé*. Nº 25 (pp. 128-129). Loulé: Câmara Municipal.
- » (2014). *Al-‘ulya’, Suplemento*, Revista do Arquivo Municipal de Loulé. Nº 14, p. 28. Loulé: Câmara Municipal.
- Drumond Braga, I. (2011). “A América à Mesa do Rei”. In *A Mesa dos Reis de Portugal*. Coord. Ana Isabel Buescu e David Felismino. Col. Temas e Debates. (pp.336-349). Lisboa: Círculo de Leitores. In: file:///C:/Users/ASUS/Downloads/A_America_a_Mesa_do_Rei_A_Mesa_dos_Reis.pdf
- » (2015). “Bons Ventos da América”. In: *Visão História – À mesa Cinco mil anos através da alimentação*. Nº28 (pp. 60-71).
- » (2017). “O Receituário de Francisco Borges Henriques: Culinária, Cosmética e Botica em Portugal no século XVIII”. In: *Revista Diálogos Mediterrânicos*. Nº 12 (pp. 67-88). In: <https://www.dialogosmediterraneos.com.br/index.php/RevistaDM/article/view/243>
- Flandrin, J.-L., & Montanari, M. (Dirs.). (2014). “De la chrétienté occidentale à l’Europe des États (XV-XVIII siècle): Les temps modernes”. In *Histoire de l’Alimentation*. Fayard.
- Jacob, Heinrich Eduard. (2003). *6000 Anos de Pão*. Lisboa: Antígona.
- Martins, L. A. (2015). “De pé, ó vítimas da fome”. *Visão História – À mesa Cinco mil anos através da alimentação*, 28, 48-51.
- Martins, L. F. G. (2016a). *Contributos para a História da Alimentação Algarvia – a partir das atas de vereação do concelho de Loulé (1384-1488)*. Faro: Dir. Regional de Cultura do Algarve.
- » (2016b). “O alimento e a sobrevivência em viagens de exploração territorial africana”. In *Patrimónios alimentares de aquém e além-mar*. Ed. lit. Carmen Soares e Joaquim Pinheiro, 677-698. Coimbra: Imprensa da Universidade

- de Coimbra e Annablume. In: <https://ucdigitalis.uc.pt/pombalina/item/69149>
- » (2019). “How to ensure food supply to the population of the medieval village of Loulé (1384-1488)”. In <https://docslib.org/doc/1317026/java-based-distributed-learning-platform>.
- » (2021). “A Mesa e o Altar em Gil Vicente”. In *Mesa dos Sentidos e Sentidos da Mesa*, Org. Carmen Soares, Anny Jackeline Torres Silveira, Bruno Lauriou. Col. Diáita: Scripta e Realia, vol.II, 97. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra University Press.
- Rigaud, L. (1780). *Cozinheiro Moderno ou a Nova Arte da Cozinha*. Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno. <https://purl.pt/22625/1/index.html#/5/html>
- Rodrigues, D. (1680). *Arte de Cozinha*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda [a primeira edição é de 1680]. In: https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/3914/1/014006_COMPLETO.pdf
- Romero Magalhães, J. (2018). *O Algarve Económico Durante o Século XVI*. Editora Sul Sol Sal.
- Silva, G. (Coord.). (2022). *Os Livros de Receita e Despesa de Loulé (1375-1518)*. Câmara Municipal de Loulé.
- Soares, C. (2016). “Gastronomia”. In F. C. Domingues (Dir.), *Dicionário da Expansão Portuguesa, 1415-1600* (Vol. 1). Círculo de Leitores.

As casas religiosas do Algarve nos séculos XV e XVI

CATARINA ALMEIDA MARADO *

Introdução

Tal como ocorreu em todo o território português, também no Algarve a instalação das ordens religiosas ficou marcada por diferentes períodos, que corresponderam a diferentes ritmos de fundação de casas religiosas,¹ e neste contexto os séculos XV e XVI tiveram expressões completamente distintas. No primeiro, apesar de existirem notícias da chegada de algumas comunidades religiosas e da realização de iniciativas para a fundação de novas casas, não foi concretizada a fundação de nenhum novo convento na região,² enquanto no

R. M. Loureiro (ed.), *O Algarve na Primeira Globalização – Coletânea de Estudos* (Faro: Direção Regional de Cultura do Algarve, 2023), pp. 83-101.

* CES-UC, FCHS-UALG.

¹ Catarina Almeida Marado, *Patrimonio conventual y periferia urbana. La salvaguardia de los antiguos espacios conventuales del Algarve*. Tese de Doutoramento (Departamento de Urbanística y Ordenación del Territorio da Escuela Técnica Superior de Arquitectura, Universidade de Sevilla, 2007), vol. 1, pp. 51-88.

² Apesar de, como veremos mais adiante, existirem referências ao surgimento de dois hospícios no Algarve neste século: um de frades trinitários em Faro e outro de religiosos da Congregação Eremítica Portuguesa da Serra de Ossa nos arredores de Tavira.

segundo, pelo contrário, foram várias as comunidades que se fixaram neste território, fundando um conjunto significativo de casas religiosas.

Assim, no final século XV, no Algarve existiam apenas os dois conventos franciscanos, de Tavira e de Loulé, que haviam sido fundados entre os finais do século XIII e o início do XIV.³ Porém, uma centúria depois, no final de Quinhentos, existiam já 13 edifícios conventuais fundados por uma variedade de ordens religiosas, como a Ordem da Santíssima Trindade, a de São Francisco, a dos Jerónimos, a dos Eremitas de Santo Agostinho, a do Carmo e a de Cister. A maioria (dez) pertenciam a comunidades masculinas e três eram casas femininas de Clarissas, Carmelitas e Cistercienses.⁴

O dinamismo na fundação de casas religiosas que marcou todo o século XVI não foi exclusivo do Algarve. O mesmo ocorreu no resto do território português continental. No contexto da contrarreforma, as ordens religiosas sofreram importantes movimentos de reforma interna que resultaram na reformulação de muitas das ordens existentes e no surgimento de novos institutos, dando origem à fundação de um considerável número de casas religiosas. Tudo isto foi potenciado pelo contexto político, social, económico e territorial do Reino de Portugal. No entanto, no caso particular do Algarve, o protagonismo que a região adquiriu no início da “Primeira Globalização”, nomeadamente no apoio à expansão marítima e à presença portuguesa no Norte de África, contribuiu também para intensificar o dinamismo na fundação de novos conventos no seu território. Assim, como veremos, uma parte das casas religiosas do Algarve, nomeadamente aquelas que foram instituídas no século XVI, encontram-se intimamente ligadas ao papel que a região assumiu no contexto da expansão marítima.

³ O convento da Ordem da Santíssima Trindade que havia sido fundado em Silves no ano de 1239, tinha sido encerrado em 1450.

⁴ Sobre os conventos que se fundaram na região do Algarve entre os séculos XIII e XVIII ver Catarina Almeida Marado, *Antigos Conventos do Algarve: um percurso pelo património da região* (Lisboa: Edições Colibri, 2006); Catarina Almeida Marado, *Patrimonio conventual y periferia urbana. La salvaguardia de los antiguos espacios conventuales del Algarve*. Tese de Doutoramento (Departamento de Urbanística y Ordenación del Territorio da Escuela Técnica Superior de Arquitectura, Universidade de Sevilha, 2007) e Catarina Almeida Marado, “O processo de formação da rede monástico-conventual do Algarve (1189-1834)”. *Promontoria*, 9, 2011, pp. 95-115.

Os conventos trinitários e a primeira casa de freiras (século XV)

Os Trinitários terão sido os primeiros frades a instalar-se na região do Algarve. Este instituto, que tinha como principal atividade a redenção dos cativos, acompanhou o processo da Reconquista Cristã do atual território português. Fundou os seus dois primeiros conventos em Santarém e Lisboa, em 1207 e 1218, respetivamente, e o terceiro em Silves no ano de 1239,⁵ ainda antes de terminada a reconquista deste território.

Cerca de dois séculos mais tarde, por volta de 1415, ano da conquista de Ceuta, estes frades instalaram-se também em Faro, num hospício que se situava na Ermida de São Pedro. Posteriormente, Frei Gomes Martins pediu a Pedro Afonso da Âncora, alcaide mor de Faro, a cedência de casas e terras para a fundação de um convento nessa localidade.⁶ Porém, a construção do edifício não se chegou a efetuar e em 1450 os Trinitários abandonaram o hospício de Faro e também o convento de Silves. Segundo Edite Alberto, a desistência destas duas casas terá ficado a dever-se à peste que grassara no reino.⁷ Assim, no final do século XV já não existia nenhuma casa de Trinitários na região do Algarve. No entanto, o hospício de Faro durante o período em que esteve ativo, desempenhou um importante papel enquanto casa de passagem de redentores de cativos vindos do Norte de África.⁸

A partir de meados do século XV, os Trinitários sofreram graves crises, tendo sido impedidos de pedir esmolas para os cativos quando D. Afonso V assumiu a responsabilidade por essa tarefa. Estes frades passaram então a encarregar-se de outras tarefas, como a recolha de esmolas para os presos e a prestação de cuidados a pobres, enfermos e órfãos. Em 1561 conseguiram retomar a sua atividade de resgate de cativos,⁹ e nos finais desse século, tomaram as primeiras iniciativas para se instalarem de novo no Algarve, desta vez em Lagos, onde em

⁵ Este edifício já não existe e desconhece-se a sua localização.

⁶ Edite Alberto, *Um Negócio Piedoso: o Resgate de Cativos em Portugal na Época Moderna*, Tese de Doutoramento (Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2010), p. 56.

⁷ Edite Alberto, *Um Negócio Piedoso: o Resgate de Cativos em Portugal na Época Moderna*, p. 554.

⁸ Edite Alberto, "Trinitários", in Carlos A. Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário da História Religiosa de Portugal* (Lisboa: Círculo dos Leitores, 2001), vol. P-V, p. 305.

⁹ Bernardo Vasconcelos Sousa (dir.), *Ordens Religiosas em Portugal das origens a Trento. Guia histórico* (Lisboa: Livros Horizonte, 2005) p. 439

1605 lançaram a primeira pedra para a edificação do Convento da Trindade, como veremos mais adiante.

Apesar da fundação da primeira casa de freiras do Algarve se ter concretizado apenas no início do século XVI, as iniciativas para a instituição de um convento feminino na região começaram muito antes. Nos finais da primeira metade do século XV, existindo apenas duas casas de frades franciscanos no Algarve, Frei Gil Lobo de Tavira, primeiro ministro da Província de Portugal, deu início às primeiras diligências para a fundação de um convento de religiosas de Santa Clara em Tavira, sua cidade natal. Para tal, obteve licença do Papa Eugénio IV a 17 de janeiro de 1443, no reinado de D. Afonso V, de quem foi confessor, pregador e mestre.¹⁰

No entanto, a fundação não se concretizou, mas a intenção manteve-se no decorrer do reinado de D. João II, que tomou ele próprio várias iniciativas para a instituição desta casa. De acordo com um documento do Arquivo do Hospital do Espírito Santo, este monarca pretendeu fundar um convento de Clarissas numa das naves do hospital.¹¹ O mesmo ficou dito numa carta do seu sucessor, D. Manuel, datada de 1495 e dirigida aos confrades do referido hospital, onde este rei reafirma a necessidade de se fundar um convento de freiras no Algarve, dizendo: “pois que é tão necessário de haver o dito Mosteiro n’esse Reino, onde tantas pessoas honradas vivem, que n’elle quererão meter suas filhas”. Para tal, o rei solicitou ainda que se desse todo o apoio a Brites Pacheco, uma viúva natural de Tavira, para a instalação da primeira casa feminina da região.¹²

Não tendo conseguido consentimento dos confrades para a instituição desta casa religiosa no Hospital do Espírito Santo, D. Manuel acabou por fundá-la no sítio da Atalaia, muito provavelmente numa igreja dedicada a Nossa Senhora

¹⁰ Manuel da Esperança, *Historia Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Província de Portugal. Primeira parte, que contem seu principio, e augmentos no estado primeiro de Custodia*, vol.I (Lisboa, officina Craesbeeckiana, 1656-1666), pp. 686-687 e Fr. Jerónimo de Belém, *Chronica Seráfica da Sancta Província dos Algarves da regular observancia do seraphico P. S. Francisco*, (Lisboa, Na Officina de Ignacio Rodrigues, 1750-1758), p. 199.

¹¹ Damião A. B. Vasconcelos, *Notícias Históricas de Tavira (1242-1840)* (Tavira: ed. Câmara Municipal de Tavira, 1999), pp. 221-222.

¹² Intenção reafirmada três anos depois. Damião A. B. Vasconcelos, *Notícias Históricas de Tavira (1242-1840)*, p. 221.

Santa Maria da Piedade que aí existia desde o reinado anterior.¹³ Porém, tal como antes referimos, a fundação da casa só foi concretizada no início do século XVI, mais precisamente no ano de 1509, em ação de graças pelo levantamento do segundo cerco de Arzila. Foi assim este importante acontecimento, no qual participaram os tavirenses, que motivou a tão desejada fundação de uma casa de freiras na região do Algarve.

Seguiram-se várias iniciativas para auxiliar a construção do convento, tanto no reinado de D. Manuel, no ano de 1517, através da solicitação efetuada pelo papa Leão X para a entrega a esta casa das rendas que os Franciscanos Claustrais de Tavira possuíam antes de o seu convento ter sido entregue à Observância, como também no reinado de D. João III, que em 1526 fez uma doação de água para a rega da horta desta casa feminina.¹⁴ No entanto, o convento acabou por ser entregue ao Bispo de Silves, D. Fernando Coutinho, que dois anos depois o entregou à Ordem de Cister.¹⁵

Na planta da cidade de Tavira da autoria de Leonardo di Ferrari, onde este edifício surge ainda identificado como “S. Clara”, podemos observar as características gerais da sua localização (fig.1). Situava-se a nascente da área urbana, perto da zona já então conhecida como Atalaia, numa área isolada, para lá da ermida de São Sebastião. Tal como antes referimos, terá sido construído junto de uma igreja aí existente, dedicada a Nossa Senhora da Piedade. Nesta representação de Tavira do século XVI, podemos também verificar que o complexo conventual se encontrava encerrado dentro de um perímetro quadrangular. Nele encontra-se representada a igreja, no lado norte, e uma das alas do convento, no lado poente.

¹³ Tal como nos indica uma carta de D. João II, onde este rei doava a água para a referida igreja. T.T., Chancelaria D. Manuel, Liv. 34, fl. 55v. Ver a transcrição de um excerto da carta em, Tomé Mourão Horta Machado Silva, *Arqueologia Conventual de Tavira: Contributo para o seu conhecimento*. Dissertação Mestrado em Arqueologia (Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Nova de Lisboa, 2015), pp. 45-46.

¹⁴ Tomé Mourão Horta Machado Silva, *Arqueologia Conventual de Tavira*, p.47.

¹⁵ Sobre a possíveis razões desta entrega à Ordem de Cister ver Catarina Almeida Marado, “As casas religiosas na Tavira dos séculos XV e XVI: arquitetura, vivências e presença no espaço urbano”, in Jorge Queiroz (org.), *A Principal do Reino do Algarve - Tavira nos séculos XV e XVI* (Tavira: Museu Municipal de Tavira/Palácio da Galeria, 2020), p. 185.

Posteriormente foram completadas as dependências conventuais, com a construção de outras duas alas: uma a nascente, virada para o sapal, e uma outra transversal que encerrava o claustro e formalizava um pátio a sul (fig. 2).¹⁶ No ano de 1550, o edifício foi ainda alvo de uma campanha de obras renascentistas que reformulou a sua ala poente.¹⁷ Da primeira campanha de obras, que terá terminado em 1528, poucos são os vestígios que hoje permanecem, para além do portal manuelino da igreja.¹⁸

Ao longo do século XV, ter-se-ão instalado no Algarve outras comunidades religiosas que estabeleceram hospícios em locais remotos, mas é bastante difícil identificar e mapear todas essas comunidades. Porém, temos conhecimento da presença de algumas delas, principalmente daquelas que a partir dessas primitivas casas se trasladaram depois para o meio urbano onde instituíram um convento. A comunidade de religiosos da Congregação Eremítica Portuguesa da Serra de Ossa que em 1448 se instalou no sítio de São Marcos, nos arredores de Tavira, é um desses casos.¹⁹ No entanto, e apesar do edifício ainda existir,²⁰ são muito poucas as referências nas fontes documentais à presença desta comunidade na região do Algarve.

¹⁶ Na “Vista de Tavira no século XVI”, publicada no Jornal *O Panorama*, 1843 podemos ver todo este conjunto, de onde se destaca também a torre-mirante.

¹⁷ Rafael Moreira, “Arquitectura: Renascimento e classicismo”, in Paulo Pereira (ed.), *História da Arte Portuguesa*, vol. II (Círculo de Leitores, 1995), p. 357.

¹⁸ Temos também conhecimento de alguns pormenores do claustro deste edifício através dos desenhos que Albert Haupt realizou no final do século XIX. Albrecht Haupt, *A arquitectura da Renascença em Portugal* (Lisboa: J. Rodrigues & C. Editorial Presença, 1924). Sobre este edifício ver ainda Fernando Calapez Correa, *O Convento cisterciense de Tavira. Nossa Senhora da Piedade* (Faro: Secretaria de Estado da Cultura, Delegação Regional do Algarve, 1991) e Andreia Lopes Fidalgo, *O Mosteiro das Bernardas de Tavira*. Monografia de Seminário de Licenciatura em Património Cultural (Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade do Algarve, 2008).

¹⁹ Nos primeiros anos do século XVII, depois da integração da Congregação na Ordem de São Paulo, esta comunidade transferiu-se para a cidade, fundando o Convento de São Paulo de Tavira. Sobre este convento ver Catarina Almeida Marado, *Antigos Conventos do Algarve: um percurso pelo património da região*, pp. 180-187.

²⁰ Ermida de Nossa Senhora da Saúde ou Ermida de São Marcos.



Fig. 1- Localização do Convento de Santa Clara (posteriormente Convento de Nossa Senhora da Piedade de monjas cistercienses) no lado esquerdo da Planta da cidade de Tavira, incluída em “Plantas de diferentes Plazas de Espana, Itália, Flandres y las Indias” de Leonardo di Ferrari, 1655, Atlas Haliche, The Military Archives of Sweden, Handritake Kartverk 25011. Arquivo Militar de Estocolmo. Esta planta representa a cidade do século XVI.

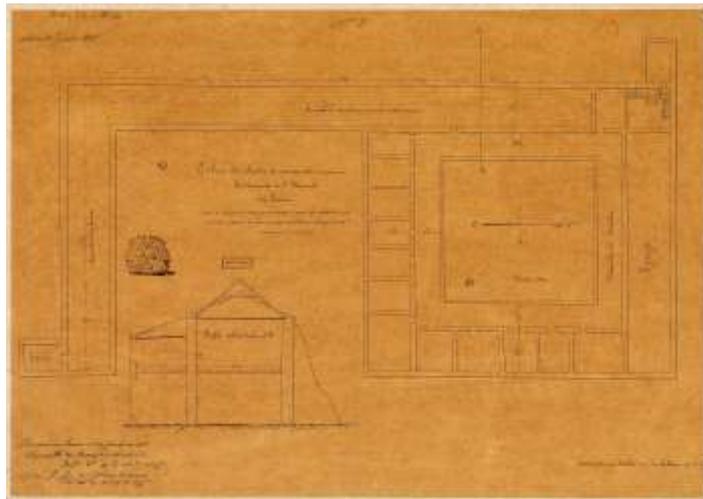


Fig. 2- Esboço da planta do pavimento superior do Convento de S. Bernardo em Tavira / C. de Barcelos Machado, T.e C.el do E. M.or d'Eng.a, J. J. Abreu Viana, T.º C.el do E. M. d'Eng.a ; copiado no Arquivo Militar por Bon de Sousa em 1865 (4036-3-32-44- GEAEM/DIE)

As casas da família franciscana (primeira metade do século XVI)

No Algarve, a Ordem de São Francisco sempre se encontrou em maioria. Os Franciscanos foram, como vimos, os primeiros frades a chegar a esta região entre os finais do século XIII e os inícios do XIV. Porém, foi no século XVI que esta ordem religiosa se distribuiu por todo o território algarvio, instalando um conjunto muito significativo de comunidades religiosas,²¹ nomeadamente da sua tendência da “mais estrita observância”, cujos frades ficaram conhecidos por Capuchos.²²

Estes religiosos chegaram ao Algarve pela mão do Bispo D. Fernando Coutinho (1502-1538) que no início do século XVI solicitou a sua vinda para ocupar o Convento do Cabo de São Vicente, no extremo ocidental da região (fig. 3 e 4). Esta casa havia sido fundada por este mesmo bispo para receber os monges da Ordem de São Jerónimo. A intenção de instalação destes religiosos no Algarve vinha já do século XV, tendo o Papa Sisto IV autorizado a fundação de uma casa desta ordem religiosa na Diocese de Silves no ano de 1476.²³ Desconhece-se, no entanto, a data exata da entrada dos Jerónimos neste convento, sabe-se apenas que a doação de D. Fernando Coutinho foi confirmada por D. Manuel em 1514.²⁴

Porém, pouco tempo depois, os Jerónimos abandonaram o convento e o bispo viu-se obrigado a procurar outra comunidade religiosa para ocupar o edifício e garantir a presença humana no extremo ocidental da região, onde havia mandado construir um farol para orientar a navegação nesta costa.²⁵ Para tal, recorreu à recém-fundada Custódia de Santa Maria da Piedade de frades

²¹ Catarina Almeida Marado, *Património conventual y periferia urbana. La salvaguardia de los antiguos espacios conventuales del Algarve*, vol. 1, pp. 85-87 e vol. 2, pp. 23-24.

²² Sobre a instalação dos frades capuchos no Algarve ver Catarina Almeida Marado, “Os frades capuchos no Reino do Algarve: processo de instalação e tipologia de localização”, *Anais do Município de Faro*, vol. XXXIII-XXXIV (2003-2004), 2008, pp. 12-27.

²³ Refira-se também que foi D. Álvaro, Bispo de Silves (1453-1467) que elaborou os estatutos que os jerónimos adotaram em 1466. Mário R. F. L. Oliveira, “Jerónimos”, in Carlos A. Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário da História Religiosa de Portugal* (Lisboa: Círculo dos Leitores, 2001), vol. J-P, pp. 16-20.

²⁴ João Baptista da Silva Lopes, *Memórias para a História Eclesiástica do Bispado do Algarve* (Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1848), p. 296.

²⁵ João Baptista da Silva. *Memórias para a História Eclesiástica do Bispado do Algarve*, p. 295.

franciscanos da mais estrita observância. Segundo Frei Manoel de Monforte, cronista da ordem, em 1516 estes religiosos aceitaram a proposta do bispo para se instalarem no Cabo de São Vicente, tendo recebido como contrapartida a construção de mais três casas no Reino do Algarve, nomeadamente em Silves, Lagos e Faro. Na sequência deste acordo, “foram logo os frades para São Vicente e em 1516 entram no Convento”.²⁶

O edifício foi posteriormente envolvido por uma fortaleza e D. Sebastião, que frequentemente se alojava neste convento nas suas visitas à região, mandou construir uma “casa reais” junto do mesmo.²⁷



Fig. 3- Antigo Convento de São Vicente (vista geral). Foto da autora (2005)

²⁶ Frei Manoel de Monforte. *Chronica da Provincia da Piedade: primeira capucha de toda a Ordem e Regular Obfervancia de noffo Seraphico Padre S. Francisco* (Lisboa: ed. Oficina de Miguel Deslandes, 1696), p. 198.

²⁷ Lívio da Costa Guedes, *Aspecto do reino do Algarve nos séculos XVI e XVII. A descrição de Alexandre Massai (1621)* (Lisboa: Arquivo Histórico Militar, 1988), p. 222.



Fig. 4- Antigo Convento de São Vicente (vista das antigas dependências conventuais e igreja). Foto da autora (2005)

Os frades capuchos seguiram depois para Faro, instalando-se provisoriamente na Ermida de São Sebastião e tendo procurado, sem sucesso, encontrar um sítio para a construção de um convento. Acabaram por deixar a cidade e, passados cerca de doze anos, foi a própria população que, através de um requerimento apresentado pelos seus vereadores ao Provincial da Piedade, solicitou o regresso dos capuchos, afirmando que “tinham, vontade, que nunca lhes faltara para edificar o Convento, que da primeira vez se não pusera em efeito.”²⁸ Em resposta a este pedido, foram novamente enviados frades capuchos para Faro e em 1529 fundaram aquele que seria o seu primeiro convento nesta localidade, num terreno situado a nascente do recinto amuralhado (fig. 5), que lhes foi doado por D. Branca de Vilhena e cuja construção viria a ser custeada pelo seu filho, Nuno Rodrigues Barreto, vedor do Algarve e membro da Casa dos Barretos de Quarteira que ao longo de todo o século XVI teve importantes ligações com os territórios da presença portuguesa no Norte de África, na Índia e no Brasil.²⁹

²⁸ Frei Manoel de Monforte. *Chronica da Provincia da Piedade: primeira capucha de toda a Ordem*, p. 280.

²⁹ Nuno Vila-Santa, “Do Algarve ao Império e à titulação: estratégias de nobilitação na Casa dos Barretos da Quarteira (1383-1599)”, *Revista Maracanan*, nº 19, 2018, pp. 12-35.

Entretanto, em 1518, e cumprindo o que havia sido acordado com o bispo, foram também enviados frades para Lagos e para Silves.³⁰ Em Lagos, os capuchos fundaram o Convento de Nossa Senhora do Loreto a norte da então vila, no Rocio de São João, tendo posteriormente trasladado o edifício para uma zona mais alta. A construção desta nova casa, sob a invocação de Nossa Senhora da Glória, iniciou-se em 1560, tendo o edifício ficado com a mesma cerca conventual. Em Silves, estes frades instalaram-se numa área baixa junto da margem esquerda ao rio Arade, a sudoeste da cidade, fundando o Convento de Nossa Senhora do Paraíso. Porém, permaneceram neste edifício apenas até 1618, tendo sido substituídos por uma comunidade de Franciscanos da Terceira ordem da Penitência.



Fig. 5- Antigo Convento de São Francisco, Faro.
Foto da autora (2008)

³⁰ Frei Manoel de Monforte. *Chronica da Provincia da Piedade: primeira capucha de toda a Ordem*, p. 205. Sobre estes dois edifícios ver Catarina Almeida Marado, *Antigos Conventos do Algarve: um percurso pelo património da região*, pp. 56-61 e pp. 98-103.



Fig. 6- Antigo Convento de Nossa Senhora da Assunção, Faro. Foto da autora (2006)

Em 1519, alguns anos depois da chegada dos frades capuchos a Faro, deu-se início à construção do Convento de Nossa Senhora da Assunção, de religiosas de Santa Clara (fig. 5),³¹ fundado por D. Leonor, mulher de D. João II, sob a antiga judiaria que se situava no espaço intramuros.³² Seguidamente, D. Catarina, mulher do rei D. João III, solicitou aos capuchos de Faro que tomassem sob sua responsabilidade a administração dessa casa de clausura. Porém, os frades não aceitaram e, para resolver a questão, em 1541 trocaram de convento com os Franciscanos Observantes da Província dos Algarves que anos antes, em 1530, haviam fundado um convento em Vila Nova de Portimão numas casas situadas na margem direita do rio, junto à igreja de Nossa Senhora da Esperança, doadas por Simão Correia, antigo Capitão de Azamor. Os Franciscanos mudaram-se assim para Faro, transformaram a casa dos capuchos no Convento de São Francisco (fig. 6) e ficaram encarregues da casa das Clarissas, enquanto os capuchos passaram para Portimão, tomando posse do Convento Nossa Senhora da Esperança (fig. 7).

³¹ Sobre este edifício ver João Alberto de Carvalho Marques, *O Convento de Nossa Senhora da Assunção em Faro*, Dissertação de Mestrado (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1990); Dália Paulo, *O Convento de Nossa Senhora da Assunção: (des)construção da memória*. Dissertação de Mestrado (Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Da Universidade do Algarve, 2007).

³² João Alberto de Carvalho Marques, “O Convento de Nossa Senhora da Assunção em Faro”, *Cadernos de História da Arte*, I, Lisboa, 1991, p. 97.

A passagem dos frades capuchos por Faro, apesar de bastante atribulada, acabou por dar origem à fundação de uma outra casa porque o patrocinador da construção desse edifício, Nuno Rodrigues Barreto, ficou desiludido com a partida destes frades e resolveu oferecer-lhes a construção de outro convento, em terras suas perto de Loulé. Solicitou então, licença ao Papa para a construção de um convento, mas, entretanto, os Franciscanos Observantes da Província dos Algarves apresentaram uma reclamação, com base no acordo que tinham com os capuchos da Piedade, em que qualquer uma das duas províncias não poderia receber convento a menos de quatro léguas de qualquer casa da outra província. Perante esta reclamação, foi necessário recorrer de novo ao Papa, para conseguir licença para fundar, em 1546, o Convento de São António em Loulé (fig. 8). Este edifício situou-se a noroeste da vila, numa zona baixa, junto a um ribeiro, tendo os frades permanecido neste convento apenas até finais do século XVII, data em que se mudaram para uma nova casa construída num local mais elevado, que lhes garantia melhores condições de salubridade.



Fig. 7- Antigo Convento de Nossa Senhora da Esperança, Portimão. Foto da autora (2018)



Fig. 8- Antigo Convento de Santo António, Loulé. Foto da autora (2018)

Os conventos dos Eremitas de Santo Agostinho, dos Carmelitas e dos Trinitários (segunda metade do século XVI)

A instalação da comunidade de Eremitas de Santo Agostinho na cidade de Tavira data ainda da primeira parte do século XVI, porém, foi apenas na segunda metade desta centúria que estes frades conseguiram dar início à construção desta sua casa. Segundo Frei João de São José, o Convento de Nossa Senhora da Graça de Tavira, foi fundado no ano de 1542 por Frei Pedro de Vila Viçosa, um frade graciano que havia sido responsável pelo início da construção de uma casa religiosa em Azamor. Em consequência do abandono desta praça africana, Frei Pedro rumou a Tavira, cidade que efetuava o apoio à presença portuguesa nesse continente, para fundar um novo convento.³³

Em Tavira, Frei Pedro e os frades que o acompanhavam instalaram-se provisoriamente no intramuros, mais precisamente no espaço da antiga judiaria, que ficou desocupado depois da expulsão dos judeus nos finais do século XV, e aí permaneceram até que em 1569 deram início à construção do convento. Nos vinte e sete anos que decorreram desde a sua chegada até ao arranque das obras, os religiosos acomodaram-se na judiaria e adaptaram uma antiga sinagoga aí existente a igreja, dando-lhe a invocação de Nossa Senhora da Graça. De acordo com Frei João de São José, aí viveram pobremente, pedindo esmolas aos fiéis, mas não descuidando os “sermões, confissões para o povo e todo o

³³ Manuel Viegas Guerreiro; Joaquim Romero Magalhães, *Dois descrições do Algarve do século XVI* (Lisboa: Sá da Costa, 1983), p. 52.

outro género de consolação que nos mosteiros bem ordenados costumam achar os que a eles vão.”³⁴

A dificuldade em conseguir financiamento para a construção do convento, associada ao facto de os religiosos terem encontrado, nas construções da antiga judiaria, espaço para satisfazer as suas necessidades de acomodação, tanto no que se refere à instalação dos frades como à prestação dos serviços religiosos, poderá ter sido uma das razões da demora em dar início à obra. Porém, segundo nos diz Frei João, terá havido também alguma indecisão quanto à escolha do local para a implantação do convento.³⁵ Indecisão essa, que foi resolvida com a chegada do próprio Frei João, que escolheu sítio e que deu início à construção do edifício. Para tal contribuiu D. Sebastião que em 1573, ao visitar a cidade, ofereceu ao convento uma esmola de duzentos cruzados para custear a edificação.³⁶ Apesar disso, as obras demoraram e em 1598 o estaleiro ainda estava ativo e os trabalhos ter-se-ão arrastado pelo século XVII.³⁷

Estes frades fundaram ainda outro convento na região na segunda metade do século XVI. Na sequência do abandono do Convento de São Francisco de Loulé de Franciscanos Claustrais, no contexto supressão deste ramo da Ordem Franciscana, os Eremitas de Santo Agostinho instalaram-se no edifício no ano de 1574, transformando-o no Convento de Nossa Senhora da Graça.

A Ordem do Carmo fixou-se no Algarve também na segunda metade do século XVI, instalando duas comunidades: uma de frades e outra de freiras. A primeira fundou o Convento de Nossa Senhora do Socorro junto a Lagoa no ano de 1551 com o patrocínio de Pedro Fernandes, escrivão da Câmara da Rainha D. Catarina, mulher de D. João III, que pediu autorização ao Papa Paulo III para a instituição desta casa, e a segunda instalou-se em Lagos, onde em 1557 fundou no espaço intramuros, com o apoio do padre Cristóvão Dias, o

³⁴ Manuel Viegas Guerreiro; Joaquim Romero Magalhães, *Dois descrições do Algarve do século XVI*, pp. 52-53.

³⁵ Sobre as razões da demora da instalação ver Catarina Almeida Marado, “As casas religiosas na Tavira dos séculos XV e XVI: arquitetura, vivências e presença no espaço urbano”, p. 188.

³⁶ Manuel Viegas Guerreiro; Joaquim Romero Magalhães, *Dois descrições do Algarve do século XVI*, p. 54.

³⁷ Daniel Santana, “O Convento de Nossa Senhora da Graça de Tavira”, *Monumentos*, n.º 14, 2001, pp. 127-129.

Convento de Nossa Senhora da Conceição, que seria a segunda casa feminina da Ordem do Carmo em território português.

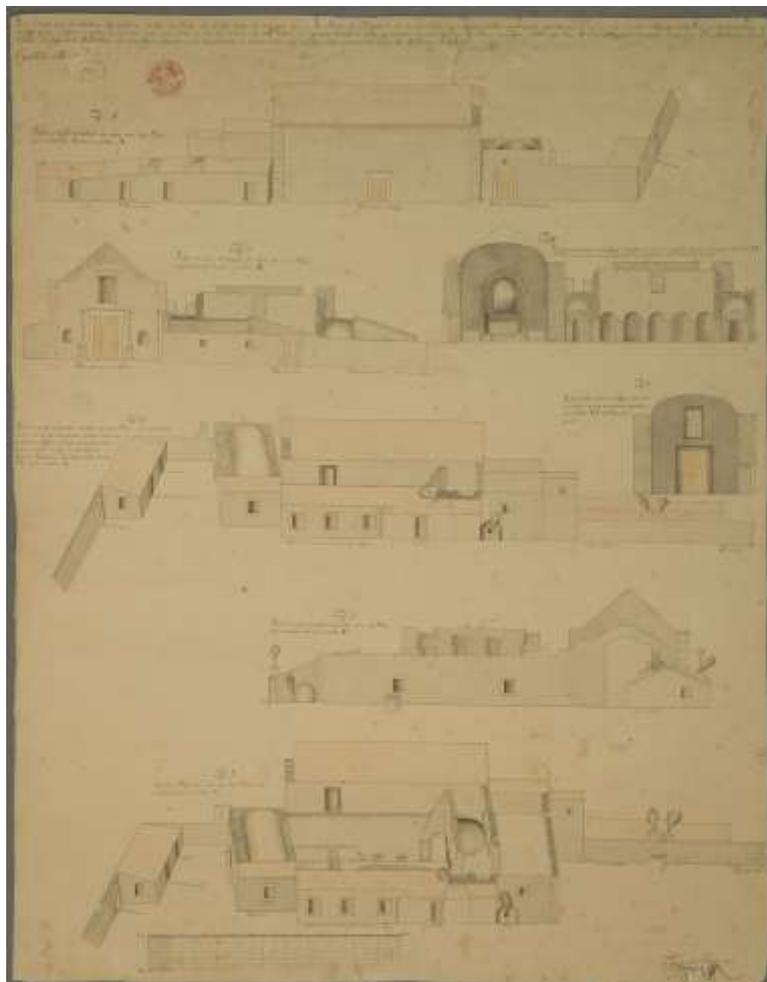


Fig. 9- Perfis do Convento da Trindade em Lagos / levantou e desenhou Theodosio da Sylva Reboxo... ; por ordem do... Conde de Val de Reís, governador e capitão General do Reyno do Algarve.... -1789 (D. 49 R – Biblioteca Nacional de Portugal)

Foi ainda em Lagos, cidade que também adquiriu particular destaque no apoio à expansão marítima, que, no final do século XVI, se deu início às diligências para

a instalação de uma comunidade de Trinitários. O pedido de licença para fundar esta casa foi dirigido pelo Bispo D. Fernando Martins de Mascarenhas à Câmara de Lagos em 1597,³⁸ tendo a edilidade autorizado a construção do convento na Ermida do Porto Salvo, situada a sul do recinto amuralhado da cidade, junto de uma falésia. Porém, como o templo pertencia a uma confraria, que se opôs à edificação do edifício e que recorreu a Filipe II para embargar a obra, a questão só ficou resolvida em 1599 e a primeira pedra foi lançada apenas em 1605 (fig. 9). Esta casa teve também um importante papel no resgate de cativos, tendo participado em várias Redenções Gerais.³⁹

Considerações finais

A importância que o Algarve teve no apoio à manutenção da presença portuguesa no Norte de África refletiu-se também na instalação das ordens religiosas nesta região, tendo algumas das suas casas resultado diretamente de acontecimentos relacionados com o papel que este território assumiu neste contexto específico ou da ação de alguns dos intervenientes neste processo. Foi na sequência da conquista de Ceuta em 1415, que os frades trinitários reforçaram a sua presença no Algarve, ao instalarem uma comunidade em Faro, para prestar apoio à sua atividade de resgate de cativos no Norte de África. No início do século XVI, o levantamento do segundo cerco de Arzila, foi festejado com a concretização da fundação de um convento de freiras em Tavira no ano de 1509, pela mão de D. Manuel, que já desde o século anterior procurava instituir uma casa feminina na cidade que prestava apoio às praças do Norte de África. Poucos anos depois, em 1516, a fixação dos frades capuchos no Convento do Cabo de São Vicente, promovida pelo bispo de Silves, D. Fernando Coutinho, garantiu o funcionamento do farol que auxiliava a navegação no extremo ocidental da costa algarvia. Na década seguinte, a construção do primeiro convento capucho de Faro foi patrocinada por Nuno Rodrigues Barreto, vedor do Algarve e filho de Rui Barreto, que foi capitão de Azamor (1513-1514). Um ano depois, a fundação do convento franciscano de Vila Nova de Portimão foi efetuada em casas doadas por Simão Correia, um

³⁸ Fernando C. Calapez Correa, *A cidade e o termo de Lagos no Período dos Reis Filipes* (Lagos: ed. Centro de Estudos Gil Eanes, 1994), p. 301.

³⁹ Fernando C. Calapez Correa, *A cidade e o termo de Lagos no Período dos Reis Filipes*, p. 308.

outro antigo capitão de Azamor (1516-1517). Na década de 40, depois da desistência desta praça africana, os Eremitas de Santo Agostinho que aí tinham uma casa, rumaram a Tavira onde fundaram um novo convento, e na sequência da saída dos capuchos da sua casa de Faro, foi Nuno Rodrigues Barreto que custeou as obras de um outro convento para estes frades em Loulé.

Neste contexto, destaca-se a participação quer dos monarcas portugueses que reinaram neste período, nomeadamente D. João II, D. Manuel, D. João III e D. Sebastião, quer de alguns dos elementos das suas cortes, cuja presença e interesse pelo Reino do Algarve os levou a envolverem-se diretamente na fundação ou no patrocínio da construção de casas religiosas neste território, principalmente nos aglomerados urbanos de maior importância, como Lagos, Tavira e Faro.

Ao longo do século seguinte, a relação entre as comunidades religiosas instaladas nesta região e os territórios ultramarinos ter-se-á mantido. Para além da já referida concretização da fundação de um convento de frades trinitários em Lagos, a partir do qual estes religiosos deram continuidade à sua atividade de resgate de cativos, importa ainda fazer referência ao convento de frades da Ordem Terceira de São Francisco edificado em Monchique no ano de 1631. Esta casa foi fundada por Pedro da Silva (filho de Fernão da Silva, alcaide-mor de Silves) que viria a ser Vice-Rei da Índia (1635-1639). Para além disso, está associado a uma lenda que se refere a um episódio ocorrido no contexto da expansão marítima portuguesa. Segundo esta lenda, a fundação desta casa ficou a dever-se a uma promessa feita por dois navegantes que, perante uma situação de perigo em alto mar, comprometeram-se a edificar uma igreja no lugar que primeiro avistassem em terra na sua chegada a Portugal, tendo nela instalado uma imagem de Nossa Senhora em marfim que traziam da Índia e que terá ficado na posse dos frades.

Estes dois conventos são dos menos estudados da região, como de resto, de um modo geral, os do barlavento algarvio. Torna-se, portanto, necessário aprofundar a investigação, direcionada para esta temática, tanto sobre os edifícios como sobre as comunidades que os habitaram, como também sobre os

do sotavento. O presente texto⁴⁰ procurou apenas apresentar um pequeno contributo para o desenvolvimento do conhecimento sobre a importância que o Algarve adquiriu no contexto das dinâmicas políticas, económicas, sociais, religiosas, culturais e científicas que marcaram a “Primeira Globalização” e sobre os resultados que esta teve na formalização do ambiente construído desta região, no qual as comunidades religiosas e os edifícios que estas fundaram tiveram também um significativo papel.

⁴⁰ O presente texto resulta do apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia portuguesa, ao abrigo do Projeto Estratégico (UIDP/50012/2021) e do Contrato (DL57/2016/CP1341/CT0009).

Os algarvios em Marrocos nos séculos XV e XVI (Uma breve sondagem)

FERNANDO PESSANHA *

Introdução

Decorria o ano de 1999 quando Maria Augusta Lima Cruz publicou “Os portugueses em Marrocos nos séculos XV e XVI”, na *História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa*,¹ obra de referência da historiografia da Expansão e que, de forma clara e objectiva, expôs o “Estado da Questão” quanto à presença portuguesa no Norte de África. Não se pense, porém, que o trabalho que agora apresentamos, sob o título de “Os algarvios em Marrocos nos séculos XV e XVI”, tem qualquer pretensão em equiparar-se ao notável trabalho da supramencionada autora, circunscrevendo o objecto de estudo à presença das gentes do Algarve nas praças norte-africanas. De facto, o título do trabalho que agora apresentamos advém do desafio lançado por Rui Loureiro, no sentido de

R. M. Loureiro (ed.), *O Algarve na Primeira Globalização – Coletânea de Estudos* (Faro: Direção Regional de Cultura do Algarve, 2023), pp. 103-140.

* Arquivo Histórico Municipal António Rosa Mendes, Vila Real de Santo António.

¹ Maria Augusta Lima Cruz, “Os Portugueses em Marrocos nos séculos XV e XVI”, in *História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa*, pp. 55-125.

integrarmos o programa do Workshop *A História do Algarve e a Primeira Globalização – Estado da Questão*, realizado em 31 de Março de 2022. Foi, portanto, por sugestão do coordenador científico deste Workshop, realizado no âmbito da componente de investigação histórica do projecto Magalhães_ICC, que aquiescemos a redigir um trabalho que aspirasse a manual introdutório para estudantes, investigadores e outros interessados em aprofundar o tema da presença dos algarvios em Marrocos nos séculos XV e XVI. É nesse contexto que o presente contributo tem como objectivo primordial identificar quais as principais colectâneas documentais, crónicas e bibliografia especializada que permitam determinar o “Estado da Arte” relativamente a um tema que, não obstante a ligação umbilical que unia o Algarve a Marrocos, nunca constituiu efectivo objecto de estudo.

Note-se que, nos últimos anos, a História dos algarvios em Marrocos beneficiou, indirectamente, do labor de vários investigadores sob a égide de um projecto financiado pela FCT (Fundação para a Ciência e Tecnologia), com a designação de *Portugal e o Sul de Marrocos. Contactos e Confrontos, séculos XV a XVIII*,² com coordenação científica de Maria Augusta Lima Cruz e de André Teixeira. É nesse sentido que não podemos passar sem destacar algumas iniciativas de grande interesse e que contribuíram para o resultado da sondagem que agora apresentamos, como a transcrição paleográfica de fontes inéditas, a criação de uma base de dados de referência documental, ou a digitalização de fontes impressas, como as célebres *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, imprescindíveis para o presente objecto de estudo. Para além de várias comunicações em reuniões científicas e de artigos em revistas da especialidade, registre-se igualmente a dimensão editorial deste projecto a nível da publicação de vários livros que fazem referência aos algarvios em Marrocos nos séculos XV e XVI, como *O Algarve e as Praças Marroquinas nos Livros de Portarias e de Matrícula da Casa Real (séculos XVI a XVIII)*,³ de João de Figueirôa-Rêgo, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África...*,⁴ de Jorge Correia, ou os

² O projecto nasceu de uma parceria entre o Centro de História de Além-Mar e a Universidade do Minho.

³ João de Figueirôa-Rêgo, *O Algarve e as praças Marroquinas nos Livros de Portarias e de Matrícula da Casa Real (séculos XVI a XVIII)*, 2007.

⁴ Jorge Correia, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África - Da tomada de Ceuta a meados do Séc. XVI*, 2008.

livros de actas de vários colóquios, como *Estudos de História Luso-Marroquina*⁵, *Portugal e o Magrebe: Actas 4.º colóquio de História Luso-Marroquina*⁶ e, mais recentemente, *Portugal e o Sul de Marrocos: contactos e confrontos (séculos XV-XVIII)*.⁷

Refira-se, por fim, que não obstante os esforços do Centro de História de Além-mar, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, bem como do Instituto de Ciências Sociais e da Escola de Arquitectura, Arte e Design da Universidade do Minho, ainda existe um longo caminho a ser trilhado, particularmente no Algarve, que deveria assumir-se como principal interessado na construção do conhecimento sobre a História da região e sua relação com o universo da Expansão e dos Descobrimentos. Tema, sublinhe-se, que serve amplamente os interesses do designado turismo cultural num mundo cada vez mais moldado pelos efeitos galopantes da globalização. De resto, o êxito evidenciado em iniciativas como o curso livre de História do Algarve dedicado ao “Algarve e os Descobrimentos”, organizado pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, em 2017, é manifestamente representativo do interesse que este tema colhe junto do público generalista. Esperamos, portanto, que os resultados da breve sondagem que agora apresentamos sirvam o seu propósito, motivando outros investigadores a enveredarem por uma linha de investigação tão pouco explorada.

As fontes primárias em colectâneas documentais:

Antes de avançarmos no presente artigo convém esclarecer que, não obstante alguns esforços materializados em obras como *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias*,⁸ não podemos afirmar a existência de uma linha de investigação efectivamente dedicada à “História do Algarve”. Ora, se não podemos

⁵ Maria Augusta Lima Cruz & Rui Manuel Loureiro (coords.), *Estudos de História Luso-Marroquina*, 2010.

⁶ AAVV, *Portugal e o Magrebe. Actas do 4º Colóquio de História Luso-Marroquina*, 2011.

⁷ Maria Augusta Lima Cruz & André Teixeira (coords.), *Portugal e o Sul de Marrocos: contactos e confrontos (séculos XV-XVIII). Le Portugal et le sud du Maroc: Contacts et Conflits (XVe-XVIIIe siècles)*, Vol. I – Estudos, 2021.

⁸ Maria da Graça Maia Marques (coord.), *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias: elementos para a sua história*, 1999.

considerar a existência de uma efectiva “História do Algarve”, actualizada e pluridisciplinar, muito menos o podemos fazer no que respeita à História dos algarvios em Marrocos. É nesse sentido que, antes de nos concentrarmos nas crónicas e na bibliografia especializada que permitam determinar o “Estado da Arte” relativamente ao presente objecto de estudo, importa debruçarmo-nos sobre as fontes primárias reunidas nas colectâneas documentais.

Se retrocedermos algumas décadas na nossa História Contemporânea, apercebemo-nos facilmente que a recompilação de fontes inéditas e posterior publicação remonta a uma linha de investigação que começou em Portugal ainda em finais do séc. XIX, e de que são exemplo os *Textos de Aljamia portuguesa: Documentos para a História do Domínio Português em Safim Extrahidos dos Originaes da Torre do Tombo*,⁹ obra que David Lopes publicou em 1897 e que nos apresenta um conjunto de fontes de grande riqueza histórica, indispensáveis para a compreensão da posição muçulmana face ao domínio português em Safim. Com efeito, a recompilação de fontes inéditas e posterior publicação continuou ao longo das primeiras décadas do século XX, muito em virtude do labor de investigadores como Anselmo Braamcamp Freire, que entre 1903 e 1916 publicou documentação da chancelaria de D. Afonso V, de D. João II ou cartas de quitação de D. Manuel no *Arquivo Historico Portuguez*,¹⁰ Pedro de Azevedo, que também publicou documentação no supracitado *Arquivo Historico Portuguez*, tratou igualmente informação sobre o Norte de África, publicando em 1915 o primeiro volume dos *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 Relativos a Marrocos*.¹¹

Dez anos depois, em 1925, António Baião coordenou a publicação dos *Documentos do Corpo Chronologico relativos a Marrocos (1488 a 1514)*¹² e, já em 1934, foi a vez de Pedro de Azevedo publicar o segundo volume da supracitada obra dedicada aos documentos das Chancelarias Reais relativas ao Norte de África, anteriores a 1531. Também em 1934 Pierre de Cenival, lança o primeiro tomo da compendiosa colectânea *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, publicando

⁹ David Lopes, *Textos de Aljamia portuguesa: Documentos para a História do Domínio Português em Safim Extrahidos dos Originaes da Torre do Tombo*, 1897.

¹⁰ Anselmo Braamcamp Freire (dir.), *Arquivo Historico Portuguez*, 11 Vols., 1903-1916.

¹¹ Pedro Azevedo (dir.), *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 Relativos a Marrocos*, 2 Vols., 1915-1934.

¹² António Baião, *Documentos do Corpo Chronologico relativos a Marrocos (1488 a 1514)*, 1925.

documentação acondicionada nos arquivos e bibliotecas de Portugal para a balizagem cronológica compreendida entre 1486 e 1516. De resto, David Lopes e Robert Ricard acabaram por juntar-se a Pierre de Cenival, lançando mais quatro tomos de *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, entre 1939 e 1953, para a balizagem cronológica compreendida entre 1516 e 1580.¹³ Laranjo Coelho, por seu lado, concentrou-se na Chancelaria de D. João II, publicando em 1943, *Documentos Inéditos de Marrocos: Chancelaria de D: João II*.¹⁴

A segunda metade do século XX assistiu igualmente à recompilação de fontes e posterior publicação. O V centenário da morte do Infante D. Henrique, em 1960, lançou o mote para a publicação do primeiro volume da *Monumenta Henricina*, colectânea constituída por 10 volumes, sendo o último já publicado em 1969,¹⁵ e onde é possível encontrar várias referências ao Algarve e aos algarvios no projecto expansionista. Simultaneamente, o Centro de Estudos Históricos Ultramarinos também publicou, entre 1960 e 1977, os 12 volumes que constituem *As Gavetas da Torre do Tombo*,¹⁶ colectânea documental dedicada à História de Portugal e à presença portuguesa no mundo e onde é possível encontrar documentação relativa aos algarvios em Marrocos. Em 1970, Maria Augusta Lima Cruz publicou “Documentos inéditos para a história dos portugueses em Azamor”¹⁷, onde também encontramos várias referências à presença de algarvios naquela praça norte-africana e, já em 2004, foi a vez de João Cosme trazer a lume *A Guarnição de Safim em 1511*,¹⁸ obra onde vem publicado o *Rol dos mantimentos, de direitos e soldos e tenças de derradeiro quartel de bxj, que há-de pagar Estevão d'Aguiar, feitor de Çafim*, onde aparecem identificados os muitos algarvios que por então constituíam a guarnição desta praça do sul marroquino. Por fim, não podemos passar sem referir o segundo volume de

¹³ *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Archives et Bibliothèques de Portugal, Tomos I-V, 1934-1953.

¹⁴ Laranjo Coelho, *Documentos Inéditos de Marrocos: Chancelaria de D: João II*, 1943.

¹⁵ *Monumenta Henricina*, 15 Vols., 1960-1969.

¹⁶ *As Gavetas da Torre do Tombo*, 12 Vols., 1960-1977. Sobre esta colecção documental veja-se o artigo de Robert Ricard e António Dias Farinha, “Les Documents sur le Maroc dans le Volume IV de “As Gavetas da Torre do Tombo””, in *Studia*, N° 16, pp. 167-177.

¹⁷ Maria Augusta Lima Cruz, “Documentos inéditos para a história dos portugueses em Azamor”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, pp. 104-179.

¹⁸ João Cosme, *A Guarnição de Safim em 1511*, 2004.

Portugal e o Sul de Marrocos: contactos e confrontos (séculos XV-XVIII),¹⁹ obra lançada em 2021 e onde se encontram publicados seis códices do Núcleo Antigo à guarda do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

As crónicas régias

Para além das colectâneas documentais e dos estudos onde se têm vindo a publicar fontes primárias sobre o envolvimento do Algarve e dos algarvios no projecto expansionista, há ainda a considerar as referências que se podem encontrar nas crónicas régias, nas crónicas relativas ao Norte de África e nas crónicas relativas ao Algarve. Como não podia deixar de ser, as primeiras referências (directas ou indirectas) ao Algarve nas crónicas régias surgem com a expedição militar contra Ceuta, em 1415, a que Eanes Gomes de Zurara se refere na *Chronica de El-Rei D. João I*.²⁰ Do mesmo modo, também a *Choronica D'el Rey D. Duarte*,²¹ de Rui de Pina, apresenta-se como fonte imprescindível para o estudo da malograda expedição contra Tânger, em 1437, tal como a *Chronica de El-Rei D. Afonso V*²² dá-nos conta das conquistas de Alcácer Ceguer, em 1458, e das tomadas de Arzila e Tânger, em 1471. Episódios da História da Expansão que, aliás, são igualmente narrados por Damião de Góis na *Chronica do Príncipe Dom Joam*.²³ A tentativa de construção da fortaleza da Graciosa, em 1489, é tratada por Rui de Pina na *Crónica de D. João II*,²⁴ tal como o fez Garcia de Resende.²⁵ Já a *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*,²⁶ de Damião de Góis, tal como *Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*,²⁷ de D. Jerónimo Osório, abordam marcos incontornáveis da Expansão para o Norte de África, como as construções dos castelos de Santa Cruz do Cabo de Gué, Mogador, Mazagão ou conquista de Safim, em 1508, e Azamor, em 1513. Por fim, a *Choronica de D. João*

¹⁹ Maria Augusta Lima Cruz & André Teixeira (coords), *Portugal e o Sul de Marrocos: contactos e confrontos (séculos XV-XVIII)*, Vol. II - Documentos, 2021.

²⁰ Gomes Eanes de Zurara, *Chronica de El-Rei D. João I*, 1897-1898.

²¹ Rui de Pina, *Choronica D'el Rey D. Duarte*, 1914.

²² Rui de Pina, *Chronica de El-Rei D. Afonso V*, 3 Vols, 1901-1903.

²³ Damião de Góis, *Chronica do Príncipe Dom Joam*, 1724.

²⁴ Rui de Pina, *Crónica de D. João II*, 1989.

²⁵ Garcia de Resende, *D. João II*, 2004.

²⁶ Damião de Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, 1749.

²⁷ Jerónimo Osório, *Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, 2004.

III,²⁸ de Francisco de Andrada, ou os *Annaes de El Rei Dom João Terceiro*,²⁹ de Frei Luís de Sousa, fazem alusão à vida nas praças norte-africanas até à reformulação da estratégia norte-africana, que culminou com o abandono de Safim e Azamor, em 1541, e de Alcácer Ceguer e Arzila, em 1550. Outras crónicas, como *Portugal, cuidadoso, e lastimado, com a vida, e perda do senhor rei Dom Sebastião, o desejado de saudosa memoria*,³⁰ de José Pereira Baião, referem a relação que os algarvios continuaram a ter nas praças norte-africanas já na segunda metade do séc. XVI, e de que é exemplo paradigmático os socorros enviados do Algarve aquando do grande cerco a Mazagão de 1562. De resto, outras crónicas, como *Dialogo de varia historia: em que se referem as vidas dos senhores reis de Portugal com os seus retratos, e noticias dos nossos, reinos, e conquistas, e vários sucessos do mundo*,³¹ de Pedro de Mariz, dão-nos conta de vários episódios incontornáveis da História da Expansão portuguesa para o Norte de África, ainda que se refiram a eles de maneira menos aprofundada, comparativamente às obras anteriormente mencionadas. Refira-se, por fim, que estas nem são crónicas relativas ao Norte de África, nem são crónicas sobre o envolvimento do Algarve na gesta marroquina, ainda que façam pontualmente referência ao envolvimento do Algarve e dos algarvios no processo expansionista para Marrocos e nos facultem informações pertinentes para o presente objecto de estudo.

As crónicas sobre o Norte de África

No que respeita às crónicas relativas ao Norte de África, é a *Crónica da Tomada de Ceuta*,³² de Gomes Eanes de Zurara, a inaugurar uma tendência cronística que irá manter-se ao longo da presença portuguesa em Marrocos. De facto, Zurara destaca-se como um dos grandes cronistas da Expansão, já que é igualmente o autor da *Chronica do Conde D. Pedro de Menezes*³³ e da *Chronica do Conde D. Duarte*

²⁸ Francisco de Andrada, *Choronica de D. João III*, 1796.

²⁹ Frei Luís de Sousa, *Annaes de El Rei Dom João Terceiro*, 1844.

³⁰ José Pereira Baião, *Portugal, cuidadoso, e lastimado, com a vida, e perda do senhor rei Dom Sebastião, o desejado de saudosa memoria*, MDCCXXXV.

³¹ Pedro de Mariz, *Dialogo de varia historia: em que se referem as vidas dos senhores reis de Portugal com os seus retratos, e noticias dos nossos, reinos, e conquistas, e vários sucessos do mundo*, Tomo I, MDCCCVI.

³² Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta*, 1992.

³³ Gomes Eanes de Zurara, “Chronica do Conde D. Pedro de Menezes”, in *Collecção de livros inéditos de Historia Portuguesa, dos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Affonso V, e D. João II*, Tomo II, pp. 213-626.

de Menezes,³⁴ obras incontornáveis para a compreensão da presença portuguesa no Norte de África até meados do séc. XV. Ainda no que respeita à praça de Ceuta, destacam-se outras crónicas, como o *Livro da Guerra de Ceuta*,³⁵ de Mateus de Pisano, a *Historia de la Ciudad de Ceuta*,³⁶ de Jerónimo de Mascarenhas ou *Historia de la mui noble y fidelíssima ciudad de Ceuta*,³⁷ de Alejandro Correa de Franca. No que se refere à praça de Tânger, destaca-se, desde logo, a *História de Tânger que compreende as noticias desde a sua primeira conquista ate a sua ruina*,³⁸ de D. Fernando de Meneses, conde da Ericeira. Outra obra incontornável é *Anais de Arzila*,³⁹ de Bernardo Rodrigues, militar e escritor natural daquela praça e que testemunhou muitos dos acontecimentos narrados, para a balizagem cronológica compreendida entre 1508 e 1535. Do mesmo modo, também a *História de Santa Cruz do Cabo de Gué (Agadir) 1505-1541*,⁴⁰ escrita por um cavaleiro que aí serviu a Coroa e publicada por Joaquim Figanier, se apresenta incontornável para o conhecimento da presença portuguesa naquela região do sul de Marrocos. Outras obras, como *História do Cerco de Mazagão*,⁴¹ de Agostinho de Gavy de Mendonça, referem a relação que o Algarve continuou a ter com as praças norte-africanas já na segunda metade do séc. XVI, e de que é exemplo incontornável o socorro prestado pelos algarvios aquando do já mencionado grande cerco a Mazagão de 1562. Por fim, não podemos passar sem referir *África Portuguesa*,⁴² de Manuel Faria e Sousa, obra que, não se concentrando em nenhuma praça em particular, resume em traços gerais os episódios mais marcantes da presença lusa no Norte de África.

³⁴ Gomes Eanes de Zurara, “Chronica do Conde D. Duarte de Menezes”, in *Collecção de livros inéditos de Historia Portuguesa, dos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Affonso V, e D. João II*, Tomo III, pp. 7-385.

³⁵ Mateus de Pisano, *Livro da Guerra de Ceuta*, 1915.

³⁶ Jerónimo de Mascarenhas, *Historia de la Ciudad de Ceuta*, 1918.

³⁷ Alejandro Correa de Franca, *Historia de la mui noble y fidelíssima ciudad de Ceuta*, 1999.

³⁸ D. Fernando de Meneses, *História de Tânger que compreende as noticias desde a sua primeira conquista ate a sua ruina*, 1732.

³⁹ Bernardo Rodrigues, *Anais de Arzila*, 2 tomos, 1915-1919.

⁴⁰ *História de Santa Cruz do Cabo de Gué (Agadir) 1505-1541*, 1945. Mais recentemente, em 2007, uma equipa de investigadores da Universidade de Coimbra publicou uma versão bilingue, em português e árabe. João Marinho dos Santos; Mohammed Nadir; José Manuel Azevedo e Silva, *Santa Cruz do Cabo Gué D’Agoa e Narba: Estudo e Crónica*, Viseu, Palimage & Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2007.

⁴¹ Agostinho de Gavy de Mendonça, *História do Cerco de Mazagão*, 1890.

⁴² Manuel Faria e Sousa, *África Portuguesa*, 1681.

O Norte de África noutras obras de natureza histórica/geográfica

Para a centúria quinhentista temos ainda de referir algumas fontes de grande relevância para o conhecimento da geografia norte-africana: a *Descripçam de Ceuta por sua Costa de Mauritania e Ethiopia pellos Nomes Modernos Prosseguindo as Vezes Algũas Cousas do Sartão da Terra Firme*,⁴³ de Valentim Fernandes, obra produzida entre 1505 e 1507, e o *Esmeraldo de Situ Orbis*,⁴⁴ de Duarte Pacheco Pereira, redigido em 1506. Do mesmo modo, também a *Descripción General del África*,⁴⁵ de Leão-o-Africano - testemunha excepcional do seu tempo e viajante incansável - oferece-nos informações extremamente pertinentes quanto ao Marrocos ocupado por Portugal. Tal como esta obra, também a *Descripción general de África, sus guerras y vicisitudes, desde la fundación del mahometismo hasta el año 1571*,⁴⁶ de Luis del Mármol Carvajal, faculta informações do maior interesse, ainda que claramente inspirada na obra de Leão-o-Africano e baseada em trabalhos de outros autores quinhentistas, como Damião de Góis. Do mesmo modo, e tal como a obra de Luis del Mármol Carvajal é baseada em autores como Leão-o-Africano e Damião de Góis, também a *Relacion del Origen y Suceso de los Xarifes y del Estado de los Reinos de Marruecos, Fez, Tarudante, y los de mas que tienen usurpados*,⁴⁷ obra de Diego de Torres publicada em 1586, baseia-se nos escritos de Luis del Mármol Carvajal sobre o Norte de África, tal como *África Portuguesa*, obra de Manuel de Faria e Sousa publicada em 1681 e que segue de perto a crónica de Damião de Góis. Refira-se, no entanto, que tal como as crónicas régias, também estas obras relativas às praças marroquinas e à geografia do Norte de África não são crónicas sobre o envolvimento do Algarve e dos algarvios na expansão para Marrocos, ainda que façam referências ao envolvimento do Algarve no processo expansionista para o Norte de África e nos facultem informações pertinentes para o presente objecto de estudo.

⁴³ Valentim Fernandes, *Description de la côte d'Afrique de Ceuta au Sénégal par Valentim Fernandes (1506/1507)*. (*A Descripçam de Ceuta por sua Costa de Mauritania e Ethiopia pellos Nomes Modernos Prosseguindo as Vezes Algũas Cousas do Sartão da Terra Firme*), 1938.

⁴⁴ Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo de Situ Orbis*, 1954.

⁴⁵ Leão-o-Africano, *Descripción General del África*, s/d.

⁴⁶ Luis del Mármol Carvajal, *Descripción general de África, sus guerras y vicisitudes, desde la fundación del mahometismo hasta el año 1571*, 1573.

⁴⁷ Diego de Torres, *Relacion del Origen y Suceso de los Xarifes y del Estado de los Reinos de Marruecos, Fez, Tarudante, y los de mas que tienen usurpados*, 1586.

Crónicas do Algarve e outras fontes impressas

Se as crónicas régias e as obras relativas às praças marroquinas e à geografia do Norte de África fazem referência (e outras vezes dão pistas) à presença de algarvios em Marrocos nos séculos XV e XVI, também as crónicas relativas à História do Algarve para a supracitada balizagem cronológica revelam-se da maior importância. Com efeito, obras como *Corografia do Reino do Algarve (1577)*,⁴⁸ de Frei João de São José, ou *História do Reino do Algarve*,⁴⁹ de Henrique Fernandes Sarrão, não só atestam a ligação umbilical dos algarvios às praças norte-africanas, como também registam em que medida o desenvolvimento económico, demográfico e urbanístico do Algarve se deveu, sobretudo, à Expansão para o Norte de África. Para além destas obras, podemos ainda encontrar referências ao presente objecto de estudo noutros trabalhos igualmente redigidos na segunda metade do séc. XVI e reeditados nas últimas décadas, como *Visitação de Igrejas Algarvias – Ordem de São Tiago*,⁵⁰ publicadas por Francisco Lameira e Maria Helena Rodrigues dos Santos, ou *Relação da Jornada de el-rei D. Sebastião quando partiu da cidade de Évora*,⁵¹ de João Cascão.

Alguma bibliografia e o Estado da Questão

Realizado este breve levantamento sobre algumas das fontes manuscritas e impressas para o estudo dos algarvios em Marrocos nos séculos XV e XVI, importa debruçarmo-nos sobre alguma da bibliografia publicada, de modo a determinarmos qual o estado do conhecimento relativamente ao presente objecto de estudo. Como anteriormente referimos, não obstante os esforços materializados em obras como *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias*, não podemos afirmar a existência de uma linha de investigação efectivamente

⁴⁸ Frei João de São José, “Corografia do Reino do Algarve (1577)”, in *Duas Descrições do Algarve do Século XVI*, pp. 21-132.

⁴⁹ Henrique Fernandes Sarrão, “História do Reino do Algarve”, in *Duas Descrições do Algarve do Século XVI*, pp. 133-174.

⁵⁰ *Visitação de Igrejas Algarvias – Ordem de São Tiago*, Francisco Lameira & Maria Helena Rodrigues dos Santos (publ.), 1988. Veja-se também “*Visitações*” da *Ordem de Santiago no Sotavento Algarvio (Subsídios para o estudo da História da Arte no Algarve)*, Hugo Cavaco (publ.), 1987.

⁵¹ João Cascão, “Relação da Jornada de el-rei D. Sebastião quando partiu da cidade de Évora”, in *Uma Jornada ao Alentejo e ao Algarve: A alteração das linhas de força da política nacional*, pp. 77-136.

dedicada à “História do Algarve”. Se não podemos considerar a existência de uma efectiva História do Algarve, actualizada e pluridisciplinar, muito menos o podemos fazer no que respeita a uma História dos algarvios em Marrocos. Refira-se, em abono da verdade, que abordar os vários quadrantes da sociedade algarvia no Marrocos quatrocentista e quinhentista constituiria um enorme desafio. Porém, os fundos documentais e as fontes impressas atrás referidas permitir-nos-iam, seguramente, clarificar com relativa celeridade o efectivo papel da designada nobreza algarvia no projecto expansionista em Marrocos.

Tal como referimos em anterior publicação,⁵² decorria o ano de 1986 quando Vitorino Magalhães Godinho, num artigo intitulado “Redescobrir os Descobrimentos e a Expansão Portuguesa”, chamou a atenção para o facto de ainda não se ter examinado o papel da nobreza na Expansão, a relação entre as Casas senhoriais e os réditos marítimos e ultramarinos.⁵³ É verdade que desde então têm vindo a surgir projectos de investigação que têm procurado rectificar a lacuna evidenciada por Magalhães Godinho, principalmente, quanto à análise da participação da nobreza no projecto expansionista, assim como à reconstituição biográfica de individualidades cujos percursos de vida passaram pelos territórios que então compunham o vasto império português.⁵⁴ Ainda assim, continua a verificar-se uma manifesta escassez de estudos quanto ao papel da baixa nobreza na História da Expansão Portuguesa. Evidência, claro está, ainda mais notória quando as rotas da Expansão nos conduzem ao Norte de África. Com efeito, a tradição nesta linha de investigação tem favorecido principalmente o envolvimento das grandes figuras do reino e da alta nobreza na cruzada portuguesa em Marrocos e de são exemplos publicações como *Os Filhos de D. João I*,⁵⁵ de Oliveira Martins, a quantidade de publicações sobre o infante D. Fernando, “o Santo”⁵⁶ ou trabalhos como *A Conquista do Azamor pelo*

⁵² Fernando Pessanha, “Rui Barreto: a capitania do alcaide-mor de Faro em Azamor”, in *Anais do Município de Faro*, Vol. XLI, p. 117.

⁵³ Vitorino Magalhães Godinho, “Redescobrir os Descobrimentos e a Expansão Portuguesa”, in *Guia de História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa*, p. 13.

⁵⁴ Veja-se, a título de exemplo, João Paulo Oliveira e Costa (coord.), *A Nobreza e a Expansão – Estudos Biográficos*, 2000.

⁵⁵ Joaquim Pedro Oliveira Martins, *Os Filhos de D. João I*, MDCCCXCI.

⁵⁶ Sobre o infante D. Fernando vejam-se, a título de exemplo, Alfredo Coelho de Magalhães, “A tragédia do Infante Santo”, in *Chronica d’El-Rei D. Duarte*, pp. 41-66; Domingos Maurício Gomes dos Santos, “A Última Carta do Infante Santo e a Falência do Seu Resgate”, in *Anais da Academia Portuguesa da História*, Série II, Vol. 7, pp. 9-32; Domingos Maurício Gomes dos

duque de Bragança D. Jaime em 1513, publicado por Damião Peres, em 1951.⁵⁷ Nas últimas décadas, a relação da participação da nobreza portuguesa no território marroquino foi realizada por Abel Santos Cruz, na dissertação de mestrado intitulada *A Nobreza Portuguesa em Marrocos no século XV (1415-1464)*, trabalho em que o autor discrimina os fidalgos que participaram nas campanhas norte-africanas que tiveram lugar entre o reinado de D. João I e D. Afonso V.⁵⁸ A partir dos resultados apresentados nesta dissertação, André Teixeira e Teresa Lacerda desenvolveram, *à posteriori*, os reinados de D. João II, D. Manuel I e D. João III em *La Noblesse Titulaire et le Nord de l'Afrique*, publicada em 2009. A dilatação da balizagem cronológica permitiu comparar a acção dos intervenientes no Norte de África com os intervenientes na Índia.⁵⁹ Mais recentemente, Ana Maria dos Santos publicou *A Nobreza e a Expansão no Norte de África (o caso de Ceuta)*,⁶⁰ concentrando-se especificamente naquela cidade do Estreito e, já em 2018, foi a vez de Maria de Lurdes Rosa e Miguel Aguiar publicarem *La noblesse dans la frontière nord-africaine (Portugal, 1415-1515)*.⁶¹

Santos, D. *Duarte e as Responsabilidades de Tânger: 1433-1438*, 1960; António Dias Dinis, “Carta do Infante Santo ao Regente D. Pedro Datada da Masmorra de Fez a 12 de Junho de 1441”, in *Anais da Academia Portuguesa da História*, Vol. 15, pp. 149-174; António Manuel Ribeiro Rebelo, “O verdadeiro carácter de D. Fernando, o Infante Santo”, in *Humanitas*, Nº 58, pp. 199-227; Maria Helena da Cruz Coelho, “Morrer Pela Fé e Pela Pátria: Um Modelo Hagiográfico”, in *Revista Portuguesa de História*, Tomo XL, pp. 213-226; Clínio de Oliveira Amaral, “As discussões historiográficas em torno do Infante Santo”, in *Medievalista online*, 2009; Clínio de Oliveira Amaral, *O culto ao infante Santo e o projecto político de Avis (1438-1481)*, Tese de Pós-Graduação em História Social e das Ideias apresentada à Universidade Federal Fluminense, 2008; Renata Cristina de Sousa Nascimento, “O martírio do Infante Santo e a Expansão Portuguesa (século XV)”, in *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, pp. 1-10; Fabiana dos Santos Arruda, *A representação do martírio do Infante Santo em Portugal nos séculos XV e XVII - um exercício reflexivo sobre a história comparada*, Dissertação de Mestrado em História apresentada ao Instituto de ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2016; Dina Amorim Fernandes, “E Depois de Tânger? O Cativo do Infante D. Fernando: A Construção da Imagem de um Santo”, in *Omni Tempore. Encontros da Primavera 2014-2015*, pp. 8-32.

⁵⁷ Damião Peres, *Conquista do Açamor pelo duque de Bragança D. Jaime em 1513*, 1951.

⁵⁸ Abel Santos Cruz, *A Nobreza Portuguesa em Marrocos no século XV (1415-1464)*, Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Porto, 1995.

⁵⁹ André Teixeira & Teresa Lacerda, “La Noblesse Titulaire et le Nord de l'Afrique”, in *La présence portugaise au Maroc et les relations actuelles entre les deux pays*, Mohammed Salhi (Ed.), Rabat, Faculté des Lettres-Université Mohamed V-Agdal / Anajah Al Yadidah, 2009.

⁶⁰ Ana Maria dos Santos, “A Nobreza e a Expansão no Norte de África (o caso de Ceuta)”, in *Omni Tempore. Encontros da Primavera 2014-2015*, pp. 124-152.

⁶¹ Maria de Lurdes Rosa & Miguel Aguiar, “La noblesse dans la frontière nord-africaine (Portugal, 1415-1515): guerre, chevalerie, croisade”, *e-Spania* [En ligne], 31 | octobre 2018, mis en ligne le 15 octobre 2018, consulté le 28 juin 2022. URL:

Esta propensão em trabalhar o envolvimento da nobreza portuguesa na expansão em Marrocos poderá explicar-se, desde logo, pela relação privilegiada que este grupo social teve com o Magrebe marroquino, entendido como espaço de prossecução da “Reconquista”, geograficamente próximo da metrópole, e aliciente para a *praxis* da função belicista da nobreza. Por outras palavras, a via natural para a obtenção de títulos, rendas e mercês indispensáveis à manutenção/ascensão do *status* deste grupo social. Porém, continuam a escassear os estudos sobre o papel da baixa nobreza no projecto expansionista para o Norte de África, nomeadamente, no que concerne ao envolvimento da nobreza algarvia no projecto expansionista em Marrocos. De facto, persistiu durante algum tempo a ideia de que no Reino do Algarve escasseava a fidalguia, que os grandes senhores eram muito poucos e que a *nobilitas* algarvia:

“é pequena de pergaminhos não muito carregados de feitos heróicos. Serviços ao rei no Norte de África, um ou outro feito honroso em anteriores guerras com Castela, algum serviço destacado no oriente, poucos no seu conjunto”.⁶²

Esta afirmação de Joaquim Romero de Magalhães tem vindo, no entanto, a ser contestada ao longo das últimas décadas, nomeadamente, pelas investigações de Miguel Côrte-Real, para quem o Algarve foi, efectivamente, um espaço característico da nobreza de sangue:

“É de verdadeira nobreza a maioria das famílias que detêm o poder nos concelhos urbanos do Algarve até ao século XVII, com um máximo percentual de cerca de 64% no século XVI e uma percentagem de 54% no século XV”.⁶³

<http://journals.openedition.org/e-spania/28615>; DOI: <https://doi.org/10.4000/e-spania.28615>

⁶² Joaquim Romero Magalhães, “Uma Sociedade Cristalizada”, in *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias*, p. 274.

⁶³ Miguel Maria Teles Moniz Côrte-Real, “Para o estudo das elites do Algarve no Antigo Regime, fidalgos, nobres e demais privilegiados no poder concelhio”, in *Tabardo*, N° 2, p. 94. Veja-se também Nuno Gonçalo Monteiro, “Sociologia das elites locais (séculos XVII-XVIII). Uma breve reflexão historiográfica”, in *Os Municípios no Portugal Moderno: Dos Forais Manuelinos às Reformas Liberais*, p. 63.

Se o Algarve foi, efectivamente, um espaço característico da nobreza de sangue e se os algarvios são “*muito determinados e animosos (...) inclinados a pelejar*”,⁶⁴ uma análise mais atenta ao envolvimento da nobreza algarvia na Expansão em Marrocos revelará, seguramente, que a importância deste grupo social não será de desconsiderar. Já em 1577 escrevia Frei João de São José sobre “*estes (nobres), pouco de ricos e muito de bons cavaleiros. E, como isto assim seja, não pouca obrigação tem o rei de os favorecer a todos com honras e mercês*”.⁶⁵ Note-se que o autor da *Corografia do Reino do Algarve* não se refere à designada nobreza titulada, mas antes ao que devemos compreender como “nobreza de função”, um grupo social de manifesta importância para a concretização do projecto ultramarino e que, pela sua proximidade à Coroa e à gesta expansionista, foi sistematicamente agraciado com cargos, privilégios e senhorios como recompensa pelos serviços prestados.⁶⁶ De facto, uma breve sondagem ao envolvimento da nobreza algarvia na gesta marroquina indica, desde logo, que os *bellatores* que se distinguiram no teatro de operações norte-africano beneficiaram de uma política de atribuição de benesses como recompensa pelos serviços prestados nos Algarves de Além-mar. No que se refere à atribuição de títulos nobiliárquicos, veja-se o caso de D. Henrique de Meneses, capitão de Alcácer Ceguer e Arzila, titulado conde de Loulé em 1471,⁶⁷ D. Fernando de Meneses, capitão de Ceuta, titulado conde de Alcoutim em 1496,⁶⁸ D. Martinho de

⁶⁴ Henrique Fernandes Sarrão, “História do Reino do Algarve”, in *Duas Descrições do Algarve do Século XVI*, p. 138.

⁶⁵ Frei João de São José, “Corografia do Reino do Algarve (1577)”, in *Duas Descrições do Algarve do Século XVI*, pp. 53-54.

⁶⁶ Na realidade, esta nobreza de função acabou por se revelar um grupo social de importância capital, já que acabou por constituir a base de sustentação das ambições da monarquia na procura pela centralização do poder, processo estimulado por D. João II e profusamente dilatado por D. Manuel. Note-se, de resto, que esta ligação da nobreza de função aos soberanos acabou por ser particularmente notória no processo expansionista, já que se revelaram os executores por excelência das políticas régias.

⁶⁷ Sobre D. Henrique de Meneses veja-se Madalena Ribeiro, “O Conde D. Henrique de Meneses, capitão de Alcácer Ceguer e Arzila”, in *A Nobreza e a Expansão. Estudos Biográficos*, pp. 143-159.

⁶⁸ Sobre D. Fernando de Meneses veja-se Fernando Pessanha, “D. Fernando de Meneses, capitão de Ceuta e 1º Conde de Alcoutim: exemplo da relação entre os serviços no Norte de África e a atribuição de títulos nobiliárquicos”, in *XIX Jornadas de História de Ceuta – La dimensión humana. Biografías en Ceuta, el Norte de África y el Estrecho de Gibraltar*, pp. 27-62. Do mesmo autor veja-se também *D. Fernando de Meneses, capitão de Ceuta, 1º conde de Alcoutim e 2º marquês de Vila Real*, pp. 67-73.

Castelo Branco, o vedor da fazenda que “*em espaço de quatro meses e meo*”⁶⁹ despachou a armada para a conquista de Azamor, oficialmente titulado conde de Vila Nova de Portimão em 1514,⁷⁰ ou D. João de Meneses, capitão de Arzila e capitão de campo de Azamor, titulado conde de Aljezur em 1514.⁷¹

Para além desta nobreza, que alcançou títulos relativos ao Algarve, há ainda a referir o considerável rol de nobres de função sobre os quais recaiu o senhorio e as alcaidarias das vilas dos Algarves de Aquém-mar como recompensa pelos serviços prestados nos Algarves de Além-mar. Foi o caso de Garcia de Melo, alcaide-mor de Castro Marim e capitão de Safim,⁷² Simão Correia, alcaide-mor de Castro Marim e capitão de Azamor,⁷³ António Leite, alcaide-mor de Arenilha e capitão de Azamor, Mazagão e Seinal,⁷⁴ João de

⁶⁹ Damião de Góis, *Chronica do Serenissimo Senbor Rei D. Manoel*, Parte III, Capítulos LXVI, p. 369.

⁷⁰ Ainda que D. Martinho de Castelo Branco apareça referido como Conde de Vila Nova de Portimão em vários documentos, apenas foi oficialmente titulado em 12 de Fevereiro de 1514. Sobre este assunto vejam-se Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, Vol. III, pp. 373-376; Valdemar Coutinho, “O Condado de Vila Nova de Portimão”, in *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia. Actas do Colóquio Internacional*, p. 232.

⁷¹ Bernardo Rodrigues, *Anais de Arzila*, Tomo I, Liv. II, Capítulo I, pp. 115-116. Ver também Teresa Lacerda, “D. João de Meneses. Um retrato da Nobreza Portuguesa em Marrocos”, in *Estudos de História Luso-Marroquina*, p. 130.

⁷² Luís Miguel Duarte, “Garcia de Melo em Castro Marim (a actuação de um alcaide mor no início do século XVI)”, in *Revista da Faculdade de Letras, História*, Vol. 05, pp. 131-149. Ver também Durval Pires de Lima, *História da Dominação Portuguesa em Çafim (1506-1542)*, pp. 84-88; Fernando Pessanha, *Subsídios para a História do Baixo Guadiana e dos Algarves Daquém e Dalém-mar*, pp. 81-82. Do mesmo autor veja-se também “Garcia de Melo - Bellator da Expansão Portuguesa nos Algarves de Aquém e de Além-mar”, in *Jornal do Algarve Magazine*, Nº 3392, p. 13.

⁷³ Pedro Pires, *Castro Marim na Época Moderna: urbanismo e urbanidade de uma praça de fronteira (séculos XVI-XVII)*, Dissertação de Mestrado em História e Patrimónios apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, pp. 26-27.

⁷⁴ Fernando Pessanha, *Os 500 anos da Fundação de Arenilha*, pp. 57-71. Do mesmo autor veja-se também “Ataques da pirataria à foz do Guadiana e a acção de António Leite, alcaide-mor de Arenilha”, in *Anais do Município de Faro*, Vol. LX, pp. 63-94; “A Pirataria no extremo sudeste algarvio, nos alvares da Idade Moderna”, in *Academia de Marinha. Memórias 2019*, pp. 445-472. Sobre a carreira de António Leite no Norte de África veja-se também Rui Jorge Ferreira Henriques, “*Quão grande trabalho é viver!*” *António Leite – circuitos da nobreza portuguesa no sul de Marrocos (1513-1549)*, Dissertação de Mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, pp. 66-115.

Meneses, alcaide-mor de Albufeira e capitão de Tânger,⁷⁵ Rui Barreto, alcaide-mor de Faro e capitão de Azamor⁷⁶ ou o célebre Nuno Fernandes de Ataíde, alcaide-mor de Alvor e capitão de Safim.⁷⁷ As ligações dos capitães de Azamor e de Mazagão ao Algarve foram identificadas por Rui Henriques em *Os capitães de Azamor e Mazagão (1513-1541)*,⁷⁸ estando ainda por estabelecer as ligações dos capitães das restantes praças-norte-africanas ao Algarve. Do mesmo modo, continuam por estabelecer as relações entre os demais *bellatores* da Expansão para o Norte de África e as alcaidarias e senhorios das terras algarvias, de que são exemplos indivíduos como Álvaro de Ataíde, alcaide-mor de Alvor que serviu em Ceuta,⁷⁹ Nuno Barreto, alcaide-mor de Faro que participou em expedições no Norte de Marrocos,⁸⁰ Luís Leite, alcaide-mor de Arenilha que serviu no Norte de África durante o período em que esteve degredado,⁸¹ ou António Leite de Vasconcelos, alcaide-mor de Arenilha, que também serviu em Ceuta.⁸² Resumidamente, não obstante os esforços e os contributos aqui referenciados, o estudo da nobreza do Algarve em Marrocos continua a carecer de uma investigação aprofundada, à semelhança do levantamento que foi feito

⁷⁵ António Maria Falcão Pestana de Vasconcelos, *Nobreza e Ordens Militares. Relações Sociais e de Poder (séculos XIV a XVI)*, Tese de Doutoramento em História Medieval e do Renascimento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2008.

⁷⁶ Nuno Vila-Santa, “Do Algarve ao Império e à titulação: estratégias de nobilitação na Casa dos Barretos da Quarteira (1383-1599)”, in *Revista Maracanan*, N.º 19, pp. 12-35; Fernando Pessanha, “Rui Barreto: a capitania do alcaide-mor de Faro em Azamor”, in *Anais do Município de Faro*, Vol. XLI, pp. 63-44.

⁷⁷ André Teixeira, “Nuno Fernandes de Ataíde, o *nunca está quedo* capitão de Safim”, in *A Nobreza e a Expansão Portuguesa. Estudos Biográficos*, pp. 161-205; Fernando Pessanha, “Nuno Fernandes de Ataíde, «o que nunca está quedo» – De alcaide de Alvor a Capitão e Governador de Safim”, in *Anais do Município de Faro*, Vol. XXXIX, pp. 47-59. Sobre Nuno Fernandes de Ataíde veja-se *Nuno Fernandes de Ataíde, o “nunca está quedo” – A acção do capitão de Safim no apogeu da presença militar portuguesa em Marrocos*, Tese de Doutoramento que nos encontramos a terminar para apresentar no presente ano lectivo à Universidade de Huelva.

⁷⁸ Rui Henriques “Os capitães de Azamor e Mazagão (1513-1541). Les capitaines d’Azemmour et de Mazagan (1513-1541)”, in *Portugal e o Sul de Marrocos: contactos e confrontos (séculos XV-XVIII). Le Portugal et le sud du Maroc: Contacts et Conflits (XV-e-XVIIIe siècles)*, Vol. I – Estudos, pp. 573-594.

⁷⁹ Fernando Pessanha, “Álvaro de Ataíde, guerreiro do século XV e alcaide-mor de Alvor”, in *Jornal do Algarve Magazine*, N.º 3413, p. 9.

⁸⁰ Fernando Pessanha, “Rui Barreto: a capitania do alcaide-mor de Faro em Azamor”, in *Anais do Município de Faro*, Vol. XLI, p. 128.

⁸¹ Fernando Pessanha, “Luís Leite de Vasconcelos, alcaide de Arenilha – Acusado pela inquisição de sodomia?!”, in *Jornal do Baixo Guadiana*, N.º 182, Setembro de 2015, p. 21.

⁸² Fernando Pessanha, *Os 500 Anos da Fundação de Arenilha – Memórias de uma «vileta» nascida no decurso da Expansão Portuguesa*, pp. 74-75.

para generalidade da nobreza portuguesa no Norte de África. De resto, é esta nobreza guerreira que encontramos em momentos incontornáveis da História da Expansão portuguesa em Marrocos, como a Batalha dos Alcaides de 1514, em que o Nuno Fernandes de Ataíde e os seus homens formaram um dos cinco azes que constituiu a “batalha” dos portugueses e seus aliados,⁸³ ou o célebre ataque a Marraquexe comandado pelo mesmo Nuno Fernandes de Ataíde, em 1515.⁸⁴

Não se pense, porém, que a nobreza foi o único grupo social do Algarve a marcar presença em Marrocos, nos séculos XV e XVI. Como António Dias Farinha bem observou, este interesse não se restringia à Coroa, à alta nobreza do reino ou à burguesia.⁸⁵ De facto, grande número de indivíduos pertencentes ao designado Terceiro Estado, nomeadamente, pescadores e pequenos comerciantes, mantinham relações privilegiadas com o Norte de África. Note-se, por exemplo, que antes do infante D. Fernando ter destruído Anafé (Casablanca), em 1468, enviou à cidade Estêvão da Gama numa acção de espionagem, para este recolher informações sobre a cidade.⁸⁶ Fazendo-se passar por mercador, Estêvão da Gama viajou para Anafé num navio carregado de figos passados do Algarve. Foi, portanto, disfarçado de marinheiro com as “*pessas de figos, e passas às costas*”, que percorreu a cidade enquanto vendia a

⁸³ Damião de Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel, III*, Capítulo I, pp. 377-379. Ver também D. Jerónimo Osório, *Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, Livro IX, p. 197; Manuel de Faria e Sousa, *Africa Portuguesa*, Capítulo VII, pp. 117-118. Sobre esta grande batalha veja-se ainda João Paulo Oliveira e Costa & Vítor Gaspar Rodrigues, *A Batalha dos Alcaides (1514). No apogeu da presença portuguesa em Marrocos*, 2007.

⁸⁴ Damião de Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, Parte III, Capítulo LXXIV, pp. 423-426; Jerónimo Osório, *Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, Livro IX, p. 212. Luis del Mármol Carvajal, *Descripción general de África, sus guerras y vicisitudes, desde la fundación del mahometismo hasta el año 1571*, Libro Tercero y segvndo volumen de la primera parte, Cap. XL, fl. 33v-35v. Manuel de Faria e Sousa, *Africa Portuguesa*, Capítulo VII, pp. 126-128. Sobre este assunto, vejam-se os seguintes artigos informativos: Fernando Pessanha, “23 de Abril de 1515 – O Ataque dos Portugueses a Marraquexe”, in *Jornal do Algarve*, N°2873, p. 19; “Os 500 anos do ataque português a Marraquexe e a acção do capitão Nuno Fernandes de Ataíde”, in *Jornal do Algarve*, N° 3030, p. 21; “Nuno Fernandes de Ataíde, Alcaide-mor de Alvor e Capitão de Safim, comandou o ataque português a Marraquexe, há exactamente 500 anos”, in *Jornal Barlavento*, N° 1955, 23 de Abril de 2015, p. 12.

⁸⁵ António Dias Farinha, *Os Portugueses em Marrocos*, p. 10; Jorge Correia, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África - Da tomada de Ceuta a meados do Séc. XVI*, p. 49.

⁸⁶ Fernando Pessanha, “A conquista e destruição de Anafé (Casablanca) pelo Infante D. Fernando (1468) – Considerações sobre uma pouco conhecida operação anfíbia”, in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, N°19, pp. 107-108.

mercadoria, de modo a “notar o que nella havia, e a Fortaleza que tinba, e a gente que era necessária para a tomarem”.⁸⁷ De resto, é interessante notar que o disfarce de Estêvão da Gama em Anafé não parece ter levantado suspeitas, o que sugere que a cidade estava acostumada a receber comerciantes e mercadorias do Algarve.⁸⁸

Para além dos comerciantes, estes algarvios que se movimentavam por Marrocos eram, essencialmente, mareantes dedicados à faina piscatória e homens envolvidos no provimento das armadas que para ali se dirigiam, quer a nível do abastecimento, quer no envio de materiais de construção ou de outros produtos indispensáveis à vida nas praças norte-africanas. De facto, desde que o Algarve acabou de ser conquistado, em 1249, que os algarvios se habituaram a frequentar os mares das costas marroquinas, quer para se dedicarem à pesca, quer para se dedicarem ao contrabando e à actividade corsária. Note-se, aliás, que pouco depois da conquista de Faro, D. Afonso III procurou motivar a Ordem de Avis e os moradores de Albufeira a armarem navios para a luta contra os muçulmanos, cedendo-lhes, em Março de 1250, o quinto das presas que fossem feitas nos combates navais.⁸⁹ De resto, não só a actividade dos pescadores algarvios, entre os séculos XII e XVI, foi objecto de estudo em *A Pesca no Algarve Medieval*,⁹⁰ de José Marcelino Castanheira, como as investigações acerca da actividade corsária nas costas do Algarve e do golfo luso-hispano-marroquino têm vindo a merecer a nossa atenção. Foi nesse sentido que, em 2018, publicámos *Ataques da pirataria à foz do Guadiana e a acção de António Leite, alcaide-mor de Arenilha*⁹¹ e *Cristóvão de Mendonça, navegador no oriente e capitão de Ormuz – Um desconhecido comendador de Arenilha*.⁹² No ano seguinte, em 2019, foi a

⁸⁷ Damião de Góis, *Chronica do Príncipe Dom Joam*, Capítulo XVII, p. 82.

⁸⁸ Vitorino Magalhães Godinho, *História Económica e Social da Expansão Portuguesa*, p. 81.

⁸⁹ Luís Filipe Oliveira, “Da Defesa da fronteira à Guerra no Mar: A Coroa e as Ordens Militares”, in *Guerra santa y cruzada en el Estrecho: El occidente peninsular en la primera mitad del Siglo XIV*, p. 285. Veja-se também Adelaide Amado, *A carta de doação de Albufeira à Ordem de Avis 1250*, 1997.

⁹⁰ José Marcelino Castanheira, *A Pesca no Algarve Medieval*, 2021.

⁹¹ Fernando Pessanha, “Ataques da pirataria à foz do Guadiana e a acção de António Leite, alcaide-mor de Arenilha”, in *Anais do Município de Faro*, Vol. XL, pp. 63-94.

⁹² Fernando Pessanha, “Cristóvão de Mendonça, navegador no oriente e capitão de Ormuz – Um desconhecido comendador de Arenilha”, in *e-Stratégica - Revista da Associação Ibérica de História Militar*, Nº 2, pp. 165-203.

vez de publicarmos *A Pirataria na foz do Guadiana na primeira metade do séc. XVI*⁹³ e, em 2020, *A Pirataria no extremo sudeste algarvio, nos alvares da Idade Moderna*.⁹⁴ Já em 2022, publicámos *O Corso e a Pirataria no Golfo Luso-Hispano-Marroquino: Da Conquista de Ceuta (1415) à Morte de D. Manuel (1521)*,⁹⁵ assim como *O curso francês no Mar das Éguas: o caso dos ataques aos mareantes de Faro, em 1538*,⁹⁶ para além de um substancial conjunto de artigos informativos publicados nos órgãos de comunicação regionais e que brevemente serão compilados em *II Subsídios para a História do Baixo Guadiana e dos Algarves Daquém e Dalém-mar*.

Paralelamente à consonante actividade piscatória e corsária praticada pelos algarvios no golfo luso-hispano-marroquino,⁹⁷ desenvolvia-se a rentável prática do contrabando, de que nos dá conta Joaquim Romero de Magalhães em *Para o Estudo do Algarve Económico Durante o Século XVI*,⁹⁸ publicado em 1970. Deste modo, floresciam nos portos do Algarve todo o género de mercadorias trazidas do Norte de África, incluindo as proibidas, como as armas,⁹⁹ ou a venda ilegal de escravos, por nós abordada em *A venda de escravos mouriscos/berberiscos em Arenilha, na foz do Guadiana. Século XVI*.¹⁰⁰ Note-se, no entanto, a inexistência de uma linha de investigação dedicada à venda/tráfico de escravos magrebins no Algarve. Em sentido inverso, cativos algarvios em terras do Norte de África são

⁹³ Fernando Pessanha, “A Pirataria na foz do Guadiana na primeira metade do séc. XVI”, in *Jornadas de Historia de la muy noble y leal ciudad de Ayamonte*, Vol. XXIII, pp. 72-93.

⁹⁴ Fernando Pessanha, “A Pirataria no extremo sudeste algarvio, nos alvares da Idade Moderna”, in *Academia de Marinha. Memórias 2019*, Vol. XLIX, pp. 445-472.

⁹⁵ Fernando Pessanha, “O Corso e a Pirataria no Golfo Luso-Hispano-Marroquino: Da Conquista de Ceuta (1415) à Morte de D. Manuel (1521)”, in *Revista Portuguesa de História Militar - Dossier: Da Fundação à Expansão (Séculos XII-XVI)*, N.º 2, (On line), Disponível em: <https://doi.org/10.56092/WPEY6057>

⁹⁶ Fernando Pessanha, “O curso francês no Mar das Éguas: o caso dos ataques aos mareantes de Faro, em 1538”, in *Anais do Município de Faro*, Vol. XLIV, no prelo.

⁹⁷ Veja-se, a título de exemplo, o caso do célebre pescador e corsário João Vaz. Ver Fernando Pessanha, “João Vaz: de pescador covarde a corsário destemido – Saqueou Arenilha e Monte Gordo em 1531”, in *Jornal do Algarve Magazine*, N.º 3366, p. 6.

⁹⁸ Joaquim Romero de Magalhães, *Para o Estudo do Algarve Económico Durante o Século XVI*, 1970.

⁹⁹ António Dias Farinha, *Os Portugueses em Marrocos*, p. 15.

¹⁰⁰ Fernando Pessanha, “A venda de escravos mouriscos/berberiscos em Arenilha, na foz do Guadiana. Século XVI”, in *La esclavitud en el sur de la península Ibérica. Siglos XV al XVII*, pp. 264-282. Do mesmo autor veja-se também “O paraíso criminal de Arenilha: pirataria, venda de escravos e corrupção no extremo sudeste algarvio”, in *Jornal do Algarve Magazine*, N.º 3309, p. 7.

referidos nos trabalhos de Edite Alberto relativos ao resgate de cristãos em terras marroquinas, entre os séculos XV e XVIII.¹⁰¹

Para além dos algarvios que se dedicavam à pesca, ao corso e ao contrabando, há ainda a referir os que asseguravam o envio de materiais de construção e o abastecimento de produtos indispensáveis à vida nas praças norte-africanas. No que respeita ao envio de materiais de construção a partir do Algarve, há a destacar, desde logo, os trabalhos de Pedro Dias no domínio da História da Arte, nomeadamente, *A Arquitectura dos Portugueses em Marrocos 1415 – 1769*,¹⁰² publicado em 2000, ou *História da Arte Portuguesa no Mundo – O Espaço Atlântico (séculos XV – XIX)*,¹⁰³ publicado em 2008. Do mesmo modo, também os trabalhos de Jorge Correia no domínio da Arquitectura Militar mencionam a expedição de materiais a partir do Algarve, principalmente em *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África - Da tomada de Ceuta a meados do Séc. XVI*,¹⁰⁴ também publicado em 2008, para além de outros trabalhos em que este autor também participou, como *As fortificações portuguesas de Azamor: contributo para a actualização do seu conhecimento*,¹⁰⁵ escrito em parceria com André Teixeira, Ana

¹⁰¹ Desta autora vejam-se, a título de exemplo, Edite Maria da Conceição Martins Alberto, “Resgatar cristãos em terras no Norte de África – O ofício de Alfaqueque no século XV”, in *Estudos de História Luso-Marroquina*, pp. 41-50; *Um Negócio Piedoso: o Resgate de Cativos em Portugal na Época Moderna*, Tese de Doutoramento em História - Área do conhecimento de Idade Moderna - apresentada à Universidade do Minho, 2010; “No contexto de um resgate geral de cativos: Diogo Correia da Mota – Embaixador de D. João V na corte de Marrocos (1728-1729)”, in *Portugal e o Magrebe. Actas do 4º Colóquio de História Luso-Marroquina*, pp. 311-319; “Nas fronteiras entre o mundo cristão e muçulmano. O Convento da Trindade de Ceuta. On the borders between the christian and the muslim worlds. The Trinity Convento f Ceuta”, in *A Península Ibérica e o Norte de África (séculos XV a XVII). História e Património The Iberian Peninsula and North Africa (15th to 17th centuries). History and Heritage*, pp. 175-190; “Mazagão e os resgates gerais de cativos de 1689, 1718 e 1729. Mazagan et les rachats collectifs de captifs de 1689, 1718 et 1729”, in *Portugal e o Sul de Marrocos: contactos e confrontos (séculos XV-XVIII). Le Portugal et le sud du Maroc: Contacts et Conflits (XVe-XVIIIe siècles)*, Vol. I – Estudos, pp. 323-357.

¹⁰² Pedro Dias, *A Arquitectura dos Portugueses em Marrocos 1415 – 1769*, 2000.

¹⁰³ Pedro Dias, *História da Arte Portuguesa no Mundo – O Espaço Atlântico (séculos XV – XIX)*, 2008. Do mesmo autor vejam-se também - “As fortificações portuguesas na cidade magrebina de Safi”, in *Oceanos*, Nº 28, pp. 10-22; “As Construções Portuguesas na Cidade Magrebina de Azamor”, in *Revista Camões*, Nº 17-18, pp. 126-134.

¹⁰⁴ Jorge Correia, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África - Da tomada de Ceuta a meados do Séc. XVI*, 2008.

¹⁰⁵ André Teixeira; Ana Lopes; Jorge Correia; Azzeddine Karra, “As fortificações portuguesas de Azamor: contributo para a actualização do seu conhecimento”, in *Fortificações e território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*, Vol. II, p. 631.

Lopes e Azzeddine Karra ou *Azemmour, Morocco: early sixteenth-century Portuguese defences*,¹⁰⁶ escrito em parceria com Ana Lopes.

A questão do abastecimento das praças norte-africanas a partir do Algarve também já foi referida por vários autores, como Otilia Rodrigues Fontoura¹⁰⁷ ou Maria Teresa Rabaça Gaspar,¹⁰⁸ ainda que este tema nunca tenha constituído exclusivo objecto de estudo, contrariamente ao que acontece relativamente aos abastecimentos a partir da Andaluzia¹⁰⁹ ou das ilhas atlânticas.¹¹⁰

Para além dos algarvios que se dedicavam à pesca, ao corso, ao contrabando e ao abastecimento, e que regressavam aos Algarves de Aquém uma vez cumprida a sua missão, há ainda a destacar os que permaneciam nas praças

¹⁰⁶ Jorge Correia & Ana Lopes, “Azemmour, Morocco: early sixteenth-century Portuguese defences”, in *FORT Journal*, N.º 42, pp. 3-29.

¹⁰⁷ Otilia Rodrigues Fontoura, *Portugal em Marrocos na Época de D. João III - Abandono ou Permanência?*, 1998.

¹⁰⁸ Maria Teresa Rabaça Gaspar, *A Circulação de Cereais entre Portugal e o Norte de África no século XV*, Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1997.

¹⁰⁹ Veja-se, a título de exemplo, Tomás García Figueras & Hipólito Sancho, *Dos Expedientes de abastecimiento de Mazagán, Tánger y Ceuta, por factores portugueses del Puerto de Santa Maria, (1563-1567)*, 1939; Francisco Bejarano Robles, *Documentos para el estudio del abastecimiento y auxilio de las plazas portuguesas en Marruecos desde el sur de España – Aportación del concejo y la ciudad de Málaga esta empresa a instancia de los factores portugueses, durante el siglo XVI (1513-1574)*, 1941; Hipólito Sancho, *La colonia Portuguesa del Puerto de Santa Maria. Siglo XVI*, s/d.; Hipólito Sancho, “Un foco de cooperación Española a la Obra Portuguesa en África: Jerez de la Frontera y el Puerto de Santa María, 1500-1550”, in *Mauritania*, XXI, 1943, pp. 189-190-19; Robert Ricard, “Les Facteurs Portugais d’Andalousie (1509-1588)”, in *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Tomo II, pp. 564-573 e “Sur les facteurs portugais d’Andalousie”, in *Melages d’études luso-marocains dédiés à la mémoire de David Lopes et Pierre Cénival*, pp. 391-400; Manuel Henrique Corte-Real, *A Feitoria Portuguesa na Andaluzia (1500-1532)*, 1967; Antonio Carmona Portillo, “Un contencioso entre Málaga y el Reino de Portugal en el contexto del abastecimiento de las plazas portuguesas del Norte de África desde el puerto de Málaga”, in *Isla de Arriarán*, XX, pp. 23-40.

¹¹⁰ Alberto Artur Sarmiento, *A Madeira e as Praças de África*, 1932; Robert Ricard, “Les Places Luso-Marocaines et les Iles Portugaises de l’Atlantique”, in *Anais da Academia Portuguesa de História*, pp. 401-410; Maria Augusta Lima Cruz, “O Trigo açoriano em Marrocos no século XVI”, in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLI, pp. 625-650; António Dias Farinha, “A Madeira e o Norte de África nos Séculos XV e XVI”, in *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*, Vol. I, pp. 360-377; José Damião Rodrigues & Maria de Fátima Galama, “Os açorianos em Marrocos no século XVI: o testemunho de Gaspar Frutuoso”, in *Portugal e o Magrebe. Actas do 4.º Colóquio de História Luso-Marroquina*, pp. 109-116; José Damião Rodrigues, in “O abastecimento de Mazagão no século XVIII: o papel do Açores, in *Portugal e o Magrebe. Actas do 4.º Colóquio de História Luso-Marroquina*, pp. 257-264.

norte-africanas, quer como moradores, quer como soldados das guarnições militares. Desta realidade dá-nos conta alguma bibliografia, como *Documentos inéditos para a história dos portugueses em Azamor*,¹¹¹ que Maria Augusta Lima Cruz publicou em 1970. De resto, a mesma investigadora volta a aludir à presença dos algarvios em Azamor já em 2021, constatando que o “*Algarve foi a região donde emigraram mais moradores*”.¹¹² Nesta linha de investigação, torna-se pertinente analisar e quantificar a migração algarvia para as restantes praças de Portugal em Marrocos. No que respeita aos soldados que integravam as guarnições militares, João Cosme dá-nos conta do elevado número de soldados algarvios que compunham *A Guarnição de Safim em 1511*,¹¹³ tal como a nossa dissertação de mestrado intitulada *As Guarnições Militares nas Praças Portuguesas da Região da Duquela, no Algarve Dalém-mar*.¹¹⁴ Outros trabalhos, como *Arzila, Torre de Menagem – Le Donjon d’Asilah* ou *Os 500 Anos da Fundação de Arenilba – Memórias de uma «vileta» nascida no decurso da Expansão Portuguesa*, referem situações como o envio de largas dezenas de besteiros de Castro Marim para Arzila, onde deveriam acumular funções como pedreiros, em 1509.¹¹⁵ Porém, tal como no caso dos moradores, não existe qualquer estudo que analise e quantifique os soldados algarvios que serviam nas praças portuguesas de Marrocos.

Se não se pode considerar a existência de uma linha de investigação dedicada à importância da Igreja no Norte de África,¹¹⁶ menos o podemos fazer no que se

¹¹¹ Maria Augusta Lima Cruz, “Documentos inéditos para a história dos portugueses em Azamor”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, pp. 104-179.

¹¹² Maria Augusta Lima Cruz, “Os moradores de Azamor. Les moradores d’Azemmour”, in *Portugal e o Sul de Marrocos: contactos e confrontos (séculos XV-XVIII). Le Portugal et le sud du Maroc: Contacts et Conflits (XVe-XVIIIe siècles)*, Vol. I – Estudos, p. 604.

¹¹³ João Cosme, *A Guarnição de Safim em 1511*, 2004.

¹¹⁴ Fernando Pessanha, *As Guarnições Militares nas Praças Portuguesas da Região da Duquela, no Algarve Dalém-mar*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, 2012.

¹¹⁵ Rafael Moreira, “História – Histoire”, in *Arzila, Torre de Menagem – Le Donjon d’Asilah*, p. 35; Fernando Pessanha, *Os 500 Anos da Fundação de Arenilba – Memórias de uma «vileta» nascida no decurso da Expansão Portuguesa*, p. 47. Veja-se também Pedro Pires, *Castro Marim na Época Moderna: urbanismo e urbanidade de uma praça de fronteira (séculos XVI-XVII)*, Dissertação de Mestrado em História e Patrimónios apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, p. 30.

¹¹⁶ A grande maioria de publicações acerca do papel da Igreja no Norte de África datam essencialmente do final do século XIX e primeira metade do século XX. Vejam-se, a título de exemplo, Visconde de Paiva Manso, *História Eclesiástica Ultramarina. África Setentrional: Bispado de Ceuta, Tânger, Safim e Marrocos*, 1872; Domingos Maurício Gomes dos Santos, “A entrada dos Jesuítas em Marrocos no século XVI”, in *Melanges d’études luso-marocaines dédiés à la mémoire*

refere à “Igreja do Algarve” em Marrocos. Com efeito, ainda que o Magrebe não tenha sido sujeito a um processo evangelizador como o que ocorreu na América portuguesa, na África negra ou na Índia, a Igreja não deixou de exercer alguma influência na gesta portuguesa no Norte de África.¹¹⁷ Neste sentido, não deixam de ser simbólicas as referências de Rui de Pina e de Garcia de Resende à presença do bispo de Tânger e do bispo do Algarve aquando do falecimento de D. João II na casa de Álvaro de Ataíde, na vila de Alvor.¹¹⁸ Aliás, a influência da “Igreja do Algarve” no Norte de África acabou por reflectir-se no papel de destaque que teve o bispo do Algarve aquando do levantamento de pareceres sobre a política portuguesa em Marrocos que antecedeu a reformulação da estratégia norte-africana de D. João III, de que nos dá conta Maria Leonor Garcia da Cruz em *As controvérsias ao tempo de D. João III sobre a política portuguesa no Norte de África*.¹¹⁹ De resto, a ligação da “Igreja do Algarve” a Marrocos fez-se sentir em situações tão particulares como o facto de o prior de Azamor ter sido, em simultâneo, o prior de Lagos.¹²⁰ Note-se que esta relação tornou-se particularmente evidente durante o processo de despejo das praças norte-africanas, tendo o Algarve recebido alfaias e materiais provenientes das igrejas portuguesas edificadas em Marrocos. Veja-se, a título de exemplo, o caso de Lagos, que recebeu ornamentos, vestimentas e peças de prata provenientes do convento de São Francisco de Safim,¹²¹ ou os templos religiosos de Santo António de Arenilha, que receberam pedras nobres trazidas da capela do forte do Seinal, em Alcácer Ceguer.¹²² Outro caso bastante expressivo é, desde logo,

de David Lopes et Pierre Cénival, pp. 225-282; Georges S. Colin, “Des juifs nomades retrouvés dans le Sahara marocain au XVI^e siècle”, in *Mélanges d'études luso-marocaines dédiés à la mémoire de David Lopes et Pierre Cénival*, pp. 51-66; Robert Ricard, “L'Évêché de Safi”, in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Archives et Bibliothèques de Portugal, Tomo III, pp. 75-82.

¹¹⁷ António Dias Farinha, “Marrocos”, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal – J-P*, pp. 174-178.

¹¹⁸ Rui de Pina, *Crónica de D. João II*, Capítulo LXXXI, p. 152. Ver também Garcia de Resende, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, Capítulo CCXIII, pp. 153-154.

¹¹⁹ Maria Leonor Garcia da Cruz, “As controvérsias ao tempo de D. João III sobre a política portuguesa no Norte de África. Les controverses au temps de D. João III sur la politique portugaise en Afrique du Nord”, in *Portugal e o Sul de Marrocos: contactos e confrontos (séculos XV-XVIII). Le Portugal et le sud du Maroc: Contacts et Conflits (XV^e-XVIII^e siècles)*, Vol. I – Estudos, pp. 205-268.

¹²⁰ Maria Augusta Lima Cruz, “Documentos inéditos para a história dos portugueses em Azamor”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, pp. 17.

¹²¹ Fernando Pessanha, *Os 500 Anos da Fundação de Arenilha – Memórias de uma «vileta» nascida no decurso da Expansão Portuguesa*, p. 95.

¹²² “Visitações” da Ordem de Santiago no Sotavento Algarvio..., pp. 242-246.

o do convento de Nossa Senhora da Graça, de Tavira, que tem origem na trasladação de um outro convento de Azamor, em 1542.¹²³ De resto, o papel de Tavira no despejo das praças lusas de Marrocos, em meados da centúria quinhentista, foi objecto de estudo de Maria Leonor Garcia da Cruz em “Tavira no processo de abandono de praças de praças portuguesas do Norte de África no século XVI – abertura de um estudo”, publicado em 2006.¹²⁴

Considerações finais

Muito mais haveria a dizer sobre um tema como os algarvios em Marrocos nos séculos XV e XVI. No entanto, e como indica o subtítulo do presente trabalho, o contributo que agora apresentamos pretende constituir uma breve sondagem a um objecto de estudo que permanece inédito. De facto, o principal objectivo a que nos propusemos passou, desde logo, por identificar quais as principais colectâneas documentais, as crónicas e a bibliografia especializada que permitam fazer uma avaliação do “Estado da Questão” quanto a um tema que, apesar da ligação umbilical que ligava os Algarves de Aquém-mar aos Algarves de Além-mar, nunca foi devidamente desenvolvido e alvo de apreciação crítica. É nesse sentido que, analisados os contributos dos investigadores a nível da História da Expansão Portuguesa em Marrocos, concluímos que o estudo da presença algarvia no Norte de África oferece interessantes hipóteses de trabalho. De facto, se os silêncios intermitentes das fontes primárias dificultam respostas imediatas quanto à presença da generalidade da sociedade algarvia no Marrocos dos séculos XV e XVI, o estudo da participação da pequena nobreza do Algarve na gesta marroquina poderá, desde logo, constituir a abordagem inicial para o futuro desenvolvimento deste tema ao nível dos restantes grupos sociais que constituíam a sociedade algarvia em terras do Norte de África entre finais da Idade Média e inícios da idade Moderna. Resumidamente, e à guisa de

¹²³ Frei João de São José, “Corografia do Reino do Algarve (1577)”, in *Duas Descrições do Algarve do Século XVI*, p. 52. Ver também Pedro Dias, *A Arquitectura dos Portugueses em Marrocos 1415-1769*, p. 129; Catarina Almeida Marado, *Antigos Conventos do Algarve – um percurso pelo património da região*, p. 181, nota 2; Fernando Pessanha, *Os 500 Anos da Fundação de Arenilha – Memórias de uma «vileta» nascida no decurso da Expansão Portuguesa*, p. 95.

¹²⁴ Maria Leonor Garcia Cruz, “Tavira no processo de abandono de praças de praças portuguesas do Norte de África no século XVI – abertura de um estudo”, in *Espirito e Poder – Tavira nos Tempos da Modernidade*, pp. 21-45.

conclusão, podemos inferir que o objecto de estudo que motivou a presente sondagem apresenta variadas e promissoras hipóteses de trabalho, pelo que aqui lançamos o desafio aos jovens investigadores em busca de temas para a realização das suas dissertações de mestrado e das suas teses de doutoramento.

Fontes e Bibliografia:

Fontes impressas:

- AFRICANO, Leão-o, *Descripción General del África*, Granada, Fundación El Legado Andalusi, s/d.
- ÁLVARES, Frei João, *Tratado da vida e feitos do muito virtuoso Sr. Infante D. Fernando*, Coimbra, 1960.
- ANDRADA, Francisco de, *Choronica de D. João III*, Coimbra, Na Real Officina da Universidade, 1796.
- BAIÃO, José Pereira, *Portugal, cuidadoso, e lastimado, com a vida, e perda do senhor rei Dom Sebastião, o desejado de saudosa memoria*, Lisboa Occidental, Na Officina de Antonio de Sousa da Sylva, MDCCXXXV.
- CASCÃO, João, “Relação da Jornada de el-rei D. Sebastião quando partiu da cidade de Évora”, in *Uma Jornada ao Alentejo e ao Algarve: A alteração das linhas de força da política nacional*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984, pp. 77-136.
- CARVAJAL, Luis del Mármol, *Descripción general de África, sus guerras y vicisitudes, desde la fundación del mahometismo hasta el año 1571*, Granada, en casa de Rene Rabut impressor de libros, 1573.
- FERNANDES, Valentim, *Description de la côte d’Afrique de Ceuta au Sénégal par Valentim Fernandes (1506/1507). (A Descriçãem de Ceuta por sua Costa de Mauritania e Ethiopia pellos Nomes Modernos Prossequindo as Vezes Algũas Cousas do Sartão da Terra Firme)*, Pierre Cénival e Th. Monod (trad.), Paris, Larose, 1938.
- FIGANIER, Joaquim, *História de Santa Cruz do Cabo de Gué (Agadir) 1505-1541*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945.

- FRANCA, Alejandro Correa de, *Historia de la mui noble y fidelíssima ciudad de Ceuta*, Ceuta, Ciudad Autónoma de Ceuta Consejería de Educación y Cultura, 1999.
- GÓIS, Damião de, *Chronica do Principe Dom Joam*, Lisboa, 1724.
- *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, Lisboa, 1749.
- JOSÉ, Frei João de São, “Corografia do Reino do Algarve (1577)”, in *Duas Descrições do Algarve do Século XVI*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1983, pp. 21-132.
- MARIZ, Pedro de, *Dialogo de varia historia: em que se referem as vidas dos senhores reis de Portugal com os seus retratos, e noticias dos nossos, reinos, e conquistas, e vários sucessos do mundo*, Tomo I, Lisboa, Na Impressão Regia, MDCCCVI.
- MASCARENHAS, Jerónimo de, *Historia de la Ciudad de Ceuta*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1918.
- MENDONÇA, Agostinho de Gavy de, *História do Cervo de Mazagão*, Lisboa, 1890.
- MENESES, D. Fernando de, *História de Tânger que compreende as noticias desde a sua primeira conquista ate a sua ruina*, Lisboa Occidental, 1732.
- OSÓRIO, Jerónimo, *Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, Biografias da História de Portugal, Volume XXVII, Matosinhos, QuidNovi, 2004.
- PEREIRA, Duarte Pacheco, *Esmeraldo de Situ Orbis*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1954.
- PINA, Rui de, *Chronica de El-Rei D. Afonso V*, 3 Vols, Lisboa, Scriptorio, 1901-1903.
- *Choronica D'el Rey D. Duarte*, Porto, Renascença Portuguesa, 1914.
- *Crónica de D. João II*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989.
- PISANO, Mateus de, *Livro da Guerra de Ceuta*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1915.
- RESENDE, Garcia de, *D. João II*, Biografias da História de Portugal, Volume XXIX, Matosinhos, QuidNovi, 2004.
- RODRIGUES, Bernardo, *Anais de Arçila*, 2 Vols., Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1915-1919.
- SARRÃO, Henrique Fernandes, “História do Reino do Algarve”, in *Duas Descrições do Algarve do Século XVI*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1983, pp. 133-174.
- SOUSA, Frei Luís de, *Annaes de El Rei Dom João Terceiro*, Lisboa, 1844.

- SOUSA, Manuel Faria e, *Africa Portuguesa*, Lisboa, A costa d' Antonio Craesbeeck de Mello, impressor de su Alteza, 1681.
- TORRES, Diego de, *Relacion del Origen y Sucesso de los Xarifes y del Estado de los Reinos de Marruecos, Fez, Tarudante, y los de mas que tienen usurpados*, Sevilha, Impreso en casa de Francisco Perez, 1586.
- ZURARA, Eanes Gomes de, *Chronica de El-Rei D. João I*, Lisboa, Escripatorio, 1897-1898.
- *Crónica da Tomada de Ceuta*, Mem-Martins, Publicações Europa-América, 1992.
 - “Chronica do Conde D. Pedro de Menezes”, in *Collecção de livros inéditos de Historia Portuguesa, dos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Affonso V, e D. João II*, Tomo II, Lisboa, Na oficina da mesma academia, M.DCC.XCII, pp. 213-626.
 - “Chronica do Conde D. Duarte de Menezes”, in *Collecção de livros inéditos de Historia Portuguesa, dos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Affonso V, e D. João II*, Tomo III, Lisboa, Na oficina da mesma academia, M.D.CCXCIII, pp. 7-385.

Colectâneas documentais:

- As Gavetas da Torre do Tombo*, 12 Vols., Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-1977.
- AZEVEDO, Pedro (dir.), *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 Relativos a Marrocos*, 2 Vols., Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1915-1934.
- BAIÃO, António, *Documentos do Corpo Chronologico relativos a Marrocos (1488 a 1514)*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1925.
- CRUZ, Maria Augusta Lima & TEIXEIRA, André (coords.), *Portugal e o Sul de Marrocos: contactos e confrontos (séculos XV-XVIII)*, Vol. II - Documentos, Lisboa / Guimarães, CHAM / Lab2PT, 2021.
- COELHO, Laranjo, *Documentos Inéditos de Marrocos: Chancelaria de D: João II*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1943.
- FREIRE, Anselmo Braamcamp (dir.), *Arquivo Historico Portuguez*, 11 Vols., Lisboa, Câmara Municipal de Santarém, 1903-1916.
- Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Archives et Bibliothèques de Portugal, Tomos I-V, Paris, Paul Geuthner, 1934-1953.

- LOPES, David, *Textos de Aljamia portuguesa: Documentos para a História do Domínio Português em Safim Extrahidos dos Originaes da Torre do Tombo*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897.
- Monumenta Henricina*, 15 Vols., Coimbra, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960-1969.
- Visitação de Igrejas Algarvias – Ordem de São Tiago*, Francisco Lameira & Maria Helena Rodrigues dos Santos (publ.), Faro, ADEIPA, 1988.
- “*Visitações*” da *Ordem de Santiago no Sotavento Algarvio (Subsídios para o estudo da História da Arte no Algarve)*, Hugo Cavaco (publ.), Vila Real de Santo António, Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, 1987.

Estudos

- AAVV, *Portugal e o Magrebe. Actas do 4º Colóquio de História Luso-Marroquina*, Lisboa / Braga, Centro de História de Além-Mar / Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2011.
- ALBERTO, Edite Maria da Conceição Martins, “Resgatar cristãos em terras no Norte de África – O ofício de Alfaqueque no século XV”, in *Estudos de História Luso-Marroquina*, Maria Augusta Lima Cruz & Rui Manuel Loureiro (coord.), Lagos, Câmara Municipal de Lagos, 2010, pp. 41-50.
- *Um Negócio Piedoso: o Resgate de Cativos em Portugal na Época Moderna*, Tese de Doutoramento em História - Área do conhecimento de Idade Moderna - apresentada à Universidade do Minho, Braga, 2010.
- “No contexto de um resgate geral de cativos: Diogo Correia da Mota – Embaixador de D. João V na corte de Marrocos (1728-1729)”, in *Portugal e o Magrebe. Actas do 4º Colóquio de História Luso-Marroquina*, Lisboa / Braga, Centro de História de Além-Mar / Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2011, pp. 311-319.
- “Nas fronteiras entre o mundo cristão e muçulmano. O Convento da Trindade de Ceuta. On the borders between the christian and the muslim worlds. The Trinity Convento f Ceuta”, in *A Península Ibérica e o Norte de África (séculos XV a XVII). História e Património The Iberian Peninsula and North Africa (15th to 17th centuries). History and Heritage*, Jorge Correia & André Teixeira (coord.), Lisboa / Braga, CHAM / Lab2PT, 2019, pp. 175-190.

- “Mazagão e os resgates gerais de cativos de 1689, 1718 e 1729. Mazagan et les rachats collectifs de captifs de 1689, 1718 et 1729”, in *Portugal e o Sul de Marrocos: contactos e confrontos (séculos XV-XVIII). Le Portugal et le sud du Maroc: Contacts et Conflits (XV^e-XVIII^e siècles)*, Vol. I – Estudos, Maria Augusta Lima Cruz & André Teixeira (coord.), Lisboa / Guimarães, CHAM / Lab2PT, 2021, pp. 323-357.
- AMARAL, Clinio de Oliveira, *O culto ao infante Santo e o projecto político de Avis (1438-1481)*, Tese de Pós-Graduação em História Social e das Ideias apresentada à Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.
- “As discussões historiográficas em torno do Infante Santo”, in *Medievalista online*, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, N° 7, 2009.
- CASTANHEIRA, José Marcelino Castanheira, *A Pesca no Algarve Medieval*, Olhão, Sul, Sol e Sal, 2021.
- AMADO, Adelaide, *A carta de doação de Albufeira à Ordem de Avis 1250*, Albufeira, Câmara Municipal de Albufeira, 1997.
- ARRUDA, Fabiana dos Santos, *A representação do martírio do Infante Santo em Portugal nos séculos XV e XVII - um exercício reflexivo sobre a história comparada*, Dissertação de Mestrado em História apresentada ao Instituto de ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2016.
- BEJARANO ROBLES, Francisco, *Documentos para el estudio del abastecimiento y auxilio de las plazas portuguesas en Marruecos desde el sur de España – Aportación del concejo y la ciudad de Málaga esta empresa a instancia de los factores portugueses, durante el siglo XVI (1513-1574)*, Tanger, Instituto General Franco, 1941.
- CARMONA PORTILLO, Antonio, “Un contencioso entre Málaga y el Reino de Portugal en el contexto del abastecimiento de las plazas portuguesas del Norte de África desde el puerto de Málaga”, in *Isla de Arriarán*, XX, 2002, pp. 23-40.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, “Morrer Pela Fé e Pela Pátria: Um Modelo Hagiográfico”, in *Revista Portuguesa de História*, Tomo XL, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2008/2009, pp. 213-226.
- COLIN, Georges S., “Des juifs nomades retrouvés dans le sahara marocain au XVI^e siècle”, in *Melanges d'études luso-marocaines dédiés à la mémoire de David Lopes et Pierre Cénival*, Lisboa, Portugália, 1945, pp. 51-66.

- CORREIA, Jorge, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África - Da tomada de Ceuta a meados do Séc. XVI*, Porto, FAUP Publicações, 2008.
- CORREIA, Jorge & LOPES, Ana, "Azemmour, Morocco: early sixteenth-century Portuguese defences", in *FORT Journal*, N° 42, edited by John Harris. Oxford, England, 2014, pp. 3-29.
- CORTE-REAL, Manuel Henrique, *A Feitoria Portuguesa na Andaluzia (1500-1532)*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura / Centro de Estudos Históricos Faculdade de Letras de Lisboa, 1967.
- CÔRTE-REAL, Miguel Maria Teles Moniz, "Para o estudo das elites do Algarve no Antigo Regime, fidalgos, nobres e demais privilegiados no poder concelhio", in *Tabardo* N° 2, Lisboa, Universidade Lusíada / Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos, 2003, pp. 51-100.
- COSME, João, *A Guarnição de Safim em 1511*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2004.
- COSTA, João Paulo Oliveira e (coord.), *A Nobreza e a Expansão – Estudos Biográficos*, Cascais, Patrimonia, 2000.
- COSTA, João Paulo Oliveira e & RODRIGUES, Vítor Gaspar, *A Batalha dos Alcaldes (1514). No apogeu da presença portuguesa em Marrocos*, Lisboa, Tribuna da História, 2007.
- COUTINHO, Valdemar, "O Condado de Vila Nova de Portimão", in *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia. Actas do Colóquio Internacional*, Lisboa, CHAM/IICT, 2004, pp. 227-238.
- CRUZ, Abel dos Santos, *A Nobreza Portuguesa em Marrocos no século XV (1515-1464)*, Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1995.
- CRUZ, Maria Augusta Lima, "Documentos inéditos para a história dos portugueses em Azamor", in *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1970, pp. 104-179.
- "O Trigo açoriano em Marrocos no século XVI", in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Vol. XLI, Angra do Heroísmo, 1983, pp. 625-650.
- "Os Portugueses em Marrocos nos séculos XV e XVI", in *História dos Descobrimientos e Expansão Portuguesa*, Lisboa, Universidade Aberta, 1990, pp. 55-125.
- "Os moradores de Azamor. Les moradores d'Azemmour", in *Portugal e o Sul de Marrocos: contactos e confrontos (séculos XV-XVIII)*. *Le Portugal et le sud*

- du Maroc: Contacts et Conflits (XVe-XVIIIe siècles)*, Vol. I – Estudos, Maria Augusta Lima Cruz & André Teixeira (coord.), Lisboa / Guimarães, CHAM / Lab2PT, 2021, pp. 595-649.
- CRUZ, Maria Augusta Lima & LOUREIRO, Rui Manuel (coord.), *Estudos de História Luso-Marroquina*, Lagos, Câmara Municipal de Lagos, 2010.
- CRUZ, Maria Augusta Lima & TEIXEIRA, André (coords.), *Portugal e o Sul de Marrocos: contactos e confrontos (séculos XV-XVIII). Le Portugal et le sud du Maroc: Contacts et Conflits (XVe-XVIIIe siècles)*, Vol. I – Estudos, Lisboa / Guimarães, CHAM / Lab2PT, 2021.
- CRUZ, Maria Leonor Garcia, “Tavira no processo de abandono de praças de praças portuguesas do Norte de África no século XVI – abertura de um estudo”, in *Espírito e Poder – Tavira nos Tempos da Modernidade*, Tavira, Câmara Municipal de Tavira, 2006, pp. 21-45.
- “As controvérsias ao tempo de D. João III sobre a política portuguesa no Norte de África. Les controverses au temps de D. João III sur la politique portugaise en Afrique du Nord”, in *Portugal e o Sul de Marrocos: contactos e confrontos (séculos XV-XVIII). Le Portugal et le sud du Maroc: Contacts et Conflits (XVe-XVIIIe siècles)*, Vol. I – Estudos, Maria Augusta Lima Cruz & André Teixeira (coords.), Lisboa / Guimarães, CHAM / Lab2PT, 2021, pp. 205-268.
- DIAS, Pedro, “As fortificações portuguesas na cidade magrebina de Safi”, in *Oceanos*, Nº 28, António Manuel Hespanha (dir), Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1996, pp. 10-22.
- *A Arquitectura dos Portugueses em Marrocos 1415 – 1769*, Coimbra, Livraria Minerva Editora, 2000.
- “As Construções Portuguesas na Cidade Magrebina de Azamor”, in *Revista Camões*, Nº 17-18, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2004, pp. 126-134.
- *História da Arte Portuguesa no Mundo – O Espaço Atlântico (séculos XV – XIX)*, Lisboa, Círculo dos Leitores, 2008.
- DINIS, António Dias, “Carta do Infante Santo ao Regente D. Pedro Datada da Masmorra de Fez a 12 de Junho de 1441”, in *Anais da Academia Portuguesa da História*, Série II, Vol. 15, 1965, pp. 149-174.
- DUARTE, Luís Miguel, “Garcia de Melo em Castro Marim (a actuação de um alcaide mor no início do século XVI)”, in *Revista da Faculdade de Letras*,

- Historia*, Vol. 05, Série II, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1988, pp. 131-149.
- FARINHA, António Dias, “A Madeira e o Norte de África nos Séculos XV e XVI”, in *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração, DRAC, 1989, Vol. I, pp. 360-377.
- *Os Portugueses em Marrocos*, Lisboa, Instituto Camões, 1999.
- “Marrocos”, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal – J-P*, Carlos Moreira Azevedo (Dir.), Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 174-178.
- FERNANDES, Dina Amorim, “E Depois de Tânger? O Cativo do Infante D. Fernando: A Construção da Imagem de um Santo”, in *Omni Tempore. Encontros da Primavera 2014-2015*, Porto, Biblioteca Digital da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2017, pp. 8-32.
- FIGUERAS, Tomás Garcia & SANCHO, Hipólito, *Dos Expedientes de abastecimiento de Mazagán, Tânger y Ceuta, por factores portugueses del Puerto de Santa Maria, (1563-1567)*, Tânger, Instituto General Franco para la Investigación Hispano-Árabe, 1939.
- FIGUERÔA-RÊGO, João, *O Algarve e as Praças Marroquinas – nos Livros das Portarias e de Matrícula da Casa Real (séculos XVI – XVIII)*, Lagos, Câmara Municipal de Lagos, 2007.
- FONTOURA, Otilia Rodrigues, *Portugal em Marrocos na Época de D. João III - Abandono ou Permanência?*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura & Centro de Estudos de História do Atlântico, 1998.
- FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, Vol. III, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930.
- GASPAR, Maria Teresa Rabaça, *A Circulação de Cereais entre Portugal e o Norte de África no século XV*, Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimientos e da Expansão Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1997. Exemplar policopiado.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, *História Económica e Social da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Terra Editora, 1947;
- “Redescobrir os Descobrimientos e a Expansão Portuguesa”, in *Guia de História dos Descobrimientos e Expansão Portuguesa*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1987, pp. 7-16.
- HENRIQUES, Rui Jorge Ferreira, “*Quão grande trabalho é viver!*” António Leite – *circuítos da nobreza portuguesa no sul de Marrocos (1513-1549)*, Dissertação de

- Mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos apresentada à Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2012.
- “Os capitães de Azamor e Mazagão (1513-1541). Les capitaines d’Azemmour et de Mazagan (1513-1541)”, in *Portugal e o Sul de Marrocos: contactos e confrontos (séculos XV-XVIII). Le Portugal et le sud du Maroc: Contacts et Conflits (XVe-XVIIIe siècles)*, Vol. I – Estudos, Maria Augusta Lima Cruz & André Teixeira (coord.), Lisboa / Guimarães, CHAM / Lab2PT, 2021, pp. 573-594.
- LACERDA, Teresa, “D. João de Meneses. Um retrato da Nobreza Portuguesa em Marrocos”, in *Estudos de História Luso-Marroquina*, Lagos, Câmara Municipal de Lagos, 2010, pp. 117-140.
- LIMA, Durval Pires de, *História da Dominação Portuguêsa em Çafim (1506 – 1542)*, Lisboa, Imprensa Lucas & C.^a, 1930.
- MAGALHÃES, Alfredo Coelho de, “A tragédia do Infante Santo”, in *Chronica d’El-Rei D. Duarte*, Porto, Edição da Renascença Portuguesa, 1914, pp. 41-66.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero, *Para o Estudo do Algarve Económico Durante o Século XVI*, Lisboa, Edições Cosmos, 1970.
- “Uma Sociedade Cristalizada”, in *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias*, Maria da Graça Maia Marques (coord.), Lisboa, Colibri, 1999, pp. 273-282.
- *O Algarve na Época Moderna*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.
- MANSO, Visconde de Paiva, *História Eclesiástica Ultramarina. África Setentrional: Bispado de Ceuta, Tânger, Safim e Marrocos*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1872.
- MARADO, Catarina Almeida, *Antigos Conventos do Algarve – um percurso pelo património da região*, Lisboa, Edições Colibri, 2006.
- MARQUES, Maria da Graça Maia (coord.), *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias: elementos para a sua história*, Lisboa, Colibri, 1999.
- MARTINS, Joaquim Pedro Oliveira, *Os Filhos de D. João I*, Lisboa, Imprensa Nacional, MDCCCXCI.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “Sociologia das elites locais (séculos XVII-XVIII). Uma breve reflexão historiográfica”, in *Os Municípios no Portugal Moderno: Dos Forais Manuelinos às Reformas Liberais*, Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS-UE, 2005, pp. 59-72.

- MOREIRA, Rafael, *Arzila, Torre de Menagem – Le Donjon d’Asilah*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, pp. 23-45.
- NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa, “O martírio do Infante Santo e a Expansão Portuguesa (século XV)”, in *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, Julho 2011, pp. 1-10.
- OLIVEIRA, Luís Filipe, “Da Defesa da fronteira à Guerra no Mar: A Coroa e as Ordens Militares, in *Guerra santa y cruzada en el Estrecho: El occidente peninsular en la primera mitad del Siglo XIV*, Carlos de Ayala Martínez; J. Santiago Palacios Ontalva; Martín Rios Saloma (eds.), Madrid, Sílex, 2016, pp. 275-296.
- PERES, Damião, *Conquista do Açamor pelo duque de Bragança D. Jaime em 1513*, Lisboa, Fundação Casa de Bragança, 1951.
- PESSANHA, Fernando, *As Guarnições Militares nas Praças Portuguesas da Região da Duquela, no Algarve Dalém-mar*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, Faro, 2012.
- “23 de Abril de 1515 – O Ataque dos Portugueses a Marraquexe”, in *Jornal do Algarve*, Nº 2873, 19 de Abril de 2012, p. 19.
 - *Subsídios para a História do Baixo Guadiana e dos Algarves Daquém e Dalém-mar*, Olhão, Edições Mandil, 2014.
 - *Os 500 Anos da Fundação de Arenilba – Memórias de uma «vileta» nascida no decurso da Expansão Portuguesa*, Vila Real de Santo António, Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, 2014.
 - “Os mouriscos nos Algarves portugueses – uma perspectiva generalista sobre uma minoria étnica”, in *Congreso Internacional Los Descendientes Andalusíes “Moriscos” en Marruecos, España y Portugal*, Tânger, Fundación al-Idrisi Hispano Marroquí para la investigación Histórica, Arqueológica y Arquitectónica, 2014, pp. 245-254.
 - “Nuno Fernandes de Ataíde – Alcaide-mor de Alvor e capitão de Safim”, in *Jornal do Baixo Guadiana*, Nº 178, Abril de 2015, p. 21.
 - “Os 500 anos do ataque português a Marraquexe e a acção do capitão Nuno Fernandes de Ataíde”, in *Jornal do Algarve*, Nº 3030, 23 de Abril de 2015, p. 21.
 - “Nuno Fernandes de Ataíde, Alcaide-mor de Alvor e Capitão de Safim, comandou o ataque português a Marraquexe, há exactamente 500 anos”, in *Jornal Barlavento*, Nº 1955, 23 de Abril de 2015, p. 12.

-
- “Luís Leite de Vasconcelos, alcaide de Arenilha – Acusado pela inquirição de sodomia?!” in *Jornal do Baixo Guadiana*, Nº 182, Setembro de 2015, p. 21.
 - “Nuno Fernandes de Ataíde, «o que nunca está quedo» - De alcaide de Alvor a capitão e governador de Safim”, in *Anais do Município de Faro*, Vol. XXXIX, Faro, Câmara Municipal de Faro, 2017, pp. 43-59.
 - “D. Fernando de Meneses, capitão de Ceuta e 1º Conde de Alcoutim: exemplo da relação entre os serviços no Norte de África e a atribuição de títulos nobiliárquicos”, in *XIX Jornadas de Historia de Ceuta – La dimensión humana. Biografías en Ceuta, el Norte de África y el Estrecho de Gibraltar*, Ceuta, Instituto de Estudios Ceutíes, 2017, pp. 27-62.
 - *D. Fernando de Meneses – Capitão de Ceuta, 1º Conde de Alcoutim e 2º Marquês de Vila Real*, Olhão, Gente Singular, 2018.
 - “Ataques da pirataria à foz do Guadiana e a acção de António Leite, alcaide-mor de Arenilha”, in *Anais do Município de Faro*, Vol. XL, Faro, Câmara Municipal de Faro, 2018, pp. 63-94.
 - “Cristóvão de Mendonça, navegador no oriente e capitão de Ormuz – um desconhecido comendador de Arenilha”, in *e-Stratégica - Revista da Associação Ibérica de História Militar*, Nº 2, Dezembro de 2018, pp. 165-203.
 - “Rui Barreto: a capitania do alcaide-mor de Faro em Azamor”, in *Anais do Município de Faro*, Vol. XLI, Faro, Câmara Municipal de Faro, 2019, pp. 63-44.
 - “A Pirataria na foz do Guadiana na primeira metade do séc. XVI”, in *Jornadas de Historia de la muy noble y leal ciudad de Ayamonte*, Vol. XXIII, Ayamonte, Ayuntamiento de Ayamonte, 2019, pp. 72-93.
 - “A conquista e destruição de Anafé (Casablanca) pelo Infante D. Fernando (1468) – Considerações sobre uma pouco conhecida operação anfíbia”, in *Revista de Historia da Sociedade e da Cultura*, Nº19, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019, pp. 97-123.
 - “A Pirataria no extremo sudeste algarvio, nos alvares da Idade Moderna”, in *Academia de Marinha. Memórias 2019*, Vol. XLIX, Lisboa, Academia de Marinha, 2019, pp. 445-472.
 - “O paraíso criminal de Arenilha: pirataria, venda de escravos e corrupção no extremo sudeste algarvio”, in *Jornal do Algarve Magazine*, Nº 3309, 27 de Agosto de 2020, p. 7.

- “A venda de escravos mouriscos/berberiscos em Arenilha, na foz do Guadiana. Século XVI”, in *La esclavitud en el sur de la península Ibérica. Siglos XV al XVII*, Rafael M. Pérez García & Manuel F. Fernández Chaves (coords.), Madrid, Catarata, 2021, pp. 264-282.
 - “João Vaz: de pescador covarde a corsário destemido – Saqueou Arenilha e Monte Gordo em 1531”, in *Jornal do Algarve Magazine*, Nº 3366, 28 de Outubro de 2021, p. 6.
 - “Garcia de Melo - *Bellator* da Expansão Portuguesa nos Algarves de Aquém e de Além-mar”, in *Jornal do Algarve Magazine*, Nº 3392, 30 de Março de 2022, p. 13.
 - “O corso e a pirataria no golfo luso-hispano-marroquino: da conquista de Ceuta (1415) à morte de D. Manuel (1521)”, in *Revista Portuguesa de História Militar – Dossier: Da fundação à Expansão (séculos XII-XVI)*, Nº 2, Ano II, Lisboa, ISSN 2795-4323, Junho de 2022, <https://doi.org/10.56092/WPEY6057>.
 - “Álvaro de Ataíde, guerreiro do século XV e alcaide-mor de Alvor”, in *Jornal do Algarve Magazine*, Nº 3413, 25 de Agosto de 2022, p. 9.
 - “O corso francês no Mar das Éguas: o caso dos ataques aos mareantes de Faro, em 1538”, in *Anais do Município de Faro*, Vol. XLIV, Faro, Câmara Municipal de Faro, 2022, no prelo.
- PINTO, Pedro, “Índice Analítico das Cartas dos Governadores de África na Torre do Tombo”, in *Anais da História de Além-Mar*, Vol. XI, Lisboa, CHAM/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2010, pp. 249-380.
- PIRES, Pedro, *Castro Marim na Época Moderna: urbanismo e urbanidade de uma praça de fronteira (séculos XVI-XVII)*, Dissertação de Mestrado em História e Patrimónios apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, Faro, 2021.
- REBELO, António Manuel Ribeiro, “O verdadeiro carácter de D. Fernando, o Infante Santo”, in *Humanitas*, Nº 58, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Nº 58, 2006, pp. 199-227.
- RIBEIRO, Madalena, “O Conde D. Henrique de Meneses, capitão de Alcácer Ceguer e Arzila”, in *A Nobreza e a Expansão. Estudos Biográficos*, Cascais, Patrimonia, 2000, pp. 143-159.
- RICARD, Robert & FARINHA, António Dias, “Les Documents sur le Maroc dans le Volume IV de “As Gavetas da Torre do Tombo”, in *Studia*, Nº

- 16, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos – AGU, 1965, pp. 167-177.
- RICARD, Robert, “Sur les facteurs portugais d’Andalousie”, in *Melanges d’études luso-marocaines dédiés à la mémoire de David Lopes et Pierre Cénival*, Lisboa, Portugália, 1945, pp. 391-400.
- “Les Facteurs Portugais d’Andalousie (1509-1588)”, in *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Tomo II, seconde partie, Paris, Paul Geuthner, 1946, pp. 564-573.
- “L’Évêché de Safi”, in *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Tomo III, Paris, Paul Geuthner, 1948, pp. 75-82.
- “Les Places Luso-Marocaines et les Iles Portugaises de l’Atlantique”, in *Anais da Academia Portuguesa de História*, Lisboa, 1949, pp. 401-410.
- RODRIGUES, José Damião, in “O abastecimento de Mazagão no século XVIII: o papel do Açores”, in *Portugal e o Magrebe. Actas do 4º Colóquio de História Luso-Marroquina*, Lisboa / Braga, CHAM / CITCEM, 2011, pp. 257-264.
- RODRIGUES, José Damião & GALAMA, Maria de Fátima, “Os açorianos em Marrocos no século XVI: o testemunho de Gaspar Frutuoso”, in *Portugal e o Magrebe. Actas do 4º Colóquio de História Luso-Marroquina*, Lisboa / Braga, CHAM / CITCEM, 2011, pp. 109-116.
- ROSA, Maria de Lurdes & AGUIAR Miguel, “La noblesse dans la frontière nord-africaine (Portugal, 1415-1515): guerre, chevalerie, croisade”, *e-Spania* (En ligne), 31 | octobre 2018, mis en ligne le 15 octobre 2018, consulté le 28 juin 2022. URL : <http://journals.openedition.org/e-spania/28615> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/e-spania.28615>
- SANCHO, Hipólito, *La colonia Portuguesa del Puerto de Santa Maria. Siglo XVI*, Jerez de la Frontera, s/d.;
- “Un foco de cooperación Española a la Obra Portuguesa en África: Jerez de la Frontera y el Puerto de Santa Maria, 1500-1550”, in *Mauritania*, XXI, Tânger, 1943, pp. 189-190-19.
- SANTOS, Ana Maria dos Santos, “A Nobreza e a Expansão no Norte de África (o caso de Ceuta)”, in *Omni Tempore. Encontros da Primavera 2014-2015*, Biblioteca Digital da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2017, pp. 124-152.
- SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos, “A entrada dos Jesuítas em Marrocos no século XVI”, in *Melanges d’études luso-marocaines dédiés à la*

- mémoire de David Lopes et Pierre Cénival*, Lisboa, Portugália, 1945, pp. 225-282.
- “A Última Carta do Infante Santo e a Falência do Seu Resgate”, in *Anais da Academia Portuguesa da História*, Série II, Vol. 7, 1956, pp. 9-32.
- *D. Duarte e as Responsabilidades de Tânger: 1433-1438*, Lisboa, Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960.
- SANTOS, João Marinho dos; NADIR, Mohammed; SILVA, José Manuel Azevedo e, *Santa Cruz do Cabo Gué D’Agoa e Narba: Estudo e Crónica*, Viseu, Palimage & Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2007.
- SARMENTO, Alberto Artur, *A Madeira e as Praças de África*, Funchal, 1932.
- TEIXEIRA, André, “Nuno Fernandes de Ataíde, o *nunca está quedo* capitão de Safim”, in *A Nobreza e a Expansão Portuguesa. Estudos Biográficos*, Cascais, Patrimonia, 2000, pp. 161-205.
- TEIXEIRA, André, & LACERDA, Teresa, “La Noblesse Titulaire et le Nord de l’Afrique”, in *La présence portugaise au Maroc et les relations actuelles entre les deux pays*, Mohammed Salhi (Ed.), Rabat, Faculté des Lettres-Université Mohamed V-Agdal /Anajah Al Yadidah, 2009.
- TEIXEIRA, André; LOPES, Ana; CORREIA, Jorge; KARRA, Azzeddine, “As fortificações portuguesas de Azamor: contributo para a actualização do seu conhecimento”, in *Fortificações e território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*, Vol. II, Isabel Cristina Ferreira Fernandes (coord.), Edições Colibri / Campo Arqueológico de Mértola, 2013, pp. 627-638.
- VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de, *Nobreza e Ordens Militares. Relações Sociais e de Poder (séculos XIV a XVI)*, Tese de Doutoramento em História Medieval e do Renascimento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2008.
- VILA-SANTA, Nuno, “Do Algarve ao Império e à titulação: estratégias de nobilitação na Casa dos Barretos da Quarteira (1383-1599)”, in *Revista Maracanan*, N° 19, 2018, pp. 12-35.

“E logo foram chamar o Capitão Isidoro de Almeida”: Um algarvio, entre a arquitectura e a guerra*

LUÍS COSTA E SOUSA¹

“Por ser tempo, e não perder tempo, mandei chamar o Sargento mór João António, e os Coronéis de infantaria, que erão D. Francisco de Meneses, e Rui Barreto, com Isidro de Almeida, por entender bem as cousas desta qualidade”.²

A transcrição, retirada do relato que D. Sebastião terá escrito sobre a sua primeira expedição ao Norte de África, leva-nos ao ano de 1574. O rei rodeava-se então de veteranos e especialistas na nova “ordem da milícia”³

R. M. Loureiro (ed.), *O Algarve na Primeira Globalização – Coletânea de Estudos* (Faro: Direção Regional de Cultura do Algarve, 2023), pp. 141-154.

* Artigo elaborado no âmbito do projecto “Projeto MOVING CITY. Cidades para a guerra: um exército europeu em Marrocos no século XVI” (EXPL/HAR-HIS/1521/2021).

¹ Luís Costa e Sousa (CHAM-Centro de Humanidades, NOVA/FCSH).

² Relação da primeira jornada, que fez a Africa no anno de 1574 o serenissimo rey D. Sebastião, escrita pelo mesmo principe”, in Diogo Barbosa de Machado, *Memórias para a história de Portugal, que comprehendem o governo del Rey D. Sebastião, único em o nome e decimo sexto entre os monarchas portuguezes: do anno de 1554 até o anno de 1561*, Lisboa, Joseph Antonio da Sylva, 1736, p.33.

³ *Crónica do Xarife mulei Mahamet e d’El rei D. Sebastião*, ed. by Francisco Sales Loureiro, Odivelas, Europress, 1987, 124.

para levar a cabo a reforma do sistema militar português. Desde 1568, ano em que finalmente ocupou o trono, que vários diplomas impuseram as obrigações militares a que todos os súbditos estariam doravante sujeitos: a obrigação de ter armas (lei das armas, 1569), regimento das companhias de Lisboa e Porto (1568 e 1569), e a lei que estruturaria o potencial militar português por mais de um século: o regimento dos capitães-mores, de 1570. Do grupo de conselheiros “que bem entendiam as cousas desta qualidade” – leia-se, a guerra – faziam parte, entre outros, João da Fonseca e Diogo Álvares Correia, ambos formados no campo de batalha mais avançado da época, a Flandres. Quando é tomada a decisão de adaptar a lei de 1570, depois de verificar a sua implementação no “Reino do Algarve”, o rei encontrava-se em Évora. E, por coincidência – ou talvez não –, foi em Évora que Isidoro de Almeida publicou, em 1573, o seu tratado militar, o “4º Livro das instruções militares”. Vários textos *de re militari* foram publicados durante o reinado de D. Sebastião, sendo o “4º Livro” o único a ser impresso, e precisamente numa altura em que o rei inspecionava as companhias de ordenança do Alentejo e Algarve; é por isso muito provável que Isidoro, tenha tido papel ativo na redação das provisões de 1574.

A principal fonte para a biografia deste “natural do Algarve” provém, em primeiro lugar, da informação recolhida no seu testamento, datado de 1572.⁴ Por este documento ficamos a saber que nasceu em 1526, sendo um dos quatro filhos de Gaspar Lopes de Almeida, licenciado pela universidade de Coimbra. Casou com Maria de Vasconcelos, e teve três filhos: Desidério de Almeida Lourenço de Almeida e D. Catarina de Vasconcelos. Seguindo o exemplo do pai, Isidoro terá igualmente frequentado a Universidade de Coimbra,⁵ seguindo depois para Itália. Ignora-se quanto tempo ali permaneceu, mas terá regressado a Portugal no início da década de 50,⁶ que a confirmar-se nos indica que teria participado no conflito imediatamente anterior a esta cronologia, a guerra de 1542-46. Esta experiência bélica italiana ter-lhe-á proporcionado integrar-se em

⁴ Rita Sampaio da Nóvoa, *O Arquivo Gama Lobo Salema e a produção, gestão e usos dos arquivos de família nobre nos séculos XV-XVI*, Tese de doutoramento, 2016.

⁵ Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, *op. cit.*

⁶ A. Faria de Morais, «Arte Militar quinhentista», sep. do *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, v.23, Lisboa, 1953

algumas das “juntas” encarregadas da vistoria e remodelação das estruturas fortificadas. Na “junta” enviada aos Açores em 1552 para supervisionar as campanhas de fortificação em curso, tem sido sinalizado o traço de Isidoro nas alterações ao desenho inicial (1552)⁷ das obras de defesa do porto de Angra e nos fortes de S. Sebastião e S. Brás de Ponta Delgada. Ao que parece, o seu trabalho foi bem recebido, pois Almeida usufruiu de uma tença, atribuída em 1554 e outra em 1556 “pelos serviços prestados”.⁸ A 10 Janeiro de 1558 D. Sebastião nomeou-o “provedor moor dos metaes de meus Reynos”⁹ em substituição de Manuel Quadros, que havia renunciado ao cargo. A nomeação fazia-se não só pelo “muito conhecimento dos dittos metaes”, mas também pelos serviços prestados “a elrei meu senhor e avo”,¹⁰ o que indica de que já dispunha de uma sólida reputação.

Integrou depois, com Diogo Teles, a “junta” de architectos régios enviada a Tânger para estudar uma intervenção de fundo no sistema fortificado da cidade; foi atribuída a Isidoro de Almeida a incumbência de “estreitar e acomodar o sítio de Tânger”,¹¹ numa clara alusão ao tipo de intervenção comum para os lugares fortificados do Norte de África português.¹² Contudo, sabemos por uma carta enviada pelo mestre-de-obras André Rodrigues¹³ à regente em 1558, que uma relação conflituosa entre estes homens impedia o avanço do desenho previsto.¹⁴ Assim, foi já sob o governo de Lourenço Pires de Távora¹⁵ que Tânger foi finalmente dotada de um notável sistema abaluartado de traçado moderno, hoje em grande parte integrado nas construções da Medina da cidade (imagem 1).

⁷ Rui Carita, *Introdução À Arquitectura Militar na Madeira*, Funchal, D.R.A.C., 1981, p.197.

⁸ Sousa Viterbo, *Dicionário Histórico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, ed. fac-similada, vol.1, Lisboa, I.N.C.M., 1988, p.32.

⁹ Rita Sampaio da Nóvoa, *op. Cit.*, p.150, nota 336 Sousa Viterbo, *op. cit.*, v.1.

¹⁰ *Id.*

¹¹ *Id.*, p.7.

¹² Cf. Jorge Correia, *Implantação da cidade portuguesa no Norte de África. Da tomada de Ceuta a meados do século XVI*, Porto, FAUP, 2008.

¹³ Está documentada a participação de André Rodrigues na fortificação de Tânger, entre 1546 e 1558, embora se ignore a continuidade da sua presença entre estas duas datas (Sousa Viterbo, *op. Cit.*, vol. 2).

¹⁴ Cf. Jorge Correia, *op. Cit.*, pp.237-241 e Pedro Dias, *A Arquitectura dos Portugueses em Marrocos 1415-1769*, Lisboa, Minerva, 2000. p.84.

¹⁵ Jorge Correia, *op. Cit.*, p.241.



Imagem 1: Vestígios das fortificações modernas em Tânger
Vestígio do baluarte sudoeste na muralha,¹⁶ com o cordão de remate claramente visível
(foto Jorge Correia)

Tendo regressado de Marrocos em 1560, recebe do primeiro duque de Aveiro D. João de Lencastre (1501-1571)¹⁷ a encomenda do projecto para a capela-mor da igreja do convento de São Domingos em Coimbra.¹⁸ A culminar um ritmo alucinante de solicitações profissionais, dois anos depois – 1562 – encontra-se novamente em Marrocos, com a mesma “junta de architectos régios” que acompanhavam as obras de fortificação de Tânger.¹⁹

¹⁶ *Id.*, p.247.

¹⁷ D. João de Lencastre era filho de D. Jorge de Lencastre (1481-1550), duque de Coimbra e mestre da ordem de Santiago, filho bastardo de D. João II, que tentou a sua legitimação sem sucesso. Sucedeu-lhe o seu filho D. Jorge (1558-1578), que se tornou próximo de D. Sebastião e que acompanhou o rei a Alcácer Qubir, onde morreu.

¹⁸ Maria de Lurdes Craveiro, *O Renascimento em Coimbra*, Tese Dissertação de Doutoramento, F.L.U.C., 2002.

¹⁹ A comissão de serviço da junta prolongou-se até 1562, Jorge Correia, *op. cit.*, p.239.

O cerco de Mazagão – Fevereiro a Maio de 1562

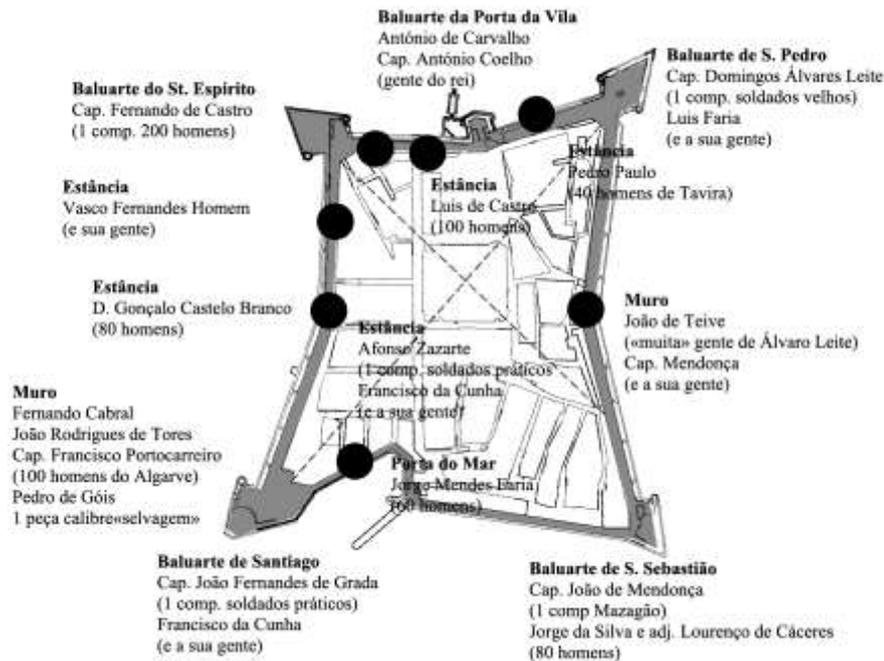


Imagem 2: A guarnição de Mazagão durante o cerco de 1562, desenho de 1611

Em Fevereiro de 1562, um cristão-novo chamado Nicolau da Conceição²⁰ chegava a Mazagão com a notícia de um ataque iminente. Embora desconfiado de um falso alarme, o capitão de Mazagão Álvaro de Sousa Carvalho não deixou de preparar a defesa. Ordenou a escavação de contraminas debaixo dos baluartes de terra, em particular aqueles que ficariam mais expostos ao cerco, o baluarte de S. Pedro e, principalmente, o do Santo Espírito, mais enfraquecido pela pouca profundidade do fosso.

²⁰ No relato anónimo refere-se «...digo que o soube de Mestre Jerónimo, Valenciano, de nação arrenegado, que se veio deitar connosco seis dias antes do combate, o qual era físico do Xarife...», John R. C. Martyn, *The Siege of Mazagão*, Nova Iorque, Peter Lang, 1994.

Recolheu depois as “...mulheres casadas e donzelas, e cavalos ...” e embarcou para Portugal com sua mulher e filhos, e deixou seu irmão, Rui de Sousa, por capitão...”.²¹ Apesar destes preparativos, Álvaro Sousa Carvalho entendeu ser prudente contar com a ajuda do mais conceituado especialista português em matéria militar, que então se encontrava em Marrocos: Isidoro de Almeida.

A praça de Mazagão, objecto da mais extensa e completa reformulação dentro da rede de fortificações no Magrebe português, foi cercada por um numeroso exército às ordens de Mulei Abdalá al-Gâlib²² (1517-1574). Um dos contingentes era comandado pelo alcaide de Azamor, que depois de reunido com as tropas do filho do xarife Mulei Mahamet chegaram às imediações de Mazagão “a quatro dias do mês de março”.²³ Este grande exército com vários milhares de homens, entre soldados, cavaleiros e sitiadores, equipado com numeroso trem de artilharia, ficou alojado em “três arraiais dentro em três legoas”.²⁴ O principal esforço dos sitiantes concentrou-se sobre o baluarte do Santo Espírito, o ponto mais frágil da notável fortaleza: a execução do fosso não se encontrava terminada – “naquela parte era muito baixa porque a não acabaram de fazer”²⁵ – deixando a posição mais exposta ao bombardeamento e subsequente assalto directo (imagem 3).

²¹ *Id.*, p.81.

²² Abdallah al-Ghalib Billa, o segundo xarife sávida que governou de 1557 a 1574.

²³ Agostinho Gavy de Mendonça, *op. cit.*, p.33.

²⁴ Augusto Ferreira do Amaral, *op. cit.*, p.255.

²⁵ John R. C. Martyn, *op. cit.*, p.89.



Imagem 3: O baluarte do Espírito Santo (foto Jorge Correia)

Informados desta debilidade por um espião evadido dois dias antes da chegada dos sitiantes, na noite de 6 de Março foi iniciada a construção de uma trincheira pelo lado de Azamor, precisamente em frente do baluarte do Espírito Santo. No dia 7 foi recusada a rendição que o comandante muçulmano exigia, e os trabalhos de cerco avançaram sob orientação determinada de um “elche” – renegado cristão – de origem castelhana, António de Longronho:

As trincheiras eram muito altas e largas, e feitas em caracol, com becos e travessas e protegidas por artilharia (...) a pouco mais de trezentos metros do baluarte do Santo Espírito, os Mouros fizeram um bastião, onde plantaram artilharia», incluindo «duas grandes peças com mantas.²⁶

Os sitiantes colocaram dezassete peças de artilharia pesada “a cerca de quarenta passos” dos muros da fortaleza, frente aos revelins da porta da vila. Ao longo do fosso abriram uma trincheira “com que cercaram a fortaleza de mar a mar”,²⁷ portanto abarcando a totalidade do circuito, pela parte de terra. As forças sápidas fizeram ainda outra trincheira que corria desde o revelim pequeno, junto ao fosso, até ao canto do baluarte do Santo Espírito, reforçando o dispositivo de cerco neste local. O fosso frente ao

²⁶ Augusto Ferreira do Amaral, *op. cit.*, p.255.

²⁷ *Id.*

baluarte foi ainda entulhado de tal maneira “que um cavalo poderia subir ao muro”.²⁸

Operação de contra-bateria

A partir de 7 de Março um bombardeamento geral, tanto por canhões como trabucos – artilharia de tipo neurobalístico, vulgo catapultas e outras máquinas afins – deu início formal ao cerco. O tiro destas peças, efectuado por cima das muralhas, era principalmente lesivo da moral dos defensores porque os “pelouros” – as balas –, de grandes dimensões, atingiam o interior da fortaleza, destruindo edifícios e atingindo a população sitiada. A 10 de Abril os sitiados conseguiram “derribar grande parte do baluarte do Santo Espírito”,²⁹ e pelo dia 13 “já tinham demolido todo o cavaleiro e ainda metade do baluarte”.³⁰

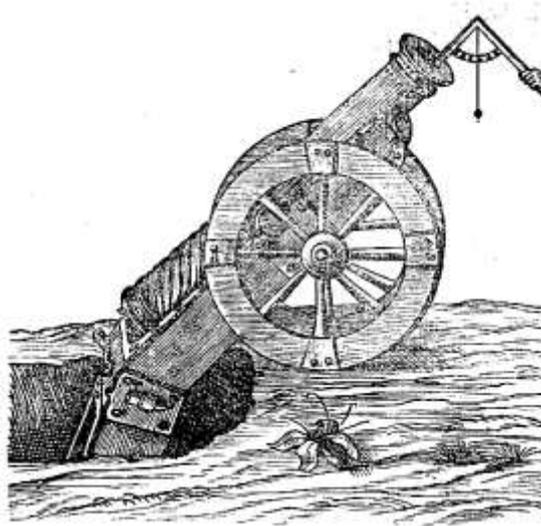


Imagem 4: Canhão alteado para maximizar o alcance, Niccolò Tartaglia, *Quesiti et inventioni diverse*, Veneza, Veturino Rufinello, 1546.

²⁸ Augusto Ferreira do Amaral, *op. cit.*, p.258.

²⁹ *Id.*

³⁰ John R. C. Martyn, *op. cit.*, p.90.

A 14 de Abril procurou-se contrariar a bateira inimiga ao baluarte. Isidoro de Almeida “levantou quatro meios-camelos, à maneira de trabucos, e com eles deu tais tiros no arraial dos mouros que eles cessaram por muitos dias as trabucadas”. Chegaram, entretanto, os reforços do reino, Gaspar de Magalhães com uma companhia de duzentos e cinquenta soldados, juntamente com outros homens “que levou à sua custa”;³¹ estas tropas reforçaram o dispositivo defensivo no cavaleiro do baluarte do Santo Espírito³² (imagem 4), cujos defensores sofriam o maior peso do bombardeamento entre os escombros das muralhas.

Operações de contra-mina

Logo no início do cerco, os sitiados trataram de escavar uma mina na direcção do baluarte do Santo Espírito. Alertados, os defensores procuraram responder, e no dia 12 os “cabouqueiros” chefiados por Francisco da Silva iniciaram a respectiva contra-minagem. A 13 de Abril sentiu-se uma trepidação e ruído por debaixo do baluarte do Santo Espírito, indicação de que a mina teria chegado muito perto do baluarte. Isidoro de Almeida “pos em cima deste umas vasilhas com ovos para saber de que lado estavam a minar, o que apurou pela vibração dos ovos”³³ e redireccionou a contra-mina. A 15 encontraram-se mina e contra-mina, “dois metros dentro do baluarte”. Ao amanhecer do dia 16 foi “roto o buraco” entre as galerias alagadas pela água do mar que se infiltrava. Depois de introduzidos os arcabuzes pelo orifício para fuzilar à queimadura os adversários, deu-se um violento combate corpo-acorpo no local da brecha. Os portugueses acabaram por resolver este confronto a seu favor, escavando à pressa nova abertura pelo flanco da galeria inimiga.³⁴ Nesse mesmo dia 16 chegaram novos reforços de Portugal, acompanhados pelo engenheiro Tommaso Benedetto.³⁵ Esta ajuda foi fundamental para os acontecimentos que a seguir tiveram lugar.

³¹ Augusto Ferreira do Amaral, *op. cit.*, p.259.

³² *Id.*

³³ Agostinho de Gavy de Mendonça, *op. cit.*, p.84.

³⁴ “Mandou Francisco da Silva que lhe abrissem outro buraco doutra contra mina”, *Ibid.*, p.91.

³⁵ *Id.*, p.93.

Os assaltos

A 22 de Abril o bastião levantado frente ao baluarte do Santo Espírito estava terminado. Com “56 palmos de altura e 2240 palmos de circuito, nos lados mais dois bastiões, mais pequenos”, guarnecido por “grande soma de arcabuzeiros”,³⁶ era o principal ponto de apoio donde partiriam os ataques. Cerca do meio-dia de 24 de Abril deu-se o primeiro grande assalto. Em primeiro lugar, uma força de diversão tomou posição na “couraça junto do baluarte de S. Sebastião”,³⁷ destinada a inibir qualquer transferência de reforços. O bombardeamento preliminar iniciou-se pela manhã e durou “até às onze horas”,³⁸ seguindo-se um ataque generalizado.

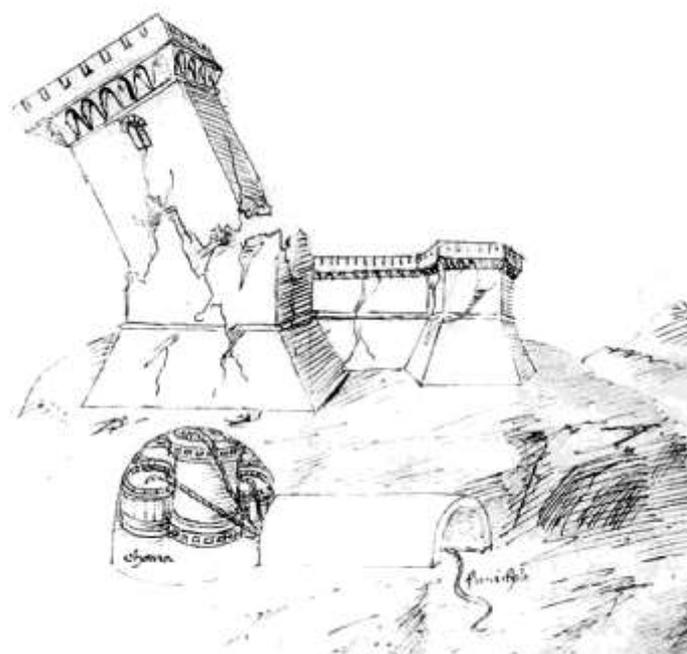


Imagem 5: galeria de menagem, Francesco di Giorgio,
Trattato di Architettura civile e militare, ca. 1470-92

³⁶ Augusto Ferreira do Amaral, *op. Cit.*, p.260.

³⁷ *Id.*, p.261.

³⁸ John R. C. Martyn, *op. cit.*, p.94.

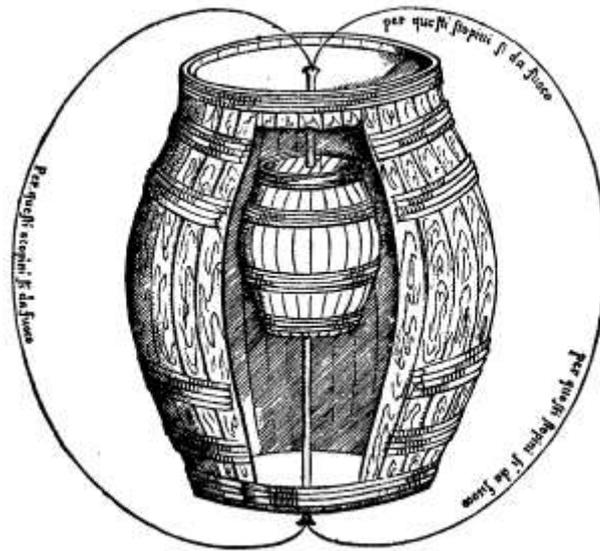


Imagem 6: Contentor explosivo para mina, Girolamo Ruscelli, *Precetti della militia moderna*, Veneza, Heredi di Marchio Sessa, 1568.

O combate prosseguiu com enorme violência, e a situação já precária dos defensores face às vagas de assaltantes, agravou-se ainda mais com a explosão acidental de um barril de pólvora. Foi neste momento crítico que o capitão Álvaro Carvalho enviou recado a “Isidoro de Almeida que estava de guarda”,³⁹ para que fizesse explodir a contra-mina onde se encontravam 10 barris de pólvora; a explosão fez ruir o chão perto da trincheira dos sitiados, causando enorme morticínio entre os homens que atacavam.⁴⁰ Os combates ainda continuaram por “espaço de quatro horas”,⁴¹ mas perdida a intensidade inicial terminaram ao cair do dia com a vitória dos portugueses, ainda que custosa: “mortos onze e feridos e queimados sessenta”.

³⁹ *Id.*

⁴⁰ “E abriram debaixo dos pés dos inimigos, no meio da sua trincheira, as mais desapiadasas línguas de fogo que nunca se viram, porque entre elas iam todos os Mouros que se acharam ali, feitos em mil pedaços”, *Id.*

⁴¹ *Id.*, p.95.

Na noite de 25 de Abril, Isidoro de Almeida saiu através do túnel da contra-mina, para sondar os trabalhos de sapa do inimigo debaixo da estância de Nuno Fernandes de Magalhães. Na noite do dia seguinte foi a vez de Cleofas Gil proceder a outro reconhecimento, que detectou uma nova ameaça. De facto, ao mesmo tempo que minavam, os sitiados iniciaram a construção de um parapeito destinado a bater as defesas. O reconhecimento de Cleofas Gil descobriu que o parapeito estava a ficar perigosamente mais alto que o parapeito da fortaleza,⁴² o que naturalmente colocaria as defesas em sérios apuros. A 27 de Abril os defensores procederam ao alteamento do baluarte do Santo Espírito; iniciou-se a construção de um “través de madeira sobre o baluarte a fim de tentarem igualar a obra inimiga”. Tratava-se de altear a esquina do baluarte – o “través” –; apesar do intenso bombardeamento, os defensores tentavam desesperadamente concluir os trabalhos.

A 30 de Abril deu-se novo assalto ao baluarte, enfrentado por uma defesa coordenada de forma ainda mais eficiente. Avisado pelo capitão Francisco da Silva, Isidoro de Almeida fez saltar dezanove barris de pólvora, “que por ter mais pólvora que a primeira abrasou mais gente”.⁴³ O rebentamento deu-se no momento certo, e esvaziou muito do entulho que enchia a “cava”. Obrigados a utilizar escadas, os mouros encarniçaram-se sobre as muralhas “por espaço de cinco horas”.⁴⁴ Contudo, eram alvos fáceis para os artilheiros e espingardeiros portugueses, que “começaram de jogar tão apressados e com tanta ordem” que dizimaram os assaltantes. Finalmente, ao cair da noite, os ataques cessaram.

A 7 de Maio, cerca de dois meses depois de iniciado o cerco, a cavalaria inimiga pegou fogo ao arraial e, a coberto do fumo, levantaram o acampamento; ainda foi disparada uma bombarda do baluarte de S. Sebastião, atingindo alguns dos fugitivos que retiravam... um último desafio da guarnição exausta por quatro meses de cerco.

⁴² Augusto Ferreira do Amaral, *op. cit.*, p.265.

⁴³ John R. C. Martyn, *op. cit.*, p.98.

⁴⁴ *Id.*

Terminadas as operações militares em Mazagão, supõe-se que Isidoro de Almeida terá regressado a Portugal. Recentemente, Rafael Moreira descobriu nova atribuição ao nosso algarvio: o projecto de remodelação do claustro do convento da Graça de Lisboa, encomendado por Fr. Luis de Montoya, provavelmente as campanhas de obras de 1565. Almeida continuava, assim, dentro do círculo do poder, como o poderá demonstrar – caso se confirme – a eventual colaboração com Miguel de Arruda na construção do forte de S. Julião da Barra,⁴⁵ e que poderia configurar uma parceria entre dois dos mais notáveis engenheiros militares portugueses da época. Mas a prática da arquitectura iria ceder lugar – definitivamente – à actividade bélica.

Em 1572 foi novamente enviado para Marrocos, “mandado em segredo para o qual serviço sendo coisa e feito dele perigoso e de tanta importância”.⁴⁶ Ciente da perigosidade da missão, Isidoro de Almeida redigiu o respectivo testamento antes de partir. Provavelmente tratava-se de preparar a expedição militar que o monarca concretizou em 1574, e que envolveu cerca de 2000 homens. Não sabendo quanto tempo se demorou em Marrocos, é certo que em 1573 já havia regressado. Nesse ano, D. Sebastião atribuiu duas tenças ao seu filho, Lourenço Almeida, por morte da mãe,⁴⁷ e foi também em 1573 que publicou em Évora o seu “Quarto livro das instruções militares”. Provavelmente ainda recuperava da viagem, como se pode depreender das palavras que escreveu na dedicatória: “Dar à luz este breve tratado, em tão difícil tempo para mim”.⁴⁸ Estaria doente? De facto, estas missões, levadas a cabo em território hostil, eram extremamente exigentes, tanto física como mentalmente. Francisco de Aldana, um dos espiões enviados noutra missão de reconhecimento ao Norte de África - desta vez para preparar a expedição fatal de 1578 – também regressou completamente exausto.

⁴⁵ Joaquim Boiça e Maria Barros, “O Bugio e São Julião da Barra”, in *Oceanos*, nº11, Lisboa, CNCDP, 1992.

⁴⁶ Rita Sampaio da Nóvoa, *op. Cit.*, p. 150.

⁴⁷ Joaquim Veríssimo Serrão, *Itinerários de El-Rei D. Sebastião (1568-1578)*, Lisboa, Academia De História, p.304.

⁴⁸ A. Faria de Morais, *Arte Militar Quinhentista*, Lisboa, Separata do 23º v. do “Arquivo Histórico Militar”, 1953, p.125.

O nosso Algarvio participou nesta primeira “Jornada” a África. Durante quase três meses de permanência em África, desenvolveram-se complexas operações militares: um raid dirigido a Tetuão, com o apoio da frota de galés, parece resultar de um reconhecimento prévio da região – a missão de Isidoro de Almeida? E para os dois encontros campais feridos às portas da cidade, o rei ouviu o conselho do Sargento-mor João António, dos coronéis de infantaria D. Francisco de Meneses, Rui Barreto e de... Isidoro de Almeida, “por entender bem as cousas desta qualidade”,⁴⁹ leia-se, sobre as coisas da guerra.

A *primeira jornada a África* do rei D. Sebastião havia de ser a derradeira para Isidoro de Almeida. Provavelmente ainda mal refeito das provações da missão de 1572, viria a falecer ainda em Marrocos, no acidentado regresso da expedição, ou pouco depois de regressar a Portugal. A verdade é que o seu testamento foi aberto a 7 de Dezembro de 1574.

Isidoro de Almeida dominou o tríptico fortificação/arquitectura/arte militar, numa época em que o conhecimento da guerra se fragmentava em torno destes três temas. Da sua obra arquitectónica ficam para a posteridade a capela-mor da igreja de São Domingos em Coimbra e o claustro do convento da Graça em Lisboa. Da obra escrita, perdura o seu “quarto livro das instruções militares”, parte de um tratado de grande fôlego que nada ficaria a dever à tratadística contemporânea. A obra escrita deste notável algarvio iria ocupar um lugar privilegiado como referência da tratadística portuguesa de Quinhentos: divulgado, lido, discutido e mais tarde anotado por outro notável autor – o capitão de arcabuzeiros Luís Álvaro Seco.

⁴⁹ *Relação da primeira jornada que fez a África no anno de 1574 o serenissimo rey D. Sebastião, escrita pelo mesmo príncipe*, in Diogo Barbosa de Machado, “Memórias para a história de Portugal, que compreendem o governo del Rey D. Sebastião”, Lisboa, Joseph Antonio da Sylva, 1736, p.33.

Prisioneiros no Norte de África: Contributos para o estudo dos cativos algarvios (séculos XVI-XVIII)*

EDITE MARTINS ALBERTO¹

Introdução

Em Portugal, foram os religiosos da Ordem da Santíssima Trindade que tiveram sob a sua ação a responsabilidade de resgatar os indivíduos aprisionados por muçulmanos, tanto em virtude dos conflitos bélicos com os reinos cristãos como apreendidos por piratas e corsários. Esta ordem religiosa, fundada em França em 1198, e estabelecida em Portugal, poucos anos depois, a convite de D. Sancho I, teve como principal função prestar assistência aos cativos cristãos aprisionados e providenciar meios para o seu resgate. Esta missão caritativa vai, a partir do século XV, sair da geografia peninsular para as

R. M. Loureiro (ed.), *O Algarve na Primeira Globalização – Coletânea de Estudos* (Faro: Direção Regional de Cultura do Algarve, 2023), pp. 155-195.

* Artigo elaborado no âmbito do projecto “Projeto MOVING CITY. Cidades para a guerra: um exército europeu em Marrocos no século XVI” (EXPL/HAR-HIS/1521/2021).

¹ Investigadora do CHAM - Centro de Humanidades, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH) e Universidade dos Açores

terras do norte de África, fruto da tomada de Ceuta, Tanger, Arzila e de outras conquistas, ou tentativas, por parte dos portugueses. Face a esta maior proximidade, os conflitos entre cristãos e muçulmanos tornaram-se constantes e o cativo uma consequência. Nos séculos seguintes a situação complexificou-se com o desenvolvimento de atividades de corso por parte das cidades portuárias de Salé, Trípoli, Tunes, e sobretudo, de Argel. Os corsários argelinos navegavam pelo Mediterrâneo e pelo Atlântico atacando as embarcações cristãs e as zonas costeiras e insulares da Península Ibérica.

O cativo constituía, deste modo, uma preocupação que fazia parte da vivência quotidiana das populações, sendo, desde cedo, alvo da atenção dos pensadores e legisladores no sentido de influenciarem as populações a encararem o resgate de cativos como uma virtude e serviço de Deus e, simultaneamente, resolver o problema do ponto de vista monetário. Já no século IV, Santo Ambrósio referia que o resgate de cativos era a virtude mais sublime, porque livrava dos perigos anexos ao cativo, que, dizia, serem a morte da alma na perda da Fé e a morte do corpo na privação da vida.² Em *Las Siete Partidas del Rey Don Affonso el Sabio*, na Partida Segunda, escreve a propósito “De los cativos et de sus cosas”, que “sacar a los homes de cativo es cosa que place à Dios porque es obra de piedad, e de merced”.³ Para a Igreja de Roma interessava, não só a remissão daqueles que sofriam no cárcere o jugo muçulmano, mas também o cuidado em garantir a presença de religiosos junto aos cativos cristãos com o objetivo de evitar a sua apostasia face aos aliciamentos do mundo islâmico.

Cidades como Salé, Mequinez e sobretudo Argel, tornaram-se, durante a época moderna, autênticos centros comerciais para onde eram levados os indivíduos aprisionados, tanto portugueses como provenientes dos outros reinos europeus. Nestas cidades, os cativos aguardavam o seu resgate por compra, em dinheiro,

² Edite Martins Alberto, *As instituições de resgate de cativos em Portugal: sua estruturação e evolução no século XV* (Dissertação de mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa), Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade Nova de Lisboa, 1994, p. 28 (disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/19979>).

³ Partida Segunda, título XXIX (De los cativos et de sus cosas), lei III (Cómo deben seer quitos los que yoguiren en cativo), in *Las Siete Partidas del Rey Don Affonso el Sabio cotejadas con varios códices antiguos por la Real Academia de la Historia*, Madrid, Imprenta Real, 1807, pp. 327-328.

ou por troca com cativos muçulmanos aprisionados nos conflitos bélicos ou pelas armadas de defesa da costa.

A organização dos resgates de cativos dependia, no campo religioso dos frades da Ordem da Santíssima Trindade, e, em termos civis, da Provedoria ou Tribunal da Redenção dos Cativos dependente da Mesa de Consciência e Ordens. Desde D. Sebastião, em contrato assinado entre o monarca e a ordem religiosa, ficara estipulado a obrigatoriedade da presença de dois religiosos trinitários – com o título de padres redentores – na organização de qualquer resgate.⁴

A libertação de todos os portugueses cativos em determinado lugar e na mesma data pelos padres redentores – *resgate geral* –, fruto de negociações entre a coroa de Portugal e os governantes de Marrocos ou Argel, constituía o modo oficial, tanto político como religioso, de exercer esta atividade. No entanto, outros interesses, fruto dos valores monetários envolvidos e dos privilégios inerentes à libertação dos cativos, colocaram em causa estas decisões ao longo dos sucessivos reinados, com constantes pedidos, por parte dos religiosos trinitários para serem cumpridos os seus privilégios.⁵ Defendendo sempre que, mais que resgatar pessoas, tratava-se de redenção de cristãos, a fim de evitar a apostasia e proporcionar apoio religioso aos que vinham em liberdade e aos que permaneciam no cativeiro.

A obra de frei Jerónimo de São José, cronista da Ordem da Santíssima Trindade, intitulada *Historia Chronologica da Esclarecida Ordem da Santissima Trindade, Redempção de Cativos da Provincia de Portugal*, constitui a fonte mais completa para o estudo da história e fixação dos religiosos em Portugal, da fundação dos seus conventos e dos *resgates gerais* realizados pelos seus padres. O

⁴ Sobre a presença da Ordem da Santíssima Trindade em Portugal e o papel da Mesa da Consciência e Ordens no resgate dos cativos ver Edite Martins Alberto, *A Cruz e o Crescente – o resgate de cativos*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa / Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2018; da mesma autora, *Um negócio piedoso - o resgate de cativos em Portugal na época moderna* (Tese de doutoramento em História Moderna), Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2011 (disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt>).

⁵ ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO [doravante ANT], Mesa da Consciência e Ordens, maço 14, caixa 53 (Diversos) - Alvará de Filipe III confirmando as determinações dos reis anteriores quanto à exclusividade da Ordem da Santíssima Trindade no resgate de cativos e proibindo os resgates efetuados por particulares, 9 de junho de 1618.

cronista baseia-se nos documentos e crónicas antigas da Ordem existentes no cartório do Convento da Trindade de Lisboa, atualmente à guarda do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.⁶

Outra fonte fundamental são as relações dos cativos libertados que os padres trinitários estavam obrigados a entregar aos ministros da Mesa de Consciência e Ordens logo que desembarcavam em Lisboa, para depois serem difundidas impressas. Nestas listas eram identificados todos os resgatados, referindo o nome, filiação, naturalidade, idade, anos de cativo e por vezes o preço pago pela sua liberdade. O manuscrito anónimo, *Historia chronologica do varoes illustres que tem havido na provincia de Portugal da Ordem da Santissima Trindade no santo exercicio da redempção desde o anno de 1208 the o de 1757*, permite reconstituir os dados das relações em falta, uma vez que o autor lista todos os cativos libertados nos sucessivos *resgates gerais* organizados pelos redentores trinitários.⁷

As informações recolhidas nas crónicas, impressa e manuscritas, e nas relações de cativos resgatados podem ser aferidas e completadas com os registos nos *Livros de Receitas e Despesas*, abertos para todos os resgates, mas nem todos chegados aos nossos dias, e com outros manuscritos escritos pelos padres redentores durante as negociações, onde descrevem os acontecimentos ocorridos na viagem tanto marítima como terrestre, as negociações e os quantitativos a pagar pela libertação dos cativos. Não esquecendo toda a documentação trocada com os ministros da Mesa da Consciência e Ordens, tribunal com papel relevante na organização administrativa dos resgates e detentor do Cofre dos Cativos, onde se recolhiam todas contribuições monetárias para o pagamento dos valores a pagar pelas redensões.

Em todos os *resgates gerais* estudados encontramos cativos naturais do Algarve, prova dos ataques frequentes que sofria a costa marítima por parte dos corsários e piratas de Argel ou Salé. Não sabemos quantos teriam sido

⁶ Frei Jerónimo de São José, *Historia Chronologica da esclarecida Ordem SS. Trindade, Redempção de Cativos, da Provincia de Portugal*. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789-1794, 2 tomos.

⁷ ANTT, Manuscritos da Livraria n.º 565. Encontra-se em preparação a edição crítica e paleográfica deste códice, fonte fundamental para o estudo da Ordem da Santíssima Trindade em Portugal, dos resgates de cativos efetuados e para a história da presença dos portugueses em terras norte africanas.

apreendidos ao longo dos anos. As fontes só nos dão informação dos que foram resgatados e transportados para o reino através da ação dos religiosos trinitários. Apesar de não ser um número comparável aos resgatados provenientes de outras partes do reino ou das ilhas atlânticas, justificou a fundação de um convento da Ordem da Santíssima Trindade em Lagos, para melhor poder responder às solicitações das populações que assim não se teriam de deslocar ao convento de Lisboa para interceder pelos seus familiares cativos.⁸

Fundado em 1599 na ermida de Nossa Senhora de Porto Salvo, o Convento da Santíssima Trindade de Lagos, foi edificado com o objetivo de providenciar o resgate do grande número de cativos que todos os anos eram levados para o Norte de África. Enaltecido pelos cronistas pela sua situação geográfica, foi sendo ampliado, ao longo dos anos, com novas construções fruto de doações e da devoção dos habitantes.

Nesta cidade [Lagos] se acha fundado este Convento, fora dos seus muros, em lugar eminente, aprazível, e sadio, logrando vista do mar, e ficando-lhe por baixo a Torre do Pinhão, invencível forte que a defende. [...] A Igreja se conclui ficando uma das mais perfeitas da Cidade. É de bastante comprimento, e largura, altura proporcionada, de abobada, volta direita, e alegre. [...] Com igual proporção é a casa da Via Sacra, e o claustro formado de pilares de cantaria, e abóbada, e uma cisterna em pouca distância, varandas por cima da galeria de janelas, e uma de casa de Capítulo azulejada. [...] As oficinas todas se fizeram de abóbada, e por cima além de outros cómodos tem um dormitório com sete celas grandes bem forradas, logrando todos os que as habitam a deliciosa e aprazível vista do mar, na espaçosa passagem para o Estreito de Gibraltar e para todo o Mediterrâneo.⁹

⁸ Em 1415, a Ordem da Santíssima Trindade fundara um convento em Faro na ermida de São Pedro. Segundo o cronista frei Jerónimo de São José, este convento não foi mais que um hospício para a passagem de redentores e de cativos vindos do Norte de África e, tal como o de Silves, não teria ido além do ano de 1450, em virtude de uma peste (Fr. Jerónimo de São José, *op. cit.*, I, pp. 271-274).

⁹ Fr. Jerónimo de São José, *op. cit.*, II, p. 2.

Entre os milhares de resgatados no Norte de África, pretende-se, neste ensaio, dar ênfase aos cativos naturais do Algarve e salientar o perigo em que viviam, não só os que se dedicavam a atividades marítimas como as populações nas povoações junto da orla costeira. Não se pretende um estudo exaustivo, mas sim, centrando-nos, sobretudo, na documentação produzida pela Ordem da Santíssima Trindade e pela Mesa da Consciência e Ordens, atualmente, à guarda do Arquivo Nacional Torre do Tombo, salientar a importância destes acervos para compreensão do perigo de ficar cativo como quotidiano e transversal a toda a época moderna.

Um perigo constante: os ataques de piratas e corsários

Corsários e piratas, apesar de exercerem ações semelhantes, tinham estatutos diferentes, sendo difícil, por vezes, estabelecer a fronteira entre uns e outros. O pirata era o salteador que atuava geralmente no mar, por conta própria, sem invocar qualquer justificação jurídica nem estar dependente de qualquer entidade. Já o corsário tinha o seu estatuto legalizado por uma carta de corso ou de marca, exarada por um rei ou governador, autorizando a prática do corso a título de represália por danos não reparados.¹⁰ Nesta qualidade, o corsário podia atuar em duas situações distintas: em tempo de guerra, contra os inimigos da nação que representava; em tempo de paz, contra todos os navios de determinados países, invocando o direito de represália, que permitia ao agredido ressarcir-se em qualquer embarcação da nacionalidade do agressor.¹¹ Em qualquer dos casos, a embarcação corsária devia hastear bandeira do reino que a havia comissionado. Em síntese, podemos definir o corso como “um instrumento jurídico que permitia aos estados dissimular uma política de hostilidade, e, diferindo-a para os particulares, com proveito também para os cofres públicos, usá-lo como meio de pressão no campo diplomático sem

¹⁰ Ana Maria Pereira Ferreira, *O essencial sobre o corso e a pirataria*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985; Ruy Manuel de Albuquerque, (1972), *As represálias: estudo de história do direito português (séculos XV e XVI)*, Lisboa, ed. autor, 1972.

¹¹ Luís Ramalhosa Guerreiro, “O corso e pirataria nos descobrimentos”, *Dicionário de história dos descobrimentos portugueses*. (dir. Luís de Albuquerque), Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 296-301; Fernando Gomes Pedrosa, *Os homens dos descobrimentos e da expansão marítima: pescadores, marinheiros e corsários*, Cascais, Câmara Municipal, 2000, p. 70; Ramón Lourido Díaz, *Marruecos y el mundo exterior en la segunda mitad del siglo XVIII*, Madrid, Instituto Cooperación con el Mundo Árabe, 1989, p. 62.

quebrar, por isso, as boas relações que os tratados de amizade e aliança preconizavam”.¹²

Com uma longa fronteira marítima, ilhas atlânticas e constantes armadas que atravessavam o mar fruto de um reino espalhado por quatro continentes, Portugal constituiu, desde muito cedo, local de eleição para investidas corsárias. Os relatos de ataques às armadas e à costa portuguesa são inúmeros, e tinham como fim, não só recolher mercadorias e todos os bens que encontrassem acessíveis e considerassem de interesse, mas também de fazer prisioneiros. Durante toda a época moderna o aprisionamento de indivíduos tendo por base as diferenças religiosas foi uma constante de ambos os lados do mar Mediterrâneo. Quanto mais elevado fosse o estatuto social, a especificidade do ofício desempenhado, género ou idade, maior seria o valor a pagar pelo resgate ou pela troca por outros cativos. No caso do reino português, a política de “entradas e almogaverias” a partir das praças no Norte de África e o ataque a embarcações magrebina, permitia um grande número de cativos muçulmanos.¹³ Número, no entanto, não comparável com o quantitativo de europeus levados para cidades como Salé, Mequinez ou Argel. Esta situação levou os reinos europeus a criarem instituições específicas para resgatar os cativos cristãos levados para o Norte de África, das quais as ordens religiosas da Santíssima Trindade e de Nossa Senhora das Mercês, foram as mais relevantes.¹⁴

Estes ataques levados a cabo por piratas e corsários magrebina ocorreram, como vimos afirmando, ao longo de toda a costa marítima portuguesa tanto continental como insular, bem como nos navios que cruzavam o Atlântico nas ligações com os arquipélagos da Madeira e dos Açores ou com o Brasil.¹⁵ As características geográficas da costa algarvia permitiram, para além do ataque às

¹² Luís Ramalhosa Guerreiro, *op. cit.*, 297.

¹³ David Lopes, *História de Arzila durante o domínio português*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1924, p.69.

¹⁴ Edite Martins Alberto, “Mercedários” e “Trinitários”, *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (dir. Carlos Moreira Azevedo), Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, respetivamente, vol. 3, pp. 194-195 e vol. 4, pp. 305-307

¹⁵ Edite Martins Alberto, “Corsários argelinos na costa atlântica – o resgate de cativos de 1618”, *Actas do Congresso Internacional O Espaço Atlântico de Antigo Regime: Poderes e Sociedades*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/ Universidade Nova de Lisboa, 2005 (disponível em http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/edite_alberto.pdf).

embarcações, o desembarque dos piratas e corsários e consequentes investidas em terra, não só para o roubo de bens como para o aprisionamento de indivíduos para futuro resgate.¹⁶

Um decreto do rei D. José, de 26 de agosto de 1750, comprova a permanência destes ataques ao longo da época moderna e a persistência em encontrar meios que os controlassem. Por este documento, o monarca ordenava que “se formasse no Reino do Algarve huma armadilha composta de hum chaveco, e de algumas embarcações pequenas, armadas em guerra, para fazer respeitadas dos corsarios da Barbaria as costas deste Reino, onde os mouros algumas vezes atrevidamente tinham saltado em terra, e roubado algumas Aldêas”.¹⁷

As consultas ao rei que encontramos na documentação da Mesa de Consciência e Ordens, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, permitem conhecer esta realidade a partir dos pedidos de ajuda monetária por parte dos cativos para apoio no pagamento dos montantes exigidos pelos seus resgates.

Numa consulta dos deputados da Mesa da Consciência e Ordens ao rei, datada 25 de setembro de 1646, refere-se pedido de Sebastião Rodrigues, morador no termo da povoação de Cacula, perto do mar, onde “saltarão os mouros em terra” e cativaram a sua mulher Isabel Nunes e os seus três filhos – Catarina, Maria e Manuel, respetivamente com quinze e cinco anos de idade e o menino com cinco meses de idade – bem como um criado de nome Domingos com catorze anos. Encontravam-se cativos em Salé e pedia-se que se tratasse do resgate com a maior brevidade pois estavam em “risco de perder a fé”. Por um cativo vindo de Salé, tinha-se conhecimento que os dois meninos – Manuel e

¹⁶ A costa portuguesa não foi só atacada por corsários muçulmanos. Também corsários europeus, principalmente ingleses, franceses e holandeses, fustigaram as armadas e a orla marítima, ao longo da história, em consonância com as relações, umas vezes pacíficas outras de inequívoca rivalidade, que caracterizaram os contactos entre os reinos. Citamos a título de exemplo os ataques efetuados pelo corsário inglês Francis Drake ou a instabilidade provocada pelos navios de corso holandeses, visando a apreensão de mercadorias e navios de comércio, principalmente no Brasil, durante a dinastia filipina. Edite Martins Alberto, “Corsários argelinos na Lisboa do século XVIII; um perigo iminente”, *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2ª Série Nº 3 (janeiro – junho 2015), pp. 129-130.

¹⁷ Fr. Cláudio da Conceição, *Gabinete Historico, que Sua Magestade Fidelissima, o Senhor Rey D. João VI*, Lisboa, Impressão Regia, 1829, vol. XII, cap. V, pp. 12-13. O comando da “armadilha” foi dado a Gaspar Pinheiro da Camara Manoel, com o soldo de Capitão Tenente.

Domingos – tinham falecido, e que Isabel Nunes e a filha mais nova tinham sido vendidas para Tetuão. O pai, Sebastião Rodrigues, pedia a intervenção dos deputados da Mesa para o pagamento do resgate da filha Catarina, a que “estava mais arriscada que todos” de se perder.¹⁸

O “risco de perder a fé”, perigo, esse, que a Mesa da Consciência e Ordens e, sobretudo, a Igreja, pretendiam evitar e no qual assentava a razão da organização dos resgates. Não estava só em questão o aprisionamento de indivíduos, mas a perda de almas perante a possibilidade de conversão ao islamismo.

Entre as consultas da Mesa da Consciência e Ordens podemos identificar outros casos de famílias que foram atacadas nas suas casas ou nas suas propriedades comprovando que, não só no mar eram feitos cativos, o perigo era constante para as populações das zonas costeiras face às investidas de piratas e corsários berberes.

Em Albufeira, Francisco Dias Galás, foi feito cativo e levado para Tetuão juntamente com a mulher Maria Fernandes Canelas, quatro filhos e uma sobrinha; os cinco entre os nove e os dezoito anos de idade. Estavam na sua propriedade no limite da povoação de Albufeira, quando foram atacados por trinta mouros “que quebrando as portas os cativarão a todos”. Apesar de Francisco Galás ter pelejado com uma lança, não houve pessoas que os acudissem a tempo e “foi rendido com duas cutiladas na cabeça”.¹⁹

Numa outra consulta, datada de 23 de janeiro de 1655, refere-se o pedido de Manuel Martins, natural de Loulé, juntamente com a sua mulher Maria da Cruz e os seus cinco filhos – Manuel, Domingos, Esperança, Maria, e Amaro, respetivamente com doze, dez, sete, quatro e dois anos de idade –, foram atacados na sua própria casa, no termo de Loulé, por mouros durante a noite, e levados para Arzila. Na praça norte africana, Manuel Martins consegue uma licença de seis meses por parte do seu *proprietário* para se deslocar ao reino a fim

¹⁸ ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Cativos, maço 15, caixa 54, [doc. 78] - Consulta dos deputados da Mesa da Consciência e Ordens, 25 de setembro de 1646.

¹⁹ ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Cativos, maço 16, caixa 55, [doc.47] - Consulta dos deputados da Mesa da Consciência e Ordens, 4 de março de 1653.

de tratar do seu resgate e da sua família, permanecendo esta como refém em Arzila.²⁰

Também João Domingues, lavrador de ofício, a mulher Brites de Sarra e os três filhos – Miguel de oito anos, Leocádia de seis anos e Ana de quatro anos –, foram atacados, durante a noite, na sua casa. Esta família que vivia no termo de Tavira foi levada para a cidade portuária de Argel, importantíssimo centro corsário. Na consulta os deputados da Mesa da Consciência e Ordens insistiam no receio de que os corsários argelinos levassem os meninos para o Levante “como costumam fazer”, e aí seriam educados de acordo com a cultura otomana, na corte ou como futuros militares.²¹ Tal preocupação estava também evidente na consulta decorrente do pedido de ajuda de Manuel Martins, mencionado anteriormente, onde os deputados pediam urgência no tratamento do assunto pois temia-se que se o “pai se demorar-se no reino se podem perder os meninos”.²²

Crianças e jovens, afastados dos seus pais, eram educados na lei islâmica para integrarem a corte ou o exército do sultão incorporando a elite dos janízaros. Este risco acrescido, que ameaçava os cativos de menor idade, explica a primazia que os padres trinitários davam aos seus resgastes.²³

Não só em terra se faziam cativos, a maioria era aprisionada em sequência de conflitos entre embarcações em alto mar ou nas zonas costeiras durante a faina

²⁰ ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Cativos, maço 16, caixa 55, [doc.64] - Consulta dos deputados da Mesa da Consciência e Ordens, 23 de janeiro de 1655. Sobre as vicissitudes desta família, bem como de outros cativos naturais de Loulé, ver Edite Martins Alberto, “De regresso a Loulé: o resgate de cativos cristãos nos séculos XVII e XVIII, *Atas do IV Encontro de História de Loulé*, Loulé, Câmara Municipal de Loulé – Arquivo Municipal, 2021, pp. 135-158.

²¹ ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Cativos, maço 16, caixa 55, [doc.175] - Consulta dos deputados da Mesa da Consciência e Ordens, 30 de abril de 1665.

²² ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Cativos, maço 16, caixa 55, [doc.64] - Consulta dos deputados da Mesa da Consciência e Ordens, 23 de janeiro de 1655.

²³ Ver, a título de exemplo, o Regimento do resgate geral de Mequines de 1689, concedido pelo rei aos padres trinitários, no item 5 se refere “quando não ha possebelidade que possa abranger a tudo o que se dezeja devem preferir huns cativos a outros e por esta maior razão tratareis em primeiro lugar dos que estiverem mais ariscados a deixar nossa santa fee, e lembrando-vos que por quanto este perigo ordinariamente de maior nos meninos e moços de pouca idade, vos encarrego muito que a estes apliqueis vosso maior cuidado e deligencia”, ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Cativos, maço 13, caixa 52, 22 de agosto de 1698.

pisicícola ou transporte de bens. Tal é o caso de Ambrósio da Conceição, natural de Tavira, que foi aprisionado por uma embarcação de Tanger enquanto trabalhava num barco de fretes.

Ambrosio da Conceição representaa Vossa Magestade por este Tribunal, que andando ganhando algũa cousa para se sustentar, sua mulher e filhos na cidade de Tavira, donde era natural, em hum barco de fretes, tivera amfelicidade de ser cativo de huma embarcação do Bacha de Tangere, para onde o conduzirão com mais outo companheiros de barco aonde andavam para passarem as mizerias que erão certas aquem padecia a infelicidade de huma barbara escravidão, sendo a de Tangere entre todas, a mais rigorosa pelas continuadas opreçoens, e necessidades com que ali se tratavão atodos os cristãos, que a não lhes assistir a Mizericordia de Deus todos desesperarião.

E vendosse o supplicante com tanta aflição, se rezolvera a buscar a liberdade a custa de todo o perigo, armando hũa barquinha de couro que sendo feita sem forma, e sem defesa, nem aparelho algum, se valera somente da protecção de Maria Santissima para que como Estrella do Mar, o guiasse a porto christão, o que felizmente comseguira.²⁴

A original fuga de Ambrósio da Conceição, inédita nas relações dos cativos, trouxe-o de volta ao reino, no entanto, embora não necessite de apoio monetário para o seu resgate, recorre à Mesa da Consciência e Ordens devido à pobreza em que encontra a sua mulher e filhos pois durante os dois anos não os pode sustentar.

Estas petições permitem-nos reconstituir histórias de cativo ao longo de toda a época moderna. Uma das mais curiosas e documentada, tanto no acervo da Mesa da Consciência e Ordens como nos manuscritos dos padres da Ordem da Santíssima Trindade, refere-se a Catarina de Jesus do lugar de Alagoa, casada com Tomé Gonçalves, de 50 anos de idade, foi cativa dentro da sua casa

²⁴ ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Cativos, maço 18, caixa 57, [doc. 32] – Consulta dos deputados da Mesa da Consciência e Ordens, 2 de dezembro de 1743.

juntamente com quatro crianças, filhas de uma vizinha. Em Argel declarou serem seus filhos de modo a conseguir conservá-los consigo. Em 1731, após um ano de cativo, são resgatados todos juntos.²⁵

Os padres redentores, frei José de Paiva e frei Simão de Brito, organizadores deste *resgate geral* de Argel, em 1731, numa carta enviada ao provincial da Ordem da Santíssima Trindade descrevem as vicissitudes ocorridas com a libertação de Catarina de Jesus e das quatro crianças, cuja possibilidade de resgate só surgiu quando já não possuíam dinheiro suficiente para libertar mais cativos.

Nos dias em que pela doença do Rey de Argel estivemos sem resgatar fizemos toda a possível diligencia por saber de mulher do Algarve a qual tinhamo captivado em sua caza com hũas crianças para tratar do seu resgate e o não podemos conseguir, e estando já quazi concluido o dinheiro do cofre nos mandou chamar o Rey, e nos disse que elle tinha hũa mulher com quatro filhos no seu jardim e que querendo os Turcos e Mouros compra-los no Baptistão²⁶ separados, elle o não consentira antes os comprára todos juntos e que assim os mandara vir agora do seu jardim pera que nos os resgatassemos. Significamos-lhe o quanto sentiamos não só o estarmos já sem dinheiro; mas com grande empenho para o qual não tinhamos ordem de Vossa Magestade: respondeo que por falta de dinheiro não deixassemos de resgatar porque não só esperaria que nos lho mandassemos de Lisboa mas que nos emprestaria todo o que nos fosse necessario sem lucro algum porque pela sua Ley lhe hera prohibido levalo.²⁷

²⁵ BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL [doravante BNP] *Relação dos cativos que por ordem delrey nosso Senbor D. João V resgataram na cidade de Argel, os Religiosos da Santissima Trindade da Provincia de Portugal, este anno de 1731* Lisboa Occidental, Officina da Musica, 1731 (disponível em <https://purl.pt/14543>).

²⁶ Nome dado aos banhos públicos, em cujo edificio eram alojados os cativos europeus. Sobre este assunto ver Jorge Afonso, *Os cativos portugueses nos banhos magrebinos (1769-1830): O Islão, o corso e a geoestratégia no Ocidente Mediterrâneo* (Tese de doutoramento em História), Lisboa, Universidade de Lisboa / Faculdade de Letras, 2017 (disponível em <http://hdl.handle.net/10451/27986>).

²⁷ ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Cativos, maço 13, caixa 52 - Carta dos padres redentores, frei José de Paiva e frei Simão de Brito sobre o resgate geral de Argel, 19 de outubro de 1731.

O governador de Argel tivera conhecimento desta mulher com as quatro crianças e querendo mantê-las juntas, comprara o seu resgate e abrigou-as no jardim do seu palácio. A sua preocupação levou-o a propor o empréstimo de dinheiro aos padres redentores para as comprarem. Estes viram-se entre a impossibilidade de aceitar o empréstimo, proibido pela coroa portuguesa, e o perigo de deixar a mulher com as crianças, que pensavam ser seus filhos, como cativos.

Com a intercessão do padre administrador do hospital da Ordem da Santíssima Trindade de Argel,²⁸ e pensando que o rei português certamente aprovaria esta ação caritativa, os padres resgataram Catarina de Jesus com os quatro filhos, esclarecendo na sua missiva que “depois soubemos que o não herão mas sim filhos de huma vizinha sua que estavam em sua caza quando a captivaraõ, e que os declarara por taes pelos amparar e ter junto comsigo”.²⁹ Ficando acordado que na primeira embarcação que saísse de Lisboa para o porto de Argel, seria remetido o valor emprestado.

Estas ocorrências constituem exemplos, entre centenas de muitas outras, de indivíduos aprisionados na costa marítima portuguesa ou enquanto atravessavam o Atlântico, e conduzidos para o Norte de África, onde permaneciam como cativos até serem libertados, através do pagamento do resgate ou por troca com cativos muçulmanos que estivessem sido aprisionados pelos portugueses.

Os magrebinos cativos em Portugal eram em número muito menor comparando com o cômputo dos cristãos que aguardavam resgate no Norte de África. Estes cativos provinham de apreensões de embarcações pelas armadas de defesa da costa, aprisionados nos ataques às povoações costeiras, sobrevivente de naufrágios, ou, no caso das praças portuguesas norte africanas,

²⁸ O hospital da Ordem da Santíssima Trindade de Argel era administrado pelos trinitários de Castela e foi criado para apoio aos cristãos enquanto cativos em Argel. Edite Martins Alberto, *Um negócio piedoso...*, *op. cit.*, p. 26.

²⁹ ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Cativos, maço 13, caixa 52 - Carta dos padres redentores, frei José de Paiva e frei Simão de Brito sobre o resgate geral de Argel, 19 de outubro de 1731; ANTT, Ordem da Santíssima Trindade, Convento da Trindade de Lisboa, livro 32 - *Argel Resgate Geral*.

fruto dos conflitos à coroa portuguesa e aguardavam nas *galés* em Lisboa o seu resgate, geralmente por troca com cativos cristãos.³⁰

Sabendo que Tomás de Moura, criado de Aires de Saldanha de Meneses, governador do reino do Algarve, vendera para Castela sete cativos “turcos” que tinham dado à costa algarvia, por 25 mil réis cada um, e considerando que com eles se podiam trocar alguns cativos portugueses, assegurando a sua liberdade, e “evitando-se hũa grande despeza”, o rei D. Pedro II ordenou que não se processa-se a sua venda e fossem entregues para trabalho nas *galés*. Aqui ficariam, até que “haja alguas pessoas que os comprem pera resgate de cativos ou resgates gerais em que se dem a troco entrando o seu valor na parte com que aquelles cativos havião de ser dotados”. Para tal, a Mesa da Consciência e Ordens deveria, pelo cofre da redenção dos cativos, indemnizar Tomás de Moura do montante gasto.³¹ Esta decisão régia demonstra a importância de manter estes cativos magrebinos no reino para futura troca, muitas vezes a pedido dos próprios governadores de Argel e de Marrocos.

Regressar ao reino: os resgates dos cativos

Ser cativo é diferente de ser escravo: o Direito Romano distingue cativo de servo; nas *Siete Partidas* de Afonso X (Partida segunda), o cativo é aquele que é capturado pelos infieis e que se encontra tanto em perigo físico como de alma; o cativo na mão de um inimigo, o servo na mão de um proprietário.³²

³⁰ Paulo Drumond Braga, “Os forçados das galés. Percursos de um grupo marginalizado”, *Estudos in Memoriam Carlos Alberto Ferreira de Almeida*, Porto, Universidade do Porto, 1999, pp. 187-200.

Neste nosso estudo referimos os ataques de corsários e piratas magrebinos às costas marítimas e às embarcações portuguesas, no entanto, é necessário não esquecer que também Portugal exerceu a atividade de corso sobretudo costa norte africana. Sobre este assunto ver Luís de Albuquerque, “Os corsários no tempo de D. Henrique”. *Crónicas de História de Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1987, pp. 33-38; e Luís Adão da Fonseca, *Navegación y corso en el Mediterraneo Occidental: los portugueses a mediados del siglo XV*, Pamplona, Universidad de Navarra, 1978 entre outros.

³¹ ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Cativos, maço 15, caixa 54, [nº 194] - Carta do rei aos deputados da Mesa da Consciência e Ordens datada de 18 de abril de 1693.

³² *Las Siete Partidas del Rey Don Alfonso el Sabio cotejadas con varios códices antiguos por la Real Academia de la Historia*, Madrid, Imprenta Real, 1807.

Apesar de existir catividade de indivíduos, fruto da violência entre os reinos da Cristandade, a mais problemática era a que decorria fruto do contacto entre o mundo cristão e o mundo muçulmano. A Ordem da Santíssima Trindade foi fundada com o objetivo de contribuir para a solução deste problema, definindo como essência da própria Ordem, a redenção de cativos cristãos e prestando assistência ao prisioneiro cristão que sofre por motivo da sua fé e por manter a liberdade religiosa.

Redimir cativos tinha, portanto, uma dupla vertente: resgatar fisicamente do cativo e resgatar almas, a fim de evitar a apostasia. Os próprios monarcas portugueses exaltavam esta ação como um bem próprio de Deus e do monarca. D. Pedro II, em 1689, referia no regimento passado aos padres e oficiais do resgate organizado para Mequinez: “espero que em cauza tão importante e de que tanto depende a salvação e remedio daquelles meus vassallos, vos haiaes muito como deveis á vontade com que vos nomeey para obra tão pia a tanto do serviço de Deus e meu”.³³ No regimento para a redenção a efetuar em Argel, em 1695, reforça a mesma ideia, dizendo que manda realizar o resgate “considerando o muito que convem acodir-se a meus vassallos cativos em Berberia, para que por meio de sua liberdade sejam livres dos trabalhos, e emjurias que padecem e do perigo a que (por falta della) podem vir deixando nossa Santa Fee”.³⁴ Anos mais tarde, D. João V reafirma a mesma ideia dizendo

Sobre a distinção entre escravo e cativo ver Giulio Cipollone, *Studi intorno a Cerfroid prima casa dell'Ordine trinitario (1198-1429)*, Roma, Ordinis Trinitatis Institutum Historicum, 1978, p. 592 e Andrés Diaz Borrás, *El Miedo al Mediterráneo: La caridad popular valenciana y la redención de cautivos bajo poder musulmán 1323 – 1539*, Barcelona, 2001, pp. 19-29. O autor, na introdução, deste estudo, faz uma importante reflexão sobre a história da escravatura e diferenciação dos conceitos escravo e cativo. A confusão entre os dois conceitos levou a que se pensasse que os historiadores que estudam temas de escravatura o fazem também de cativo, utilizando os vocábulos como sinónimos apesar de referirem realidades muito diferentes.

³³ ANTT - Mesa da Consciência e Ordens - Cativos, maço 23, caixa 52 - *Regimento dado aos Redentores que vão fazer o resgate geral de cativos de Mequinez*, 22 de agosto de 1689.

³⁴ ANTT - Mesa da Consciência e Ordens - Cativos, maço 13, caixa 52 - *Regimento do resgate de cativos de 1697, posteriormente adaptado para os resgates de 1720 e 1726*, 14 de maio de 1695.

“ser esta obra é tão pia e digna do zelo que tendes do serviço de Deus e bem do reino”.³⁵

Para além desta vertente caritativa e assistencial, desde cedo vão surgir benesses espirituais efetivas para quem contribuísse para a obra tão piedosa que era o resgate de cativos. Em 1734, D. João V, através do Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens, manda imprimir um sumário das indulgências pontifícias proclamadas até então que proporcionavam privilégios espirituais aos cristãos que fizessem doações para a libertação de cativos.³⁶ Este conjunto de benesses permite concluir sobre a importância que se revestia o ato de contribuir para a redenção de cativos, por parte da Igreja Católica. Em questão estava a preocupação de evitar a apostasia, ou seja, não perder fiéis cristãos para o mundo islâmico.

A obra tão pia de redimir cativos emergia como uma ação inerente à atuação do cristão na assistência aos seus irmãos na fé, mas também assegurando privilégios fundamentais na sua vida como crente, tanto na vivência diária como depois da sua morte. O aspeto mais evidente da ação caritativa dos cristãos revelava-se aquando da organização de *resgates gerais*. Salientamos que por *resgate geral*, entendia-se a libertação de um grande número de prisioneiros portugueses, de uma só vez, sob a alçada dos religiosos trinitários, rentabilizando-se os meios logísticos envolvidos, diminuindo a verba despendida, num ambiente de redenção, na aceção religiosa do termo. Os *resgates gerais*, ou seja, a libertação de todos os portugueses cativos em determinado lugar e data pelos padres redentores, fruto de negociações entre a coroa de Portugal e os governantes de Marrocos ou Argel, constituíam o modo oficial, tanto político como religioso, de exercer esta atividade.³⁷

³⁵ Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Lisboa, Typografia Universal, 1888, vol. X, pp. 361-362, transcreve a carta régia de 21 de junho de 1707 *do Livro I de Consultas e Decretos de D. João V*, fl. 186.

³⁶ ANTT - Mesa da Consciência e Ordens - Cativos, maço 14, caixa 53 - *Sumário das indulgências outorgadas pelos Papas a todas as pessoas que contribuíssem para o resgate de cativos*, Lisboa Ocidental, 1734.

³⁷ Sobre resgates gerais versus resgates particulares, ver Edite Martins Alberto, *Um negócio piedoso ...*, *op. cit.*, pp. 106-115.

Todo o processo de organização de um resgate, desde a publicação dos primeiros editais ao regresso dos cativos, constituía um ato público e apelava à participação dos crentes. A procissão, pelas ruas de Lisboa, de todos os resgatados logo que desembarcavam no porto da cidade, constituía o culminar de toda uma ação caritativa e, simultaneamente, de indulgência para todos os que nela participavam.

Enquanto se ajustavam as condições do resgate, competia os frades trinitários a sua publicitação pela cidade de Lisboa e pelo reino. Este ato consistia na colocação de editais e na realização de uma procissão solene pela cidade de Lisboa, com as imagens de Nossa Senhora do Resgate e dos santos fundadores da ordem: São João da Mata e São Félix de Valois.³⁸ Os editais mantinham um formulário comum nos diversos *resgates gerais*, atualizando-se somente a referência ao padre provincial, em nome do qual se organizava a redenção e que assinava o documento.

GLORIA TIBI TRINITAS

O Prêgador Gêral Fr. Mathias do Rozario Ministro Provincial da Ordem da Santissima Trindade Redempção de Captivos nestes Reynos de Portugal, e Algarves, &c. Fazemos saber a todos os fieis Christãos, como a Serenissima Magestade de ElRey D. João V Nosso Senhor, solícito do remedio dos seus Vassallos, que os Corsarios inimigos de nossa Santa Fé levarão captivos à terra de Barbaria, tendo deferido pelo seu Tribunal da Mesa da Consciencia, e Ordens à supplica, que lhe fizemos para effeito de se resgatarem os Portuguezes, que estão escravos debaixo do poder dos Turcos, e Mouros de Argel; ordena, e manda fazer resgate gêral pelos Religiosos desta nossa Provincia, como verdadeiros professores do Sagrado Instituto de Redempção de Captivos. Pelo que toda a pessoa, que movida de piedade, e compadecida do muito, que padecem os pobres, e miseraveis Captivos no duro, e aspero captiveiro de Argel quizer ajudar huma obra tão pia, e favorecer com suas esmolos o dito resgate,

³⁸ ANTT, Mesa da Consciência e Ordens - Cativos, maço 13, caixa 52 - Carta do promotor dos cativos sobre o resgate de Mequinez, 18 de Janeiro de 1735.

assim em geral, como em particular pôde acodir com ellas às pessoas para isso deputadas, e devendo fazer alguma obrigação a poderà fazer perante os Padres Redemptores o Doutor Fr. Martinho de anta Anna, e o Mestre Fr. Francisco Coutinho na Igreja do onvento da Santissima Trindade desta Corte às terças, quintas, e sabbados de tarde; o que serà atè quinze do proximo mez de Outubro dis destinado para sahir a Nào do Resgate do porto de Lisboa. Advertindo, que pelos Captivos serem muitos, e o cabedal não ser bastante para o resgate de todos, nelle (alèm do que dispozer o Regimento) serã preferidos os que se ajudarem. Lisboa Occidental no Convento da Santissima Trindade aos 24 dias do mez de Setembro de 1739.

O Prègador Gèral Fr. Mathias do Rozario Ministro Provincial.³⁹

Na sequência da informação apresentada no edital, os familiares de cativos dirigiam-se ao Convento da Santíssima Trindade de Lisboa, em dias definidos, onde os padres redentores e o escrivão registavam as doações que eram feitas. Na impossibilidade de deslocação dos familiares ao convento, faziam-se representar por procuradores, pelo padre da paróquia onde residiam ou por mercadores. Em livro próprio, aberto especificamente para cada *resgate geral*, era registado o nome e morada do doador, e identificando o familiar cativo, e o modo como tinha sido aprisionado. Todo um conjunto de dados que permitissem aos redentores reconhecê-lo aquando das negociações em terras magrebina. Entregavam, ao familiar ou procurador, um “conhecimento”, ou seja, um documento que comprovava a entrega da quantia para o pagamento ou contribuição para custear o resgate e que, no caso de o cativo ter falecido ou não ser possível resgatá-lo, permitia a restituição do dinheiro aos doadores.

O *Livro da receita e despesa do dinheiro que entregão as partes pera resgattes de seus captivos* ..., referente ao resgate de 1671, a realizar em Argel, constitui exemplo desta ação que visava identificar e auxiliar monetariamente cativos portugueses.⁴⁰ Ao

³⁹ ANTT - Mesa da Consciência e Ordens - Cativos, maço 14, Caixa 53 [pasta 5] – Edital de publicação do Resgate Geral de Argel de 1739.

⁴⁰ ANTT, Ordem da Santíssima Trindade, Convento da Trindade de Lisboa, livro 23 - *Livro de receita e despesa do dinheiro que entregão as partes pera resgattes de seus captivos feito por mim escrivão por*

longo de mais de quarenta fólhos encontram-se registados os montantes das doações, quem deu e a quem se destinam, com referência ao modo de cativo. Encontram-se doações destinadas a libertar cativos especificando o nome, naturalidade, profissão, filiação e modo de cativo, provenientes dos pais, irmãos, esposa, marido, tios, filhos desses cativos. Não é raro encontrar referências a quem vendia bens de uma pobre herança paterna, para fazer frente a libertação de um parente. Outras vezes eram particulares que davam apenas pelo efeito caritativo, por exemplo referindo que seria para resgatar um menino, ou o mais miserável dos cativos que os padres encontrassem.

Transcrevem-se dois registos relativos a cativos naturais do Algarve – António Vicente natural e morador em Lagos, cativo em terra perto de sua casa por corsários de Argel e Simão Fernandes Durão, natural de Faro, que veio de Argel aonde estava cativo para tratar do seu resgate e do seu filho Simão, de 13 anos, que ficara como refém enquanto o pai viajara ao reino para tratar dos seus resgates.

Em dezasete do mes de Abril de mil seis centos e setenta e hum annos, receberão os Reverendos Padres Redemptores da Ordem da Santissima Trindade Fr. Henrique Coutinho e Fr. Antonio Rollim sincoenta e hũa patacas e dous tersos marcadas de Manoel Serrão mercador e morador nesta cidade por conta do resgate de Antonio Vicente natural e morador no lugar da Figueira termo da Cidade de Lagos, casado com Maria de Sintra, o qual captivarão os Turcos em terra perto de sua casa, e do ditto dinheiro os dittos Padres Redemptores derão hum escrito ao dito Manoel Serrão feito por mim e asinado por elles, de que não se resgatando o dito cativo lhe tornarião a entregar nesta cidade de Lisboa as dittas sincoenta e hũa patacas e dous tersos a volta de Argel em fe do que fis este termo que os dittos Padres asinarão, e eu Padre João da Costa Machado secretario da Redempção o escrevi.

Sua Alteza da dita receita e despeza desta Redempção Geral que a Argel não fazer os Reverendos Padres Redemptores Fr. Henrique Coutinho e Fr. Antonio Rollim religiosos da Ordem da Santissima Trindade em Lisboa, 9 de abril de 1671.

O Padre Fr. Antonio Rollim Redemptor Geral.⁴¹

Em os 9 dias do mes de Junho do ditto anno nesta Cidade de Lisboa receberão os Reverendos Padres Redemptores Fr. Henrique Coutinho e Fr. Antonio Rollim Relegiosos da Ordem da Santissima Trindade quinhentas patacas marcadas que importão 300 000 de Simão Fernandes Durão natural da cidade de Faro, que veio de Argel aonde estava captivo a tratar assim do seu resgate como de hum filho seu por nome Simão de idade de 13 annos que tambem esta captivo em Argel e fiador do dito seu pai o qual dinheiro he para ajuda de seus resgates do qual dinheiro lhe derão os dittos Padres hum escrito de como receberão em fe do que eu o Padre João da Costa Machado escrivão da Redempção fis este termo que os dittos Padres asinarão.

Entregou mais sem patacas.

O Padre Fr. Antonio Rollim Redemptor Geral.⁴²

Ao longo do códice, nos registos de doações, são nomeados mais de cento e cinquenta cativos, todos eles capturados por turcos enquanto navegavam, identificando as embarcações onde exerciam os seus officios ou viajavam, ou apreendidos em investidas nas povoações da orla marítima e nas ilhas atlânticas dos arquipélagos da Madeira e dos Açores. Entre eles destacamos, para além de António Vicente e Simão Fernandes Durão, um jovem de catorze annos aprisionado quanto se deslocava de Vila do Bispo para Lagoa para trabalhar; na mesma localidade, uma mãe com dois filhos adolescentes capturados a uma légua de casa; um individuo apreendido no mato de Nossa Senhora da Luz, em Lagos; um casal de Portimão, levado para Salé, não se sabendo nada da mulher pois tinha sido levada para terras do interior, longe desta cidade portuária.

Estas doações provenientes de familiares ou procuradores, vindos de todo o reino, juntavam-se a um conjunto de meios de financiamento provenientes de

⁴¹ Idem, fl. 6v.

⁴² Idem, fl. 14.

impostos, doações das Misericórdias, legados testamentários, entre outros, que compunham o cofre da Renda dos Cativos.

Os resgates realizaram-se junto da corte do sultão de Marrocos e na cidade de Argel. No primeiro caso, os cativos resultavam tanto dos conflitos bélicos entre as praças portuguesas e o reino de Marrocos como da apreensão de embarcações sobretudo pelos corsários de Salé. No caso de Argel, decorriam da política de corso, instituída pelos governadores desta cidade portuária, visando as embarcações que circulavam no Mar Mediterrâneo e Atlântico e as povoações marítimas e insulares. Portugal foi especialmente afetado, tanto ao longo da sua costa continental, como nas ilhas atlânticas e tráfego transoceânico. Por isso, desde cedo, se procedeu à construção de fortes de vigia e à criação de armadas específicas para a vigilância da costa portuguesa e para a proteção das embarcações da Carreira da Índia e do Brasil, comboiando-as no seu trajeto de regresso ao Reino.

Uma *redenção* ou *resgate geral* envolvia um processo complexo de organização que poderia demorar vários meses. Desde a autorização régia ao ajuste das condições de resgate com o sultão de Marrocos ou com o governador de Argel – o dei –, passando pelas nomeações dos padres redentores e dos oficiais régios – tesoureiro e escrivão –, frete de navios, publicitação e procissão do resgate, preparação de presentes diplomáticos, angariação de fundos, numa complexa logística com o fim de libertar os portugueses que tinham sido levados como cativos para Mequinez ou Argel.

As relações dos indivíduos resgatados, listas que os padres redentores entregavam aos ministros da Mesa da Consciência e Ordens logo que desembarcavam em Lisboa com os cativos, constituem também uma fonte fundamental para o estudo dos cativos naturais do Algarve. Nem sempre estes registos dos cativos foram minuciosos, nem em todos os resgates foram seguidos os mesmos critérios. A impressão das listagens, obrigatória a partir de D. João IV, também respondeu a orientações diversas que alteravam a organização da informação que tanto se apresentava em cadernos com várias páginas como numa única longa folha de papel. A indicação do nome do cativo, idade e tempo de cativo é constante em todas as relações. Ao longo do tempo, estas, vão-se tornando mais completas, tendencialmente as mais atuais

são mais exaustivas. Assim, vemos surgir também informação referente à naturalidade, ofício, filiação parental, valor pago pelo resgate e mesmo alusão ao local ou instituição da cidade onde estavam cativos. Aparecem também referências relacionadas com a etnia e parentescos, no caso de serem resgatados vários elementos da mesma família.

Infelizmente não nos chegou informação concreta para todos os resgates gerais ocorridos nos séculos XVI a XVIII.⁴³ Mesmo no que respeita aos livros de registo de despesas e receitas que os padres redentores e oficiais tinham por obrigação fazer para cada resgate, só uma minoria chegou aos nossos dias.

Entre os reinados de D. João IV e D. Maria I, realizaram-se um total de catorze *resgates gerais*, dois das quais – os resgates de 1689 e 1718 – apesar de organizados, não se efetivaram pelas condições impostas pelo sultão Muley Ismael, impossíveis de cumprir por parte dos trinitários portugueses. O sultão pedia, no primeiro caso, armas, em troca da libertação dos cativos portugueses, e no segundo, a entrega da praça de Mazagão.

Em todos estes doze resgates encontramos naturais do Algarve, prova dos ataques frequentes que sofria a costa marítima por parte dos corsários e piratas de Argel ou Salé. Não sabemos quantos teriam sido apreendidos ao longo dos anos. As fontes só nos dão informação dos que foram resgatados e transportados para o reino através da ação dos religiosos trinitários. Dos dois mil e quinhentos cativos libertados, dos quais um quinto referem-se a cativos das ilhas atlânticas, encontramos principalmente naturais das zonas portuárias e piscatórias do centro e norte de Portugal. No entanto temos alusão a mais de duas centenas de cativos naturais de várias localidades algarvias.

⁴³ Listam-se algumas relações de cativos resgatados: *Relação do resgate que por ordem Delrey Nosso Senhor D. João V Rey de Portugal, se fez na cidade de Argel pelos Padres Redemptores os Pregadores Geraes Fr. Joseph de aiva, e Fr. Simão de Brito da Ordem da Santissima Trindade da Redempção de Cativos da Provincia de Portugal ...*, Lisboa, Officina da Musica, 1726 (disponível em <https://purl.pt/14757>); *Relação das pessoas resgatadas do cativo de Mequines, que por ordem d'ElRey nosso Senhor Dom João V Rey de Portugal fizeram os Padres Redemptores da Santissima Trindade deste Reyno no anno de 1729*, Lisboa Occidental, Officina da Musica, 1729 (disponível em <https://purl.pt/28549>); *Relação dos cativos que por ordem da Fidelissima Rainha D. Maria I nossa Senhora trouxerão resgatados da cidade de Argel os religiosos da Santissima Trindade da Provincia de Portugal...* . Lisboa, Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1778 (disponível em <https://purl.pt/28545>).

A identificação de todos estes cativos algarvios encontra-se publicada no nosso artigo no livro de atas do IV Encontro de História de Loulé, organizado pelo Arquivo Municipal desta localidade, em 2021.⁴⁴ Aqui, realçamos apenas as diversas localidades donde eram provenientes e os ofícios desempenhados.

Assim, para além do número elevado de resgatados a quem não é referida a naturalidade, surgem cinco, cuja indicação é simplesmente “natural do Algarve” sem especificar a localidade. Nos registos mais completos, encontramos, por ordem decrescente cativos naturais de Faro, Tavira, Lagos, Olhão, Portimão, Lagoa, Loulé, Silves, Albufeira, Armação de Pera, Alvor, Cabo de São Vicente, e um de cada uma das seguintes povoações: Sagres, Alcantarilha, Alcouthim.

O ofício que exerciam aquando da apreensão constitui outro item de extrema importância para a caracterização dos cativos. Mesmo não nos tendo chegado informação relativa a setenta e seis dos resgatados, sabemos que cinquenta e oito eram marinheiros e quarenta e três pescadores. Os restantes trinta e seis exerciam ofícios como calafates, contramestres, barbeiros, lavradores, carpinteiros, tanoeiros ou soldados. Aparecendo ainda, um capitão, um tenente, um pastor, um latoeiro, um ferreiro, um serralheiro, um solicitador, quatro com a identificação generalista de *trabalhadores* e quatro passageiros capturados enquanto viajam por mar.⁴⁵

Para além destes resgates ocorridos entre os reinados de D. João IV e D. Maria I, os quais para além de publicações, foram alvo de desenvolvimento nas exposições “Entre a Cruz e o Crescente: o Resgate de Cativos” realizadas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, e no Antigo Edifício dos Paços do Concelho de Lagos, em 2018, há outros estudos que podemos fazer a partir da documentação da Ordem da Santíssima Trindade e da Provedoria dos Cativos. Destaco o estudo dos cativos muçulmanos apreendidos pelos portugueses e as fontes de financiamento para o pagamento dos resgates.

⁴⁴ Edite Martins Alberto, “De regresso a Loulé ...”, *op. cit.*, pp. 135- 158.

⁴⁵ *Idem, ibidem*, pp. 143-146 e 152-157 (Anexo 1 - Cativos resgatados naturais do algarve (Séculos XVII-XVIII)).

Os portugueses também aprisionavam muçulmanos, nomeadamente a partir das praças do Norte de África, ou no mar com as armadas de vigia. Os corsários e piratas eram encaminhados para o trabalho nas galés em Lisboa e os restantes muçulmanos eram distribuídos por vários proprietários para os quais exerciam funções principalmente de criadagem, lavoura ou ofícios mecânicos.⁴⁶ Embora pertencessem ao rei estavam distribuídos por todo o reino.

Em 1728 chega à corte portuguesa uma carta da parte de Muley Ahmet, então soberano em Mequinez, relativa ao resgate de cativos. Pela primeira vez, em muitos reinados, o pedido de resgate partia do governador de Marrocos, e tal como procedera em relação aos reinos de Castela, França e Holanda propunha manter as condições propostas pelo seu pai, Mulley Ismail, no resgate tentado em 1718. No entanto, uma originalidade, em vez de dinheiro, solicitava a troca dos portugueses pelos muçulmanos cativos em Portugal.⁴⁷ Enviava uma lista com cerca de cinco dezenas de muçulmanos perseverantes na fé islâmica que sabia estarem no reino de Portugal, distribuídos por várias localidades: cinco em Lagos, seis em Faro, um em Alenquer, dezoito nas Galés e dezena e meia em Lisboa na posse de vários donos.

Os deputados da Mesa da Consciência e Ordens solicitam a D. João V que disponibilizasse os muçulmanos que estavam ao serviço das *galés* e os que se encontravam em posse de particulares, a fim de serem trocados por cativos portugueses. Deste modo foi realizado um levantamento por todo o reino a fim de reunir todos os muçulmanos existentes, perseverantes na fé islâmica, e cálculo das indemnizações a entregar aos proprietários. Foi enviada uma provisão régia a todas as comarcas do reino solicitando informação sobre os muçulmanos que existissem nesses lugares para se reunirem em Lisboa a fim de se trocarem por prisioneiros portugueses. A maioria tinha-se convertido ao cristianismo, facto que os proprietários atestaram apresentando as certidões de batismo de cada um deles.

Esta troca de cativos levantava vozes discordantes no reino português como a do conde de Unhão, capitão-general e governador do reino do Algarve, que em carta dirigida ao secretário de estado Diogo de Mendonça Corte Real, referia

⁴⁶ Paulo Drummond Braga, *op. cit.*, pp. 187-200.

⁴⁷ Frei Jerónimo de São José, *op. cit.*, II, pp. 449-450.

que o facto de se conceder liberdade aos muçulmanos poderia ser prejudicial para os habitantes do Algarve pois os que ali viviam há alguns anos conheciam muito bem a região, e podiam passar informações aos seus conterrâneos, nomeadamente sobre os melhores locais de desembarque. Explica, os cativos marroquinos “estão tão praticos naquelle pais [Algarve] que a hirem por troca pera Salle poderão tornar e fazer desembarque e nalgvas paragens que não tem deffensa”.⁴⁸

Apesar destas advertências, prosseguiu-se com a reunião de todos os muçulmanos cativos no reino com exceção dos argelinos. D. João V mandou libertar todos os dezoito mouros que estavam nas *galés* para serem entregues aos religiosos trinitários e sabendo que existiriam pelo menos mais vinte e seis por vários lugares do reino, ordenou que os que estivessem em posse de particulares, os seus donos seriam obrigados a vendê-los ou a trocá-los por argelinos que estivessem nas *galés*, pois o resgate era considerado uma causa publica que deveria prevalecer sobre o domínio dos proprietários. Justificando que se não fossem todos os cativos muçulmanos, o sultão de Marrocos teria desculpa para não entregar todos os cativos portugueses. Ficava também definido que os muçulmanos seriam avaliados por oficiais de justiça e pessoas competentes, para serem indemnizados os seus donos.

Em abril de 1728, o corregedor da comarca de Lagos, no reino do Algarve, referia ter no seu território quatro mouros, do reino de Marrocos, perseverantes na sua religião, pertencentes a diferentes proprietários.⁴⁹

Senhor. Em execução da ordem de Vossa Magestade de 18 de Março fis prender quatro Mouros Sallatinos que so se achão nesta correição persistentes na sua ceyta, por dos mais que havia nella huns se terem redemido a nossa ley e outros auzentado, sendo chamados os dous a minha prezença por não convirem em troca mas sim na pello presso que se arbitrasse se fes juramento a duas

⁴⁸ ANTT, Mesa da Consciência e Ordens - Cativos, maço 13, caixa 52 - Carta para Diogo de Mendonça Corte Real sobre poder ser prejudicial para os habitantes do Algarve a troca dos mouros pois conhecem muito bem a região, 12 de abril de 1728.

⁴⁹ ANTT, Mesa de Consciência e Ordens - Cativos, maço 13, caixa 52 - Cartas do corregedor da comarca de Lagos sobre os mouros saletinos da sua comarca e certificado da avaliação, 19 de abril e 31 de julho de 1728.

peessoas que julgo de sãa consciencia cujas festerão o arbitrio que vista da certidão juncta declarando que hum delles por nome Arguem a que he senhor o Prior de villa do Bispo vallia doze moedas de ouro de 4800 e outro por nome Gadin que he de Rumualdo Ferreira nove moedas; outro por nome Hamet de Vicente Annes em sete, e finalmente outro do mesmo nome que he de Andre Fernandes em treze, e como os senhores delles por evitarem o incomodo de os alimentarem na prisão em que Vossa Magestade resolva o que for servido me requereram lhes entregasse o fis com termo de derem delles conta [...] esta segurança e que os tais Mouros não sollicitarão fazer fuga ao mesmo tempo que não ignorão se lhe trata da liberdade que desyam, de que tudo dou esta conta a Vossa Magestade que me mandara o que for servido. Lagos Abril 19 de 1728

O Corregedor da Comarca de Lagos Fr. de Aguillar.⁵⁰

Os muçulmanos perseverantes na religião islâmica foram, conforme refere o corregedor avaliados pois os seus proprietários não aceitaram a troca por cativos argelinos mas sim o valor monetários destes cativos.

Certifico eu João Guterres Lioste escrivão da correição que em meu poder e cartorio se achão huns autos que se prosesaram por hua hordem que veio de Sua Magestade que Deos guarde pera este juizo da Correição pera efeito de se prehenderem todos os mouros que houvessem neste a cidade e sua comarca pretensentes ao reino de Mequines e serem avaliados por suas justas avallias o que se fes termo de louvados e juramento que se lhe deo pera avaliarem os ditos Mouros em seus justos preços o qual termo das avaliaçõins dos ditos Mouros he o seguinte e sendo aos seis dias do mes de Abril de mil sete sentos e vinte e outo annos pellos ditos dois louvados Jozeph Rodrigues Torrones e Francisco Gonsavez Maxado foram dito que elles tinham examenado os ditos Mouros e em suas consciencias de bacho de juramento que

⁵⁰ *Idem.*

recebido tinham ser o justo valor de huns e outros o seguinte = que o mouro Arguam de que he senhor o prior da Villa do Bispo poderea valler segundo o seu arbredo doce [?] moedas de ouro em rezão de estar em boa idade e ser bem disposto e ter seu prestimo, e que o nome por tome Amete de que he senhor Vicente Annes poderia valler sete moedas de ouro e ella rezão do prestemo que tinha a seu senhor sem embargo de ser cocho de huma perna, e que o Mouro Gadil que he senhor o Capitão Remualdo Ferreira da Silva valia nove moedas de ouro porque suposto seja de boa idade e desposição tem o visio de beber vinho desmaziado e pouco prestemo a seu senhor e que o mouro Amete de que he senhor Andre Frenandez albritavam em treze moedas de ouro asim pella rezão de sua boa idade desposição como pello prestemo que tem a seu senhor com sua lavoura e isto he o que entendião e declaravão de bacho de suas confenssias sem efecto nem odio de tudo o dito Doutor Corregedor mandou fazer este termo que com elle asinaram e eu João Guterres Lioste escrevam que a escrevi // Aguillar // Jorge Rodregues Torrones // Francisco Gonsalves Machado //

Deste modo os cativos muçulmanos foram avaliados de acordo com as suas características físicas, personalidade e hábitos quotidianos: Arguam, escravo do prior de Vila do Bispo, em doze moedas de ouro; Amete, cativo de Vicente Annes, sete moedas de ouro; Gadil do capitão Romualdo Ferreira da Silva, nove moedas de ouro e Amete de André Fernandes, treze moedas de ouro.⁵¹

Em julho, desse mesmo ano de 1728, o corregedor de Lagos volta a dirigir-se ao rei pedindo esclarecimento sobre o modo de expedição dos cativos para Lisboa e propondo que a viagem estivesse ao cargo dos oficiais de justiça. Notícia, ainda, que um dos quatro muçulmanos, por nome Guadim, pertencente ao capitão Romualdo Ferreira da Silva fugira do reino, embarcando de noite num navio inglês.⁵² Refere a que como sendo algo fortuito não procedeu judicialmente contra o proprietário a quem a guarda do cativo estava confiada, estranhando esta situação pois, alguns meses antes, havia defendido

⁵¹ *Idem.* Mantivemos a redação dos antropónimos tal como aparecem na grafia da época.

⁵² *Idem.*

não ser necessária a prisão dos quatro muçulmanos pois ansiavam a liberdade prometida.

Senhor. Por ordem de 19 de Julho ha Vossa Magestade servido mander-me remeter a essa corte os Mouros Saletinos que por carta de 19 de abril dei conta se achavão nesta Comarca com os mais do que ao despois tevesse noticia, ordenando aos donos delles vão receber seu valor ou outros mouros Argelinos, e que a despesa da jornada há de ser paga pello cofre dos captivos ao tempo da entrega do valor dos ditos mouros.

Antes da execução da qual me paresseu representar a Vossa Magestade a duvida que se me offreceu pera a dita remessão por que pertendendo fosse feita pellos mesmos donos que portanto se obrigavão dar elles conta [...] não só duvidas tomar asy esta incumbencia mas clamão de se lhe inpor o mais de hua viagem tam cumprida que a recepção do presso que por outro meyo lhe podia [...] satisfazer pera os mandar em [...] por officiais da justiça alem de ser grande a despesa e na ordem se apontão há-de ser paga ao tempo do valor delles. Como Vossa Magestade me não determina a forma da dita remessa, nem a da entrega, me resolvi dar esta conta, em que tambem da que hu dos quatro mouros por nome Guadim de que hera senhor Rumualdo Fereira se absentou pera fora do reyno com hum estregeiro de nação inglesa que assistia nesta cidadee chamado D. Jozeph Marif, embarcando-se de noite em hu navio ingles; o que por ser notorio e cazo fortuito não tenho procedido contra o domno pello termo que fis de dar delle conta como fiel carcereiro e se achão só prompts os tres por não haver mais nesta comarca persistentes na sua ceyta esperando Vossa Magestade me rezolva o como devo proceder na remessa que mandará o que for servido Lagos Julho 31 de 1728.

O Corregedor da Comarca de Lagos. Manuel [...] Aguillar.⁵³

⁵³ ANTT, Mesa da Consciência e Ordens - Cativos, maço 13, caixa 52 - Carta do corregedor da comarca de Lagos sobre a entrega dos mouros e referindo a fuga do mouro Guadim num navio inglês.

O ouvidor e procurador de Faro, Luís Freire da Silva, em abril do mesmo ano diz ter na sua localidade seis muçulmanos naturais de Salé. Três tinham-se convertido ao cristianismo apresentando as declarações comprovativas dos seus batismos e os outros três iriam ser avaliados e enviados para a corte.

Senhor. Em 29 de Março proximo passado receby huma Provizam de Vossa Magestade pella qual me ordenava prendesse seis Mouros saletinos que se achavam em esta Cidade e mandando fazer a dita deligencia somente se acharam tres preceverantes da ley de Mafoma, e os mais se acham reduzidos a nossa Sancta fee Catholica como se mostra das certidois de seos baptismos juntas; e mandando chamar seos senhores, alguns querem trocar sabendo se andem mandar a Galé escolher, e representando-me mais o bom serviço que experimentavam em os ditos Mouros me deram as declaraçois juntas do que lhes custavam, e idades; e logo mandey chamar duas pessoas das capazes a quem deferi o juramento dos Sanctos Evangelhos pera arbitrarem quanto se poderia dar por cada hum dos ditos Mouros e os seos pareceres remetto. Tambem me requerem os ditos Mouros creditto pera se alimentarem, a que não tenho deferido, dizendo-lhe somente os alimentarem seos senhores [...] e como esteja feita a delligencia, com os Mouros prezos, dou parte a Vossa Magestade que mandara o que for mais de seu real serviço. Faro de Abril 5 de 1728.

Do Ouvidor e Procurador da Commarca de Faro Luis Freyre da Sylva.⁵⁴

O procurador de Faro anexa à missiva as certidões de batismo de Absalam, natural de Larache, agora de nome João, cativo de Manoel Pinto Ferraz; de Manoel de Jesus, que se chamava Salo, escravo do capitão Manoel Ribeiro da Fonseca; de Joseph da Piedade, mouro de nação, escravo de Domingos Diaz

⁵⁴ *Idem*. Carta do ouvidor e procurador da comarca de Faro Manuel Luis Freire da Silva e treslado do certificado de avaliação, 5 de abril de 1728.

marchante na cidade de Faro e de Amet, turco de nação natural de Trípoli, agora Joseph de Santa Ana, escravo do Doutor João Lopes de Medina. No que respeita aos muçulmanos perseverantes na religião islâmica junta o auto de avaliação.

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil settecentos e vinte oito annos sendo em os cinco dias do mes de Abril do dito anno nesta cidade de Faro cazas de morada do Doutor Luis Freyre da Sylva e Dezembargador de Sua Magestade que Deos guarde ouvedor, e provedor desta comarca de Faro, aly parecerão Bento de Araujo Barboza, e Pedro da Sylva Ferreyra mercadores e moradores nesta ditta cidade, pessoas de boas e são consciências christans velhos aquem o ditto ministro deferio juramento dos Santos Evangelhos, e lhes mostrou huma Provizão de Sua Magestade que Deos guarde passada pello seu Tribunal da Mesa da Consciencia pera efeito de avaliarem tres mouros saletinos que se achavão prezos a ordem do ditto senhor, quanto se poderia dar por cada hum conforme as suas idades em que se achavão cujo juramento elles receberão e debaxo delle prometerão dizer verdade segundo entendensem em suas consciencias e logo por elles foi ditto que o mouro chamado Boque de Antonio Caldeira poderia valer segundo seus pareceres sacenta mil reis athe sacenta e dois e que o mouro Alizurba de João Pedro poderia valer sacenta athe sacenta e dois mil reis por serem homens mossos, e que o mouro chamado Asendi de Matheus Conçalves por ser mais velho entendião poderia valer quarenta e oito mil reis de cujo dittos, e avaliação mandou o ditto ministro a mim escrivão fizese este auto que com elles assignou Eu Antonio Martins Gago escrivão da ouvedoria que o escreveu.

Bento de Araujo Barboza. Freyre. Pedro da Sylva Fereira.⁵⁵

Deste modo, tal como os cativos muçulmanos da comarca de Lagos, foram avaliados de acordo com as suas características físicas, personalidade e hábitos

⁵⁵ *Idem.*

quotidianos: Boque de Antonio Caldeira avaliado entre 60 a 62 mil réis; Alizurba de João Pedro, pelo mesmo valor; e Asendi de Matheus Gonçalves, por 48 mil réis.⁵⁶ Apesar da possibilidade oferecida pelo monarca aos proprietários de cativos de Salé de os poderem trocar por argelinos, quase todos proprietários preferiram receber o valor que fosse atribuído ao seu cativo.

Com este levantamento por todo o reino foi possível reunir em Lisboa 38 cativos muçulmanos, aos quais se juntaram mais sete que estavam na praça portuguesa de Mazagão, perfazendo um total de 45 cativos para troca pelos portugueses aprisionados.⁵⁷ O sultão libertou todos os portugueses que tinha em seu poder e com eles alguns castelhanos que estavam casados com portuguesas, num total de cento e treze pessoas.

No que diz respeito a Argel, o procedimento diferia face a uma realidade política muito distinta de Marrocos. Na impossibilidade de manter todos os cativos, o governador desta cidade – o dei – vendia-os entre os cidadãos, na posse dos quais, trabalhando com servos, aguardavam a oportunidade de resgate, realizado pelos países das suas respetivas origens. Em Argel, um terço dos seus habitantes, seriam cativos provenientes de vários reinos europeus, desempenhando ofícios diversos como artífices para os seus proprietários ou na dependência do governador no seu palácio e instituições da cidade. Os menos afortunados eram integrados nas galés como remadores.⁵⁸

⁵⁶ Sobre os muçulmanos cativos em Portugal ver Edite Martins Alberto, “Os Muçulmanos em Portugal no século XVIII e o Resgate Geral de Cativos de 1729”, *In the Iberian Peninsula and Beyond. A History of Jews and Muslims (15th-17th Centuries)*, Newcastle upon Tyne, Cambridge Scholars Publishing, 2015, vol. 2, pp. 44-61, principalmente Quadro 2: Avaliação dos Muçulmanos Cativos, pp. 54-55.

⁵⁷ Sobre o Resgate Geral de 1729 consultar Edite Martins Alberto, (2011) - “No contexto de um resgate geral de cativos: Diogo Correia da Mota - embaixador de D. João V à corte de Marrocos (1728-1729)”, *Actas do 4º Colóquio de História Luso-Marroquina*, Lisboa/Braga, Centro de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa/Universidade dos Açores e Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória da Universidade do Minho, 2011, pp. 311-319.

⁵⁸ Sobre o quotidiano dos cativos em Argel consultar, por exemplo, Robert C. Davis, *Christian Slaves Muslim Masters. White Slavery in the Mediterranean, the Barbary coast and Italy, 1500 – 1800*, Nova Iorque, Palgrave Macmillan, 2004 e Richard Fletcher, *The Cross and the Crescent - The dramatic story of the earliest encounters between Christians and Muslims*, Londres, Penguin Books, 2003.

Para a organização dos *resgates gerais* eram necessárias avultadas somas que eram recolhidas pelo reino pelos mamposteiros da Provedoria dos Cativos, que exerciam a sua jurisdição nas sedes de arcebispados e bispados do reino, nas ilhas e nas praças Norte Africanas. Os mamposteiros-mores assumiram um papel fundamental na sociedade portuguesa, pois foram os que se dedicaram, em contacto com as populações, aos peditórios para recolher ou angariar verbas para os resgates dos cristãos cativos. A sua função consistia em superintender a arrecadação das esmolos, penas, resíduos ou legados testamentários, e receber o dinheiro que os mamposteiros menores, seus auxiliares, recolhiam nas igrejas, mosteiros, ermidas e freguesias nas cidades, vilas e lugares das comarcas dependentes da mampostaria. Eram eles que fixavam nas igrejas, junto às arcas e cepos, cópias das cartas de concessão de indulgências e privilégios espirituais, devendo lembrar o clérigo para as mencionar na sua pregação. Tinham direito a vários privilégios entre os quais a isenção de serem constrangidos para encargos do conselho, não podendo ser chamados para besteiro, nem obrigados a dar aposentadoria.

Este oficial exercia o cargo juntamente com o mamposteiro, sendo mesmo indispensável a sua presença na recolha e contagem das ofertas para resgate dos cativos.⁵⁹

A documentação do cartório do convento de Lisboa da Ordem da Santíssima Trindade e da Provedoria dos Cativos da Mesa da Consciência e Ordens permite-nos conhecer as fontes de financiamento para o pagamento dos resgates e o papel fundamental exercido pelos mamposteiros-mores, primeiro dependentes do Tribunal da Redenção dos Cativos criado por D. Afonso V e depois da Provedoria dos cativos.

Os monarcas foram dotando o tribunal de donativos provenientes de penas que até então pertenciam à Casa Real e que são deste modo destinadas à remissão dos cativos. Nomeadamente, os bens pertencentes a pessoas que morriam sem testamento e sem herdeiros, metade de tudo o que desse à costa sem dono

⁵⁹ Edite Martins Alberto, “«E sejam pessoas honestas ... com honestidade pedindo» – Os mamposteiros das ilhas”, *Ilhas do Mar Oceano: formas de governança em espaços de fronteira* (coord. Edite Martins Alberto, Margarida Lalandi), Ponta Delgada, Letras Lavadas, 2020, pp. 121-155 (disponível em <https://repositorio.uac.pt/handle/10400.3/6212>).

conhecido, todas as penas em dinheiro que até então iam para a chancelaria ou para outras obras, para além de outros benefícios outorgados pelos reis, não esquecendo as doações de particulares.

Os mamposteiros-mores passaram, com D. João II, a ser de nomeação régia, e na sua maioria atribuídos aos escudeiros da Casa Real. Os documentos do reinado de D. Manuel aludem constantemente a um regimento regulador do ofício, mas não encontrado na documentação estudada. No entanto, não deveria ser muito distinto do Regimento de D. Sebastião de 1560, referido como sendo uma atualização do documento manuelino.⁶⁰ Nele se encontram especificadas as funções dos mamposteiros-mores e dos menores bem como as dos escrivães e tesoureiros. Em adenda a este Regimento são transcritos os principais documentos que regulamentavam os ofícios, bem como os privilégios concedidos.⁶¹

Na documentação estudada encontramos referências à mamposteria do reino do Algarve e à recolha dos bens que a ela pertencia. Belchior Mendes da Rocha, mamposteiro-mor do reino do Algarve, escreve à Mesa da Consciência e Ordens afirmando que não tem feito correição por se encontrar doente e queixa-se de várias situações para justificar a falta de rendimentos: problemas na recolha pois a maioria das freguesias do Algarve encontram-se sem mamposteiros pequenos; falta de devoção das confrarias, assinala existirem trezentas e sessenta em todo o espaço algarvio, muitas extintas e as imagens sem veneração de culto.⁶² Reclama do governador por não lhe guarda os privilégios que lhe são devidos e do juiz de fora da cidade de Faro por ter dado liberdade a dois presos, que ele tinha mandado prender por dívidas que tinham para com o cofre dos cativos.⁶³

⁶⁰ BNP, Reservados, Códice 751 - Regimento dos mamposteiros mores do Reyno feito no anno 1560. Publicado em *Systema, ou Coleção dos regimentos reaes contém os regimentos pertencentes à administração da Fazenda Real*, Lisboa, Officina da Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1789, vol. V, pp. 486-499 (disponível em <https://goo.gl/bcX4Z2>).

⁶¹ *Idem*.

⁶² ANTT, Mesa da Consciência e Ordens - Cativos, maço 1, caixa 40 - Documentos da mamposteiro-mor do reino do Algarve, docs. 7 e 8, 19 de abril de 1733.

⁶³ *Idem*, docs. 9 e 11.

Para além das reclamações que atrapalham o seu ofício, apresenta alguns valores e explica como foram recolhidos. Belchior Mendes da Rocha menciona a venda de um patacho com lancha que tinha dado à costa junto à barra de Faro, vendido por 48.000 réis pelo cônsul castelhano. Parte deste montante era enviado para a Mesa da Consciência e Ordens pois metade do valor dos bens naufragados na costa portuguesa revertia para os resgates.⁶⁴ No entanto, informa que, em Tavira, o juiz da Alfandega não estava a aplicar esta norma “de que naufrago sem dono tem o rei tomado para cativos”.⁶⁵ Dá conta também do achamento em Loulé de uma panela de barro com “dinheiro mourisco em prata quadrada e de valor cada um de 50 ou 60 réis” e o conflito que se desencadeara entre a proprietária da terra e quem tinha encontrado a panela. O valor foi dividido em três partes, duas para os litigiosos e outra para a redenção dos cativos, tendo em conta que os “achados sem dono” revertiam para este fim.⁶⁶ Menciona ainda o dinheiro que existia no Cofre dos Órfãos de Loulé, “um conto e tantos mil reis” que havia sido recolhido pelo Doutor Sebastião Machado que servira como provedor e mamosteiro-mor.⁶⁷

Estas cartas de Belchior Mendes da Costa testemunham os problemas que sentiam os mamosteiros-mores em recolherem as penas a que tinham direito, muito longe do que sucedera nos reinados de D. João II ou D. Manuel. Nos finais do século XVII, os problemas vão-se agudizando, levando à extinção do ofício em 1775, que passa para as competências dos provedores das comarcas.⁶⁸

Notas de conclusão

Tendo por base os documentos do convento de Lisboa da Ordem da Santíssima Trindade e da Mesa da Consciência e Ordens relativos aos resgates de cativos, nos quais assenta este ensaio, vemos que, apesar de dispersas,

⁶⁴ *Idem* e doc. 14.

⁶⁵ *Idem*, docs. 12, 23 e 24, 31 de março de 1738.

⁶⁶ *Idem*, 3 de julho de 1728.

⁶⁷ *Idem*, doc. 4, maio de 1734.

⁶⁸ ANTT, Mesa da Consciência e Ordens - Cativos, maço 15, caixa 54, [nº 141] – Despacho régio: “Estes officios de mamosteiros mores que ouuer vagos e forem vagando se anexem aos Provedores das comarcas na forma da rezulução da consulta da Junta que mandei fazer Lixboa 11 de fevereiro de 673”.

surtem referências importantes para a compreensão da realidade do cativo que preocupou o quotidiano das populações da costa algarvia.

Estamos perante uma realidade quotidiana à sociedade portuguesa que decorreu desde a fundação da nacionalidade até à sua resolução definitiva no início do século XIX. No caso de Marrocos, com a subida ao trono de Sidi Mohammed, em 1757, desenvolveu-se uma política de criação de condições que levaram à realização de tratados de amizade e comércio com os reinos europeus, estipulando a obrigação mútua de não proceder ao aprisionamento de indivíduos. Na sequência desta política, o último intercâmbio de cativos entre Portugal e Marrocos efetuou-se em 1760 no âmbito da preparação do tratado de paz.⁶⁹ Os resgates passam a ser um assunto tratado pela diplomacia, deixa de ter a denominação de guerra religiosa para passar a um acordo entre nações. O Tratado de Paz, firmado em 11 de janeiro de 1774, marca uma nova fase no relacionamento entre as duas cortes, efetivada por uma intensa troca de embaixadas.⁷⁰

Em Argel, o último resgate geral de cativos decorre no ano de 1811 em sequência do Tratado de Trégua e Resgate assinado a 6 de julho de 1810. Por ele se resgataram seis centenas de cativos portugueses que seriam entregues em quatro etapas sucessivas. Os valores acordados foram muito altos, levando à necessidade de organização de um peditório nacional para possibilitar o pagamento do resgate solicitado. O Tratado de Paz Luso-Argelino foi celebrado a 21 de junho de 1813 sob o auspício britânico.⁷¹

O estudo dos resgates de cativos constitui, deste modo, a tentativa de dar a conhecer uma realidade quotidiana à sociedade portuguesa, especialmente vivida nas povoações costeiras que, pela situação geográfica, as tornava mais

⁶⁹ Sobre os resgates de cativos ocorridos em 1760 e nos anos seguintes até ao Tratado de Paz consultar Maria Joana Miranda de Carvalho Neto, *Portugal e Marrocos. Diplomacia e comércio (1760-1783)*. (Tese de mestrado em História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa), Lisboa, Faculdade de Letras / Universidade de Lisboa, 1996, 2 vols.

⁷⁰ O Tratado de Paz de 1774 entre Portugal e Marrocos encontra-se transcrito em português e em árabe in “Relações Luso-Marroquinas 230 anos”, *Camões. Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, novembro 2004, n.º 17-18, pp. 212-224.

⁷¹ Sobre o Tratado de Paz com Argel ver Fernando de Castro Brandão, *Portugal e as Regências de Argel, Tunes e Trípoli. Subsídios para a História Diplomática Portuguesa*, Porto, Secretaria de Estado da Emigração - Centro de Estudos, 1985, pp. 42-87

expostas ao ataque de piratas e corsários norte africanos.⁷² Redimir cativos tornava-se numa obra de caridade, de misericórdia, visando a liberdade dos que estavam presos no Norte de África, na dupla vertente, física e religiosa, “obra tão pia e digna do zelo [...] do serviço de Deus e bem do reino”, citando palavras do rei D. João V.⁷³

O estudo dos cativos algarvios é um assunto em investigação. Novos projetos irão permitir compreender melhor esta realidade, aprofundar os trabalhos já realizados e perceber o verdadeiro impacto dos ataques de piratas e corsários nas costas algarvias e a sua repercussão no quotidiano das populações.

⁷² Jean Delumeau, *La peur en Occident (XIV^e - XVIII^e siècles). Une cité assiégée*, Paris, Fayart, 1978.

⁷³ Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, pp. 361-362.

Fontes e Bibliografia

Fontes manuscritas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Manuscritos da Livraria n.º 565, *Historia chronologica do varoes illustres que tem havido na provincia de Portugal da Ordem da Santissima Trindade no santo exercicio da redempção desde o anno de 1208 the o de 1757.*

Mesa da Consciência e Ordens, Cativos,

Maço 1, caixa 40; Maço 13, caixa 52; Maço 14, caixa 53; Maço 15, caixa 54; Maço 16, caixa 55; Maço 18, caixa 57

Ordem da Santíssima Trindade

Convento da Trindade de Lisboa, livro 32 - *Argel Resgate Geral*

Convento da Trindade de Lisboa, livro 23 - *Livro da receita e despeza do dinbeiro que entregão as partes pera resgattes de seus captivos feito por mim escrivão por Sua Alteza da dita receita e despeza desta Redempção Geral que a Argel vão fazer os Reverendos Padres Redemptores Fr. Henrique Coutinho e Fr. Antonio Rollim religiosos da Ordem da Santissima Trindade em Lixboa, 9 de Abril de 1671.*

Biblioteca Nacional de Portugal

Relação dos cativos que por ordem delrey nosso Senbor D. João V resgataram na cidade de Argel, os Religiosos da Santissima Trindade da Província de Portugal, este anno de 1731 Lisboa Occidental, Officina da Musica, 1731 (disponível em <https://purl.pt/14543>).

Reservados, Códice 751 - *Regimento dos mamposteiros mores do Reyno feito no anno 1560.*

Fontes impressas

CONCEIÇÃO, Fr. Cláudio da, *Gabinete Historico, que Sua Magestade Fidelissima, o Senbor Rey D. João VI.* Lisboa: Impressão Regia, 1829.

Relação dos captivos que por ordem da Fidelissima Rainha D. Maria I nossa Senhora trouxerão resgatados da cidade de Argel os religiosos da Santissima Trindade da Província de Portugal... . Lisboa, Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1778.

- Relação dos cativos que por ordem do Fidelíssimo Rey Dom Joseph I nosso Senhor resgataram na cidade de Argel os religiosos da Santíssima Trindade, da Provincia de Portugal ...* Lisboa: Officina de Francisco da Silva, [1754].
- Relação das pessoas resgatadas do cativo de Mequines, que por ordem d'ElRey nosso Senhor Dom João V Rey de Portugal fizeram os Padres Redemptores da Santíssima Trindade deste Reyno no anno de 1729*, Lisboa Occidental, Officina da Musica, 1729.
- Relação do resgate que por ordem Delrey Nosso Senhor D. João V Rey de Portugal, se fez na cidade de Argel pelos Padres Redemptores os Pregadores Geraes Fr. Joseph de aiva, e Fr. Simão de Brito da Ordem da Santíssima Trindade da Redempção de Cativos da Provincia de Portugal ...*, Lisboa, Officina da Musica, 1726.
- SÃO JOSÉ, Frei Jerónimo de (1789-1794), *Historia Chronologica da esclarecida Ordem SS. Trindade, Redempção de Cativos, da Provincia de Portugal*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 2 tomos.
- Las Siete Partidas del Rey Don Affonso el Sabio cotejadas con varios códices antiguos por la Real Academia de la Historia*. Madrid: Imprenta Real, 1807.
- Systema, ou Coleção dos regimentos reaes contém os regimentos pertencentes à administração da Fazenda Real*. Lisboa: Officina da Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1789, vol. V, pp. 486-499 (disponível em <https://goo.gl/bcX42Z>).

Estudos

- AFONSO, Jorge, *Os cativos portugueses nos banhos magrebinos (1769-1830): O Islão, o corso e a geoestratégia no Ocidente Mediterrâneo* (Tese de doutoramento em História). Lisboa: Universidade de Lisboa / Faculdade de Letras, 2017 (disponível em <http://hdl.handle.net/10451/27986>).
- ALBERTO, Edite Martins (2011) - “No contexto de um resgate geral de cativos: Diogo Correia da Mota - embaixador de D. João V à corte de Marrocos (1728-1729)”, *Actas do 4º Colóquio de História Luso-Marroquina*. Lisboa/Braga: Centro de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa/Universidade dos Açores e Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória da Universidade do Minho, pp. 311-319.
- ALBERTO, Edite Martins, “Corsários argelinos na costa atlântica – o resgate de cativos de 1618”, *Actas do Congresso Internacional O Espaço Atlântico de Antigo Regime: Poderes e Sociedades*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e

- Humanas/ Universidade Nova de Lisboa, 2005. (disponível em http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/edite_alberto.pdf).
- ALBERTO, Edite Martins, “Corsários argelinos na Lisboa do século XVIII; um perigo iminente”. *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2ª Série N° 3 (janeiro – junho 2015), pp. 127 - 147.
- ALBERTO; Edite Martins (coord. ed.), *Entre a Cruz e o Crescente: o resgate de cativos*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa/ Arquivo Nacional Torre do Tombo, 2018.
- ALBERTO, Edite Martins, *As instituições de resgate de cativos em Portugal: sua estruturação e evolução no século XV* (Dissertação de mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade Nova de Lisboa, 1994, (disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/19979>).
- ALBERTO, Edite Martins, “Mercedários”, *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (dir. Carlos Moreira Azevedo). Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, vol. 3, pp. 194-195.
- ALBERTO, Edite Martins, “Os Muçulmanos em Portugal no século XVIII e o Resgate Geral de Cativos de 1729, *In the Iberian Peninsula and Beyond. A History of Jews and Muslims (15th-17th Centuries)*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2015.
- ALBERTO, Edite Martins (2011, *Um negócio piedoso: o resgate de cativos em Portugal na época moderna*. Braga: Instituto de Ciências Sociais / Universidade do Minho. Tese de Doutoramento em História, área do conhecimento História Moderna, 2011 (disponível em <http://hdl.handle.net/1822/13440>).
- ALBERTO, Edite Martins, “De regresso a Loulé: o resgate de cativos cristãos nos séculos XVII e XVIII, *Atas do IV Encontro de História de Loulé*, Loulé, Câmara Municipal de Loulé – Arquivo Municipal, 2021, pp. 135- 158.
- ALBERTO, Edite Martins, “«E sejam pessoas honestas ... com honestidade pedindo» - Os mamposteiros das ilhas”, *Ilhas do Mar Oceano: formas de governança em espaços de fronteira* (coord. Edite Martins Alberto, Margarida Lalandá). Ponta Delgada: Letras Lavadas, 2020, pp. 121-155 (disponível em <https://repositorio.uac.pt/handle/10400.3/6212>).

- ALBERTO, Edite Martins, “Trinitários”, *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (dir. Carlos Moreira Azevedo). Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, vol. 4, pp. 305-307.
- ALBUQUERQUE, Luís de, “Os corsários no tempo de D. Henrique”, *Crónicas de História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1987. p. 33-38
- ALBUQUERQUE, Ruy Manuel de, *As represálias: estudo de história do direito português (séculos XV e XVI)*. Lisboa: ed. autor, 1972.
- BRANDÃO, Fernando de Castro, *Portugal e as Regências de Argel. Tunes e Trípoli. Subsídios para a História Diplomática Portuguesa*. Porto: Secretaria de Estado da Emigração - Centro de Estudos, 1985.
- BRAGA, Paulo Drumond, “Os forçados das galés. Percursos de um grupo marginalizado”, *Estudos in Memoriam Carlos Alberto Ferreira de Almeida*. Porto: Universidade do Porto, 1999,
- CIPOLLONE, Giulio, *Studi intorno a Cerfroid prima casa dell’Ordine trinitario (1198-1429)*. Roma: Ordinis Trinitatis Institutum Historicum, 1978.
- DAVIS, Robert C., *Christian Slaves Muslim Masters. White Slavery in the Mediterranean, the Barbary coast and Italy, 1500 - 1800*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2004.
- DELUMEAU, Jean, *La peur en Occident (XIV^e - XVIII^e siècles). Une cité assiégée*. Paris : Fayart, 1978.
- DIAZ BORRÁS, Andrés, *El Miedo al Mediterráneo: La caridad popular valenciana y la redención de cautivos bajo poder musulmán 1323 - 1539*. Barcelona: Institución Milá y Fontanals, 2001.
- FERREIRA, Ana Maria Pereira, *O essencial sobre o corso e a pirataria*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985.
- FLETCHER, Richard, *The Cross and the Crescent - The dramatic story of the earliest encounters between Christians and Muslims*. Londres: Penguin Books, 2003.
- FONSECA, Luís Adão da, *Navegación y corso en el Mediterraneo Occidental: los portugueses a mediados del siglo XV*. Pamplona: Universidad de Navarra, 1978.
- GUERREIRO, Luís Ramalhosa (1994), “O corso e pirataria nos descobrimentos”, *Dicionário de história dos descobrimentos portugueses* (dir. Luís de Albuquerque). Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, pp. 296-301.
- LOPES, David, *História de Arzila durante o domínio português*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1924.

-
- LOURIDO DIAZ, Ramón, *Marruecos y el mundo exterior en la segunda mitad del siglo XVIII*. Madrid: Instituto Cooperación con el Mundo Árabe, 1989.
- NETO, Maria Joana Miranda de Carvalho, *Portugal e Marrocos. Diplomacia e comércio (1760-1783)*. Tese de mestrado em História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa. Lisboa: Faculdade de Letras / Universidade de Lisboa, 1996, 2 vols.
- OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Elementos para a História do Município de Lisboa*. Lisboa: Typografia Universal, 1887-1889, 10 vols.
- PEDROSA, Fernando Gomes (2000), *Os homens dos descobrimentos e da expansão marítima: pescadores, marinheiros e corsários*. Cascais: Câmara Municipal, 2000.
- Relações Luso-Marroquinas 230 anos. *Camões. Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, novembro 2004, n.º 17-18, pp. 212-224.

O Algarve na rota das Índias de Castela: Balanço historiográfico

MARIA DA GRAÇA A. MATEUS VENTURA *

Fontes e historiografia portuguesa¹

O Algarve nos séculos XVI e XVII foi objeto de descrições por autores coevos e de estudos historiográficos que se complementam em informação.

A primeira descrição, sob a forma de crónica, foi realizada por João Cascão, em 1573, quando o cronista acompanhou a visita de D. Sebastião ao Alentejo e ao Algarve.² Embora o objeto do autor fosse a figura do monarca e o seu percurso pelas vilas e cidades da região, relatando episódios mais ou menos pitorescos da

R. M. Loureiro (ed.), *O Algarve na Primeira Globalização – Coletânea de Estudos* (Faro: Direção Regional de Cultura do Algarve, 2023), pp. 197-216.

* Centro de História – Universidade de Lisboa; Instituto de Cultura Ibero-Atlântica. E-mail: mgracaventura@letras.ulisboa.pt

¹ Este texto resulta da adaptação e desenvolvimento da Introdução ao livro da autora *Por este mar adentro: êxitos e fracassos de mareantes e emigrantes algarvios na América Hispânica*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2021, 15-24.

² “Relação da Jornada de El-rei D. Sebastião quando partiu da cidade de Évora feita pelo cronista João Cascão” (1573). In Francisco Sales Loureiro (edição). *Uma Jornada ao Alentejo e ao Algarve*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

jornada régia, acrescentou breves, mas úteis apontamentos sobre cada um dos locais visitados, nomeadamente Lagos, Alvor, Portimão, Monchique, Quarteira, Loulé, Tavira e Castro Marim.

Os *Cadernos da Revista Económica e Social*, revista dirigida por Vitorino Magalhães Godinho, dedicou o seu número 3 à transcrição de duas descrições do Algarve no século XVI, cuja apresentação, leitura, notas e glossário coube ao etnógrafo Manuel Viegas Guerreiro e ao historiador Joaquim Romero de Magalhães.³ Estas são, sem dúvida, as mais importantes descrições de caráter monográfico sobre o Algarve quinhentista: a “Corografia do Reino do Algarve”, de Frei João de S. José (1577), aponta dados demográficos, embora um pouco divergentes dos de João Cascão, e, sobretudo no Livro I, um quadro social e económico que apresenta este território dotado de variados recursos naturais, valorizando-se os produtos da serra, embora fosse evidente uma notável dinâmica no litoral devido ao comércio com a Andaluzia expressa na circulação de *reales* de prata daí resultante (por exemplo, pescaria de ostras em Tavira pelos castelhanos que eram vendidas a 20 *reales* de prata, o milheiro),⁴ bem como o contrabando com Castela.

Tavira, “a principal de todo o reino do Algarve” mereceu especial atenção de Frei João, “não só na grandeza da povoação e dotes que a natureza repartiu com o solo do seu sítio [comparou-a a Roma e a Sevilha por ser dividida a meio por “um braço de mar”], como pela “nobreza dos moradores dela”.⁵ Contudo, perdeu o seu fulgor e foi-se despovoando, enquanto Aiamonte crescia pelo favorecimento do “duque, senhor da terra” aos estrangeiros que a demandavam. Uma das razões que o autor apresenta para tal decadência é particularmente pertinente:

Outros dizem que também deu causa a isso mudarem-se muitos
mercadores e outros homens ricos da mesma cidade pera Sevilha
e mais lugares marítimos de Castela, polos muitos ganhos que

³ “Duas Descrições do Algarve do século XVI: Frei João de S. José, Corografia do Reino do Algarve (1577), Henrique Fernandes Sarrão, História do Reino do Algarve (circa 1600)”. In Manuel Viegas Guerreiro e Joaquim Romero Magalhães (Eds). *Cadernos da Revista de História Económica e Social* 3. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1983.

⁴ Frei João de S. José, 52.

⁵ *Ibidem*, 49.

sentiam nos tratos das Índias do mesmo reino, cujo rei não consente ir tratar a elas os estrangeiros, mas somente seus naturais ou ao menos moradores de suas terras.⁶

Ao contrário da descrição de caráter renascentista de Frei João, pelas inúmeras referências aos Antigos, pouco convencional, colorida e ritmada, Henrique Fernandes Sarrão (c. 1600), advogado da Corte e Casa da Suplicação, na sua “História do Reino do Algarve”, escrita cerca de trinta anos mais tarde, usa uma linguagem descritiva, objetiva e escorreita. Dedicou 17 capítulos ao Algarve, descrevendo em cada um, a partir do III, cada vila ou cidade, começando em Aljezur e terminando em Alcoutim, com detalhes informativos preciosos em tão diferentes domínios como a demografia, a capacidade defensiva, a organização urbana e a atividade económica. Vejamos como no capítulo II apresenta a idiosincrasia dos Algarvios:

Os naturais do Algarve se chamam Algarvios. São muito determinados e animosos, mais amigos da honra que de fazenda, inclinados a pelejar, e vingativos por extremo, muito leais a quem servem se os tratam com cortesia e brandura, têm confiança em gram maneira, e os que são pobres fazem fundamento só no espírito. Finalmente na arte do mar são excelentes, nas letras não têm o menor lugar nem nas armas o segundo.⁷

Outra fonte impressa que apresenta dados objetivos sobre a costa do Algarve foi produzida, entre 1617 e 1621, pelo arquiteto e engenheiro militar napolitano Alexandre Massai foi a *Descrição e plantas da costa, dos castelos e fortalezas, desde o Reino do Algarve até Cascais, da Ilha Terceira, da praça de Mazagão, da Ilha de Santa Helena, da fortaleza da Ponta do Palmar na entrada do rio de Goa, da cidade de Argel e de Larache*,⁸ por incumbência de Filipe III, para averiguar do estado das edificações defensivas do reino do Algarve e da calheta de Sines. Da sua observação crítica

⁶ Ibidem, 51.

⁷ Henrique Fernandes Sarrão, 138.

⁸ Alexandre Massai (1617-1621). *Descrição e plantas da costa, dos castelos e fortalezas, desde o reino do Algarve até Cascais, da ilha Terceira, da praça de Mazagão, da ilha de Santa Helena, da fortaleza da Ponta do Palmar na entrada do rio de Goa, da cidade de Argel e de Larache*. ANTT, Casa de Cadaval, n.º 29.

resultou um estudo exaustivo de caráter histórico-geográfico das vilas e cidades mencionando as guarnições militares e a artilharia existentes, os tipos de navios que frequentavam os portos, a navegabilidade dos rios e as produções locais, incluindo plantas e traças do edificado existente e as suas propostas de reedificação. No que respeita ao Algarve Massai dedicou atenção especial aos portos desde Cacula ao cabo de S. Vicente.

A vantagem desta fonte relativamente às anteriores consiste na ilustração com plantas coloridas dos núcleos urbanos salientando a sua estrutura defensiva e os seus elementos distintivos quer demográficos quer económicos. Alguns anos mais tarde, em 1634, o cartógrafo Pedro Teixeira elaborou um atlas da Península Ibérica, *El Atlas del Rey Planeta*⁹ que apresenta plantas resultantes de uma vista aérea imaginária, tipo “voo de pássaro”, acompanhadas de uma descrição. São plantas muito interessantes com representação da linha de costa, baías, enseadas, estuários, rios, colinas, promontórios, cabos, serras e povoações, embora com algumas incorreções nomeadamente no que respeita à localização da vila de Alvor e de Albufeira.

Em 1841, o jurista lacobrigense João Baptista da Silva Lopes, proprietário, funcionário público, procurador judicial e vice-cônsul de Espanha em Lagos, liberal convicto, escreveu uma *Corografia ou Memória Económica, estatística e topográfica do Reino do Algarve*.¹⁰ Embora seja uma fonte importante para o estudo do Algarve oitocentista, a descrição sistemática de cada um dos 66 lugares integrados no capítulo V do 1º volume assume um caráter monográfico diacrónico. Também nos interessa aqui destacar o capítulo VI (2º volume) pelo levantamento dos “Naturaes de Algarve que por seus feitos, artes, sciencias ou virtudes, tem ilustrado a pátria”, com enfoque no século XVI, facultando-nos informação sobre algarvios nas Índias de Castela ou em Sevilha: Frei António de Montarroio, natural de Tavira, que passou à América espanhola onde tomou o hábito dos Agostinhos, em Lima, em 1580; Diogo Magina, também natural de Tavira, pintor que teria aprendido em Sevilha “pelas pinturas de Murillo”, residiu em Lisboa em 1766 onde pintou os painéis de Nossa Senhora nas

⁹ Pedro Teixeira (1634). *El Atlas del Rey Planeta: La “Descripción de España y de las costas y puertos de sus reinos”*. Felipe Pereda y Fernando Marias (Eds). Fuenterrabía: Nerea, 2002.

¹⁰ João Baptista da Silva Lopes (1841). *Corografia ou Memória Económica, estatística e topográfica do Reino do Algarve*. 2 vols. Faro: Algarve em Foco, 1988.

capelas da Penha de França, vindo, depois a trabalhar em Aiamonte; Frei Luís da Cruz, natural de Loulé, embarcou para o México em 1717, para se juntar a um tio, fundou o Convento de S. Fernando do México, vindo a solicitar a Filipe V, em 1739, autorização para a fundação do hospício de Nossa Senhora de Puebla. São marcas da presença de algarvios no domínio do património cultural do México e da sua passagem por Sevilha na Época Moderna, que não podemos ignorar.

Fontes impressas espanholas sobre legislação

No domínio das fontes sobre o comércio com a América, a navegação, a legislação sobre estrangeiros, as taxas e os impostos, destaca-se a obra incontornável de Joseph Veitia y Linaje, *Norte de la Contratación de las Indias Occidentales*, publicada em 1672, sendo o único tratado da organização do comércio colonial hispânico até ao século XVIII.¹¹ Antes dele, Diego de Encinas havia publicado o *Cedulario indiano*, em 1596, uma recompilação das “Provisiones, Cédulas, Capítulos de Ordenanzas”, a pedido do Conselho das Índias. Nesta obra de quatro volumes foram fielmente transcritas integralmente, por ordem cronológica, todas as disposições, ordenadas por matérias, até à data da sua publicação.¹² Mais tarde, o luso-espanhol António de León Pinelo também elaborou uma *Recopilación de las Indias*, mais bem estruturada e atualizada que as anteriores obras, finalizada em 1636, mas só impressa em 1681.¹³

¹¹ Joseph de Veitia y Linaje (1672). *Norte de la Contratación de las Indias Occidentales*. Buenos Aires: Comisión Argentina de Fomento Interamericano, 1945.

¹² Diego de Encinas (recomp.). *Cedulario indiano*. Madrid: Ed. Cultura Hispanica, 1945 (Facsimile da ed. unica de 1596).

¹³ António de León Pinelo. *Recopilación de leyes de los reinos de las Indias*. Mandadas imprimir y publicar por la Majestad Católica del rey Don Carlos II, nuestro señor. Madrid: Impr. por Ivlian de Paredes, 1681. 4 v. Em 1992 foi publicada no México, em 3 volumes, numa edição crítica de Ismael Sánchez Bella, México, Miguel Ángel Porrúa, librero editor.

Historiografia portuguesa

No que respeita aos estudos sobre o Algarve e a sua relação com o processo expansionista ibérico, para não sermos muito exaustivos no balanço historiográfico, destacaremos apenas as obras marcantes produzidas no século XX. Alberto Iria e Joaquim Romero de Magalhães são autores incontornáveis sendo o seu contributo para o estudo do Algarve sobejamente conhecido. Contudo, tendo em vista o objeto deste trabalho, prestaremos atenção apenas aos conteúdos com este relacionados.

O historiador e arquivista olhanense Alberto Iria, em 1945, percorreu o Algarve em busca de arquivos e documentos relativos à história da região desde a época medieval ao período dos Descobrimentos. O resultado dessa pesquisa sistemática, muitas vezes frustrante pela constatação do desaparecimento de numerosos fundos documentais, permitiu-lhe produzir a obra monumental *Descobrimientos Portugueses, o Algarve e os Descobrimentos*¹⁴ centrada no período henriquino. Embora esta obra contenha informação preciosa sobre os Compromissos Marítimos dos mareantes algarvios e também sobre as origens medievais da família Barreto de Loulé (tal como, aliás, a obra *O Algarve nas cortes medievais portuguesas do século XV – subsídios para a sua história*¹⁵), consideramos que a sua obra *Da importância geo-política do Algarve na defesa marítima de Portugal nos séculos XV a XVIII*,¹⁶ com índices remissivos toponímicos e antroponímicos, com um aparato crítico notável, usando magistralmente as fontes narrativas e diplomáticas, bem como uma bibliografia pertinente, é a que nos faculta uma visão mais diacrónica e rica em recursos documentais do Algarve no contexto da Expansão marítima.

O historiador louletano Joaquim Romero de Magalhães, recorrendo às fontes impressas anteriormente referidas e a fontes de arquivo, na linha de Fernand Braudel e de Vitorino Magalhães Godinho, publicou em 1970 uma obra fundamental para a historiografia do Algarve - *Para o estudo do Algarve Económico*

¹⁴ Alberto Iria (1956). *Descobrimientos portugueses, o Algarve e os Descobrimentos*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.

¹⁵ Idem (1990). *O Algarve nas cortes medievais portuguesas do século XV (Subsídios para a sua história), I (1404-1449)*. Lisboa: Academia Portuguesa de História.

¹⁶ Idem (1976). *Da importância geo-política do Algarve na defesa marítima de Portugal nos séculos XV a XVIII*. Lisboa: Academia Portuguesa de História.

durante o século XVI.¹⁷ O capítulo 8, dedicado ao Comércio, estabelece um quadro da economia regional, articulando as importações e exportações com as ligações ao Mediterrâneo, ao Norte da Europa e à América. O mar, na época de Quinhentos, era o centro da nova dinâmica mercantil: “mar onde se pesca, mar onde se troca”.¹⁸ Tinha portos muito ativos no que respeita à navegação e à construção naval, mas

Ter portos não é tudo. O Algarve não aguarda passivamente que o mercador estrangeiro venha comprar ou vender. Constrói navios e lança-se no trato. Em Castro Marim, em Faro, em Vila Nova de Portimão, em Lagos, armam-se barcas e caravelões, caravelas e navios redondos, naus e galeões, além de pequenos barcos e barquetes.¹⁹

Abundava a matéria-prima essencial, importava-se breu das Canárias e ferro de Espanha, de Itália e da Flandres. Exportavam-se navios para os presídios de Marrocos, para a Carreira da Índia e, apesar das proibições sucessivas, para a Andaluzia, carente de madeira, que pagava duas ou três vezes mais e em *reales* de prata. O Algarve integrou-se, também pela via do contrabando, no complexo Mediterrâneo-Atlântico, através da cumplicidade com a Andaluzia e do seu envolvimento ativo com a Carreira das Índias de Castela. Romero de Magalhães sublinha que “É o comércio com Castela, comércio legal e contrabando, que vivifica toda esta região, na segunda metade do século [XVI]”.²⁰

Em 1988, Romero de Magalhães alargou este estudo aos séculos XVII e XVIII na obra *O Algarve Económico*²¹ cujo capítulo I do Livro I é dedicado ao Algarve, Portugal e a Andaluzia, mas focando essencialmente a evolução demográfica, as pestes, sem esquecer a União Ibérica e a sua repercussão na emigração massiva de portugueses para a América Hispânica, nem a repressão inquisitorial:

¹⁷ Joaquim Romero de Magalhães (1970). *Para o estudo do Algarve Económico durante o século XVI*. Lisboa: Edições Cosmos.

¹⁸ *Ibidem*, 188.

¹⁹ *Ibidem*, 190.

²⁰ *Ibidem*, 239.

²¹ *Idem* (1988). *O Algarve Económico, 1600-1773*. Lisboa: Editorial Estampa.

“Fogem os cabedais para longe do *fisco* que era *visco* (...), afastam-se as pessoas do calor do lume”.²²

Em *Algarve na época moderna*²³ o autor retomou os temas das obras anteriores, numa espécie de síntese atualizada, estruturada em 18 capítulos o que facilita a abordagem a matérias específicas como a análise das “Duas descrições do Reino do Algarve”, o assalto dos ingleses a Faro, o judaísmo, D. Jerónimo Osório, entre outros. Destacamos o capítulo 11 sobre a economia do Algarve e a conjuntura económica nos séculos XVI a XVIII que acentua a progressiva perda de dinamismo da região em resultado da ação da Inquisição, da emigração para a Andaluzia e daqui para as Índias de Castela, e ainda pela quebra forçada das cumplicidades transfronteiriças após a Restauração.

A bibliografia sobre a América Hispânica, que enfatiza a importância da presença de portugueses, é vasta no que respeita, sobretudo, à historiografia espanhola e hispano-americana. Contudo, a relação entre o Algarve e a Andaluzia não tem merecido tanta atenção por parte dos investigadores.

Em Portugal, os estudos pioneiros e mais completos são de nossa autoria, com destaque para a obra *Portugueses no Peru ao tempo da União Ibérica*,²⁴ além de obras anteriores sobre os negreiros portugueses com destaque para Manuel Caldeira,²⁵ sobre a participação dos portugueses no processo de descobrimento e conquista da Hispano-América²⁶ e a edição crítica da *Relação Verdadeira do*

²² Ibidem, 24.

²³ Idem (2012). *O Algarve na Época Moderna*. Miunças 2. Imprensa da Universidade de Coimbra / Universidade do Algarve.

²⁴ Maria da Graça A. Mateus Ventura (2005). *Portugueses no Peru ao tempo da União Ibérica: mobilidade, cumplicidades e vivências*. 2 vols, 3 tomos. Lisboa: INCM. Nesta obra, resultante da tese de doutoramento defendida na Universidade de Lisboa (2003), fizemos um estudo da origem geográfica dos emigrantes e dos seus destinos, sendo que os algarvios tiveram uma presença preponderante no Caribe e, especificamente, em Cartagena das Índias e Porto Rico.

²⁵ Idem (1998a). *Negreiros portugueses na Rota das Índias de Castela*. Lisboa: Edições Colibri; ICIA.

²⁶ Idem (1999a). *Portugueses no descobrimento e conquista da Hispano-América: viagens e expedições*. Lisboa: Edições Colibri; ICIA. Nesta obra foram identificados todos os portugueses que participaram em todas as viagens e expedições, desde 1492 até 1557. Aqui podemos encontrar algarvios no México, com Hernán Cortés, no Rio da Prata, com Cabeza de Vaca e Pedro de Mendoza, entre outros. Ver também, Idem (1999b). “Portugueses na rota das Índias Ocidentais: para uma leitura sociogeográfica”. In *As rotas oceânicas: actas das IV Jornadas de História Ibero-americana*. Lisboa: Edições Colibri; ICIA.

descobrimto da Florida... feita novamente por um fidalgo de Elvas,²⁷ entre muitos artigos e, em particular, o nosso recente livro *Por este mar adentro: êxitos e fracassos de mareantes e emigrantes algarvios na América Hispânica*.²⁸ Todavia, é necessário realçar o contributo fundamental do agrónomo português Gonçalo de Reparaz na divulgação das fontes do Archivo General de la Nación (Lima, Peru) sobre os portugueses no vice-reino do Peru a partir de meados do século XVI. Os *portugueses no vice-reinado do Peru (séculos XVI e XVII)* foi de facto, a obra inaugural, amplamente citada pelo inventário detalhado dos processos do Tribunal do Santo Ofício de Lima.²⁹

Historiografia estrangeira

Obra incontornável no estudo da relação entre Sevilha e o Mundo Atlântico, nos séculos XVI e XVII, é da autoria de Pierre e Huguette Chaunu (1959), *Séville et l'Atlantique (1504-1650)*.³⁰ Trabalhando com os conceitos de conjuntura e de estrutura, na linha braudeliana, este trabalho exaustivo, sobretudo a segunda parte interpretativa, confere ao Algarve um papel de certo modo desestabilizador do monopólio sevilhano: “De tous les points de la côte portugaise, c’est celui qui soulève à Seville, au XVIIe siècle surtout, les plus incoercibles méfiances”.³¹ O Algarve, a costa mais próxima de Sanlúcar e Cádiz, ganha particular relevo com os seus “petits ports bien abrités au creux d’un estuaire, pépinières de marins” como Sagres, Lagos, Vila Nova de Portimão e a embocadura do Guadiana. A psicose do Algarve:

On trouvera une preuve supplémentaire des craintes de Séville à l’égard de l’Algarve, dans les mesures répressives prévues dans

²⁷ Idem (1998). *Relação verdadeira dos trabalhos que o governador D. Fernando de Souto e certos fidalgos portugueses passaram no descobrimto da provincia da Florida, agora novamente feita por um fidalgo de Elvas*. Transcrição do texto, notas e índices de Maria da Graça A. Mateus Ventura. Col. Outras Margens. Lisboa: CNCDP.

²⁸ Idem (2021). Lisboa: Edições Tinta-da-China.

²⁹ Gonçalo de Reparaz (1976). *Os portugueses no vice-reinado do Peru (séculos XVI e XVII)*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.

³⁰ Pierre et Huguette Chaunu (1954-1955). *Séville et l'Atlantique (1504-1650): Première Partie, Partie Statistique; Deuxième Partie, Partie Interprétative: Structures et Conjonture de l'Atlantique espagnol et hispano-américain (1504-1650)*. 8 vols. Paris: Armand Colin, S.E.V.P.E.N.

³¹ Ibidem, II Partie, tome VIII1, 220.

l'asiento de l'avería du 22 décembre 1627, notamment, à l'encontre des propriétaires des barques qui viennent, de nuit, cueillir, par une série de complicités, une fraction non négligeable de l'or et de l'argent des convois. Combien de fois, à partir de cette date, ne verra-t-on pas la *Casa* imputer aux contrebandiers de l'Algarve, les mécomptes de plus en plus fréquents entre ce qu'on attend sur une flotte, en fait, de trésor, et ce qui arrive, effectivement. A tel point qu'il faudrait parler d'une psychose de l'Algarve.³²

Sob o ponto de vista quantitativo e interpretativo, num quadro conceptual muito claro, decorrido mais de meio século, este estudo permanece ainda a que confere ao Algarve a sua real importância no contexto da Carreira das Índias e do monopólio sevilhano no tráfico com a América Hispânica.

O historiador espanhol Antonio Domínguez Ortiz dedicou vários estudos aos estrangeiros em Espanha durante a Época Moderna, com destaque para *Los extranjeros en la vida española durante el siglo XVII* (1960),³³ cujo capítulo V é dedicado à emigração portuguesa. Segundo o autor, tal como na América Hispânica, durante a União Ibérica, a comunidade lusa em Sevilha era a mais relevante, quer no domínio dos negócios e da arrematação de cargos relacionados com o Fisco, quer como credores da Coroa. Se os estrangeiros monopolizavam o mercado de capitais, inicialmente nas mãos de genoveses e alemães, com o conde-duque de Olivares, “los opulentos marranos portugueses” substituíram-nos. O autor sublinha que “la aspiración más alta de los extranjeros que en busca de fortuna venían a España era comerciar con las Indias”.³⁴ De facto, não só encontramos carregadores, como mestres de navios e outros mareantes, oriundos do Algarve, residentes em Sevilha ou em Triana, casados ou não, envolvidos no vaivém de mercadorias para as Índias.

Recentemente, uma nova geração de investigadores espanhóis, retomando os estudos de Domínguez Ortiz, tem vindo a desenvolver projetos de investigação

³² Ibidem, 222.

³³ Domínguez Ortiz (1996). *Los extranjeros en la vida española durante el siglo XVII y otros artículos*. Sevilla: Diputación de Sevilla.

³⁴ Ibidem, 47.

sobre a presença portuguesa em Sevilha e no império hispânico nos séculos XVI e XVII: José María Díaz Blanco (2008),³⁵ Sérgio Rodríguez Lorenzo (2011),³⁶ António Luís López Martínez (2011),³⁷ Manuel Fernández Chaves e Rafael Pérez García (2012, 2018, 2019),³⁸ Ignacio González Espinosa (2016),³⁹ entre outros. As obras emblemáticas desta linha de investigação são muito recentes e promissoras de um relançamento e aprofundamento do estudo das relações entre Portugal e Espanha na Época Moderna: *La Sevilla Lusa: La presencia portuguesa en el Reino de Sevilla en tiempos del barroco* (2018)⁴⁰ e *Movilidad, interacciones y espacios de oportunidad entre Castilla y Portugal en la Edad Moderna* (2019).⁴¹

-
- ³⁵ José María Díaz Blanco (2008a). “La Corona y los cargadores a Indias portuguesas de Sevilla (1583-1645)”. *Iberismo. Las relaciones entre España y Portugal. Historia y tiempo actual: y otros estudios sobre Extremadura*. Felipe Lorenzana de la Puente et al. (Coord). Llerena: Sociedad Extremeña de Historia, 91-104. Também no mesmo ano (2008b), “¿Una intimidad supeditada a la ley? Las estrategias matrimoniales de los cargadores a indias extranjeros en Sevilla (siglos XVI-XVII)”. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Coloquios*. <https://journals.openedition.org/nuevomundo/28463?lang=pt>
- ³⁶ Sérgio Rodríguez Lorenzo (2011). “El fletamiento de mercancías en la Carrera de Indias (1560-1622): Introducción a su estudio”. *Procesos de mercado: Revista Europea de Economía Política*, Vol. VIII, núm. 1. Madrid: Unión Editorial con la colaboración de la Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales de la Universidad Rey Juan Carlos, 161-207
- ³⁷ López Martínez (2011). *Cruzar la raya: portugueses en la Baja Andalucía*. Sevilla: Centro de Estudios Andaluces.
- ³⁸ Manuel Fernández Chaves (2018). “Pilotos de naos, mercaderes y traficantes de esclavos: fortuna y asentamiento de los portugueses en la Triana del siglo XVI”. In Fernando Quiles et al (Coords). *Sevilha Lusa: La presencia portuguesa en el Reino de Sevilla durante el Barroco*. Universo Barroco Iberoamericano, 4º vol. Sevilla: E.R.A.; CIDEUS, 40-49. Manuel Fernández Chaves y Rafael M. Pérez García (Coords) (2019). *Movilidad, interacciones y espacios de oportunidad entre Castilla y Portugal en la Edad Moderna*. Sevilla: Editorial Universidad de Sevilla. Manuel Fernández Chaves y Rafael Pérez García (2012). “La penetración económica portuguesa en la Sevilla del siglo XVI”. In *Espacio, Tiempo y Forma*. Serie IV, Historia Moderna, T. 25. Sevilla: UNED, 199-222.
- ³⁹ González Espinosa (2016). “Pautas de movilidad de las familias portuguesas a Sevilla (1600-1615). III Encuentro de Jóvenes Investigadores en Historia Moderna. Universidad de Valladolid, 131-140; Idem (2015) “Portugueses en Sevilla: sus oficios y profesiones durante el reinado de Felipe III”. In Juan José Iglesias Rodríguez et al (Ed.). *Comércio y cultura en la Edad Moderna: Comunicaciones presentadas en la XIII reunión científica de la Fundación Española de Historia Moderna*. Sevilla: Ed. Universidad de Sevilla.
- ⁴⁰ Fernando Quiles, Manuel Fernández Chaves e Antónia Fialho Conde (eds) (2018). *La Sevilla Lusa: la presencia portuguesa en el Reino de Sevilla en tiempos del Barroco*. Sevilla: Universidad Pablo de Olavide; Universidade de Évora.
- ⁴¹ Manuel Fernández Chaves y Rafael M. Pérez García (Coords) (2019). *Movilidad, interacciones y espacios de oportunidad entre Castilla y Portugal en la Edad Moderna*. Sevilla: Editorial Universidad de Sevilla.

Contudo, é o tráfico negreiro que mais tem mobilizado os investigadores: Frederick Bowser (1974); Vila Vilar (1977); Herbert Klein (1999); Linda Newson (2011); David Wheat (2016); Fernández Chaves (2016), entre outros. Na historiografia portuguesa, no que respeita à relação de Cabo Verde com a América Hispânica, o estudo fundamental foi coordenada por Maria Emília Madeira Santos (2001), *História Geral de Cabo Verde*, especialmente os capítulos de autoria de Maria Manuel Torrão e Iva Cabral sobre o funcionamento das redes dos negreiros lisboetas na Ribeira Grande e em Santiago.⁴²

Enriqueta Vila Vilar publicou nos anos setenta um livro dedicado aos negreiros portugueses durante o período dos *asientos*⁴³, reeditado 40 anos depois, mantendo o conteúdo, mas atualizando a estrutura o que resultou numa maior clareza na organização. O capítulo III da I Parte desta 2ª edição é inteiramente dedicado aos negreiros portugueses e à emigração associada ao tráfico de escravos africanos. A informação sobre os negreiros é abundante e bem contextualizada, seguindo de perto a abordagem de Domínguez Ortiz e de Chaunu relativa ao papel dos portugueses no comércio hispano-americano, sobretudo durante a União Ibérica. As numerosas notas acrescentam informação sobre as atividades dos negreiros e a sua organização em rede. Nestas redes participavam contratadores, feitores, agentes, mestres de navios, pilotos e marinheiros de todas as partes de Portugal, incluindo o Alentejo, mas com destaque para Lisboa e o Algarve, como o negreiro portimonense Jorge Fernandes Gramaxo, seu tio Álvaro Gramaxo, seus sobrinhos (filhos dos irmãos residentes em Lisboa e contratadores da Guiné) e o pajem seu conterrâneo António de Ribeiro. Vila Vilar defende, tal como os historiadores que se têm dedicado ao estudo do tráfico negreiro, que esta atividade foi responsável pela “derrama” (termo usado por Vitorino Magalhães Godinho) de um número elevado (ainda não totalmente quantificado) de lusitanos na América Hispânica, através dos portos de Cartagena das Índias, Veracruz e Buenos Aires.

⁴² Maria Emília Madeira Santos (Coord.) (1995). *História Geral de Cabo Verde*. Vol. II. Lisboa; Praia: Centro de Estudos de Cartografia Antiga; Instituto Nacional da Cultura de Cabo Verde, 17- 123; 225-273.

⁴³ Enriqueta Vila Vilar (1977). *Hispanoamerica y el comercio de esclavos: los asientos portugueses*. Sevilla: CSIC; EEHA. (2ª ed. 2014).

La encrucijada portuguesa de Fernando Serrano Mangas⁴⁴ (1994) apresenta uma visão muito clara, objetiva e bem documentada, do fascínio exercido pelas Índias Ocidentais sobre os portugueses durante a União Ibérica e das estratégias que estes adotaram para se integrarem no circuito andaluz-americano. Neste quadro ganham particular destaque nos capítulos II e III, onde as arribadas no litoral algarvio e insular açoriano constituíam uma via alternativa ao monopólio sevilhano. No capítulo IV ressalta a ideia da ineficácia das leis proibitivas da participação de mareantes portugueses na Carreira das Índias devido à real carência de pessoal especializado, como pilotos, marinheiros e mestres de navios. Os portugueses, especialmente os algarvios, tornaram-se imprescindíveis, inclusive no fornecimento de navios. Por outro lado, a mentalidade capitalista dos cristãos-novos portugueses envolvidos no tráfico negreiro atraídos pela prata americana constituiu outro argumento rentabilizado por ambas as partes: “Portugal, con mercaderes, tratantes negreros, nautas y embarcaciones, se presentó como el perfecto complemento a una Castilla que daba la sensación de carecer de la mentalidade capitalista que impulsaba las innovadoras corrientes europeas...”.⁴⁵

O tema dos conversos portugueses, o seu envolvimento no comércio com a América Hispânica e a repressão inquisitorial constitui outro tema que tem motivado excelentes estudos, quer por parte de autores espanhóis, quer pela historiografia hispano-americana. Destacam-se os numerosos estudos de Juan Ignacio Pulido Serrano sobre os cristãos-novos portugueses em Espanha⁴⁶ e os de Alfonso W. Quiroz Norris (1986), René Millar Carbacho (1997) e Ricardo Escobar Quevedo (2008).

Verifica-se atualmente uma mudança na abordagem ao tema da presença portuguesa no império espanhol, com o foco nas redes comerciais e nos mecanismos de integração social na ampla geografia do império espanhol na

⁴⁴ Fernando Serrano Mangas (1994). *La encrucijada portuguesa: esplendor y quiebra de la unión ibérica en las Indias de Castilla (1600-1640)*. Badajoz: Diputación Provincial.

³⁷ Serrano Mangas (1994: 29).

⁴⁶ Entre outros, Pulido Serrano (2020). “Hombres de negocios y ministros del rey en el virreinato de Nueva España en el siglo XVII (Simón Vázquez Sevilla y don García Valdés y Osorio)”. *Huarte de San Juan, Geografía e Historia*. Núm. 27. Universidad Pública de Navarra, 249-266; (2007). *Os judeus e a Inquisição no Tempo dos Filipes*. Lisboa: Campo da Comunicação; (2004). “La Hermandad y Hospital de San Antonio de los Portugueses de Madrid”. *Anales del Instituto de Estudios Madrileños* 84, 299-330.

América do sul: Margarita Suárez (2001), Antonino Vidal Ortega (2002, 2015), Maria da Graça Mateus Ventura (2003, 2005, 2007, 2009, 2016), Emir Reitano (2004, 2007, 2008) e Sullón Barreto (2016). Contudo, a sociografia da emigração portuguesa tem sido apenas abordada por nós, a partir de 2005, na obra já referida (*Os portugueses no Peru...*), sobretudo no volume I, tomo I, mas é um campo ainda por explorar, pois novos dados vão surgindo a partir da conjugação de fontes espanholas e hispano-americanas com portuguesas.

Embora tenha havido fluxos migratórios de diferentes regiões de Portugal, quer do interior quer do litoral, é o Algarve, separado fisicamente da Andaluzia, mas unido pelas cumplicidades das suas gentes que importa aqui realçar.⁴⁷ Das suas quatro cidades, claro, e também das vilas envolvidas na Carreira das Índias através dos seus protagonistas – mareantes e emigrantes.

Fontes e arquivos

As fontes fundamentais são de natureza diversa, mas quase todas do Archivo General de Indias (Sevilha): autos de bens de defuntos cuja riqueza é conhecida pela variedade de informação sobre a terra de destino e a de origem dos emigrantes; processos fiscais e judiciais quando se trata da participação ilegal no comércio antilhano, ou contra mercadores ligados ao tráfico negreiro, sobretudo entre África e Cartagena das Índias; pedidos de mercês, informações de ofício e cédulas régias relativas às personagens mais proeminentes na América Hispânica. As secções Contratación, Escribania, Justicia e Registro de navios contêm a informação mais relevante que pode ser cruzada com fontes dos arquivos nacionais de Lima, Chile e México.

No Arquivo da Torre do Tombo, sobretudo nas chancelarias de D. Manuel, de D. João III e de D. Sebastião, mas também nos arquivos notariais e nos processos da Inquisição de Lisboa e de Évora, encontramos informação complementar que possibilita uma visão mais global da intervenção dos portugueses no comércio e na navegação com a América Hispânica.

⁴⁷ Sobre esta matéria já publicámos vários estudos, ver Bibliografia final: 2006, 2007, 2010, 2018, 2020.

A construção de um estudo sobre a participação do Algarve na rota das Índias de Castela deve assentar no cruzamento de toda a informação disponível.

Conclusão

No Algarve, no contexto da Carreira das Índias Ocidentais, primeiro ao longo do século XVI, depois, durante a União Ibérica, é notória a permeabilidade da fronteira, resultante da mobilidade partilhada por algarvios e andaluzes. Legal ou ilegalmente, a gente do mar do Algarve participava ativamente nesta rota fornecendo barcos, apetrechos e mão-de-obra qualificada ou abrigo para as Armadas da Guarda, sobretudo no porto de Portimão, contribuindo para uma inevitável interdependência económica e estratégica.

Os algarvios que se aventuraram mar adentro, quando este se abriu ao mundo e se tornou um caminho por onde circulavam mercadorias, gente de toda a condição e ideias, não podiam imaginar o mundo sem água, movidos por uma certa euforia. O confronto com a novidade, a ousadia de enfrentar os medos, gerir a frágil existência, criar mecanismos de defesa contra toda a ordem de dificuldades e constrangimentos naturais, sociais, económicos e legislativos, vencer a disforia, adaptar-se e render-se à necessária versatilidade para sobreviver com sucesso, inovar para vencer as resistências, constituiu o repto dos mareantes, mercadores e emigrantes que os lançou na construção da Modernidade e no processo de globalização.

Por este mar adentro: êxitos e fracassos de mareantes e emigrantes algarvios na América Hispânica (2021), a única obra dedicada a esta temática, pretende, sob o ponto de vista historiográfico, recolocar o Algarve na sua dinâmica económica no espaço atlântico, por via da integração das suas gentes no processo expansionista espanhol nas Índias Ocidentais na Época Moderna.

Fontes e bibliografia

Fonte manuscrita:

Massai, Alexandre (1617-1621). *Descrição e plantas da costa, dos castelos e fortalezas, desde o reino do Algarve até Cascais, da ilha Terceira, da praça de Mazagão, da ilha de Santa Helena, da fortaleza da Ponta do Palmar na entrada do rio de Goa, da cidade de Argel e de Larache*. ANTT, Casa de Cadaval, n.º 29.

Fontes impressas

“Duas Descrições do Algarve do século XVI: Frei João de S. José, Corografia do Reino do Algarve (1577), Henrique Fernandes Sarrão, História do Reino do Algarve (circa 1600)”. In Manuel Viegas Guerreiro e Joaquim Romero Magalhães (Eds). *Cadernos da Revista de História Económica e Social* 3. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1983.

Encinas, Diego de (recomp.). *Cedulario indiano*. Madrid: Ed. Cultura Hispanica, 1945 (Facsimile da ed. unica de 1596).

León Pinelo, António de (1681). *Recopilación de leyes de los reinos de las Indias*. Mandadas imprimir y publicar por la Majestad Católica del rey Don Carlos II, nuestro señor. Madrid: Impr. por Ivlian de Paredes, 1681. 4 v.

Lopes, João Baptista da Silva (1841). *Corografia ou Memória Económica, estatística e topográfica do Reino do Algarve*. 2 vols. Faro: Algarve em Foco, 1988.

“Relação da Jornada de El-rei D. Sebastião quando partiu da cidade de Évora feita pelo cronista João Cascão” (1573). In *Uma Jornada ao Alentejo e ao Algarve*. Francisco Sales Loureiro (edição). Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

Teixeira, Pedro (1634). *El Atlas del Rey Planeta: La “Descripción de España y de las costas y puertos de sus reinos”*. Felipe Pereda y Fernando Marias (Eds). Fuenterrabia: Nerea, 2002.

Veitia y Linaje, Joseph de (1672). *Norte de la Contratación de las Indias Occidentales*. Buenos Aires: Comisión Argentina de Fomento Interamericano, 1945.

Estudios

- Bowser, Frederick (1974). *The African slave in colonial Peru (1524-1650)*. Stanford, California: Stanford University Press.
- Chaunu, Pierre et Huguette (1954-1955). *Séville et l'Atlantique (1504-1650): Première Partie, Partie Statistique; Deuxième Partie, Partie Interprétative: Structures et Conjoncture de l'Atlantique espagnol et hispano-américain (1504-1650)*. 8 vols. Paris: Armand Colin, S.E.V.P.E.N.
- Díaz Blanco, José Maria (2008a). “La Corona y los cargadores a Indias portuguesas de Sevilla (1583-1645)”. *Iberismo. Las relaciones entre España y Portugal. História y tiempo actual: y otros estudios sobre Extremadura*. Felipe Lorenzana de la Puente et al. Coord). Llerena: Sociedad Extremeña de Historia, 91-104.
- _____ (2008b). “¿Una intimidad supeditada a la ley? Las estrategias matrimoniales de los cargadores a indias extranjeros en Sevilla (siglos XVI-XVII)”. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Colóquios*. <https://journals.openedition.org/nuevomundo/28463?lang=pt>
- Domínguez Ortiz, António (1996). *Los extranjeros en la vida española durante el siglo XVII y otros artículos*. Sevilla: Diputación de Sevilla.
- Escobar Quevedo, Ricardo (2008). *Inquisición y Judaizantes en América española (siglos XVI-XVII)*. Colección Textos de Ciencias Humanas. Bogotá: Editorial Universidad del Rosario.
- Fernández Chaves, Manuel (2018). “Pilotos de naos, mercaderes y traficantes de esclavos: fortuna y asentamiento de los portugueses en la Triana del siglo XVI”. In Fernando Quiles et al (Coords). *Sevilla Lusa: La presencia portuguesa en el Reino de Sevilla durante el Barroco*. Universo Barroco Iberoamericano, 4º vol. Sevilla: E.R.A.; CIDEUS, 40-49.
- Fernández Chaves, Manuel y Pérez García, Rafael (Coords) (2019). *Movilidad, interacciones y espacios de oportunidad entre Castilla y Portugal en la Edad Moderna*. Sevilla: Editorial Universidad de Sevilla.
- _____ (2012). “La penetración económica portuguesa en la Sevilla del siglo XVI”. In *Espacio, Tiempo y Forma*. Serie IV, Historia Moderna, T. 25. Sevilla: UNED, 199-222.
- González Espinosa (2016). “Pautas de movilidad de las familias portuguesas a Sevilla (1600-1615). *III Encuentro de Jóvenes Investigadores en História Moderna*. Universidad de Valladolid, 131-140;

- _____ (2015) “Portugueses en Sevilla: sus oficios y profesiones durante el reinado de Felipe III”. In Juan José Iglesias Rodríguez *et al* (Ed.). *Comércio y cultura en la Edad Moderna: Comunicaciones presentadas en la XIII reunión científica de la Fundación Española de Historia Moderna*. Sevilla: Ed. Universidad de Sevilla.
- Iria, Alberto (1990). *O Algarve nas cortes medievais portuguesas do século XV (Subsídios para a sua história), I (1404-1449)*. Lisboa: Academia Portuguesa de História.
- _____ (1976). *Da importância geo-política do Algarve na defesa marítima de Portugal nos séculos XV a XVIII*. Lisboa: Academia Portuguesa de História.
- _____ (1956). *Descobrimientos portugueses, o Algarve e os Descobrimientos*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.
- López Martínez, António (2011). *Cruzar la raya: portugueses en la Baja Andalucía*. Sevilla: Centro de Estudios Andaluces.
- Magalhães, Joaquim Romero de (2012). *O Algarve na Época Moderna*. Miunças 2. Imprensa da Universidade de Coimbra / Universidade do Algarve.
- _____ (1970). *Para o estudo do Algarve Económico durante o século XVI*. Lisboa: Edições Cosmos.
- _____ (1988). *O Algarve Económico, 1600-1773*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Newson, A. Linda; Susie, Minchin (2011). *The Portuguese Slave Trade to Spanish South America in the Early Seventeenth Century*. Leiden; Boston: Brill.
- Pulido Serrano, Juan Ignacio (2020). “Hombres de negocios y ministros del rey en el virreinato de Nueva España en el siglo XVII (Simón Váez Sevilla y don García Valdés y Osorio)”. *Huarte de San Juan, Geografía e Historia*. Núm. 27. Universidad Pública de Navarra, 249-266.
- _____ (2007). *Os judeus e a Inquisição no Tempo dos Filípes*. Lisboa: Campo da Comunicação.
- _____ (2004) “La Hermandad y Hospital de San Antonio de los Portugueses de Madrid”. *Anales del Instituto de Estudios Madrileños*.
- Quiles, Fernando *et al* (eds) (2018). *La Sevilla Lusa: la presencia portuguesa en el Reino de Sevilla en tiempos del Barroco*. Sevilla: Universidad Pablo de Olavide; Universidade de Évora.
- Reparaz, Gonçalo de (1976). *Os portugueses no vice-reinado do Peru (séculos XVI e XVII)*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.
- Rodríguez Lorenzo, Sergio (2011). “El fletamiento de mercancías en la Carrera de Indias (1560-1622): Introducción a su estudio”. *Procesos de mercado:*

- Revista Europea de Economía Política*, Vol. VIII, núm. 1. Madrid: Unión Editorial con la colaboración de la Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales de la Universidad Rey Juan Carlos.
- _____ (1999). “El Algarve y la Carrera de Indias: marginalidad provechosa de un enclave geoestratégico en el corazón del comercio con las Indias de Castilla (siglos XVI-XVII)”. In *Revista de História Naval*. Ano XVII, Núm. 66. Madrid: Instituto de Historia y Cultura Naval; Ed. Ministério de la Defensa.
- Santos, Maria Emília Madeira (Coord.) (1995). *História Geral de Cabo Verde*. Vol. II. Lisboa; Praia: Centro de Estudos de Cartografia Antiga; Instituto Nacional da Cultura de Cabo Verde.
- Serrano Mangas, Fernando (1994). *La encrucijada portuguesa: esplendor y quiebra de la unión ibérica en las Indias de Castilla (1600-1640)*. Badajoz: Diputación Provincial.
- Sullón Barreto, Gleydi (2016). *Extranjeros integrados: Portugueses en la Lima virreinal, 1580-1680*. Madrid: CSIC.
- Quiroz Norris, Alphonso (1986). “La expropiación inquisitorial de cristianos nuevos portugueses en Los Reyes, Cartagena y México, 1635–1649”. In *Historia*. Vol. X, núm. 2. Lima.
- Reitano, Emir (2008). “Los portugueses de Buenos Aires durante el período colonial tardío: Sus estrategias de inversión y parentesco”. En A. Mailhe y E. Reitano (Comps.). *Pensar Portugal: Reflexiones sobre el legado histórico y cultural del mundo luso en Sudamérica*. La Plata: UNLP. FAHCE. Disponible en: <https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/libros/pm.285/pm.285.Pdf>
- _____ (2007). “La inmigración antes de la inmigración: Buenos Aires y el movimiento migratorio portugués en el espacio atlántico durante el largo siglo XVIII”. In *Portuguese Studies Review* 14 (2), 1-37.
- _____ (2004). *Los portugueses del Buenos Aires tardocolonial: Inmigración, sociedad, familia, vida cotidiana y religión*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata.
- Suárez, Margarita (2001). *Desafíos transatlánticos: mercaderes, banqueros y el estado en el Perú virreinal, 1600-1700*. Lima: PUC-Perú, FCE, Instituto Francés de Estudios Andinos.
- Vidal Ortega, Antonino (2002). *Cartagena de Indias y la región histórica del Caribe, 1580-1640*. Sevilla: Universidad de Sevilla, CSIC, Diputación de Sevilla.

- Ventura, Maria da Graça A. Mateus (2021). *Por este mar adentro: êxitos e fracassos de mareantes e emigrantes na América Hispânica*. Lisboa: Edições Tinta-da-China.
- _____ (2005). *Portugueses no Peru ao tempo da União Ibérica: mobilidade, cumplicidades e vivências*. 2 vols, 3 tomos. Lisboa: INCM.
- _____ (2003). “Los judeoconversos portugueses en el Perú del siglo XVII. Redes de complicidad”. In Jaime Contreras *et al* (Coord.). *Familia, Religión y Negocio, el Sefardismo en las relaciones entre el mundo ibérico y los Países Bajos en la Edad Moderna*. Madrid: Fundación Carlos Amberes, 391-406.
- _____ (1998a). *Negreiros portugueses na Rota das Índias de Castela*. Lisboa: Edições Colibri; ICIA.
- _____ (1998b). *Relação verdadeira dos trabalhos que o governador D. Fernando de Souto e certos fidalgos portugueses passaram no descobrimento da província da Florida, agora novamente feita por um fidalgo de Elvas*. Transcrição do texto, notas e índices de Maria da Graça A. Mateus Ventura. Col. Outras Margens. Lisboa: CNCDP.
- _____ (1999a). *Portugueses no descobrimento e conquista da Hispano-América: viagens e expedições*. Lisboa: Edições Colibri; ICIA.
- _____ (1999b). “Portugueses na rota das Índias Ocidentais: para uma leitura sociogeográfica”. In *As rotas oceânicas: actas das IV Jornadas de História Ibero-americana*. Lisboa: Edições Colibri; ICIA.
- Vidal Ortega, Antonino (2015). “Cartagena de Indias y los mercaderes portugueses de esclavos en la primera mitad del siglo XVII”. In *Anais de Historia de Alem-Mar* 16, 431-450.
- _____ (2002). *Cartagena de Indias y la región Histórica del Caribe, 1580-1640*. Sevilla: CSIC; EHAA; Universidad de Sevilla; Diputación de Sevilla.
- Vila Vilar, Enriqueta (1977). *Hispanoamerica y el comercio de esclavos: los asientos portugueses*. Sevilla: CSIC; EEHA. (2ª ed. 2014).
- Wheat, David (2016). *Atlantic Africa and the Spanish Caribbean, 1570-1640*. University of North Caroline Press.

Algarvios no Oriente no século XVI: Uma breve sondagem

RUI MANUEL LOUREIRO *

A participação do Algarve e dos algarvios na expansão portuguesa por terras e mares orientais, no período da primeira globalização, está ainda por estudar em profundidade. Nesta brevíssima síntese, retoma-se um texto publicado há mais de duas décadas,¹ que aqui se complementa com novas referências bibliográficas, e também com mais um ou outro caso exemplar, daqueles que ainda aguardam investigações mais exaustivas.

Em Maio de 1498, uma pequena frota portuguesa comandada por Vasco da Gama atingiu a costa ocidental do Indostão, depois de uma viagem de muitos meses através de dois oceanos, encerrando a primeira fase de um discreto mas persistente movimento expansionista, que tivera início cerca de oito décadas antes nas praias do barlavento algarvio. Não existira à partida qualquer projecto

R. M. Loureiro (ed.), *O Algarve na Primeira Globalização – Coletânea de Estudos* (Faro: Direção Regional de Cultura do Algarve, 2023), pp. 217-227.

* Professor do Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes (Portimão) e Investigador do Centro de Humanidades (CHAM) da Universidade Nova de Lisboa.

¹ Ver Maria da Graça Maia Marques (ed.), *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias - Elementos para a sua história* (Lisboa: Colibri, 1999), pp. 151-156.

de alcançar as Índias por via marítima, tão-só uma curiosidade voluntarista a respeito das incertas partes de África; mas em tempos de el-rei D. João II começara já a tomar-se clara consciência daquela possibilidade, que foi explorada de forma sistemática a partir da década de 1470-1480.²

Os portugueses, de acordo com a fórmula consagrada, vinham a Calecute, muito singelamente, em «busca de cristãos e de especiaria». Encontraram muito poucos cristãos, e não propriamente ortodoxos; em compensação, as drogas e as especiarias abundavam, circulando através de uma densíssima, e muito antiga, rede de portos e de rotas, que, à primeira vista, parecia permeável a novas intervenções. Os limitados objectivos iniciais, de natureza essencialmente mercantil, que tinham presidido à viagem de Vasco da Gama, foram rapidamente ultrapassados, e nos anos seguintes o relacionamento português com o Oriente assumiu proporções inesperadas. A segunda expedição ao Índico em 1500, protagonizada por Pedro Álvares Cabral, assumiu já aspectos mais complexos e globais, começando desde logo a desenhar-se o projecto de uma presença constante no litoral asiático, baseada no estabelecimento de feitorias em locais estratégicos, apoiadas em terra por fortalezas e no mar por uma força naval permanente.

Os portugueses, em apenas duas décadas, espalharam-se por todo o Oriente, conceito geográfico que passou a abranger todos os territórios compreendidos entre o Cabo da Boa Esperança e os confins mais longínquos da Insulíndia. Em 1503 estavam às portas do Mar Vermelho; em 1506 demandavam a grande ilha de Ceilão; em 1512 ultrapassavam o Estreito de Singapura, alcançando as ilhas de Maluco (ou Molucas); no ano seguinte atingiam Timor e também o litoral da China; e em 1515 ou 1516 já bordejavam as regiões mais meridionais de Bengala. Apenas o Japão, por razões ainda não inteiramente desvendadas, permanecerá à margem das navegações portuguesas até uma data bastante tardia (1542-1543).

O grande obreiro do chamado *Estado da Índia* foi evidentemente Afonso de Albuquerque, estratégia brilhante, que, assessorado por conselheiros asiáticos

² Ver, sobre este período, Rui Manuel Loureiro, *Em demanda do Oriente: viagens e notícias quatrocentistas* (Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998).

bem conhecedores do terreno, estabeleceu a presença portuguesa em bases firmes antes da sua morte em 1515.³ Nesta última data, com efeito, o modelo albuquerqueano, baseado no domínio seguro de um escasso número de cidades portuárias e na afirmação de um incontestável poderio marítimo, estava firmemente implantado. Goa, conquistada em 1510, tornou-se o centro de uma vasta área de influência marítima, que tinha os seus pontos avançados em Ormuz, protectorado desde 1507, e em Malaca, conquistada em 1511, mas que se estendia a muitas outras regiões do Índico e do Pacífico ocidental.⁴

- O Estado da Índia, em primeiro lugar, alimentava o seu próprio crescimento: as feitorias e as fortalezas impunham a existência de alfândegas e tribunais, de igrejas e conventos, de conselhos e câmaras, de estaleiros navais, exércitos e armadas, com toda uma complicada panóplia de funcionários religiosos, civis e militares.
- Em segundo lugar, as autoridades portuguesas encaminhavam para Portugal – ou para o Reino, como então se dizia – espantosos carregamentos anuais das mais valiosas mercadorias orientais: a caminho de Lisboa, nas naus da carreira da Índia, seguiam regularmente toneladas incontáveis de pimenta, de canela e de gengibre, cofres a abarrotar de pedras preciosas, caixas e baús repletos de porcelanas e de tecidos exóticos.

O envolvimento português com o Oriente cresceu como uma bola de neve a partir do momento em que se começaram a desvendar os mecanismos económicos que regiam os tráficos mercantis asiáticos. Dois exemplos apenas: o cravinho que abundava nas ilhas de Maluco apenas podia ser trocado por têxteis oriundos de Cambaia ou de Bengala; as porcelanas e as sedas chinesas eram intercambiadas em Cantão contra pimenta javanesa e contra incensos originários sobretudo da Indochina. Assim, a intervenção portuguesa no tráfico das drogas e das especiarias nunca poderia ser simples: por um lado, era necessário conhecer a específica geografia de negócios do Oriente; por outro

³ A respeito de Albuquerque, ver Alexandra Pelúcia, *Afonso de Albuquerque: Corte, Cruzada e Império* (Lisboa: Temas e Debates, 2016).

⁴ Sobre a construção do Estado da Índia, ver João Paulo Oliveira e Costa, «O Império Marítimo», in João Paulo Oliveira e Costa, José Damião Rodrigues & Pedro Aires de Oliveira, *História da Expansão e do Império Português* (Lisboa: A Esfera dos Livros, 2014), pp. 99-200.

lado, havia que montar redes mercantis próprias ou intervir nas alheias. E tudo isto exigia homens e meios materiais em quantidades cada vez mais avassaladoras.

Mas enquanto o Estado da Índia se ia construindo sobretudo nas margens do Índico ocidental, com o objectivo essencial de canalizar em direcção a Portugal uma armada anual de dimensões variáveis, os portugueses começaram a intuir a extraordinária importância, e as insuspeitadas potencialidades, dos tráficos regionais. Descobriu-se que viagens de Malaca para Cantão e volta ou de Goa para Bengala e volta, por exemplo, se podiam revelar enormemente lucrativas, ao mesmo tempo que implicavam riscos muito diminutos e um investimento temporal bastante reduzido, quando comparadas com o difícil e demorado trajecto da rota do Cabo, que nunca podia ser completado nos dois sentidos em menos de ano e meio.

Assim, logo a partir de 1520 começou a esboçar-se a formação de um *império sombra*, alimentado por homens que abandonavam o serviço da Coroa portuguesa para se dedicarem por conta própria a empreendimentos mercantis ou para venderem os seus serviços militares especializados a potências asiáticas deles carentes. Enquanto a expansão oficial se caracterizava pelo desenvolvimento de cidades fortificadas, rodeadas de um *binterland* mais ou menos extenso e dispendioso de uma burocracia mais ou menos elaborada, a expansão marginal avançava através do estabelecimento de pequenas comunidades luso-asiáticas, fornecedoras de uma variada panóplia de serviços, geralmente bem inseridas em contextos locais.⁵

Estas distintas formas de inserção portuguesa nos tecidos políticos e sociais orientais eram praticamente complementares em termos geográficos, já que as comunidades informais de mercadores e de antigos soldados portugueses despontaram sobretudo nas regiões litorais do Golfo de Bengala, em algumas ilhas da Insulíndia e um pouco por todo o Mar do Sul da China. Sempre, em qualquer caso, preferindo lugares e rotas fora do alcance das alfândegas lusitanas.

⁵ A respeito do império sombra, ver Malyn Newitt, «Formal and Informal Empire in the History of Portuguese Expansion», *Portuguese Studies*, n. 17, 2001, pp. 1-22.

É sempre difícil avançar com dados estatísticos para épocas tão recuadas. Mas as estimativas mais arrojadas apontam para uma diáspora que em meados do século XVI ultrapassava os 100 mil homens, entre portugueses e luso-descendentes, dois terços dos quais andariam pelas partes do Oriente. Por volta de 1545, o então governador D. João de Castro escrevia amargamente, mas decerto com algum exagero, que não conseguiria reunir dois mil homens de armas em caso de extrema necessidade. Indício seguro, no entanto, que muitos dos portugueses residentes em terras orientais andavam por parte incerta, escapando ao controlo do Estado da Índia.⁶

Quanto a negócios realizados, apesar da incerteza das contabilidades disponíveis, não restam hoje quaisquer dúvidas que o império sombra movimentava um volume de mercadorias de valor muito superior ao que circulava anualmente na rota do Cabo. Com efeito, bastará referir que um padre jesuíta que em 1556 visitou as ilhas do litoral meridional da China ali assistiu à chegada de uma embarcação portuguesa oriunda do Japão que transportava a bordo um valor em prata quase equivalente ao que por esses anos movimentava a carreira da Índia num ano.⁷

Quem eram estes portugueses que de 1498 em diante se lançaram à aventura, enfrentando a fúria dos oceanos, em busca de honra e fortuna em terras tão remotas quão peregrinas? Haveria algarvios entre eles? Ou é de todo impossível determinar com segurança a respectiva origem?

Trata-se de um tema bem pouco estudado pela mais recente historiografia da expansão, que apenas efectuou levantamentos globais, abarcando emigração oriunda de todo o território português, ou levantamentos pontuais, abrangendo sobretudo a ligação do Algarve aos arquipélagos atlânticos.⁸ Faltam-nos ainda

⁶ Ver Vitorino Magalhães Godinho, *Mito e mercadoria, utopia e arte de navegar, séculos XIII a XVIII* (Lisboa: Difel, 1990), pp. 375-410.

⁷ Rui Manuel Loureiro, *Em busca das origens de Macau* (Macau: Museu Marítimo de Macau, 1997), pp. 77-89.

⁸ Para uma perspectiva geral, ver A. J. R. Russell-Wood, *O Império Português 1415-1808: o mundo em movimento*, trad. Isabel Jardim (Lisboa: Clube do Autor, 2016). Ver também Maria da Graça Maia Marques (ed.), *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias*, pp. 163-177; ver também alguns dos estudos incluídos em Artur Teodoro de Matos & Mário Ferreira Lages (eds.), *Portugal: Percursos de interculturalidade*, 4 vols. (Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, 2008).

estudos monográficos que sistematizem a imensidão de dados contidos na massa documental e nas fontes narrativas do século XVI. Entretanto, apenas se podem reunir apontamentos dispersos sobre casos singulares ou sobre personagens de relevo.

Vejamos alguns exemplos de algarvios que alcançaram relativa notoriedade.

- Fr. Vicente de Lagos, natural da vila do mesmo nome, foi um dos mais destacados missionários que na primeira metade do século XVI passaram ao Oriente. Este franciscano, especialmente activo na costa ocidental do Indostão, foi responsável nomeadamente pela fundação de um seminário em Cangranor, por volta de 1540. Pouco mais sabemos sobre ele.⁹
- Em 1552 encontrava-se na cidade de Malaca um tal Vicente Pereira de Sarmiento, físico lacobrigense em crise de identidade, que faria uma breve passagem pelas hostes da Companhia de Jesus, para mais tarde regressar ao seu Algarve natal, onde prosseguiu uma carreira deveras atribulada. Trata-se de uma figura pouco mais que desconhecida, que apenas emerge das sombras graças a um detalhado processo da Inquisição, que foi em tempos estudado e publicado por Fernando Calapez Corrêa.¹⁰ Aparentemente, terá sido o único europeu que esteve presente na morte e enterramento do padre Francisco Xavier, numa remota ilha chinesa.¹¹
- Leonel de Sousa, nascido em Tavira por volta de 1500, partiu com cerca de vinte anos para o Oriente, aí servindo a Coroa portuguesa por mais de cinco décadas, nas mais diversificadas funções militares. Em determinada ocasião, beneficiou da importante mercê régia de duas viagens à China, em recompensa de serviços prestados. E em 1554, durante uma prolongada escala nas imediações de Cantão, foi responsável pela assinatura do primeiro, e informal, acordo luso-

⁹ Ver António Montes Moreira, «A Ordem dos Frades Menores no Portugal moderno: uma visão global», *Lusitania Sacra*, vol. 44, 2021, pp. 15-57.

¹⁰ Ver Fernando Calapez Corrêa, *O Processo Inquisitorial de Vicente Pereira Sarmiento* (Faro: Secretaria de Estado da Cultura – Delegação Regional do Algarve, 1992).

¹¹ Sobre esta questão, ver Rui Manuel Loureiro, *Fidalgos, missionários e mandarins: Portugal e a China no século XVI* (Lisboa: Fundação Oriente, 2000), pp. 477-483.

chinês, o qual conduziria poucos anos mais tarde ao estabelecimento dos portugueses em Macau.¹²

- Outro célebre algarvio ligado às coisas do Oriente foi Francisco Barreto, natural de Faro, onde nasceu em 1520. Depois de uma distinta carreira militar em terras indianas, veio a ocupar entre 1555 e 1558 o governo do Estado da Índia. De volta a Portugal, viria a desempenhar relevantes cargos militares. Tornou depois a embarcar nas naus da carreira da Índia em 1569, empossado no invulgar cargo de conquistador e governador do Monomotapa. Acompanhavam-no vários familiares e apaniguados como ele oriundos do Algarve. Veio a falecer quatro anos mais tarde, durante a expedição que conduziu através da África Oriental. A biografia deste algarvio foi recentemente estudada por Nuno Vila-Santa, num trabalho que está publicado.¹³
- Fr. Gaspar de Leão foi um conhecido homem de letras que também viveu na Índia, para onde embarcou em 1560, aí desempenhando as funções de arcebispo de Goa. Era natural de Lagos. Durante longos anos, manteve uma intensa actividade religiosa, que complementou com a redacção de várias obras doutrinárias, de entre as quais convirá destacar o *Desengano de perdidos*, extenso tratado teológico contra a religião islâmica, publicado em Goa em 1573, de que se conhece hoje um único exemplar. A sua vida e obra foram há pouco anos estudadas por Ricardo Ventura, numa tese académica que parece continuar inédita.¹⁴

É ainda cedo para avançar conclusões a respeito da específica contribuição algarvia para a expansão oriental dos portugueses. Contudo, algumas observações se podem desde já alinhar. Interessará conhecer, em primeiro lugar, o estatuto social e económico dos que abandonaram o Algarve

¹² A respeito de Leonel de Sousa, ver Rui Manuel Loureiro, «Um algarvio nos mares da China (Leonel de Sousa, 1554)», *Cadernos Históricos – Lagos*, vol. II, 1991, pp. 39-44.

¹³ A respeito de Barreto, ver o estudo recente de Nuno Vila-Santa, *Do Algarve, a Marrocos e à Índia: Francisco Barreto e a Casa de Quarteira (Séculos XV-XVI)* (Loulé: Câmara Municipal de Loulé – Arquivo Municipal, [2020]).

¹⁴ Ver Fr. Gaspar de Leão, *Desengano de Perdidos*, ed. Eugenio Asensio (Coimbra: Universidade de Coimbra, 1958). Sobre D. Gaspar, ver Ricardo Ventura, *D. Gaspar de Leão e o “Desengano de Perdidos”*: *Estudo histórico-cultural*, dissertação de mestrado (Lisboa: Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa, 2005).

temporária ou definitivamente. Uma das linhas de investigação a desenvolver no futuro será precisamente a identificação de algarvios que de uma forma ou outra se destacaram em terras orientais, desenvolvendo actividades religiosas, políticas, militares, diplomáticas ou comerciais. Talvez seja então possível estabelecer uma tipologia social dos emigrantes que tomaram o caminho das Índias Orientais.

Paralelamente, valerá também a pena efectuar o levantamento de referências a gentes anónimas, como:

- o judeu natural de Tavira, fugido decerto às perseguições inquisitoriais, que se cruzou em Damasco com Fr. Pantaleão de Aveiro, quando este efectuava uma peregrinação à Terra Santa na década de 1560;
- o mancebo natural de Lagos que o mesmo viajante franciscano encontrou naquela metrópole síria, e que refere no seu *Itinerário da Terra Santa e sua particularidades*, publicado em Lisboa em 1593;¹⁵
- o «renegado Algarvio de nação», de ascendência fidalga, que, segundo refere o celebrado aventureiro Fernão Mendes Pinto na sua *Peregrinação*, impressa em Lisboa, em 1614, vivia no sultanato de Achém, na parte meridional da ilha de Samatra, por meados do século XVI;¹⁶
- o piloto mulato algarvio designado nas fontes espanholas como Lope Martín, que conduziu o navio de Andrés de Urdañeta em 1565, na primeira travessia do Oceano Pacífico no sentido oeste-leste, entre as Filipinas e o México.¹⁷

O levantamento de todas estas referências permitirá determinar de forma mais rigorosa a verdadeira dimensão da diáspora algarvia.

¹⁵ Fr. Pantaleão de Aveiro, *Itinerário da Terra Santa*, ed. António Baião (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1927), cap. 86. Ver José Nunes Carreira, *Outra Face do Oriente: Viagens dos Portugueses no Próximo Oriente* (Lisboa: Publicações Europa-América, 1997), pp. 31-32.

¹⁶ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, ed. Adolfo Casais Monteiro (Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988), cap. 173.

¹⁷ Sobre esta curiosa e pouco conhecida figura, ver Andrés Reséndez, *Conquering the Pacific: An Unknown Mariner and the Final Great Voyage of the Age of Discovery* (Boston / Nova Iorque: Houghton Mifflin Harcourt, 2021).

Por outro lado, embora seja sabido que no século XVI os empresários algarvios se interessaram sobretudo pelas ligações mercantis com regiões geograficamente mais próximas, como a Andaluzia, o Magrebe, os arquipélagos atlânticos e mesmo o Novo Mundo, é possível recensear nas fontes disponíveis a presença de embarcações, e logo de investimentos, de origem algarvia na rota do Cabo. Será esta outra importante linha de investigação a explorar. Se nem sempre é fácil determinar a origem de todas as naus que anualmente largavam de Lisboa, nomes como a *Algaravia*, a *Algaravia Velha* ou a *Algaravia Nova* denunciam de imediato o respectivo local de armação.¹⁸

A malograda viagem de uma das naus algarvias da carreira da Índia que se perdeu em 1555 – a *Conceição* também conhecida como *Algaravia a nova* –, ficou celebrizada num relato atribuído a Manuel Rangel, que veio a ser incluído na conhecida *História Trágico-Marítima* publicada em Lisboa em 1735-1736 por Bernardo Gomes de Brito.¹⁹

Finalmente, para além de itinerários individuais, materializados em biografias exemplares ou em empreendimentos singulares, talvez seja possível encontrar características mais gerais do envolvimento do Algarve nos rumos da expansão, nomeadamente no domínio de determinadas capacidades técnicas. Vários indícios o sugerem.

Uma passagem das *Lendas da Índia* de Gaspar Correia, volumosa crónica sobre as actividades orientais dos portugueses, concluída em meados do século XVI, refere como el-rei D. João III, por volta de 1539, enviou um tal «Diogo Botelho ao Algarve a tomar quantas caravelas achasse para mandar à Índia».²⁰ E numa carta datada de 1545, dirigida ao mesmo monarca, Pêro de Faria, antigo capitão da fortaleza de Malaca, afirmava com pesar que na Índia não existiam «homens

¹⁸ Ver Henrique Quirino da Fonseca, *Os Portugueses no Mar - Memórias Históricas e Arqueológicas das Naus de Portugal* (Lisboa: Instituto Hidrográfico, 1989).

¹⁹ Ver Giulia Lanciani, *Os relatos de naufrágios na literatura portuguesa dos séculos XVI e XVII* (Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1979), p. 25.

²⁰ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, ed. Manuel Lopes de Almeida, 4 vols. (Porto: Lello & Irmão, 1975), vol. IV, p. 97.

do Algarve, nem de Loulé, nem de Lagos» em número suficiente, pois eram eles os únicos que sabiam manobrar as caravelas latinas disponíveis.²¹

Assim, a arte de navegar, nas suas componentes de construção naval e de marinaria, parece ter sido a contribuição específica, e decisiva, do Algarve para a expansão portuguesa nas partes do Oriente. E, neste contexto, não se pode deixar de mencionar que alguns dos mais experimentados pilotos da carreira da Índia eram algarvios: bastará referir os nomes do tavirense Belchior de Moraes, autor de um *Roteiro de Portugal para a Índia e da Índia para Portugal* (1576),²² e do lacobrigense Vicente Rodrigues, autor de dois outros *Roteiros da navegação de Lisboa até às Índias Orientais* (1579 e 1591).²³

Enfim, valerá a pena referir o caso bem conhecido, mas ainda mal estudado, de João Afonso, um piloto nascido em Sagres, que por volta de 1530 emigrou para França, onde se tornou conhecido sob o nome de Jean Alfonse de Saintonge, como um grande especialista em questões náuticas. Alegadamente, este algarvio tinha anteriormente viajado nas naus da carreira da Índia e peregrinado extensamente pelo Oriente. É autor de um interessantíssimo livro de viagens, *Les Voyages aventureux du capitaine Jan Alfonse, Saintongeois*, que foi impresso em Poitiers em 1559, e é-lhe também atribuída uma extensa *Cosmographie*, que ficou manuscrita e apenas foi publicada em inícios do século XX.²⁴

O Algarve e os algarvios estão presentes desde a primeira hora nos caminhos da expansão portuguesa no Oriente. A massa documental e as fontes narrativas, abundantíssimas, poderão facilmente comprová-lo; haverá apenas que definir e aplicar as apropriadas grelhas de questões. Para além dos caminhos esboçados,

²¹ Luís de Albuquerque & José Pereira da Costa, «Cartas de “serviços” da Índia, 1500-1550», *Mare Liberum*, n. 1, 1990, pp. 309-396 (p. 355).

²² Ver Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, fac-símile da edição de 1741-1759, 4 vols. (Coimbra: Atlântida Editora, 1965-1967), vol. I, p. 494.

²³ Ver Gaspar Ferreira Reimão, *Roteiro da navegação e carreira da Índia*, ed. Abel Fontoura da Costa (Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1939) A propósito de Vicente Rodrigues, ver Luana Giurgevich, *Roteiros portugueses dos séculos XV e XVI (Manuscritos)* (Lisboa: Rutter Technical Notes Series, 2021), pp. 92-94.

²⁴ Ver George Musset (ed.), *La cosmographie avec l'espère et régime du soleil et du Nord par Jean Fonteneau dit Alfonse de Saintonge* (Paris: Ernest Leroux, Éditeur, 1904). Sobre este algarvio, ver Luís de Matos, *Les portugais en France au XVI^e siècle* (Coimbra: Universidade de Coimbra, 1952), pp. 22-54; e também Luís de Albuquerque, *As Navegações e a sua Projecção na Ciência e na Cultura* (Lisboa: Gradiva, 1987), pp. 37-55.

que se afiguram historiograficamente mais significativos, seria ainda possível efectuar o levantamento de todas as referências dispersas ao Algarve.

E aí poderíamos começar por Garcia de Orta, que nos seus *Colóquios dos simples e drogas da Índia*, celeberrimo tratado de matéria médica publicado em Goa em 1563, lembrava que «chamam os mouros da Pérsia e Arábia, às nossas terras que nós chamamos Algarves, Algarby, que quer dizer ‘mouros do ponente’, porque o nosso Algarve está ao ponente».²⁵

²⁵ Garcia de Orta, *Colóquios dos simples e drogas da Índia*, ed. Conde de Ficalho, 2 vols. (Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987), vol. I, col. 7.

